

Universidade Estadual de Campinas – Unicamp
Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Adalberto Júnior Ferreira Paz

*Os mineiros da floresta: sociedade e trabalho em uma fronteira de
mineração industrial amazônica (1943-1964).*

Dissertação apresentada ao
Departamento de História do Instituto
de Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Estadual de Campinas,
como exigência parcial para obtenção
do título de Mestre em História Social,
sob orientação do Prof. Dr. Fernando
Teixeira da Silva.

Campinas
Março/2011

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP**

Bibliotecária: Cecília Maria Jorge Nicolau CRB nº 3387

P298m	<p>Paz, Adalberto Júnior Ferreira Os mineiros da floresta: sociedade e trabalho em uma fronteira de mineração industrial amazônica (1943-1964) / Adalberto Júnior Ferreira Paz . - - Campinas, SP : [s. n.], 2011.</p> <p align="center">Orientador: Fernando Teixeira da Silva. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.</p> <p align="center">1. Cidades e vilas. 2. Indústria mineral – Amazônia. 3. Amapá – Condições sociais – 1943-1964. 4. Amazônia – Fronteiras. I. Silva, Fernando Teixeira. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.</p>
-------	---

Título em inglês: The miners of the forest: a society and work in the Amazon frontier mining industry (1943-1964)

Palavras chaves em inglês (keywords) :

Cities and towns
Mineral industries - Amazon
Amapa – Social conditions, 1943-1964
Amazon - Boundaries

Área de Concentração: História Social

Titulação: Mestre em História

Banca examinadora: Fernando Teixeira da Silva, Cláudio Henrique de Moraes Batalha, Alexandre Fortes

Data da defesa: 14-03-2011

Programa de Pós-Graduação: História

ADALBERTO JÚNIOR FERREIRA PAZ

“Os mineiros da Floresta: sociedade e trabalho em uma fronteira de mineração industrial amazônica (1943-1964)”.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas sob a orientação do Prof. Dr. Fernando Teixeira da Silva.

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 14/03/2011.

BANCA

Prof. Dr. Fernando Teixeira da Silva – IFCH/UNICAMP (orientador)

Prof. Dr. Cláudio Henrique de Moraes Batalha – DH/IFCH/UNICAMP

Prof. Dr. Alexandre Fortes – UFRRJ

Prof. Dr. Sidney Chalhoub – DH/IFCH/UNICAMP

Prof. Dr. Murilo Leal Pereira Neto – Instituto de Ensino Campo Limpo Paulista

MARÇO/2011

*Para Eliene, Dilza, Edna e Luana,
com todo amor e admiração.*

AGRADECIMENTOS

Quando iniciei a pesquisa que resultou neste trabalho, jamais imaginei que contaria com tantos e tão importantes auxílios, apoios e incentivos, nas mais diferentes formas e circunstâncias. Tentarei, a seguir, prestar justo e merecido reconhecimento a todos, na esperança de não ser traído pela memória.

Agradeço imensamente ao professor Jonas Marçal de Queiroz (Universidade Federal de Viçosa), a quem devo minuciosas e atentas orientações que me conduziram na construção do projeto de pesquisa e pela segurança transmitida nos dias que antecederam as etapas de seleção do programa de pós-graduação em História da Unicamp, em setembro de 2008.

Ao professor José Augusto Drummond (Universidade de Brasília), por ter gentilmente cedido parte significativa do seu formidável e inédito acervo documental sobre a ICOMI, reunido por ele durante vários anos de dedicada e competente pesquisa sobre aquela mineradora, além da disponibilidade em esclarecer eventuais dúvidas e sugerir possíveis caminhos investigativos.

Ao professor Daniel Chaves de Brito (Universidade Federal do Pará), pela cessão incondicional das entrevistas – a maior parte inédita – que ele próprio realizou entre os mineiros da Serra do Navio, no ano de 1991.

Também agradeço a Claudete Santana Silva dos Santos, Maria Benjamin Gomes, Raimundo Magalhães da Silva e Zenira Vieira da Silva por terem aceitado compartilhar comigo suas experiências de vida e trabalho naquela “cidade operária”.

À juíza Stella Simone Ramos, diretora do Fórum do Tribunal de Justiça do Amapá, pelo pronto atendimento e acesso irrestrito que me foi permitido aos processos judiciais arquivados naquela instituição. Os funcionários Edmilson e Juçara, do Tribunal do Trabalho da 8ª região, em Belém, pela rapidez e eficiência com que disponibilizaram cópias dos dissídios solicitados por mim.

Durante quase uma década de ensino e pesquisa no Amapá, tenho compartilhado as especificidades e os desafios de produzir conhecimento histórico no extremo norte da Amazônia com inteligentes e dedicados jovens pesquisadores. A competência historiográfica aliada à enriquecedora amizade de Sidney da Silva Lobato e Paulo Cambraia da Costa tornou possível o estabelecimento de um importante ambiente de discussão, troca de ideias, críticas e construção de hipóteses refletidas em muitos momentos deste trabalho. Como de praxe, porém, a responsabilidade pelas falhas do texto é exclusivamente minha.

Os dias em Campinas proporcionaram a constituição de importantes laços de afeto, carinho e amizade, fonte de inestimável estímulo intelectual e de impagável companheirismo. Aos meus amigos e amigas: Cristiane Dias, David Lacerda, Yara Macena, Marcelo Chaves (Téo) e Melina Rovina, muito obrigado por tudo!

Sou profundamente grato à leitura atenta, crítica e bastante enriquecedora que o Prof. Dr. Michael Hall e o Prof. Dr. Paulo Fontes (CPDOC) fizeram do texto, sugerindo hipóteses inovadoras e indicando novas pistas documentais e bibliográficas. Também agradeço as sugestões colocadas ao meu tema e objeto durante os debates nas reuniões da linha de pesquisa em História Social do Trabalho, especialmente ao Prof. Dr. Cláudio Batalha – o qual aprofundou sua contribuição a este trabalho como membro da banca examinadora – e o Prof. Dr. Jefferson Cano. Aos Prof. Dr. Sidney Chalhoub e Prof. Dr. Robert Slenes devo muitos dos estímulos e reflexões ocorridas durante as suas aulas e que também orientaram a escrita deste trabalho. Da mesma forma, sou grato pela leitura minuciosa e profundidade teórica das considerações feitas pelo Prof. Dr. Alexandre Fortes (UFRRJ), enquanto membro da banca examinadora, cuja visão do trabalho ampliou significativamente minha própria perspectiva sobre o texto.

Nestes pouco mais de dois anos em que estive imerso entre leituras e análise de fontes, buscando dar inteligibilidade ao meu objeto de estudo, pude contar com a grandiosa competência e incomensuráveis estímulos vindos do meu orientador, Prof. Dr. Fernando Teixeira da Silva, o qual assinalou, retificou, elogiou, criticou e debateu minuciosamente cada linha desta dissertação. Espero que este trabalho possa refletir os meus esforços em corresponder à qualidade e pertinência das suas observações.

Agradeço ao CNPq pela bolsa recebida durante um ano, a qual me possibilitou o custeio de viagens e a aquisição de livros e demais materiais de pesquisa.

Minha pequena, mas sempre presente família no Amapá, Estado no qual resido há 15 anos. Sou grato à minha mãe, Dilza do Carmo, minha tia Edna e seus filhos, e meus irmãos Luana e Breno pelos exemplos de constante perseverança, além de todo o conforto e segurança que encontro em cada um de vocês.

Finalmente, não há como expressar o quanto este autor e sua obra devem à adorável companhia, inteligência e graça, além de voluntariosa contribuição no debate de ideias, hipóteses e pela sempre elegante e sincera crítica das minhas interpretações e escrita, decorrentes de um estimulante e renovador convívio com Eliene. Seu apoio, paciência e incentivo estão presentes do começo ao fim desta dissertação. Espero que nossa história, porém, esteja apenas começando...

RESUMO

Em meados da década de 1940, no extremo norte do país, iniciavam-se os preparativos para a instalação do primeiro projeto de exploração mineral industrial na Amazônia. Este empreendimento relacionava-se com as diretrizes políticas, econômicas e estratégicas estabelecidas durante o Estado Novo para várias regiões do país tidas como periféricas e atrasadas em relação aos centros dinâmicos da economia nacional. Dessa forma, segundo o discurso oficial, a exploração das jazidas de manganês na região de Serra do Navio, situadas no interior do Território Federal do Amapá, criaria as condições necessárias para o desenvolvimento dessa importante área de fronteira, ao mesmo tempo em que contribuiria para a formação de uma verdadeira “civilização equatorial”. Contudo, a implantação dessa nova sociedade exigiria a reestruturação dos padrões de sociabilidade vigentes entre uma população basicamente voltada para o extrativismo. Assim, os impactos sobre essa organização social e as diversas transformações ocorridas naquele território, entre as décadas de 1940 e 1960, são analisados tomando como referência a montagem daquele complexo mineral-exportador, que se destaca por ter projetado duas *company towns* no interior da floresta amazônica, com as quais a empresa Indústria e Comércio de Minérios S.A. pretendia obter um tipo específico de trabalhador e de família, formando comunidades orientadas por princípios de harmonia entre capital e trabalho.

Palavras-chave: *Company town, mineiros, fronteira, Amazônia.*

ABSTRACT

In the mid-1940s, in the extreme north of the country, began the preparations for the installation of the first industrial mineral exploration project in the Amazon. This development was related to policy guidelines, economic and strategic established during the New State to various regions of the country regarded as peripheral and lagging behind the dynamic centers of the national economy. Thus, according to the official discourse, the exploitation of manganese nodules in the region of Serra do Navio, located within the Federal Territory of Amapá, would create the necessary conditions for the development of this important border area, while it would help to the formation of a true "equatorial civilization." However, the implementation of the new society would require restructuring the existing patterns of sociability among a population largely focused on the extraction. Thus, the impacts on the social organization and various transformations occurred in that territory, between the 1940 and 1960, are analyzed with reference to the assembly of that complex mineral-exporter, which stands out for having designed two company towns in the forest Amazon, with whom the company Indústria e Comércio de Minérios S.A was seeking a specific type of worker and family, forming communities guided by principles of harmony between capital and labor.

Key words: *Company town, miners, frontier, Amazon.*

Lista de Figuras

Figura 1: Família de seringueiros.....	31
Figura 2: Uma “crioula” da Guiana francesa.....	37
Figura 3: Um <i>carbé</i> , moradia de garimpeiros na década de 1940.....	46
Figura 4: Casas sendo construídas em Serra do Navio.....	57
Figura 5: Escola de Serra do Navio no início da década de 1950.....	73
Figura 6: Casas operárias em Serra do Navio.....	76
Figura 7: Casa de João Araújo, em Porto Santana.....	100
Figura 8: População estimada de Serra do Navio, segundo tabela de Oswaldo Bratke.....	134
Figura 9: Planta Geral de Serra do Navio.....	135

Lista de Tabelas

Tabela 1: Crescimento populacional no Amapá (1940-1949).....	54
Tabela 2: População Geral de Macapá em 1949.....	55
Tabela 3: Relação de funcionários da ICOMI indenizados por acidentes de trabalho.....	140

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
Capítulo 1	
DE CABOCLO A OPERÁRIO: ORIGEM E CONSTITUIÇÃO DA MÃO-DE-OBRA INDUSTRIAL AMAPAENSE (1943-1949)	
1. Trabalho e política no Amapá dos anos 1940.....	21
2. Seringueiros, castanheiros e garimpeiros.....	28
3. Macapá “restaurada”: a cidade e os trabalhadores.....	38
4. Macapá renegada: a Doca da Fortaleza.....	41
5. Serra do Navio no final dos anos 1940: primeiras expedições e estratégias de exploração.....	43
6. A concorrência pelo manganês no Conselho Nacional de Minas e Metalurgia.....	48
7. O caboclo-operário e a formação de uma frente de mineração industrial periférica.....	53
Capítulo 2	
CONFLITOS E SOCIABILIDADES EM UMA FRONTEIRA DE MINERAÇÃO INDUSTRIAL (1950-1959)	
1. Amigos, amigos, negócios à parte.....	61
2. Concupiscentes, valentões e botequins: o cotidiano popular em Macapá.....	66
3. Serra do Navio em primeiro movimento (1950-1953).....	73
4. Contestando a empresa: os primeiros processos trabalhistas contra a ICOMI.....	89
5. O progresso não vem para todos: vida e morte no projeto ICOMI no Amapá.....	94
6. Sociabilidade e lazer operário no Amapá na segunda metade dos anos 1950.....	114
Capítulo 3	
UMA CIDADE OPERÁRIA NO INTERIOR DA FLORESTA (1960-1964)	
1. Construindo a “cidade perfeita”: Serra do Navio e a ideia de <i>company town</i>	127
2. Indenizações por Acidente de trabalho: um perfil dos trabalhadores na década de 1960.....	138
3. Trabalhar e morar na empresa.....	143
4. Lazer operário em uma <i>company town</i> amazônica.....	148
5. Organização sindical no Amapá (1963-1964).....	152
6. A crítica amapaense ao projeto ICOMI.....	158
CONSIDERAÇÕES FINAIS	161
FONTES	163
BIBLIOGRAFIA	166
ANEXOS	173

INTRODUÇÃO

Este estudo analisa o processo de instalação do primeiro grande projeto de exploração mineral industrial na Amazônia a partir da década de 1940 até meados de 1960, assim como as diversas relações estabelecidas entre esse empreendimento e a sociedade local daquele período, a qual era caracterizada por uma economia de cunho fortemente extrativista e uma população esparsamente distribuída ao longo de pequenas cidades, ilhas e uma vasta área de floresta tropical pertencente ao Território Federal do Amapá – criado em 1943, durante o governo de Getúlio Vargas. Dessa maneira, buscou-se enfatizar o impacto que uma nova concepção de trabalho capitalista industrial teve sobre o cotidiano de indivíduos cujas tradicionais formas de reprodução social diferenciavam-se, em muito, da lógica de acumulação e do trabalho regular, disciplinado e hierarquizado, tal como seria exigido pela empresa concessionária dos direitos de exploração das jazidas de manganês naquele território.

O difícil acesso à região das minas, a necessidade de atrair profissionais com alto grau de qualificação, além do interesse em forjar um trabalhador industrial a partir de uma população que, em sua maioria, habitava as margens dos rios e estava profundamente integrada às especificidades ambientais, sociais e econômicas do espaço amazônico, fez com que a companhia responsável pela abertura dessa nova frente de mineração fronteiriça – a Indústria e Comércio de Minérios S.A (ICOMI) – construísse duas *company towns* absolutamente autônomas, com exclusivo e inédito padrão de moradia, administradas sob rígidas normas de comportamento e moralidade, dispondo de amplos programas de bem-estar social privado. Por meio de todo esse aparato, a ICOMI pretendia estabelecer não somente um determinado padrão de sociedade no interior dos seus domínios, mas principalmente criar um tipo específico de operário e família dotados de valores baseados na atribuição de papéis e deveres de acordo com o gênero e uma nova ética de trabalho capitalista-industrial.

A primeira cidade a ser construída pela companhia recebeu o mesmo nome da região onde ficavam as minas de manganês, ou seja, *Serra do Navio*. Antes da sua conclusão em 1959, porém, a empresa realizou um considerável investimento na montagem da sua infraestrutura produtiva durante quase toda a década de 1950.¹ Nesse período foram construídos os itens necessários ao transporte e

¹ A ICOMI publicava regularmente relatórios informando detalhes sobre a sua infraestrutura instalada no Amapá. Cf. ICOMI, *O manganês do Amapá*. Rio de Janeiro. 1965. Mais de dez anos após o término das atividades da mineradora, ainda é possível ver a maioria das instalações da empresa (incluindo caminhões e maquinário) abandonadas a céu aberto no município que hoje leva o mesmo nome da *company town* que o originou, criado a partir do decreto n°. 0007 de 1º de maio de 1992.

escoamento do minério, incluindo a construção de um porto fluvial exclusivo da companhia e uma estrada de ferro de 200 km de extensão, ligando a área de mineração ao porto situado às margens do rio Amazonas. Por fim, no início dos anos 1960, foi concluída a segunda cidade da mineradora, chamada de *Vila Amazonas*, por estar localizada próxima a área portuária. Lá viviam os funcionários, gerentes e técnicos do porto e da ferrovia.

Mas, a ICOMI não era a única a almejar a formação de um novo trabalhador para o Amapá. Mauro Cezar Coelho² demonstrou que o ideal de reformulação dos hábitos dessa população estava em consonância com os novos parâmetros de modernização pleiteados pelo governo do Território Federal do Amapá, na figura de seu primeiro governador, o capitão Janary Gentil Nunes.³ Desse modo, o projeto de mineração da ICOMI na região de Serra do Navio e a construção de duas *company towns* que se estabeleceriam como um arquétipo de cidade modelo em plena Amazônia desempenhariam um importante papel no ambicioso projeto político de “civilizar” a população e fazer progredir a região.⁴ O que teria motivado os significativos esforços pessoais do governador no sentido de viabilizar o processo de instalação da mineradora, pouco tempo depois da criação do território federal.⁵

Contudo, a própria instalação do território e o anúncio da descoberta do manganês causaram a uma série de transformações difíceis de serem submetidas ao controle civilizacional pretendidos pela empresa e pelo governo. Um intenso fluxo migratório aliado à expansão das frentes de trabalho de mineração acrescentaram novos espaços de sociabilidade aos que já existiam na capital, Macapá, e no interior. Lugares pelos quais uma diversidade cada vez maior de pessoas oriundas de várias partes do país e do mundo, juntamente com os trabalhadores da ICOMI, transitavam e interagiam livremente, criando um universo próprio de lazer popular e operário. Assim, Doca da Fortaleza, Porto Platon, Porto Santana e Terezinha tornaram-se o palco de disputas e relacionamentos amorosos freqüentes entre operários e meretrizes, brigas, bebedeiras e acertos de contas, enfim, tudo o que o poder público e a companhia pretendiam eliminar definitivamente.

² COELHO, Mauro Cezar. *De caboclo a brasileiro: estado e nacionalidade no Território Federal do Amapá*. Saeculum, João Pessoa, v. 10. 2004, p. 141-162.

³ Na década de 1950 Janary Nunes encomendou um plano de desenvolvimento para o Amapá, baseando-se nos *royalties* pagos pela ICOMI. Porém, nada foi efetivado, ver URECH, Eduoard. *Esboço do plano de industrialização do Território Federal do Amapá – Primeiro volume: minérios e siderurgia*. Rio de Janeiro, irmãos Di Giorgio, 1955.

⁴ Sobre as expectativas, críticas e a importância econômica do projeto ICOMI no Amapá, ver: DRUMMOND, José Augusto; PEREIRA, Mariângela de Araújo Povoas. *O Amapá nos tempos do manganês: um estudo sobre o desenvolvimento de um estado amazônico 1943-2000*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

⁵ Uma crítica veemente à forma como teria sido a participação de Janary Nunes na assinatura do contrato com a ICOMI, encontra-se em: CUNHA, Álvaro da. *Quem explorou quem no contrato de manganês do Amapá*. Macapá: RUMO, 1962.

Durante a pesquisa tive a oportunidade de encontrar um arquivo inédito no Fórum do Tribunal de Justiça do Amapá, contendo processos judiciais jamais utilizados em qualquer estudo acadêmico, através do qual foi possível ampliar significativamente a pesquisa proposta no projeto original – que se concentrava basicamente na *company town* de Serra do Navio, e em um recorte temporal bem mais recente.⁶ Porém, as condições de armazenamento desse acervo não eram as melhores, sendo que boa parte já havia se perdido em chuvas e inundações ocorridas em outro local de onde os documentos haviam sido transferidos. A criação do grupo de pesquisa “Arquivos do Judiciário Amapaense”, ligado à Universidade Federal do Amapá, e os esforços de professores⁷ desta instituição para preservar e disponibilizar para consulta os processos “históricos” do Tribunal (que estavam sob ameaça de incineração) são algumas das medidas que certamente darão um novo impulso à pesquisa histórica no Amapá.

Por meio da utilização desses inquéritos, e entrevistas com ex-operários, procurei construir uma análise que pudesse acompanhar as diversas transformações ocorridas no território durante pouco mais de duas décadas, adotando um olhar preferencialmente “a partir de baixo” – ao contrário da maioria dos estudos sobre a ICOMI que enfatizam a perspectiva oficial do governo e da empresa –, mas sem abrir mão da análise das estruturas de poder que também concorrem para a conformação das sociedades, tendo como fio condutor da narrativa os preparativos para o início das operações de extração do manganês em Serra do Navio, até o cotidiano de vida e trabalho no interior das *company towns* da ICOMI.

Assim, o primeiro capítulo ocupa-se em analisar a sociedade amapaense do início da década de 1940, buscando entender as transformações que ocorreram no âmbito político, econômico e social, a partir da criação do Território Federal do Amapá e a descoberta dos depósitos de manganês na região de Serra do Navio. Para isso, utilizou-se basicamente material jornalístico, relatórios de governo, obras de pesquisadores e viajantes que estiveram na região durante aquela década e, finalmente, relatórios de pesquisa e planos de aproveitamento e exploração do manganês.

O segundo capítulo busca acompanhar o cotidiano de trabalho e lazer no Território Federal do Amapá, durante a década de 1950, época em que está sendo viabilizada toda a infraestrutura produtiva e social do empreendimento manganífero em três regiões principais: Serra do Navio, Porto

⁶ Embora tenha sido difícil encontrar um arquivo que muitos funcionários do Tribunal de Justiça do Amapá – e até juízes – simplesmente diziam que “não existia”, agradeço o irrestrito acesso que tive aos processos e a cordialidade com que fui recebido, apesar de ter sido questionado por várias vezes sobre qual seria o meu interesse em tantos “documentos velhos” e empoeirados, que estavam ocupando um espaço ao qual “poderia ser dado melhor destino”, no porão de um dos prédios do Fórum.

⁷ Prof. Msc Paulo Marcelo Cambraia da Costa e Prof. Msc Sidney da Silva Lobato.

Platon e Porto Santana, respectivamente a área de mineração, um posto intermediário de distribuição de equipamentos e demais suprimentos e o porto às margens do rio Amazonas. As fontes principais são os processos judiciais encontrados no Arquivo do Fórum do Tribunal de Justiça do Amapá.

No terceiro capítulo focalizamos a experiência de vida e trabalho no interior de uma *company town* encravada na selva amazônica, no início da década de 1960, além do surgimento das primeiras organizações sindicais no Amapá e suas relações com o governo do território, às vésperas do golpe civil-militar de 1964. As fontes principais são os depoimentos de ex-trabalhadores que viveram em Serra do Navio, livros de memórias, biografias, além dos documentos produzidos pela própria ICOMI.

De maneira geral, este trabalho fala sobre uma empresa e uma sociedade que já não existem e locais que a maioria das pessoas que nasceram ou vivem no Amapá sequer ouviram falar, como a Doca da Fortaleza, hoje centro comercial de Macapá, surpreendentemente diferente do que fora até os anos 1960. Mesmo assim, as marcas desse passado – que não é assim tão distante – continuam presentes e indeléveis, seja como parte da história de vida de muitos ex-operários e suas famílias, ou nas obras que a empresa legou à posteridade, como a ferrovia e o porto, além da influência exercida sobre a atual configuração social e econômica do Estado. Com esta pesquisa procurei entender o que havia sob esses “escombros”. Se o historiador muitas vezes observa o passado por fendas,⁸ passo a compartilhar o resultado daquilo que consegui enxergar, a seguir.

⁸ GINZBURG, Carlo. *Relações de força: história, retórica, prova*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 99.

CAPÍTULO 1

DE CABOCLO A OPERÁRIO: ORIGEM E CONSTITUIÇÃO DA MÃO-DE-OBRA
INDUSTRIAL AMAPAENSE (1943-1949)**Trabalho e política no Amapá dos anos 1940**

Em meados do ano de 1941, no interior da floresta amazônica, extremo norte do estado do Pará, um forte temporal ameaçava afundar uma pequena embarcação que resistia entre as corredeiras do rio Amapari, um importante afluente do rio Araguari. Era noite, o que só aumentava o perigo. Sendo assim, o comandante resolveu encostar-se à margem onde poderia aguardar o fim da tempestade em segurança.⁹ Na embarcação viajavam oito pessoas. Cada uma tentando mudar a própria sorte – e, quem sabe até, enriquecer – nas regiões auríferas do Amapari. O comandante, dono da embarcação e líder do grupo, um caboclo da região chamado Mário Cruz, “homem do povo e velho garimpeiro”, também era negociante e levava gêneros alimentícios a fim de vendê-los àqueles que, assim como ele e seus passageiros, adentravam as matas em busca das tais riquezas. Impedidos, porém, de prosseguir, Mário Cruz e seus companheiros improvisaram uma barraca na “boca” do igarapé do “Baixio” em frente à região que ficaria conhecida pelo nome de *Serra do Navio*.

Na manhã seguinte, Cruz decidiu se assegurar de que a embarcação agüentaria seguir viagem. Resolveu, então, apanhar algumas pedras negras que estavam por ali a fim de usá-las como lastro. Mário Cruz conhecia como poucos aquelas águas e, não obstante as dificuldades da noite anterior, cumpriu sua jornada. Alguns anos mais tarde, porém, quando se viu novamente em perigo na mesma região, acabou sendo vencido pelo Amapari.¹⁰

Este episódio, por certo, nada teria de extraordinário na vida de um regatão¹¹ acostumado às difíceis condições de navegabilidade naquele local e, provavelmente, Mário Cruz deve ter voltado várias vezes àquele mesmo trecho do rio Amapari. Ainda assim, a maior parte das notícias e relatórios de pesquisa da época se refere àquela viagem como o marco original da saga da exploração

⁹ MOREL, Edgar. Um plebeu deu vinte bilhões de cruzeiros ao Brasil. *Amapá*, 5/4/1952. A descrição dos eventos a seguir baseia-se nesta reportagem.

¹⁰ Mário Cruz e um passageiro chamado João Pernambuco naufragaram quando subiam o rio Amapari, depois que a embarcação em que viajavam (chamada “Ninfa”) bateu em uma rocha no meio do rio. Apesar de ter tido considerável prejuízo em mercadorias, Mário e seu passageiro escaparam ilesos. Cf. Naufrágio de um motor no rio Amapari. *Amapá*, 13/10/1945.

¹¹ Uma espécie de mascate fluvial que há tempos navegam pela Amazônia comercializando produtos. A respeito dos regatões no Amapá no mesmo período, ver CAMBRAIA, Paulo Marcelo da Costa. *Na ilharga da fortaleza, logo ali na beira, lá tem o regatão: os significados dos regatões na vida do Amapá (1945-1970)*. Belém: Açáí, 2008.

industrial do manganês amapaense. Para esses cronistas, estudiosos e membros da administração oficial, as horas de angústia que Mário Cruz passou às margens do rio Amapari estavam predestinadas a desencadear os acontecimentos que produziram o *segundo* grande momento de inflexão histórica recente no Amapá.

“Segundo maior” porque o primeiro havia sido a própria criação do Território Federal do Amapá¹² e a nomeação de Janary Gentil Nunes para governá-lo.¹³ Esta iniciativa relacionava-se com perspectivas estratégicas de proteção e desenvolvimento de áreas periféricas “ricas e imensas, mas distantes e quase abandonadas”.¹⁴

Sob este aspecto, o governador do Amapá – assim como os demais – precisava dispor de mecanismos que possibilitassem um impulso de crescimento econômico que fosse considerado satisfatório àqueles objetivos. Para isso, o investimento em pesquisa visando o aproveitamento em larga escala das riquezas minerais parecia ser um dos caminhos mais rápidos, e seguros, para que fossem obtidos os recursos necessários à realização de uma ampla proposta de desenvolvimento. Isto ficou bastante claro, já em 1945, em função dos seus esforços para que fossem exploradas as jazidas de ferro do rio Vila Nova,¹⁵ mesmo sob o ataque de ferrenhas críticas nacionalistas, vindas principalmente da capital federal, por ele ter cedido os direitos de exploração a uma empresa estrangeira: a *Hanna Exploration Company*. Durante vários meses entre os anos de 1946 e 1947 o jornal oficial do governo Territorial, denominado *Amapá*, publicou extensas reportagens acerca das potencialidades das jazidas de ferro do rio Vila Nova. Contudo, a *Hanna Exploration* desistiu das jazidas, por considerar que a quantidade de minério existente era insuficiente para cobrir os custos e garantir os lucros da sua exploração.

Confiando na possibilidade de que existissem mais depósitos de ferro, Janary Nunes ofereceu um prêmio a quem lhe trouxesse provas desse minério em outras regiões do Amapá.¹⁶ Ao ficar

¹² Por meio do Decreto-Lei nº 5812 de 13 de setembro de 1943 foram criados cinco territórios federais em áreas de fronteira: Amapá, Rio Branco, Guaporé, Ponta Porã e Iguçu, desmembrados dos Estados do Pará, Amazonas, Mato Grosso, Paraná e Santa Catarina, respectivamente.

¹³ Janary Gentil Nunes era capitão do Exército quando foi nomeado Interventor do Amapá por Getúlio Vargas em 27 de dezembro de 1943. Assumiu o cargo em 25 de Janeiro de 1944 e governou o Amapá até 1956. Cf. BENEVIDES, Marijeso de Alencar. *Os novos territórios federais*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.

¹⁴ *Ibidem*, p.13.

¹⁵ Segundo notícias do jornal *Amapá*, as jazidas de ferro do rio Vila Nova foram descobertas em 1939 pelo geólogo Fritz Ackerman, no lugar conhecido como “Santa Maria”, entre os municípios de Macapá e Mazagão. Cf. *Amapá*, 19/5/1951, p.3.

¹⁶ Outros prêmios foram oferecidos no mesmo período: “Várias pessoas vêm informando e assegurando ao governo a existência de Carvão de pedra no Território. A Divisão de Produção, devidamente autorizada pelo governador, senhor capitão Janary Gentil Nunes, avisa à população, em especial aos garimpeiros e faiscadores do Amapá, que o governo oferece um prêmio de Cr\$ 20.000,00 àquele que trazer ao seu Diretor amostras e indicações que comprovem a existência e a localização real desse minério”. Prêmio de vinte mil cruzeiros – Carvão de pedra. *Amapá*, 25/5/1946.

sabendo de tal prêmio, Mário Cruz levou amostras daquelas pedras escuras que ele havia utilizado como lastro ao governador, o qual, após uma análise preliminar, decidiu se certificar acerca do que Cruz lhe trouxera enviando as amostras ao Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, no Rio de Janeiro. A resposta revelar-se-ia surpreendente: tratava-se de manganês de excepcional valor comercial e de teor superior a muitas das jazidas conhecidas no mundo àquela época.

A novidade surgiu em um momento delicado para a indústria mundial, pois, em tempos de Guerra Fria, a Rússia havia suspenso as suas exportações de manganês. A medida visava prejudicar diretamente os Estados Unidos e seus aliados que dependiam do minério – usado fundamentalmente na fabricação do aço – mas nada podiam fazer a respeito, pois o controle dos maiores depósitos mundiais e o seu fornecimento estavam nas mãos de Stálin. Dessa forma, a ameaça de insuficiência de manganês fez com que o Amapá passasse a ocupar lugar de destaque nos debates internacionais que envolviam o abastecimento de reservas minerais estratégicas para a economia global.¹⁷

O anúncio da descoberta das jazidas de manganês e da assinatura do contrato com a *Hanna Exploration* para pesquisa e possível aproveitamento do ferro do rio Vila Nova, ocorreu durante as celebrações do 1^a de maio de 1946, em Macapá, em solenidade no Cine-Teatro Territorial, na qual diversas autoridades discursaram,

pondo em evidência o papel do operário no mundo moderno; a perfeita legislação que o ampara, livrando-o do problema das reivindicações, graças a ação do governo de Getúlio Vargas e a situação especial de proteção em que se acha o operariado amapaense pelo descortino e pelo patriotismo do governador do Território, que se revelou um amigo das classes trabalhadoras.

Encerrando os discursos, Janary Nunes tomou a palavra e anunciou

a descoberta de um grande depósito de manganês no rio Amapary (sic), de valor econômico considerável e que, associado à exploração do minério de ferro, vem desvendar um futuro de imprevisível riqueza para o Território[...]. [afirmou ainda] que graças ao trabalho conjugado do governo e do povo, tínhamos diante dos olhos os bons resultados dos esforços despendidos na transformação significativa que se vinha operando no Território.¹⁸

Mesmo que o discurso governamental pretendesse passar a ideia de harmonia e complementaridade entre a esfera pública oficial e o povo, este nem sempre atendeu às expectativas do chamado que lhe foi feito. Principalmente porque a busca pelo tipo de desenvolvimento almejado pelo governo territorial passava pela necessária negação e reformulação do tipo de sociedade que

¹⁷ Gigantescos depósitos de manganês no Brasil: investigações de geólogos norte-americanos no Território do Amapá. *Amapá*, 13/8/1949.

¹⁸ Os festejos em comemoração ao dia do trabalho. *Amapá*, 4/5/1946.

existia no Amapá antes da criação do território federal e a descoberta das jazidas de ferro e manganês. De acordo com tal planejamento, não havia qualquer possibilidade de ajuste entre os modos de vida e trabalho existentes e aqueles que se pretendia implantar, embora muitos dos elementos que compunham a “antiga sociedade” simplesmente não pudessem ser ignorados.

A valorização do mito em torno da viagem de Mário Cruz, dessa maneira, fortalecia a representação política de Janary Nunes como o grande incentivador do justo aproveitamento econômico das riquezas locais em benefício do próprio Amapá e de um governante que sabia reconhecer e retribuir os talentos do amapaense comum. Não era à toa que a historieta do intrépido Mário Cruz, citada acima, era cantada aos quatro ventos, conhecida por todos na região: o mito fundador do novo Amapá, onde todos teriam igual oportunidade, bastando para isso que se dedicassem com igual fervor à causa do desenvolvimento do território.¹⁹

Assim, por ter descoberto a fonte de tão “imprevisível riqueza para o território”, Mário Cruz obteve uma colocação no governo territorial e durante algum tempo conduziu as equipes dos primeiros técnicos e empresários do setor de mineração que visitaram a região das jazidas de manganês ao longo do rio Amapari.²⁰ Mais tarde foi contratado e aposentou-se na empresa que ganhou a concessão dos direitos de exploração em Serra do Navio: a Indústria e Comércio de Minérios S.A. (ICOMI).²¹

Embora estes cargos pretendessem passar como uma recompensa, o fato é que os conhecimentos que Mário possuía sobre o interior do Amapá seriam de grande utilidade nas inúmeras incursões feitas até a região das minas, num momento em que não havia acesso direto por estradas e a única forma de se chegar a Serra do Navio era por barco ou hidroavião.

Mesmo assim, o governo territorial elaborou uma retórica política na qual Mário Cruz se tornava um personagem-símbolo, por dois motivos. Primeiro porque demonstrava a autêntica

¹⁹ Existem duas outras versões que tratam da descoberta do manganês no Amapá. A primeira, encontrada em algumas notícias da década de 1940, afirma que o minério já era conhecido desde 1934 e fora descoberto pelo geólogo Josalfredo Borges quando este fazia uma expedição pelo vale do rio Amapari, a serviço do Departamento Nacional de Produção Mineral. Entretanto, jamais teria havido qualquer registro oficial sobre o fato. Cf. ICOMI. *História do aproveitamento das jazidas de manganês da Serra do Navio* [Rio de Janeiro], dezembro de 1983. 2 v. [datilografado], p. 7. Uma segunda versão bastante influente, porém, muito criticada, foi levantada por Aluizio Nunes Leal e sugere, sem apresentar provas, que a ação de interesses imperialistas teria ocultado o conhecimento das jazidas desde o final do século XIX e que a própria criação do Território Federal teria ocorrido para atender a interesses articulados entre monopólios internacionais e o Governo Federal para impedir que o Pará explorasse as jazidas. Cf. LEAL, Aluizio Nunes. *Amazônia: aspecto político da questão mineral*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Pará. Belém, 1988.

²⁰ Atos do Governo do Território Federal do Amapá. Portaria: admitindo Mário Cruz como extranumerário-mensalista, para desempenhar a função de “Mestre especializado”, ref.XXV, no Serviço de Administração Geral. *Amapá*, 26/10/1946.

²¹ Na ICOMI, entre outros serviços, Mário Cruz trabalhou no setor de embarcações que faziam a interligação entre o acampamento de Porto Platon e Serra do Navio. Cf. ICOMI. *Op. cit.*, p. 24.

consideração do governo em relação ao “típico” homem do interior do Amapá, detentor de vários talentos, profundo conhecedor da região, porém, até aquele momento, abandonado em uma terra sem maiores perspectivas. Em segundo lugar, porque todo o reconhecimento público e os *benefícios* materiais que o governo do Amapá proporcionava a esse “simples regatão” funcionavam como uma “vitrine”, demonstrando o compromisso do poder público em atuar como legítimo instrumento de modernização e gerador de oportunidades

Dessa forma, analisando as primeiras edições do jornal *Amapá* percebemos o esforço em instituir um imaginário no qual a nova elite política empossada em 1944 estava disposta a oferecer essas “oportunidades” a toda população, justamente porque a ascensão desse grupo ao poder simbolizaria o início de uma fase de transformação constante e ininterrupta para a região. Essas estratégias discursivas de legitimação do poder político passavam pela cuidadosa elaboração de um discurso de valorização do elemento humano local: o caboclo, síntese do trabalhador amapaense.²²

Desde o início do seu governo, Janary Nunes buscou incessantemente criar uma relação de afinidade com os trabalhadores. Para isso, comparecia e discursava nas festividades em homenagem ao 1º de Maio e nas demais datas consideradas “patrióticas” como aquelas dedicadas aos heróis locais e nacionais, Independência, etc. Elaborava textos que pretendiam falar diretamente ao caboclo, de forma clara e, ao mesmo tempo, imperativa, dispondo para sua divulgação de veículos como o jornal *Amapá* e a rádio Difusora²³, órgãos administrados pelo Serviço de Imprensa e Propaganda (o qual, de acordo com suas diretrizes, deveria manter estreito contato com o Departamento de Imprensa e Propaganda do governo federal e outros departamentos similares dos demais estados e Territórios). Além disso, dava bastante publicidade a obras destinadas ao “bem-estar do operariado” – como hospedaria²⁴ e restaurante²⁵ – ao mesmo tempo em que buscava o controle e a normatização desses

²² Sobre a construção discursiva governamental acerca da valorização do caboclo e o imaginário político do governo de Janary Nunes, ver LEAL, Maura. *A (onto)gênese da nação nas margens do território nacional: o projeto janarista territorial para o Amapá (1944-1956)*. Dissertação de mestrado em história. PUC/SP. 2007. Da mesma autora: “A mística do Amapá: a invenção do cidadão amapaense-brasileiro”. In: OLIVEIRA, Augusto, et al. *Amazônia, Amapá, escritos de História*. Belém: Paka-Tatu, 2009, p. 267-295. COELHO, Mauro Cezar. *De caboclo a brasileiro: Estado e nacionalidade no Território Federal do Amapá*. Saeculum, João Pessoa, v. 10. 2004, p. 141-162.

²³Inaugurada em 11 de setembro de 1945. Cf. *Amapá*, 19/5/1951, p.4.

²⁴ Inauguração da hospedaria dos operários. *Amapá*, 28/4/1945. Em 1949 esta hospedaria passou por reformas e foi reinaugurada, desta vez para servir também aos imigrantes. Cf. A nova hospedaria de imigrantes. *Amapá*, 4/6/1949.

²⁵ “Uma notícia alvissareira temos a transmitir aos trabalhadores que aqui empregam suas atividades em prol do progresso do território: será inaugurado amanhã, o restaurante dos operários, que funcionará no confortável barracão da Praça Assis de Vasconcelos”. Os proletários vão ter seu restaurante. *Amapá*, 13/10/1945.

mesmos trabalhadores, reprimindo-lhes os vícios e demonstrando-se disposto a ajudá-los a sair do seu estado de “abandono e penúria”.²⁶

Objetivando integrar definitivamente o Amapá à nação brasileira por meio da construção de um sentimento de cidadania, tido como praticamente inexistente entre os amapaenses, Janary buscou, igualmente, inculcar-lhes uma lógica de trabalho e produção que ultrapassasse o imediatismo da simples subsistência. Assim, nas palavras do próprio Janary, faltava ao amapaense *ambição* e *eficiência*, a fim de que fosse definitivamente trilhado *o caminho da redenção*²⁷ que levaria, de vez, o progresso e o desenvolvimento ao Amapá.

Nesse sentido, as ambições do governo territorial conjugavam-se com os auspícios da política federal para a Amazônia durante o Estado Novo. Essas diretrizes afirmavam ter chegado o momento de ir além de uma longuíssima tradição literária e romântica na qual se representava a Amazônia envolta entre lendas e cenários maravilhosos, ou como um temido “inferno verde”, lugar de clima tórrido e inapropriável a qualquer civilização – ou civilizados.

A partir de então, não bastava apenas vislumbrar-se com a imensidão e as riquezas da região, muito menos difamá-la como uma imensa floresta arredia ao avanço da modernidade. Fazia-se necessário submetê-la à vontade e ao trabalho racional e organizado do homem. Contudo, para ser “socialmente útil”, segundo Getúlio Vargas, o homem amazônico precisava “concentrar-se técnica e disciplinarmente”.²⁸

Janary Nunes conhecia bem as peculiaridades amazônicas²⁹ e, apesar da maioria das suas falas utilizar uma linguagem de cunho eminentemente industrial quando se referia aos trabalhadores – tal como “operário” e “operariado” –, ele sabia que boa parte daqueles aos quais se destinavam os discursos eram, na verdade, garimpeiros, faiscadores, castanheiros, seringueiros e pescadores. Sua audiência era constituída por homens e mulheres envolvidos em atividades eminentemente extrativistas, baseadas no nomadismo e dispostos de instrumentos e técnicas incipientes para produzir excedentes comercializáveis com o ritmo e o volume de produção que seriam exigidos por um mercado capitalista em expansão.

²⁶ Muito da prática política do governo de Janary Nunes em relação aos trabalhadores se aproximava, intencionalmente, do trabalhismo de Vargas. Cf. GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. São Paulo: Vértice, 1988.

²⁷ O caminho da redenção. *Amapá*, 16/3/1946.

²⁸ VARGAS, Getúlio. O discurso do rio Amazonas. In: *Operação Amazônia* (Discursos). Belém: SUDAM, 1968, p.10.

²⁹ Janary Nunes era natural de Alenquer (no Estado do Pará), e após sair da Escola Militar do realengo, no Rio de Janeiro, serviu como Oficial do Exército em cidades como Petrópolis, Curitiba e Florianópolis. Também esteve no Pelotão Independente do Oiapoque e estava comandando a 1ª Companhia Independente de Metralhadoras Anti-Aéreas em Belém, quando foi nomeado por Getúlio Vargas para governar o Amapá, em 27 de dezembro de 1943, aos 31 anos de idade. Cf. BENEVIDES, Marijeso de Alencar. *Op. cit.*, p. 75.

Em qualquer uma das atividades que compunham a produção econômica local (borracha, castanha-do-pará e outras sementes oleaginosas, madeiras, peixe salgado e o grude de peixe, ouro, couro de boi, gado e peles de animais silvestres), a natureza era quem direcionava os trabalhos, determinando fatores que controlavam invariavelmente a quantidade e, portanto, a oferta dos produtos. Era preciso levar em conta a época do ano, o regime de marés fluviais e oceânicas, a ocorrência de determinadas espécies nativas neste ou naquele lugar, a descoberta de algum novo veio aurífero e infinitos outros detalhes que apenas os próprios nativos conheciam ou sabiam reconhecer.

Ainda que, segundo suas próprias palavras, buscasse defender “a gente caluniada da Amazônia”, Janary Nunes demonstrava ampla afinidade com preconceitos comuns às elites do período, pois suas ideias afirmavam, constantemente, a urgência por uma intervenção contrária a esses padrões seculares, porém, considerados ultrapassados e limitados demais para a nova sociedade a ser construída.

Desse modo, a política de valorização do caboclo amapaense durante o primeiro governo territorial do Amapá implicava, contraditoriamente, a desvalorização de todo seu arcabouço cultural e de todas as suas formas de reprodução material às margens dos rios, igarapés e no interior da floresta. Na medida em que se buscava a maximização e racionalização da sua capacidade produtiva, sugerindo uma recuperação da sua força de trabalho que estaria prejudicada por má alimentação, doenças e falta de ambição, o que se pretendia, de fato, era uma profunda e irreversível transformação nos seus hábitos e costumes tradicionais, objetivando sua inserção em uma economia de mercado plenamente desenvolvida o mais breve possível.

Por isso, Nunes buscava iniciar seus textos sempre com o argumento de que o caboclo sofria das mais diversas enfermidades endêmicas e era privado de todos os benefícios do mundo moderno. Estava, portanto, abandonado à própria sorte, esquecido pela irresponsabilidade de autoridades negligentes e insensíveis. O caboclo, assim descrito, era como uma valiosa matéria-prima que se perde pela ignorância do mau artesão que não lhe fez bom uso, pois somente aquele que

o vê tremendo de frio aos dez dias de nascido, e o acompanha crescendo com a cultura permanente em seu sangue do *plasmodium vivax*, do *falsiparum*, devorado pelos vermes, [...] pode considerar o vigor desse ser que venceu tremendas batalhas interiores. [...] Alimentado irracionalmente, analfabeto, verdadeiro pária, amarelo e encolhido no meio das pessoas civilizadas, transforma-se num semi-deus ao contato com a natureza [...]. Se conseguirmos, porém, conservar as vidas que se perdem em razão do abandono e da ignorância, [...] estaremos multiplicando o homem indicado para o domínio da terra equatorial.³⁰

³⁰ Ibidem, pp. 31-32.

Tomando para si a tarefa de soerguimento do homem e da terra, o governo marcava o exato lugar que pretendia ocupar na história do Amapá, dividindo-a em dois momentos bem distintos: o antes, relacionado à decadência, esquecimento e desagregação; e o depois, vinculado à recuperação e ao avanço. O antes, porém, referia-se tanto ao período em que o Amapá esteve vinculado ao Pará, mas fundamentalmente, ao abandono que a política liberal e o federalismo oligarca da Primeira República haviam dispensado aos rincões mais distantes dos grandes centros. Dessa forma, para que essa “evolução social” realmente pudesse acontecer, o caboclo deveria ser amparado e estar munido dos mais “adequados” e modernos recursos sociais, políticos e econômicos, que somente o governo do recém-criado território poderia lhe proporcionar, uma vez que

ele [o caboclo] é, com toda a certeza, a melhor fortuna territorial. Tratá-lo, educá-lo, elevá-lo, enriquecê-lo, deverá ser a diretriz de toda a atividade do Governo. Porque [ele] constitui em essência a garantia da penetração e da exploração da gleba e o fator mais precioso da segurança das fronteiras.³¹

Neste sentido, a “elevação” social do caboclo – segundo o projeto político vigente nos anos 1940 – passava pela urgência em torná-lo economicamente útil e socialmente ajustado ao novo tipo de sociedade amazônica “nacionalmente integrada”. Politicamente, o caboclo ainda cumpriria uma importante função: preservar a integridade das fronteiras, garantindo a posse nacional de territórios limítrofes, como o Amapá.

Seringueiros, castanheiros e garimpeiros

Por meio do trabalho de pesquisadores que estiveram no Amapá logo após a criação do território federal e nos anos seguintes, podemos nos aproximar do dia-a-dia das populações que habitavam essa região, destacando a maneira como desempenhavam suas tarefas, reproduziam seu modo de vida e contribuíram para a dinâmica ocupacional do território até aquele momento.

De acordo com tais pesquisas, durante a década de 1940 havia dois grandes segmentos econômicos extrativistas sendo praticados, respectivamente, nas regiões sul e central do território: o vegetal, com a coleta da castanha-do-pará e a da borracha; e o mineral, com a garimpagem do ouro. Embora cada atividade exigisse um tipo de conhecimento específico, muitos trabalhadores desenvolviam mais de uma atividade durante o ano, de acordo com a região em que viviam e o que pudesse ser mais vantajoso em determinado momento. Esta era a realidade econômica do Amapá desde o final do século XIX.

³¹ Ibidem.

A colheita da castanha-do-pará era uma atividade de grande destaque entre os rios Jari, Cajari e Vila Nova, no sul do Amapá. Um artigo na Revista Brasileira de Geografia, de 1943, descreve assim a atividade:

A colheita se inicia quando todos os frutos começam a cair das árvores, o que se dá em fins de janeiro. [...] Em vista da altura da copa a colheita se realiza no chão. Na própria mata, os colhedores partem os frutos para retirarem as amêndoas [castanhas], comumente em número de 12 a 22 em cada ouriço [invólucro que contém as castanhas]. O trabalho obedece à disciplina sazonal. [...] Armada uma barraca singela sob a floresta, com uma cobertura fortemente inclinada para o chão, a fim de evitar o perigo da queda imprevista dos volumosos e pesados frutos, dentro dela espera o trabalhador dos castanhais (apanhadores, carregadores, etc.), o momento que, agitados pelos ventos, os galhos passam a desprender todos os ouriços maduros. Cautelosamente deixa, então, o abrigo e passa a encher o paneiro, (às vezes uma cangalha) de frutos encontrados pelo chão. Realizada a primeira colheita, novamente se recolhe à barraca-esconderijo a fim de aguardar a nova queda dos frutos.³²

Como se pode notar, havia um perigo iminente na coleta aparentemente fácil da castanha. Devido à altura de quase trinta metros da *Bertholetia excelsa* (árvore de castanheira) e ao peso de cerca de um quilo dos ouriços que caem a cada sopro dos ventos, ser atingido na cabeça por um desses invólucros poderia ser fatal. Por conta disso, não foram poucos os castanhais que morreram tragicamente no exercício das suas funções.

A extração do látex da seringueira para a obtenção da borracha também possuía dinamismo próprio, sendo encontrada em abundância nos municípios de Macapá e Mazagão. Um relato de 1942 afirmava ser o seringalista (chefe, patrão ou dono do seringal) “a réplica amazônica do fazendeiro de gado, ou de café, das outras regiões do país”, e explicava as principais características do serviço, distinguindo os trabalhadores de acordo com sua origem e área de atuação:

Os seringueiros, filhos da região, trabalham nos seringais envelhecidos da área restrita às ilhas e terras planas do baixo Amazonas. [...] imigrantes do Ceará exercem a profissão nas cabeceiras dos rios. [...] o primeiro é o seringueiro das ilhas, sendo o segundo o seringueiro das cabeceiras, ou dos afluentes remotos. [...] seja qual for o seu domínio, o equipamento do seringueiro se reduz à faca, balde tigelinhas, bacia, buião, fôrma ou tariboca. [...] O das ilhas embarcado na montaria [canoa], só depois de nascido o sol, parte para o trabalho, na vazante da maré, vestindo calças de algodão, blusa, gorro de pano à cabeça, levando balde, terçado, e espingarda. [...] o seringueiro das cabeceiras é um madrugador que, às três horas, se encontra, sem demora, preparado para a luta, trajando calça e blusa, borzeguins de borracha, de fabricação própria, ostentando terçado na cinta e rifle a tira-colo. Na cabeça, exhibe o capacete de latão, sobre o qual assenta a lamparina de querosene, auxílio para o serviço de corte “à noite”.³³

³² IBGE. Tipos e aspectos do Brasil: castanhais. *Revista Brasileira de Geografia*, Julho-setembro de 1943, pp. 487-489.

³³ IBGE. Tipos e aspectos do Brasil: seringueiros. *Revista Brasileira de Geografia*, Abril-Junho de 1942, p. 127.

Segundo Antônio Teixeira Guerra, no sul do Amapá era comum que muitos seringueiros também fossem castanheiros. Isso era possível porque os trabalhadores desempenhavam suas atividades de acordo com o nível dos rios e o índice pluviométrico de cada região em determinadas épocas do ano. Assim, durante o período das chuvas – entre os meses de janeiro a abril – os trabalhadores apanhavam as castanhas nos médios e altos cursos dos rios; e na estiagem – entre os meses de setembro a dezembro – dedicavam-se à extração do látex das seringueiras, nos baixos cursos. Nos meses intercalados – maio a agosto – coletavam sementes oleaginosas como murumuru, ucuuba, andiroba, patoá, copaíba, etc.³⁴

Após a coleta dos produtos, os trabalhadores negociavam-nos com o *seringalista* (no caso da borracha) ou com o *barracão* (casa de comércio situada estrategicamente nos pontos de parada obrigatória das cachoeiras ou bocas dos rios) no caso das castanhas. Porém, na prática, os barracões negociavam diversos produtos trazidos pelos caboclos, como por exemplo, peles e o látex também.

Tanto os barracões quanto os seringalistas negociavam com os produtores diretos por meio do *sistema de aviamento*. Esse sistema consistia no repasse antecipado de mercadorias ou ferramentas, em forma de crédito, aos produtores. Estes, por sua vez, tinham o valor do seu débito compulsoriamente abatido de acordo com a quantidade de produto entregue aos barracões ou para o seringalista. Porém, como o valor das mercadorias e ferramentas era sempre muito superior ao valor pago pela castanha ou látex, os coletores acabavam contraindo uma dívida impagável com seus credores ou patrões.

Entre os anos de 1899 e 1948, o maior latifundiário, seringalista e dono de barracões em atividade no Amapá foi José Júlio de Andrade. Os domínios do “Coronel José Júlio”, como era popularmente conhecido, estendiam-se desde a cidade de Almeirim e Porto de Móz, no estado do Pará, até a porção sul do Território Federal do Amapá, num total de aproximadamente três milhões de hectares. Muitos castanheiros e seringueiros viviam sob a autoridade de José Júlio e continuaram vivendo condição semelhante, após ele decidir vender suas propriedades a um grupo empresarial português que criou três grandes empresas para a comercialização da borracha e da castanha: a Jarí Indústria e Comércio, a Companhia Industrial do Amapá e a Companhia de Navegação Jarí S.A.³⁵

³⁴ GUERRA, Antônio Teixeira. *Estudo Geográfico do Território do Amapá*. Rio de Janeiro: IBGE, 1954, pp. 190-191; 226-294.

³⁵ Em 20 de março de 1967 o grupo português revendeu o espólio de José Júlio e seus empreendimentos para um empresário estadunidense, Daniel Keith Ludwig. Este foi o início de outro grande e polêmico projeto econômico no Amapá: o Projeto Jarí. Cf. LINS, Cristóvão. *Jarí setenta anos de história*. Rio de Janeiro: Dataforma, 1991.



Figura nº 1 - Família de seringueiros no povoado do Areão, no rio Matapi, afluente da margem esquerda do rio Jari. Nesse povoado alguns praticavam também lavoura de subsistência. Fonte: GUERRA, Antônio Teixeira. *Op. cit.*, p. 190.

Apesar do nomadismo que caracterizava as tradicionais atividades de seringueiros e castanheiros, Lúcio de Castro Soares destaca que a maior vantagem dos povoamentos baseados neste tipo de exploração vegetal era a formação do que ele chamou de “centros de convergência humana” que funcionavam como verdadeiras “bases de penetração, pontos de partida ou focos de irradiação das entradas na floresta”, servindo ao mesmo tempo como entrepostos distribuidores dos produtos florestais e centros do comércio regional. Este tinha sido o caso do Amapá, afirma Soares, até que os preços da borracha sofressem uma forte queda no início do século XX, causando um drástico refluxo populacional.³⁶ Mesmo assim, a exploração da seringueira fora a que mais conseguira criar núcleos de povoamento entre as regiões dos rios Jari, Cajari, Maracá, Ajuruxi, Vila Nova, Matapi e Amapari.

Se o povoamento baseado no extrativismo vegetal era instável, maior precariedade havia naqueles surgidos ao redor dos garimpos. Embora possuíssem grande capacidade de atração populacional em curto espaço de tempo, o fim do “rush” tendia a significar também a dispersão e o esvaziamento humano da área. No início da década de 1940, a maioria dos garimpos localizados no Oiapoque, Cassiporé, Calçoene, Araguari e Vila Nova estava em franca decadência e praticamente extintos.

Contraditoriamente, a própria iniciativa governamental em incentivar e recompensar a busca e descoberta de diversos tipos de minerais economicamente aproveitáveis motivava uma intensa movimentação de trabalhadores pelo interior do território:

³⁶ SOARES, Lúcio de Castro. Contribuição ao estudo da ocupação humana do Território do Amapá. *Boletim da Seção Regional do Rio de Janeiro da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, ano II, nº 2 e 3, pp. 23-25.

Já se vem observando estes últimos dias, certo movimento de trabalhadores que rumam para as ricas regiões estanhíferas do rio Amapari. É o começo, estamos certos, de uma nova era para a vida econômica do Amapá, que sempre guardou adormecidos em seu solo e entranhado em seu sub-solo (sic) tão grande tesouro. A iniciativa oficial foi o toque de reunir. [...] Não será de admirar, portanto, vermos em breve enorme fluxo beneficiador de braços.³⁷

Segundo Alfredo Gama, outro pesquisador que esteve no Amapá no início da década de 1940, a habitação típica não só dos mineradores de ouro, mas também da maioria dos caboclos com quem teve contato, era construída com materiais da própria floresta, de modo que “num abrir e fechar de olhos está instalado otimamente, tendo no momento que necessitar toda a matéria-prima ao alcance de sua mão”. De aspecto frágil e provisório, era prontamente abandonada logo após o esgotamento dos depósitos auríferos. Tal habitação era chamada pelos próprios moradores de *carbet* ou *carbê*. Gama nos oferece uma descrição bastante detalhada da sua estrutura, a partir de suas observações no vale do rio Oiapoque:

a não ser por um cipó muito resistente, é construído exclusivamente com o assaizeiro (sic). Os troncos mais grossos servem de esteio e os mais finos, que rachados ao meio recebem o nome de juçara, servem para construir as paredes e o assoalho; o teto é inteiramente coberto com folhas, que sendo bem trançadas por um perito, abrigam tão bem quanto as melhores telhas. Toda a construção é amarrada com fortíssimos cipós que existem em grande abundância em toda a região. Escolhem dois dos maiores troncos e depositam paralelamente da porta do carbê até dentro do rio, e está feito o porto.³⁸

Na região de Santa Maria, no rio Vila Nova, o relatório do diretor do Departamento de Produção do governo territorial, Arthur de Miranda Bastos, descreve de forma desoladora a atividade aurífera naquela região, segundo ele, explorada de forma desordenada por “garimpeiros ignorantes”. Neste cenário caótico, “não se atravessa o lugarejo – uns trinta casebres ou três casas cobertas de palha, dispostos de qualquer maneira – sem se embaraçar com uma quantidade de valas, covões e montes de terra, destroços daquelas explorações”. Terminava afirmando “a perfeita possibilidade de transformação da atual garimpagem, incerta e precária, numa indústria de mais alto rendimento”, utilizando o trabalho de especialistas na descoberta e aproveitamento de novas jazidas.³⁹

Em livro publicado em 1947, Arthur Bastos reafirmou as suas críticas em relação à forma tradicional de extrair o ouro nos garimpos de Santa Maria. Analisando a descrição que ele próprio fez

³⁷ *Amapá*, 14/7/1945, p. 2.

³⁸ GAMA, Alfredo. *Um rio a serviço de dois povos*. Belém, 1947, p. 57.

³⁹ BASTOS, A. de Miranda *apud*. NUNES, Janary. *Relatório das atividades do Governo do Território Federal do Amapá em 1944*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946, p. 29.

das suas viagens, é razoável supor que Bastos tentou de alguma maneira interagir com os garimpeiros e fiscadores, com o intuito de lhes “orientar” os serviços, por meio de “conselhos”, no que deve ter sido rechaçado, pois, além de ignorantes, os trabalhadores lhe pareceram bastante arrogantes também. A reação deles lhe soou como absurda, pois

se os fiscadores fossem todos perfeitos entendidos na profissão, seu esforço teria melhor recompensa. Muitos, entretanto, mal aprendem a identificar o cascalho [pedaço de terra onde se localiza o ouro], consideram-se mestres e não aceitam mais conselhos. O resultado é que, com seu trabalho desordenado, não conseguem aproveitar mais do que uma parte do ouro existente no terreno. Lavam aqui e ali, arbitrariamente, quando deviam abrir as catas (buracos), umas seguidas às outras, sem desprezar nenhuma extensão de cascalho.⁴⁰

A presença de uma autoridade pública dizendo como deveriam fazer algo que muitos faziam há anos – talvez décadas – além de ser algo novo, certamente não foi muito bem visto pelos garimpeiros naquela ocasião. Para trabalhadores acostumados a ir de um lugar a outro, sempre por conta própria, desempenhando suas atividades de maneira independente e sem nenhuma supervisão, a interferência de um estranho em seu *modus operandi* provavelmente lhes pareceu igualmente arrogante.

Outra característica marcante nas áreas de garimpo era o elevado custo de vida. Em geral, trocavam-se gêneros de consumo por ouro em pó, a um “câmbio” de vinte cruzeiros por grama (em outros lugares este valor poderia ser acrescido). Com base nisso, mas sem divulgar os valores correspondentes aos alimentos nessas regiões, Arthur Bastos calculava que um garimpeiro precisaria obter, no mínimo, dois gramas de ouro, por dia, para poder se sustentar na região do Vila Nova.⁴¹

Desse modo, de acordo com o primeiro *Relatório das atividades do Governo territorial*, de 1946, a maior parte da população do Amapá vivia no interior do território, esparsamente distribuída, “isolada em casas miseráveis, na zona de influência dos barracões ou casas de comércio que transacionam as matérias-primas” que eram obtidas na natureza.⁴²

⁴⁰ BASTOS, A. de Miranda. *Uma excursão ao Amapá*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947, p.42.

⁴¹ Em junho de 1948 o jornal Amapá divulgou uma tabela de preços, de acordo com pesquisa realizada nos meses de janeiro a maio nas cidades de Macapá, Amapá, Mazagão e Oiapoque. Tomando-se como referência a média geral dos valores praticados naquele ano, a quantia de Cr\$ 20,00 era capaz de comprar aproximadamente: 1 kg de Arroz (Cr\$ 4,59), 1 Kg de feijão (Cr\$ 6,96), 1 kg de açúcar (Cr\$5,52) e 1 kg de farinha de mandioca (Cr\$ 2,04). Estes valores servem apenas como base comparativa, já que o difícil acesso às áreas de garimpo, a distância em relação à sede dos municípios e a especulação tendiam a encarecer bem mais os produtos que chegavam ao interior do território. Cf. Custo da vida: médias mensais. *Amapá*, 12/6/1948, p. 3.

⁴² NUNES, Janary. *Op. cit.*, p.7.

Entretanto, mesmo em Macapá, capital do território, muitas das construções também eram bastante rudimentares. Em 1946, durante as homenagens a Veiga Cabral – considerado o “herói da libertação do Amapá” na questão do Contestado entre Brasil e França – Janary Nunes discursou criticando “as palhoças, sem higiene nem conforto, como se faz comumente nos bairros mais afastados”. Aproveitou ainda para anunciar o aumento dos salários do funcionalismo público e reclamou “da maneira pela qual a população, *principalmente os proletários*, vem tratando sua alimentação”, desprezando, por exemplo, a ingestão de legumes, mesmo sendo distribuídos gratuitamente pelo governo.⁴³

As reclamações envolvendo alimentação e produção de alimentos eram recorrentes entre as autoridades no Amapá. Em seu primeiro relatório trimestral, Roque de Souza Penaforte, prefeito do Oiapoque, expressava angústia em relação aos fracassos da sua administração, e outras anteriores, na tentativa de realizar uma produção agrícola que pudesse abastecer a cidade e localidades próximas. Segundo ele, as culturas davam resultado praticamente nulo; “milho, feijão e arroz é como se não se cultivasse”. E sentenciava: “se não descobirmos um novo método, se não houver uma modificação, continuaremos produzindo apenas farinha, em quantidade tão reduzida que pouco sobra do consumo dos próprios agricultores”.⁴⁴

Alguns pesquisadores acreditavam que a falta de experiência, ou mesmo hábito, e o emprego de métodos inadequados no trato com o solo inevitavelmente levavam os caboclos amazônidas a experiências agrícolas mal-sucedidas, criando “aversão e impotência” entre populações acostumadas a obter seu sustento por meio do extrativismo. Para Sócrates Bonfim, diante de tantas incertezas não havia segurança ou garantia alguma que incentivasse o abandono das “safras extrativas” em favor das “safras agrícolas”, principalmente porque o que estava em jogo era a sobrevivência imediata dessas populações.⁴⁵ Haveria, portanto, um misto de desconfiança e tradicionalismo que faziam com que o homem comum não correspondesse às expectativas econômicas governamentais na medida em que estes gostariam. Se para o governo tratava-se apenas de aumentar a produção agrícola para dinamizar

⁴³ As homenagens prestadas à memória de Veiga Cabral. *Amapá*, 18/5/1946.

⁴⁴ “Relatório das Atividades da Prefeitura Municipal do Oiapoque Referente ao 1º Trimestre de 1950” *apud*. GUERRA, Antônio Teixeira. *Op. cit.*, p. 243.

⁴⁵ BONFIM, Sócrates. *Reflexões em torno da valorização da Amazônia*. Mimeo. 1951. Sobre as expectativas em torno das vantagens não só econômicas, mas civilizatórias, advindas de uma “Amazônia agrícola” e a crítica ao extrativismo segundo diversos pensadores, ver OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. “O caboclo e o brabo. Notas sobre duas modalidades de força de trabalho na expansão da fronteira amazônica no século XIX”. In *Encontros com a civilização brasileira*. V. 11, 1979, pp. 101-147.

o mercado interno, para o caboclo a questão principal era se ele teria o que comer com a sua família.⁴⁶

À época em que Gama, Soares e Guerra desenvolviam seus estudos, portanto, a população amapaense já estava sob a vigência de um projeto político que visava a profunda modificação dos seus padrões culturais e formas de reprodução social, pois, a partir das diversas “vozes” que se sobressaem nos documentos oficiais, percebe-se que as constantes críticas não se voltavam contra os tipos de produtos que alicerçavam a economia regional, e sim à *maneira* como essa produção estava sendo realizada. Aqui, mais uma vez, recorreremos às impressões registradas por Alfredo Gama, após conviver várias semanas entre as populações do norte do Território Federal do Amapá. Segundo ele:

O caboclo do Oiapoque é demasiado moderado e de uma calma imperturbável: apesar de ser bom atirador, e mesmo que a munição custe muito caro como alegam, a carne, a pele da caça adquirida, [se quisessem] daria um bom negócio. Mas ele é teimoso e não sai desse princípio: uma vez morta meia dúzia de caças, ele pára; põe a espingarda ao ombro e fuma tranquilamente seu cigarro e calmamente começa a volta rumo à margem [do rio], onde fica sentado, esperando o companheiro que às vezes é ainda mais calmo; quando o companheiro chega, o caboclo pergunta: “matou alguma coisa”? E o companheiro responde: “Hum, Hum!”, que é de significado afirmativo [...] chegando no *carbê*, desembarca toda a carga e entrega para a mulher, e fica de cócoras na porta, até a hora do chibé [mistura de farinha de mandioca com água]. [...] Assim trabalha o caboclo do Oiapoque para garantir o sustento da família que, na maioria, é composta dele, a mulher e uma dúzia ou mais de filhos.⁴⁷

Esta forma específica de administrar o tempo e os recursos disponíveis não poderia mais ser tolerada. Embora o jornal *Amapá* buscasse utilizar uma linguagem muito mais polida, cuidadosa e até laudatória ao se referir aos trabalhadores, o primeiro *Relatório das atividades do Governo do Território* não precisava medir tanto as palavras. Sendo um documento de circulação restrita direcionado exclusivamente ao presidente da República, Arthur Bastos, por exemplo, podia utilizá-lo para afirmar abertamente que a atividade mineradora no Amapá estava entregue às mãos de trabalhadores estúpidos e incapazes, que cavavam a terra de maneira bruta e primitiva, desperdiçando a riqueza que, certamente, técnicos treinados e habilitados dariam melhor aproveitamento.

⁴⁶ James Scott pesquisou tema muito semelhante a este no sudeste asiático, onde devido a diversas contrariedades de ordem natural e econômica, os camponeses também tinham que se defrontar com a escolha entre manter formas tradicionais de cultivo, mas que garantiam sua sobrevivência ou arriscar o emprego de técnicas mais sofisticadas, mas com possível comprometimento da sua segurança alimentar. Ver SCOTT, James C. *The moral economy of peasant: rebellion and subsistence in Southeast Asia*. New Haven. Yale University Press, 1976, p. 35-55.

⁴⁷ GAMA, Alfredo. *Op. cit.*, pp. 47-48. (italico no original).

Por outro lado, um artigo publicado em janeiro de 1947 criticava o nomadismo e a inconstância típicos das áreas de garimpo (mas também de seringueiros e castanheiros), porém, como em outros casos, ressaltava a atuação do governo territorial junto a essas populações, destacando principalmente sua ação civilizatória através da criação de escolas, postos de saúde e, mais uma vez, a garantia dos direitos dos trabalhadores. Segundo o articulista,

antes de o Amapá ser integrado, em definitivo, no seio da nacionalidade, pululavam nas zonas mineiras dezenas de aventureiros, raças, idiomas e costumes. Corroídos pela ambição e obcecados pelo desejo de auferir uma fortuna fácil, embrenhavam-se pelas mais ínvias regiões [...]. Mesmo quando o ex-contestado [região disputada entre o Brasil e a França] passou ao domínio da União, continuaram a proliferar na região limítrofe com a Guiana, audazes contrabandistas [...]. A alimentação precária causava o desgaste daqueles infelizes e heróicos descobridores de riquezas, que eram presa fácil das mais terríveis moléstias tropicais, morrendo à míngua, dessorados e esquecidos. [...] Muitos benefícios têm sido disseminados pelo atual governo pelas regiões em que trabucam (sic) os atuais garimpeiros, e dentre estes avultam escolas, postos médicos, postos fiscais e repartições policiais, fomentando a instrução, cuidando da saúde pública, zelando pela manutenção da ordem nesse lugares. *Os trabalhadores das minas não vivem, agora, à mercê das contingências, porque a plena consciência dos seus direitos e a convicção no rigor da justiça são as melhores armas de que dispõem para prosseguir no seu labor honesto.*⁴⁸

Afirmavam-se, assim, muitos dos elementos discursivos públicos (em contraposição aos relatórios “internos”) freqüentemente dispensados aos trabalhadores. Em primeiro lugar, os garimpeiros não mais eram os protagonistas ignorantes observados por Bastos, e sim vítimas de uma realidade anterior a eles e que os oprimia, mas que a iniciativa governamental vinha salvar. Segundo, apesar de terem sido relegados ao esquecimento por governos passados, estes trabalhadores resistiram a toda precariedade, como verdadeiros “heróis desbravadores” e seriam agora reconhecidos por isso. E, finalmente, a valorização do elemento e das riquezas nacionais questionava a presença dos indesejáveis forasteiros, contrabandistas que “burlavam a escassa vigilância” e “escamoteavam grandes quantidades de ouro para o estrangeiro”.

De fato, por muitos séculos sempre houve uma contínua e intensa circulação – tanto de pessoas quanto de mercadorias – através das fluidas fronteiras entre o Amapá e as possessões inglesas e francesas. Apesar de ser uma atividade bem menos ativa na década de 1940 do que fora no início do século, a mineração foi responsável pelo estabelecimento de diversos “crioulos” – como eram chamados os negros das Guianas inglesa e francesa – no Amapá.

Alguns garimpos tinham, inclusive, nomes estrangeiros relacionados aos “aventureiros” que haviam se tornado verdadeiras lendas pela grande quantidade de ouro que teriam conseguido em um

⁴⁸ A vida dos garimpeiros. *Amapá*, 11/1/1947. (grifos meus).

único filão. Esse era o caso dos garimpos de *Fergis*, que diziam ter faiscado trinta e seis quilos de uma só vez;⁴⁹ *Leon*, que teria conseguido vinte e três quilos em três semanas;⁵⁰ *William* e *Bernard*, entre outros.



Figura nº 2 - “Crioula” da Guiana Inglesa, radicada no povoado de William desde 1940. Fonte: GUERRA, Antônio Teixeira. *Op. cit.*, p. 192.

Contudo, mais uma vez contrariando o discurso oficial que pretendia a ampliação no uso do policiamento pelos garimpeiros nacionais contra os estrangeiros – e contrabandistas em potencial –, os forasteiros também faziam uso do mesmo policiamento, inclusive, contra os próprios brasileiros.

Em maio 1946, por exemplo, Joseph Emanuel Louis, um carpinteiro de nacionalidade inglesa – provavelmente da Guiana – deu queixa de um colega de profissão brasileiro, Benedito dos Santos, por este se negar a pagar uma nota promissória de mil e cem cruzeiros devidos a Louis.⁵¹ Duas semanas depois, William Joseph Octave, e Dickenson Matheus, ambos garimpeiros e provenientes da Guiana inglesa, também deram queixa de Tugo Pena, um motorista que tentou agredi-los com um facão.⁵²

William Octave parece ter obtido algum progresso econômico com sua garimpagem, pois, dois anos após a briga com Tugo Pena, já possuía empregados a seu serviço na região onde morava, um local chamado “Jornal”, às margens do rio Amapari. Um destes empregados, José Ferreira do

⁴⁹ GAMA, Alfredo. *Op. cit.*, pp. 25-33.

⁵⁰ NUNES, Janary. *Op. cit.*, p. 29.

⁵¹ Ocorrências policiais. *Amapá*, 25/5/1946.

⁵² Ocorrências policiais. *Amapá*, 15/6/1946.

Amaral, um amapaense de 27 anos, denunciou Octave por se recusar a lhe pagar o salário correspondente a três meses e dez dias.⁵³

Apesar do estímulo à xenofobia nas áreas de garimpo, o governo territorial não descartava a possibilidade de incentivar a imigração para fins de colonização e povoamento, inclusive na faixa de fronteira internacional. Para ele, o ideal seria estabelecer ao redor dos núcleos ocupados por brasileiros, “algumas famílias de imigrantes estrangeiros, acostumados à lavoura – de nacionalidade italiana, alemã, austríaca ou polaca – para com sua experiência introduzir processos novos de cultivo da terra”.⁵⁴ Anos mais tarde, a imigração de japoneses seria amplamente incentivada.⁵⁵

Macapá “restaurada”: a cidade e os trabalhadores

Desde a criação do território, o Amapá passou a receber um número cada vez maior de migrantes egressos dos estados do norte e nordeste. Enquanto alguns vinham a convite do próprio governador – para ocupar altos cargos na administração pública –, a maioria era constituída de trabalhadores não-especializados que estavam em busca das novas oportunidades que as diversas frentes de trabalho proporcionavam.

Comumente chamados de “braçais”, estes trabalhadores vinham de cidades ou regiões imediatamente próximas, como Óbidos, Vigia e das ilhas de Belém, além dos nordestinos, e eram empregados na “lavoura e criação, nas oficinas, construções, repartições e outros serviços públicos”.⁵⁶ Também chegavam pessoas vindas do interior do território, como “garimpeiros dos altos rios Araguari e Vila Nova, seringueiros, agricultores e fazendeiros do litoral fluvial ou oceânico”, que vinham a Macapá em busca de trabalho, “socorro ou para suas distrações”.⁵⁷

A proporção e rapidez do crescimento populacional colocaram o governo Territorial frente a um grave problema habitacional, pois, “não existindo na cidade de Macapá uma casa de pensão, sequer, para alojar visitantes e mesmo alguns funcionários”, a solução encontrada foi construir, além

⁵³ O crioulo não quer pagar. *Amapá*, 14/2/1948. Alguns anos depois, William Octave voltaria a ser réu em um processo movido por um garimpeiro de nome Welmont Roc, natural da Guiana francesa. O motivo foi que Octave havia retido uma maleta de propriedade de Roc, e se negava a devolvê-la enquanto este não quitasse sua dívida com ele (em seu depoimento, Octave se declara comerciante e não mais garimpeiro, porém, vê-se que ainda mantinha relações com garimpeiros). Cf. Arquivo do Fórum do Tribunal de Justiça do Amapá. William Octave [réu], nº 565, caixa 170, 1951.

⁵⁴ NUNES, Janary. *Op. cit.*, p.114.

⁵⁵ Imigrantes japoneses para o Amapá. *Amapá*, 1/1/1960; Imigração japonesa na colônia de Mazagão. *Amapá*, 19/3/1960.

⁵⁶ A palavra do representante do Governo nas comemorações do treze de setembro. *Amapá*, 29/11/1945.

⁵⁷ NUNES, Janary. *Op. cit.*, p.113.

de um hotel e uma série de prédios públicos, conjuntos habitacionais para os funcionários especializados e dois barracões para os braçais.⁵⁸

Foi durante a reestruturação urbana de Macapá, no início dos anos 1940, que ocorreu um dos fatos mais marcantes para as comunidades negras do Amapá. Sob o argumento de que a efetivação do novo plano urbanístico para a capital – envolvendo a construção de novos prédios administrativos e de residências para o funcionalismo – necessitava da desocupação de áreas centrais e estratégicas, onde tradicionalmente moravam famílias afro-descendentes, Janary Nunes articulou, junto às lideranças da comunidade conhecida como Santa Engrácia, a transferência de todas as famílias para a região conhecida como *campos do laguinho*. Um dos integrantes desta comunidade, Raimundo Ladislau, eternizou esse acontecimento através da composição de um *ladraão*, nome dado aos cânticos entoados nas celebrações de uma das maiores expressões culturais afro-descendentes do Amapá: o Marabaixo. Seus versos registram o protesto daqueles que não estavam absolutamente convencidos das intenções “urbanísticas” do governador:

Aonde tu vai rapais
 Por esses campos sozinho?
 Vou fazer minha morada
 Lá nos campos do Laguinho
 [...]
 Destelhei a minha casa
 Com a intenção de retelhar
 Mas a Santa Engrácia não fica
 Como a minha pode ficá?
 [...]
 A Avenida Getúlio Vargas
 Tá ficando que é um primor
 Essas casas foram feitas
 P'rá só morar os Doutô⁵⁹

Inicialmente, todos os materiais necessários às obras de reforma e construções eram provenientes do Pará, principalmente de Belém e Abaetetuba. Isso porque o Amapá não dispunha de olarias ou serrarias que suprissem essa demanda. Entretanto, os custos com transporte, frete, a elevação dos preços por conta da Segunda Guerra e prejuízos no traslado desses materiais, obrigaram o governo territorial a organizar uma Divisão especificamente para auxiliar nos serviços de infraestrutura básica. O departamento de *Serviços Industriais* era dividido em quatro setores: transporte,

⁵⁸ Ibidem, p. 100.

⁵⁹ NUNES, Pereira. *O Sabiré e o Marabaixo*: tradições da Amazônia. Recife: Editora Massangana, 1989, p.141.

olaria, serraria e energia elétrica. Cada um desempenhava um papel estratégico em praticamente todas as atividades do governo territorial.

O setor de transportes concentrava-se em facilitar o trânsito de pessoas e mercadorias internamente, e quando necessário, para fora do território, pelos meios rodoviário, fluvial e marítimo. Para isso, este setor constituiu quadro próprio de funcionários e adquiriu uma série de caminhões e embarcações. Isso barateou significativamente o gasto com passagens e frete. Como o Amapá quase não possuía estradas que dessem acesso ao interior e nenhum tipo de ligação terrestre com seu estado vizinho, o Pará, os rios constituíam a principal via de circulação em toda a região, o que motivou a criação de um serviço voltado diretamente aos transportes aquáticos: o Serviço de Navegação do Território (SERTTA-Navegação).⁶⁰

A Olaria Territorial, instalada em Macapá, constituiu um serviço essencial no fornecimento de “tijolos, telhas, mosaicos, pedra de marmorite, tubos de barro e outros objetos de cerâmica necessários às construções do Território”,⁶¹ além de ter empregado muitos trabalhadores locais, os quais

trabalhavam carregando a produção em cima de uma tábua com um rolo de pano parecendo um mole de tabaco (fumo de rolo) na cabeça, feita para esta finalidade. Faziam o percurso do local de moldagem até as galerias das estantes que serviam de estocagem, e dali para o forno que assava os produtos. Eram tijolos, telhas, canos para esgoto doméstico e biológico, vasos para plantas, algumas verdadeiras obras de arte [...] ganhavam por produção, quanto mais transportavam durante o dia, mais recebiam no final do mês.⁶²

É provável que o ingresso em um dos setores dos *Serviços Industriais* do governo territorial tenha sido a primeira experiência de trabalho regular, com horários delimitados, dividido por tarefa, pago por produção e com hierarquia de comando (diretores, chefia, encarregados, etc.) – tudo em um mesmo emprego e em um único local – para muitos trabalhadores acostumados a desenvolver atividades em regime de sazonalidade, muitas vezes exercendo várias ocupações simultaneamente, de maneira nômade e orientando-se apenas pela experiência adquirida com parentes, como pais e avós, ou pela prática propriamente dita.

⁶⁰ Havia também o SERTTA-Rodoviário. Segundo Paulo Cambraia, o uso dos rios como principal via de acesso e circulação não era bem visto pelos Governos territoriais do Amapá que pretendiam incentivar a abertura e pavimentação de estradas como símbolo do progresso e de superação do atraso cultural e econômico representado pelos rios. Além disso, grande parte do transporte de mercadorias e pessoas era feito pelos *regatões*, uma situação que os governos também pretendiam mudar. Ver CAMBRAIA, Paulo. “Os governos territoriais do Amapá e a substituição dos rios por estradas: hidrografia, cultura e progresso”. In: OLIVEIRA, Augusto, et al. *Amazônia, Amapá, escritos de História*. Belém: Paka-Tatu, 2009, p. 143-171.

⁶¹ NUNES, Janary. *Op. cit.*, p. 124.

⁶² BEZERRA, Amiraldo. *A margem esquerda do Amazonas*: Macapá. Fortaleza: Premium, 2008, p.136.

Dessa forma, a partir de meados da década de 1940 e na seguinte, o Amapá iria começar a constituir o que se poderia chamar de uma mão-de-obra verdadeiramente proletarizada, formada por várias categorias de trabalhadores que já existiam em diversas regiões do país desde o século XIX, tais como ferroviários, operários da construção civil, estivadores e portuários,⁶³ sendo que a primeira associação de trabalhadores local, a Sociedade Beneficente Operária do Amapá, seria organizada em março de 1952.⁶⁴

Um dos primeiros empregados da Olaria Territorial, um paraense de nome Raimundo Duarte, teria uma trajetória bastante peculiar dentro do período aqui analisado. De simples operário que conseguia barro para a Olaria, Raimundo passou a arremeter os estivadores que faziam a descarga de navios provenientes dos Estados Unidos trazendo materiais para a ICOMI, vindo a se tornar presidente do Sindicato dos Estivadores do Amapá, até responder a um processo por “atividades subversivas” em 1964. Mais adiante, voltaremos a falar sobre Raimundo Duarte e outros trabalhadores envolvidos com a instalação da infraestrutura produtiva e social da ICOMI, na década de 1950. O caso deste e de outros trabalhadores demonstra como foi possível a eles se apropriar das diversas formas de inclusão, mobilidade e ascensão social disponíveis no Amapá, naquele momento.

Macapá renegada: a Doca da Fortaleza

Havia, porém, outro aspecto relacionado ao crescimento populacional incentivado pela maior oferta de empregos, a dinamização dos meios de transporte e o investimento na expansão dos serviços públicos, ao qual o governo territorial muitas vezes evitou aludir diretamente nas primeiras edições do jornal *Amapá*. Paralelo ao desenvolvimento orquestrado pelas instituições oficiais, crescia um universo autônomo apartado da disciplinarização oficial. A multiplicação de ambientes de convívio e lazer tipicamente populares, através da rápida disseminação de bares, botequins, bordéis e prostíbulos no centro da capital amapaense, é um dos sintomas mais expressivos que atestam o florescimento desse espaço próprio.

Durante muito tempo, o mais famoso destes locais foi a região conhecida como “Doca da Fortaleza”. O nome referia-se a um canal natural que tinha início em um igarapé bem ao lado da

⁶³ Para uma visão panorâmica sobre a constituição da mão-de-obra operária no Brasil, ver FOOT, Francisco & LEONARDI, Victor. *História da Indústria e do trabalho no Brasil: das origens aos anos vinte*. São Paulo: Global, 1982, p. 109-127.

⁶⁴ Sociedade Beneficente Operária do Amapá: Estatutos – somos todos operários. *Amapá*, 1/3/1952.

Fortaleza de São José de Macapá⁶⁵ e prolongava-se pelo interior da cidade, sendo navegável por embarcações de pequeno porte e canoas. Porém, com o passar do tempo, toda a área nas imediações do canal passou a receber a mesma denominação. A *Doca da Fortaleza*, portanto, representava a instituição e manutenção autônoma de um ambiente de entretenimento, trabalho e convívio essencialmente popular, perfeitamente incorporado ao universo cultural e boêmio da cidade.

Por ser uma região sujeita a freqüentes inundações – devido ao fenômeno das marés do rio Amazonas – a maioria das construções da Doca da Fortaleza eram palafitas e a locomoção pelo local era feita através de passarelas de madeira, popularmente conhecidas como pontes. Era um exato contraponto aos modernos prédios públicos sendo construídos não muito distantes dali, tais como a residência oficial do governador e o Palácio do Setentrião, sede do governo territorial.

Durante a década de 1940, a atitude do governo do território em relação à Doca da Fortaleza foi de aparente desdém e, durante vários anos, as únicas referências diretas a ela no jornal *Amapá* foi a seção de “ocorrências policiais”. Neste espaço, o semanário abria mão do seu caráter “oficial e sério”, passando a empregar um estilo jocoso e satírico, além de expressões coloquiais e até gírias (algo impensável nas demais seções). Tudo para transmitir a ideia de que naquela região não havia nada além de maus elementos, malandros e meretrizes, apesar de, notoriamente, também ser freqüentada por viajantes, regatões, comerciantes e diversos tipos de trabalhadores que muitas vezes passavam suas horas de lazer e descanso na companhia das mesmas difamadas meretrizes, nas dezenas de botequins espalhados pelos arredores.

Justificando suas impressões em relação ao lugar, os editores afirmavam que a Doca da Fortaleza era como uma espécie de “Ver-o-peso [mercado] do Pará, em Macapá”, a qual “constantemente figura no noticiário policial, porque lá se passam cenas que quase sempre vão terminar na Permanência”.⁶⁶ Citavam, como exemplo, o caso de um viajante desavisado que acabou amargando um prejuízo para que um meliante pudesse ter um carnaval mais divertido; afinal de contas, afirmava o jornal,

é duro ver-se uma pequena vestida de baiana, requebrando os quadris, distribuindo sorrisos e estar-se “liso” que nem quiabo. Deve ter passado por esse mau pedaço o *escovado* que “bateu” a carteira do Marciano da Silva, um paraoara [paraense] de 18 anos, residente no rio Urucuara, município de Afuá, e dentro da qual dormiam 350 cruzeiros. Mas, também, quem mandou o Marciano ir dormir ao relento, na doca do Igarapé da Fortaleza?⁶⁷

⁶⁵ Construída pelos portugueses, no século XVIII, para defender o extremo norte da colônia no caso de uma possível invasão inglesa, francesa ou holandesa.

⁶⁶ Ocorrências policiais. *Amapá*, 14/2/1948.

⁶⁷ *Ibidem*. (ítálico meu).

Entretanto, nem todos os integrantes do governo faziam pouco caso em relação à proliferação de bares e botequins no centro da cidade. Álvaro da Cunha, oficial de gabinete do governador, estava atento a essa expansão e via com preocupação o aumento no número desses ambientes. Segundo ele, associado ao “progresso da cidade, melhoria de sua expressão econômica e do sempre crescente número de seus habitantes”, infelizmente

foram abertos e continuam a serem tolerados certos estabelecimentos sórdidos que passam como casas de comércio, e onde graças à perigosa facilidade do crédito, se reúnem, em contristadoras libações e, à falta de meretrizes, entre pornografias, uma boa parte da mocidade – e o que é pior – já alguns chefes de família.[...] Em nossa terra, começam a se enquistar uns botequins, suspeitos tanto pelo que se refere à higiene, como no que consulta aos interesses da vida social. [...] seria desolador, depois de tanto esforço despendido, depois de havermos possuído uma harmoniosa instituição de famílias, assistirmos aos nossos filhos desviados, tangidos aos resvalantes caminhos da deseducação, e desorientados por um ambiente que nós próprios permitimos florescer.⁶⁸

Apesar das críticas que acusavam o “sórdido” ambiente dos bares e botequins de ser um foco privilegiado de degenerescência social, “atentando contra as famílias e lares macapaenses”, não houve imediatamente nenhuma ação efetiva do governo territorial no intuito de reorganizar o espaço ou intervir nos padrões de sociabilidade daquela região da capital, como já havia feito nas proximidades. É bem provável que o expressivo comércio ali existente e a importância fundamental do abastecimento feito pelos regatões que utilizavam o canal naquele momento tenham sido uns dos motivos. De qualquer forma, o importante a ressaltar é que, por mais de duas décadas, a Doca da Fortaleza continuaria a reunir diversos segmentos populares no exercício cotidiano de variadas funções relacionadas à sua sobrevivência, mas também, aos seus momentos de folga e lazer.⁶⁹

Serra do Navio no final dos anos 1940: primeiras expedições e estratégias de exploração

Foi nesse contexto de efervescentes mudanças que ocorreu o anúncio da descoberta das jazidas de manganês. Além de ter intensificado o fluxo migratório para o Amapá, o início dos

⁶⁸ DDT. *Amapá*, 31/7/1948.

⁶⁹ A indiferença dos Governos territoriais em relação à Doca da Fortaleza mudou drasticamente em meados da década de 1960. Sob a justificativa de que o canal era foco de doenças endêmicas potencializadas pela falta de higiene das palafitas que ocupavam o local, o governo territorial passou a defender a necessidade da radical reestruturação da orla fluvial e de todo o centro comercial de Macapá. Em 28 de novembro de 1967, um grande incêndio atingiu de forma devastadora a região da Doca da Fortaleza, “facilitando”, em muito, a execução das referidas obras. Segundo alguns regatões que utilizavam a Doca como atracadouro, o fogo teria sido provocado pelas mesmas pessoas interessadas em “dar uma nova fachada ao centro da cidade”. Ver CAMBRAIA, Paulo Marcelo da Costa. *Op. cit.*, 2008, pp. 179-92.

preparativos para a sua exploração iria acelerar todo o processo de modificação das estruturas produtivas locais, em andamento. Como já foi dito, o governo territorial fez questão de divulgar a descoberta como um importante passo para a efetivação do seu plano de desenvolvimento econômico e social, conclamando o povo a contribuir para a realização do mesmo.⁷⁰

As primeiras providências do governo territorial foram no sentido proceder a um amplo reconhecimento da área, além de ter encomendado um levantamento técnico mais detalhado possível, a respeito das condições, exigências e gastos necessários à exploração. Este plano foi entregue para o próprio Janary Nunes em 1947, na capital federal.⁷¹

Além disso, ainda em 1946, foram enviadas equipes ao local das jazidas, chefiadas pelo próprio Mário Cruz, para a abertura de novas trilhas na floresta a fim de estabelecer, mesmo que superficialmente, a extensão visível dos depósitos conhecidos e a descobertas de outros, já que o minério afluía à superfície em grandes manchas negras dispersas nos morros ao longo do leito do rio, mas também pelo interior da mata.

O acesso à região, como já foi dito, era bastante difícil. Em um dos primeiros e mais detalhados relatórios sobre a qualidade do minério, feito por técnicos a serviço do Departamento Nacional de Produção Mineral, temos uma ideia sobre a distância e o tempo que os pesquisadores e demais interessados na exploração gastavam desde o Pará até Serra do Navio:

Para atingir os depósitos, viaja-se de Belém a Macapá, capital do Território Federal do Amapá, em avião de carreira; em seguida, por estrada de rodagem, de Macapá a Porto Grande, 120 km a norte de Macapá, no rio Araguari; navega-se, finalmente, 120 km pelos rios Araguari e Amapari, em pequenas embarcações ou em canoa. A viagem de avião até Macapá, dura cerca de uma hora e 20 minutos; de automóvel até Porto Grande, de 3 a 8 horas, e, de lancha ou canoa até as jazidas, de 5 a 16 horas.⁷²

Os autores do relatório estiveram na região manganífera entre os anos de 1947 e 1948. Naquela época, Porto Grande – “uma vila com cerca de 30 casas” – era a última parada por terra entre Macapá e Serra do Navio. De lá, viajava-se somente pelo Araguari e depois, seguia-se pelo seu afluente, o Amapari. O tempo estimado entre Macapá e Porto Grande dependia das condições da

⁷⁰ No mesmo ano de 1946, através do Decreto-Lei nº 9.858 de 13 de setembro (exatamente três anos após a criação do território), o Governo Federal definiu as jazidas de manganês conhecidas e a serem descobertas no Amapá como reserva nacional, garantindo o controle sobre o acesso e circulação de pessoas na área. Esta notícia foi publicada na edição do jornal *Amapá* de 21 de setembro de 1946.

⁷¹ *Amapá*, 11/10/1947.

⁷² PAIVA, Glycon de; PARK, Charles F.; DORR II, John Van. “Depósitos de manganês do distrito da Serra do Navio, Território Federal do Amapá”. *Boletim da Divisão de Fomento da Produção Mineral*, nº85. Rio de Janeiro: Departamento Nacional de Produção Mineral, 1950, p.17.

estrada no período das chuvas, uma vez que a “rodovia” existente era, na verdade, um caminho aberto “pelos pneus dos próprios caminhões”, impossível de ser trafegado por carros de passeio.

A partir de 1948, logo após ganhar a concorrência pelo manganês, a ICOMI construiu um posto intermediário a alguns quilômetros de Porto Grande, chamado Porto Platon. No local, a empresa estabeleceu algumas casas para funcionários, armazéns, fez um pequeno porto – no qual Mário Cruz também trabalhou –, além de um posto de saúde. A partir de Porto Platon, seguiam todos os recursos necessários para o empreendimento em Serra do Navio durante os primeiros anos, desde alimentação até material de construção tratores, caminhões, etc.

Mas, antes de abrir a concorrência pelos direitos de exploração, o próprio governo territorial tentou amenizar ao máximo as duras condições de trânsito entre Macapá e Serra do Navio. Através do relato de uma visita realizada por Arthur de Miranda Bastos, agora como repórter de um noticiário chamado *O Jornal* e não mais como funcionário do governo do Amapá, ficamos sabendo que no final de 1947 os serviços de reconhecimento da área de ocorrência do minério já estavam bem adiantados. O governo territorial havia iniciado a pavimentação da estrada entre a capital e Porto Grande e estabelecido um acampamento permanente próximo às jazidas.

Ainda assim, a viagem de Bastos a partir de Porto Grande levou nada menos que quinze horas e meia, descontando uma parada para o almoço e outra em que Mário Cruz e o diretor da Divisão de Segurança do Território, Humberto Vasconcelos, encheram “duas panelas com ovos de tracajá encontrados em cinco covas”, além de seis outras para trocar a hélice do barco em que seguiam, por causa dos choques contra as pedras nas corredeiras.

Ao chegar a Serra do Navio, puderam descansar em uma barraca cujas paredes e assoalho eram feitos de troncos de palmeira paxiúba, coberta de palha de ubim. Havia iluminação fornecida por um motor a gasolina, além de agasalhos e conservas, pois, “de vez em quando recebe a visita de pessoas importantes, interessadas na exploração do valioso minério”.⁷³ Os trabalhadores, porém, alojavam-se em *carbés* bem mais rústicos, como o que se vê abaixo:

⁷³ BASTOS, A. de Miranda. Novos depósitos de Manganês fixados ao norte do Amapá. *Amapá*, 29/11/1947.



Figura nº 3 - “Carbê” do Uirapuru nas jazidas de manganês de Terezinha no Amapari utilizado como acampamento provisório de pouso para os trabalhadores nas pesquisas das jazidas do “Baixinho”. Fonte: GUERRA, Antônio Teixeira. *Op. cit.*, p. 225.

Na ocasião da visita de Bastos, os trabalhos se encontravam em duas frentes: a primeira se concentrava em desmatar novos depósitos encontrados próximo a um antigo garimpo abandonado chamado *Santa Terezinha*. Este local chamou a atenção para a existência de grandes depósitos em uma região mais ao sul e na margem esquerda do Amapari. Nessa época, o nome *Serra do Navio* ainda não havia se generalizado para toda a área manganífera, ficando restrito aos depósitos localizados na margem direita do Amapari, próximo ao igarapé do Baixio, onde Mário Cruz havia encontrado as suas famosas pedras escuras e pesadas, em 1941. A segunda frente de trabalho estava abrindo um caminho através da floresta entre Serra do Navio e Porto Grande, o qual marcaria o trajeto para uma futura rodovia ou ferrovia – pois ainda não se sabia qual das duas seria a melhor opção de transporte para o escoamento do minério.

Apesar dessa aparente dúvida, desde a assinatura do contrato com a Hanna Exploration Company estava claro o interesse do governo territorial no sentido de que o Amapá tivesse uma ferrovia, conforme a oitava cláusula do contrato de “promessa de cessão e transferência de direitos” para a exploração do ferro do rio Vila Nova, onde se lia que

verificada a hipótese a que se refere a cláusula 7ª [sobre a viabilidade econômica das jazidas e a decisão da empresa em explorá-las] a EMPRESA solicitará ao Governo Federal concessão para construir uma via férrea apropriada ao transporte do minério de ferro extraído das minas, para um porto conveniente situado no Rio Amazonas ou em qualquer outro local que estudos técnicos e hidrográficos possam identificar como o mais econômico.⁷⁴

⁷⁴ Contrato firmado entre o Governo do Território Federal do Amapá e a Hanna Exploration Company. *Amapá*, 11/5/1946.

Este contrato – que foi reproduzido integralmente no jornal *Amapá* uma semana depois do anúncio oficial da descoberta das jazidas de manganês – possuía muitas exigências e peculiaridades que seriam mantidas no contrato celebrado entre o governo e a ICOMI. Entre eles a definição de que “todas as despesas necessárias à construção da aludida via férrea, e a aquisição do material rodante e equipamento indispensável à operação da mesma” correriam por conta da Hanna Exploration Co.

É importante destacar este fato porque ele reforça a ideia de que o governo territorial possuía uma política de incentivo à exploração industrial dos minérios do Amapá muito bem definida vários meses antes do início da exploração do manganês. Entre outras coisas, essa política não previa investimento financeiro ou qualquer participação direta do governo territorial e nem do governo federal na exploração de nenhuma das duas jazidas.

No *Plano de aproveitamento dos minérios de manganês do Amapá*, entregue ao governador em outubro de 1947, o engenheiro Antônio Furtado da Silva ratificava que “o problema da exploração do manganês do Amapá é um problema de transporte”, e afirmava que a construção de uma estrada de ferro com cerca de 200 km de extensão ligando Serra do Navio a um porto no rio Amazonas era a melhor opção. Principalmente porque as inúmeras corredeiras e desníveis entre os rios tornava o transporte fluvial do minério impraticável e um sistema rodoviário tornar-se-ia oneroso demais pelo alto custo de manutenção e pela falta de materiais na região que pudessem pavimentar uma estrada adequada ao tráfego pesado. Por tudo isso, uma ferrovia era preferível, pois facilitaria também o escoamento do minério de ferro através de um sistema contínuo e sem baldeação ligando Santa Maria do Vila Nova com o trecho vindo de Serra do Navio por meio de um ramal de apenas 30 km e utilizando o mesmo porto.⁷⁵

O estudo de Antônio Furtado é bastante detalhado, inclusive com relação aos valores, material e pessoal técnico especializado e braçal necessário a cada um dos componentes de infraestrutura, desde a pesquisa sobre a qualidade do minério até a exploração propriamente dita. Para o porto, por exemplo, fora prevista a construção de um atracadouro de 200 metros com capacidade para dois navios transatlânticos e toda a logística para carga e descarga. O próprio engenheiro reconhecia que devido às condições da economia do Amapá em 1940, somente o desenvolvimento da pecuária e da indústria madeireira justificaria a construção de um porto maior do que aqueles existentes na região, já que todo o comércio de importação e exportação no território era majoritariamente atendido por embarcações de pequeno porte.

⁷⁵ SILVA. Antônio Furtado da. *Plano de Aproveitamento dos minérios de manganês do Amapá*. Serviço de Informações do Território Federal do Amapá, [1947] mimeografado, pp.11-12. Durante o período em que Antônio Furtado esteve no Amapá, a Hanna Exploration ainda estava pesquisando o minério de ferro.

Furtado previa dificuldades em relação à contratação de pessoal para a prospecção e o início da exploração. Segundo ele, de todo o pessoal necessário para a fase das pesquisas sobre o manganês, somente o médico, feitor, motorista e trabalhadores poderiam ser contratados em Belém ou no próprio território. Os demais – geólogos, sondadores, analistas, topógrafos, auxiliares de laboratório, etc. – teriam que ser contratados no Centro-sul. Porém, por ser um empreendimento pioneiro em área de fronteira, far-se-ia necessário convencer o pessoal especializado sobre as reais condições de trabalho no interior da floresta, pois muitos ainda eram “imbuídos do princípio falso de que a Amazônia é inabitável” e por isso, certamente, exigiriam salários altos.

Por outro lado, o autor do *Plano* afirmava que a escassez de mão-de-obra na proporção que seria exigida pela instalação de uma grande indústria de mineração no Amapá elevaria igualmente o preço dos trabalhadores não-especializados ou com algum conhecimento mais específico. De acordo com pesquisas feitas na própria região do Amapari, um braçal recebia em média uma diária de aproximadamente 15 a 20 cruzeiros, com alimentação por conta do empregador. Um pedreiro ou um carpinteiro, cerca de 30 a 40 cruzeiros, além da alimentação. Outro grande problema a ser enfrentado era o abastecimento das equipes. Mesmo em Macapá, a disponibilidade dos víveres era escassa e o preço consideravelmente alto. Por isso, o engenheiro também aconselhava que fosse montado um esquema de fornecimento de produtos de primeira necessidade a partir do Centro-sul, com algumas exceções, como a carne e a farinha de mandioca “para o pessoal operário, que está habituado ao tipo de farinha regional”.

Por fim, o projeto de Antônio Furtado previa a construção de uma vila operária composta de 40 casas para alojamento dos empregados em Serra do Navio. Esta vila teria serviços básicos como água, luz, esgoto, telefone e outros equipamentos, como a instalação de um hortifrutigranjeiro.

A concorrência pelo manganês no Conselho Nacional de Minas e Metalurgia

Em 25 de setembro de 1946, era lançado um edital no Diário Oficial da União convidando aqueles que tivessem interesse em investir na exploração do minério a visitar pessoalmente os depósitos de manganês no rio Amapari. Além disso, Janary Nunes enviou cartas circulares a várias empresas contendo informações sobre as características até então conhecidas sobre as reservas, juntamente com um questionário elaborado pelo Conselho Nacional de Minas e Metalurgia (CNMM), o qual ajudaria este órgão na seleção e indicação da empresa para a assinatura do contrato de

exploração.⁷⁶ Quase um mês após a divulgação do edital, Augusto Trajano de Azevedo Antunes demonstrou oficialmente interesse em visitar as jazidas.⁷⁷

Augusto Antunes era sócio-proprietário da Sociedade Brasileira de Indústria e Comércio de Minério de Ferro e Manganês (ICOMI), uma das empresas que fornecia minérios para a Usina de Volta Redonda, no Rio de Janeiro.⁷⁸ Ao tomar a decisão de disputar os direitos de exploração do manganês, a ICOMI teve que concorrer com outras duas empresas: a Hanna Coal & Ore Corporation (associada à empresa que estava pesquisando o minério de ferro do rio Vila Nova) e a Companhia Meridional de Mineração, subsidiária de um gigante da mineração mundial: a United States Steel.

Definidas as concorrentes, cada qual apresentou proposta que foi avaliada pelo CNMM. Na sessão do dia 21 de novembro de 1947, o geólogo Antônio José Alves de Souza, diretor do Departamento Nacional de Produção Mineral e relator do processo, decidiu em favor da Hanna Coal & Ore Corporation. Porém, a ICOMI recorreu da decisão e, após revisão da matéria nas sessões dos dias 28 de novembro e 2 de dezembro, Antônio Souza mudou seu voto e indicou o projeto da ICOMI como a melhor proposta. O próprio Augusto Antunes fora o interlocutor do recurso junto ao CNMM, de acordo com este trecho do parecer de Antônio Souza:

À vista das modificações introduzidas pela Indústria e Comércio de Minérios Ltda., no primeiro projeto de contrato apresentado, à vista dos esclarecimentos sobre a exata interpretação de certas cláusulas constantes do projeto apresentado pela Hanna Coal & Ore Corporation e à vista dos esclarecimentos prestados pelo engenheiro Augusto Trajano de Azevedo Antunes, pessoalmente, a este Conselho, proponho seja aceita a última minuta do contrato apresentado pela Indústria e Comércio de Minérios Ltda., companhia nacional e que se compromete a manter 51% de suas ações com direito a voto em mãos de brasileiros.⁷⁹

Como foi observado por José Drummond e Mariângela Póvoas, embora Antônio Souza destacasse em seu parecer que a ICOMI estava comprometida a manter 51% das ações com direito a voto nas mãos de brasileiros, tratava-se de uma exigência genérica, pois, de acordo com a legislação mineral em vigor, qualquer empresa declarada vencedora, mesmo as subsidiárias, estavam obrigadas a obedecer tal imposição. O que não se esperava, afirmam os autores, era que uma organização estrangeira do porte da *Bethlehem Steel* – maior empresa siderúrgica e maior consumidora de manganês do mundo – aceitasse assumir sociedade em posição minoritária com uma pequena e recém-formada

⁷⁶ ICOMI. *Op. cit.*, p. 13.

⁷⁷ *Amapá*, 16/11/1946.

⁷⁸ Criada em 8 de maio de 1942, a empresa de Antunes após algumas mudanças de capital e de status jurídico também mudou de razão social e passou a se chamar tão somente *Indústria e Comércio de Minérios S.A* ou, simplesmente, ICOMI.

⁷⁹ ICOMI. *Op. cit.*, pp. 15-17.

empresa brasileira como a ICOMI, ainda mais, em um empreendimento tão vultoso como seria Serra do Navio. Por conta disso, tal associação foi criticada por “diversas correntes nacionalistas, em livros, na imprensa, em discursos e inquéritos parlamentares, desde a década de 1950 até hoje”.⁸⁰

Com relação à mudança no voto do relator do processo, é provável que tenha havido mais do que algumas modificações no projeto da ICOMI e um simples “esclarecimento” em relação ao da Hanna Corporation. Embora a *História do aproveitamento das jazidas de manganês da Serra do Navio*, escrita pela ICOMI em 1983, não mencione, sabemos por meio do jornal *Amapá* que Janary Nunes estava no Rio de Janeiro e foi recebido em sessão extraordinária pelo CNMM no dia 27 de novembro (um dia antes do início das sessões que decidiriam em favor da ICOMI).

Segundo o jornal, Janary falou por duas horas ao Conselho, expondo os resultados dos relatórios das pesquisas realizadas pela Hanna Exploration Company sobre o ferro do Vila Nova e o conseqüente fim do contrato entre o governo do território e a empresa. O governador relatou suas providências para a exploração do manganês do rio Amapari e fez “algumas considerações acerca da atual situação econômica do país e dos interesses do Território e do Brasil”. A notícia finalizava afirmando que Janary Nunes retornaria somente após “resolver esses assuntos de fundamental interesse para o Amapá”.⁸¹

A presença de Janary no CNMM, em sessão extraordinária, às vésperas da reunião que iria julgar o recurso da ICOMI à primeira decisão do Conselho não era estritamente necessária, pois ele vivia em permanente contato com o Conselho desde a descoberta do ferro e, constantemente, vários geólogos do DNPM viajavam ao território. Além disso, pelo menos em tese, a decisão do CNMM deveria ser técnica e baseada exclusivamente nos projetos apresentados, dispensando qualquer outra intervenção.

Entretanto, o jornal *Amapá* também não omitia as relações de afinidade entre o governo territorial e a ICOMI, pois, além de ter dado ampla publicidade à visita de Augusto Antunes ao território em janeiro de 1947 – por tratar-se de empresário *brasileiro* interessado nas jazidas –, também noticiou a visita feita pelo deputado Coaracy Nunes, irmão do governador, ao escritório da ICOMI, em Belo Horizonte, em agosto do mesmo ano. Excetuando-se a Hanna Corporation que já vinha realizando prospecção no Amapá, não há notícias sobre contatos anteriores entre o governo do

⁸⁰ Para saber detalhes acerca da negociação do contrato de exploração, mudanças de capital, valores de investimento, críticas nacionalistas e a importância econômica do projeto ICOMI no Amapá, ver DRUMMOND, José Augusto; PEREIRA, Mariângela de Araújo Povoas. *O Amapá nos tempos do Manganês: um estudo sobre o desenvolvimento de um estado amazônico 1943-2000*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

⁸¹ *Amapá*, 29/11/1947.

território e o outro concorrente na disputa, a Companhia Meridional de Mineração, em data tão próxima à decisão do CNMM.

Dessa forma, apesar de não ser possível afirmar com certeza a interferência de Janary Nunes em favor da ICOMI junto ao CNMM, é bem provável que o governador tinha certa predileção pela empresa brasileira. Principalmente se levarmos em conta sua recente experiência na celebração do contrato entre o território federal e a Hanna Exploration Company pelo qual Janary Nunes e o governo Federal foram acusados de “entreguismo” e o governador teve que responder diversas vezes a várias críticas, pouco mais de um ano antes da decisão do CNMM sobre o manganês.⁸²

Em uma edição especial do jornal *Amapá* de junho de 1946, produzida especialmente para fazer frente às denúncias e rumores vindos de alguns jornais e políticos ao contrato para exploração do ferro, Janary Nunes se defendeu afirmando que seu primeiro impulso não fora o de contratar com uma empresa estrangeira, mas que ao procurar vários empresários brasileiros “todos alegaram dificuldades momentâneas e mostraram que seria quase impossível empreendimento vultoso dentro dos próximos anos”. Finalmente, teria tentado obter ajuda do governo federal

para o estabelecimento de uma sociedade de economia mista, nos moldes de Volta Redonda ou Cia. Do Vale do Rio Doce. Consultei técnicos e o próprio ex-presidente Getúlio Vargas – animador de iniciativas para o progresso do Território – que me declarou não ser possível à União auxiliar investimento similar ao que vinha fazendo, enquanto aquelas organizações não estiverem com o seu êxito assegurado. [...] Perguntei então ao ex-presidente se poderia promover o contato com o capital estrangeiro para o estudo do seu emprego aqui. Autorizado por S. Excia., convidei para virem ao Amapá vários geólogos entre os quais os da United States Steel Corporation e da M. A. Hanna Company. O resultado final o povo já conhece, pelas constantes informações que prestei.⁸³

O governador, portanto, se dizia constrangido a aceitar o incurso de empresas estrangeiras para que fosse viabilizado o aproveitamento do minério de ferro, sob pena de prejudicar o progresso do Amapá ainda por muitas décadas. Além disso, a autorização para o contato com Companhias de fora do país teria vindo do próprio Vargas, o criador dos territórios federais e um dos mais interessados no seu desenvolvimento.

É interessante notar que o anúncio da sociedade entre a ICOMI e a Bethlehem Steel em 1949 reavivou as mesmas críticas nacionalistas que haviam sido feitas sobre o contrato envolvendo as

⁸² Como exemplo, cito o discurso feito pelo deputado Café Filho à Mesa da Assembléia Constituinte em 1946: “Pois bem, Srs. Deputados: o governo atual do honrado Sr. General Gaspar Dutra, acaba de conceder *verdadeiro monopólio* a uma companhia norte-americana, no Território do Amapá, fronteira do Brasil com a Guiana francesa, região já disputada pelas armas por uma potência estrangeira. O monopólio visa a exploração do minério de ferro na base de Cr\$ 70,00 por tonelada...” *Amapá*, 22/6/1946. (itálico no original).

⁸³ *Ibidem*.

jazidas de ferro, três anos antes, e que Janary Nunes tenha sido criticado por um dos seus ex-assessores mais próximos, Álvaro da Cunha, justamente por não ter considerado a possibilidade de formar uma empresa de economia mista público-privada para a exploração do manganês.⁸⁴

Em *Amapá nos tempos do Manganês*, Drummond e Póvoas sustentam que desde a sua candidatura à concorrência pelo manganês estava claro que a ICOMI pretendia algum tipo de associação com uma empresa de maior porte, a ponto de afirmarem que a sociedade com a Bethlehem Steel não foi nada “surpreendente”.⁸⁵ A empresa, por sua vez, afirma em sua *História* que não teve outra escolha a não ser se associar com uma grande empresa estrangeira, pelo fato de diversas instituições financeiras, inclusive o Banco do Brasil, lhe terem negado empréstimo, e mesmo que o tivessem concedido, os juros eram proibitivos. Além disso, uma empresa do tamanho e com a experiência da Bethlehem Steel proporcionaria o *know how* que a empresa precisaria para atuar em Serra do Navio.⁸⁶

Em 4 de dezembro de 1947, o presidente Eurico Gaspar Dutra assinava o Decreto nº 24.156 autorizando a ICOMI a pesquisar o potencial econômico dos depósitos de manganês⁸⁷ e, em 8 de dezembro, a ICOMI e o governo territorial assinaram o contrato de prospecção, cujos trabalhos deveriam começar antes de março de 1948.⁸⁸

Assim, apesar dos esforços por parte do governo do Território Federal do Amapá em representar Serra do Navio como parte fundamental do seu projeto desenvolvimentista, todas as providências tomadas pelo governo territorial sempre objetivaram criar condições para a instituição de um empreendimento tão absolutamente *privado* como qualquer outro, e como tal, sem nenhuma preocupação além daquelas relacionadas à reprodução do capital, geração de lucro e exploração da mão-de-obra. Não obstante o Decreto-Lei nº 9858 de 1946 (que tornava o manganês do Amapá uma reserva nacional) facultasse a formação de uma empresa de economia mista para promover a sua exploração.

Após o cancelamento do contrato de exploração do ferro e a derrota na concorrência pelo manganês, a Hanna Coal & Ore Corporation decidiu vender todos os seus equipamentos de pesquisa e prospecção no Amapá para a ICOMI. Esta transação favoreceu o início imediato dos trabalhos, sendo que, logo após, em janeiro de 1948, foram arregimentados os primeiros 100 homens para

⁸⁴ CUNHA, Álvaro da. *Quem explorou quem no contrato de manganês do Amapá*. Macapá: RUMO, 1962, p.13.

⁸⁵ DRUMMOND, José Augusto; PEREIRA, Mariângela de Araújo Povoas. *Op. cit.*, p. 126.

⁸⁶ ICOMI. *Op. cit.*, pp, 27-39.

⁸⁷ *Ibidem*, pp.16-17.

⁸⁸ *Amapá*, 20/12/1947.

atuarem no Amapá. Esse total incluía os recém-contratados e aqueles que haviam sido transferidos de outras cidades onde a empresa atuava, como Itabira, em Minas Gerais.⁸⁹

O caboclo-operário e a formação de uma frente de mineração industrial periférica

Não existem fontes “diretas” por parte do governo ou da ICOMI que forneçam detalhes acerca dos primeiros trabalhadores que foram empregados pelo governo durante a fase de reconhecimento e nas primeiras pesquisas sobre o manganês em 1946-47, e pela prospecção realizada pela ICOMI entre 1948-1951. Contudo, é possível afirmar que as origens mais remotas dos chamados “braçais” encontram-se: entre os diversos grupos de extrativistas dispersos pelo interior do Amapá; nas populações que viviam espalhadas pelas ilhas na fronteira com o estado do Pará; e nas demais cidades interioranas próximas, conforme se buscou comprovar até aqui.

Essas hipóteses ganham força se levarmos em conta as observações feitas por Antônio Teixeira Guerra, que visitou Serra do Navio no exato momento em que a ICOMI começava a organizar sua infraestrutura produtiva e realizava as primeiras contratações no Amapá. Entre estudos e caçadas nas horas de lazer (em uma das muitas fotos que ilustram seu livro, ele exhibe um macaco *guariba* abatido nas matas de Serra do Navio), Guerra escreveu o seguinte comentário, registrado em meia página do seu livro:

O recrutamento de mão-de-obra está ocasionando a existência de uma corrente de população que deixa o baixo curso da Região dos Lagos e do Araguari para subir em direção a Serra do Navio. Os barracões do curso inferior do Araguari e também as sedes das fazendas da Região dos Lagos estão sendo atingidos mais diretamente com a saída dos caboclos para a zona das minas. Esse êxodo ocasiona o abandono da coleta das sementes oleaginosas, da extração do látex e também das fazendas de gado das áreas referidas.⁹⁰

É inegável, portanto, o impacto que o início dos trabalhos de pesquisa e exploração do manganês teve sobre a organização social e econômica do território no final da década de 1940. Muitos trabalhadores viram na instalação de um grande projeto de mineração a oportunidade de se desvencilharem de suas antigas atividades extrativistas e dos constrangimentos impostos pelos barracões e seringalistas, e não hesitaram em se dirigir rumo à área manganífera no rio Amapari, em busca de alguma colocação no empreendimento.

⁸⁹ ICOMI. *Op. cit.*, p.22.

⁹⁰ GUERRA, Antônio Teixeira. *Op. cit.*, p. 297.

É possível chegar um pouco mais próximo desses trabalhadores e complementar a sua caracterização utilizando dados estatísticos colhidos pelo governo territorial através de seu Serviço de Geografia e Estatística. Apesar da pouca confiabilidade dos dados disponíveis a respeito do número de habitantes no período anterior à criação do território, a partir de 1944 o governo local passou a investir periodicamente no recenseamento da população como forma de tornar suas ações mais eficientes em todas as áreas. Para isso, além dos habitantes, também eram inventariados os prédios públicos e particulares, assim como o tipo de construção, materiais usados, a quantidade de estradas, número de embarcações, estabelecimentos comerciais, quantidade de pessoas empregadas em determinados seguimentos econômicos, principais produtos e valores produzidos, importações e exportações, etc. Tudo isso nos permite conhecer de forma muito mais detalhada que tipo de sociedade existia no Amapá no período aqui analisado.

Além do fluxo interno citado mais acima, seguiam para a região manganífera significativos contingentes de imigrantes. No final dos anos 1940, o Amapá já havia dado um verdadeiro salto populacional em relação ao início da década. Se, em um primeiro momento, houve intenso crescimento demográfico por conta das expectativas geradas pela criação do território federal e a suas ações de reestruturação física e administrativa já mencionadas, as descobertas das jazidas de ferro e manganês a partir de meados da mesma década incentivaram ainda mais a vinda de pessoas, principalmente oriundas do Pará e áreas do nordeste, como se pode ver no quadro abaixo:

Tabela nº 1 – Crescimento Populacional no Amapá (1940-1949).

CIDADES	1940	1944	1946	1948	1949
Macapá	1.012	1.500	3.079	4.192	6.002
Amapá	444	500	697	1.000	1.171
Mazagão	162	347	332	467	579
Oiapoque*	-	300	345	431	389
TOTAL	1618	2647	4453	6090	8141

Fonte: Serviço de Geografia e Estatística do Território Federal do Amapá. *Amapá*. 12/05/1951, p. 4.

(*) elevado à categoria de cidade em 1945.

Segundo os dados da tabela, com exceção de Mazagão e Oiapoque, todas as demais cidades tiveram crescimento constante durante a década. No entanto, o aumento mais impressionante ocorreu, sem dúvida, em Macapá. Em 1949, a população da capital era seis vezes maior do que em 1940, sendo que mais da metade desses habitantes – 3.480 ou 57 % – não haviam nascido no Amapá.⁹¹ Esses números incluíam tanto as sedes municipais quanto os seus distritos.

⁹¹ *Amapá*, 21/5/1949, p.3.

O 3^a censo demográfico de Macapá, realizado em 1949, efetuou um levantamento completo acerca da população residente na capital, como se vê abaixo:

Tabela nº 2 – População Geral de Macapá em 1949.

	DISCRIMINAÇÃO	TOTAL	HOMEM	MULHER
POPULAÇÃO	Macapá	6.002	3.096	2.906
COR	Branços	1.859	937	922
	Pretos	515	233	282
	Pardos	3.628	1.926	1.702
ESTADO CIVIL	Solteiros	4.210	2.259	1.951
	Casados	1.540	780	760
	Viúvos	244	53	191
	Desquitados	2	1	1
	Sem declaração	6	3	3
INSTRUÇÃO	Sabiam ler e escrever	3.176	1.796	1.380
	Não sabem ler nem escrever	2.821	1.299	1.522
NATURALIDADE	Amapaenses	2.522	1.176	1.346
	Não-amapaenses	3.480	1.920	1.560
PROLE	Tendo filhos	1.924	837	1.087
	Não tendo filhos	4.078	2.239	1.819

Fonte: Serviço de Geografia e Estatística do Território Federal do Amapá. *Amapá*, 16/4/1949, p.5.

Esse detalhamento acerca da população de Macapá é importante porque através dos dados colhidos na capital, enquanto maior concentração demográfica no território (74%), aproximamo-nos das características da maioria dos habitantes do Amapá naquele momento. Assim, de acordo com as informações do censo de 1949, constatamos que a população era predominantemente jovem, de cor parda, composta por homens e mulheres solteiros – ou, que pelo menos, não estavam casados oficialmente – e sem filhos. Na medida em que a proporção de indivíduos solteiros era praticamente igual em ambos os sexos, ou seja, 72% dos homens e 67% das mulheres, e apesar de que existiam quase duzentas mulheres a menos do que homens, havia grandes possibilidades de que essas pessoas constituíssem novas famílias e se estabelecessem definitivamente no Amapá, no caso de serem imigrantes. Aliás, a constatação de que menos de um terço dessa população tinha filhos, descarta qualquer possibilidade de que o acelerado crescimento populacional do período fosse consequência de algum acréscimo nos índices de natalidade e confirma o significativo peso que a imigração teve para a expansão do número de habitantes em toda a década.

Quanto ao índice de analfabetismo, se ainda era alto (47%), também é certo que havia diminuído consideravelmente desde no início da década, principalmente devido ao investimento na

expansão do ensino como um dos principais instrumentos de transformação dos hábitos e costumes locais, inclusive, com a oferta de cursos noturnos, na capital e no interior desde 1946, sendo voltados preferencialmente aos trabalhadores e sob a ameaça de corte de 30% nos salários dos empregados do governo territorial que não se matriculassem nos referidos cursos até a data estipulada, e a demissão daqueles que insistissem em não se matricular.⁹²

De maneira geral, essa era a configuração social do Amapá no final da década de 1940 e – com exceção dos engenheiros e demais trabalhadores especializados trazidos pela própria companhia – foi dessa sociedade até aqui analisada que vieram os primeiros trabalhadores do projeto ICOMI.

Durante boa parte do ano de 1948, a ICOMI não precisou fazer muito esforço para contratar sua mão-de-obra não-especializada, tendo em vista toda a propaganda oficial em torno da exploração do manganês e as próprias equipes que haviam sido utilizadas nos trabalhos realizadas pelo governo no ano de 1946 e 1947, além, é claro, da divulgação interpessoal entre os próprios trabalhadores nas suas diversas redes de relacionamento. Mesmo assim, à medida que os trabalhos foram avançando, a empresa precisou de mais pessoas e, para isso, começou a divulgar anúncios em jornais do Pará e no *Amapá*, tais como este, de janeiro de 1949:⁹³

ICOMI S/A
Comunica que aceita um limitado
número de **BRAÇAIIS e OPERÁRIOS**
para os seus serviços nas
MINAS DE MANGANÊS
Situadas no Rio Amapari
Armazém próprio – Pensão própria
Serviço constante – Bom ordenado:
Dirigir-se ao escritório da Companhia em Macapá,
das 8 às 11 horas nos dias úteis.

Dessa forma, segundo um novo censo realizado em 1950, na virada da década a população de Serra do Navio totalizava nada menos que 306 pessoas,⁹⁴ quase a mesma quantidade de habitantes de um dos quatro municípios do território: o Oiapoque. Tanto que já estava incluída no rol de localidades atendidas pela prestação de serviços públicos como a aplicação de DDT.⁹⁵ Porto Platon também havia sido incluído na contagem populacional, sendo registradas 39 pessoas no acampamento montado pela ICOMI naquele local.

Um dos fatores de forte atração no empreendimento de Serra do Navio era a qualidade das construções que estavam sendo erguidas para alojamento dos funcionários em substituição aos

⁹² Alfabetizem-se, operários! *Amapá*, 25/5/1946. Sobre o papel da educação no governo de Janary Nunes, ver LOBATO, Sidney da Silva. *Educação na fronteira da modernização: a política educacional no Amapá (1944-1956)*. Belém: Paka-Tatu, 2009.

⁹³ *Amapá*, 8/1/1949, e edições seguintes.

⁹⁴ Serviço de Geografia e Estatística: censo demográfico. *Amapá*, 12/5/1951.

⁹⁵ Localidades do Território periodicamente tratadas pelo D.D.T. durante o ano de 1950. *Amapá*, 30/12/1950.

primeiros *carbés* – comuns no interior do Amapá, como já foi dito – erguidos no início das pesquisas. Eram casas de madeira coberta com cavacos feitos de maçaranduba, construídas sobre estacas para evitar a umidade do solo, como se vê na figura abaixo:



Figura nº 4 – Início das obras em Serra do Navio. Foto: Tibor Jablonsky.

Apesar da abundância de árvores derrubadas para a visualização dos depósitos e a construção dos alojamentos, toda a madeira usada nas paredes, por exemplo, foi transportada de Macapá até Porto Platon e daí rio acima até Serra do Navio.⁹⁶ Estas casas compunham uma pequena “vila operária” – semelhante àquela prevista no plano do engenheiro Antônio Furtado em 1947 – construída para dar melhor estrutura à continuação das pesquisas sobre o manganês que iniciaram em 1948, ganharam novo impulso com a chegada dos primeiros engenheiros da Bethlehem Steel à região em 23 de agosto de 1949, e se estenderam até 1951.⁹⁷

Ainda no final da década de 1940, a ICOMI resolveu abrir dois novos escritórios em diferentes cidades por motivos estratégicos: no Rio de Janeiro, “onde estavam sediados os três poderes da república e onde a empresa iria tratar de todos os numerosos assuntos inerentes ao empreendimento”,⁹⁸ e outro em Belém, a fim de coordenar as compras locais, dar assistência aos funcionários em trânsito e “promover a liberação alfandegária de materiais importados ou adquiridos

⁹⁶ GUERRA, Antônio Teixeira. *Op. cit.*, p.226.

⁹⁷ Bethlehem Steel Company. *The Serra do Navio Manganese Deposits: a final report on exploration through october 1951*. [datilografado], 1951, p. 6. Agradeço a Sr^a Zenira Vieira Silva, por ter me permitido o acesso a esse relatório que faz parte do seu acervo pessoal sobre a ICOMI.

⁹⁸ ICOMI. *Op. cit.*, p.47.

no sul do país e seu reembarque ao Amapá”, neste caso, utilizando os navios da empresa Moore McCormack.⁹⁹

O escritório em Belém seria de grande utilidade na administração das tarefas acima citadas, principalmente na organização e transporte de materiais. Além disso, os representantes da empresa na capital paraense respondiam por ela em qualquer circunstância que envolvesse a ICOMI naquela cidade, como por exemplo, em um dissídio coletivo do ano de 1951, encontrado em pesquisa realizada no Tribunal da Justiça do Trabalho do Pará.¹⁰⁰

Neste processo a ICOMI foi chamada a acertar contas pelo não pagamento do descanso semanal remunerado a dezesseis trabalhadores filiados ao Sindicato dos Estivadores de Belém. A cobrança referia-se a serviços de estiva prestados em navios com materiais da empresa que seguiam para o Amapá, entre os meses de janeiro a agosto de 1949.¹⁰¹ A ação baseava-se na lei nº 605, em vigor desde 14 de janeiro de 1949, a qual estendia o pagamento do repouso semanal àqueles que, sob forma autônoma, trabalhavam agrupados e por intermédio de Sindicato, Caixa portuária ou entidade congênere.

O advogado do Sindicato dos Estivadores, Orlando Bitar, afirmava que a ICOMI havia ignorado o pagamento do repouso obrigatório durante quase todo o ano de 1949, uma vez que a lei estava em vigor desde a sua publicação no Diário Oficial da União, em janeiro. Ao invés disso, a empresa começou a realizar os pagamentos apenas depois que a lei foi regulamentada pelo Executivo Federal, em 12 de agosto de 1949. E mesmo assim, de forma irregular, pois, enquanto a lei ordenava o pagamento do repouso proporcional a 1/6 do salário “efetivamente recebido”, a ICOMI teria efetuado o pagamento com base em um salário “ideal” no valor de Cr\$ 36,80.

Nenhum dos dezesseis estivadores citados como reclamantes compareceu à primeira audiência, alegando “sérios prejuízos à coletividade” caso paralisassem as suas atividades de carga e descarga de navios. Porém, enviaram dois representantes: Raimundo Tomaz da Silva e Benevenuto Lobato Carreira, que não faziam parte do processo, além do presidente do Sindicato, Raimundo Manito, acompanhado do advogado Orlando Bitar. A ICOMI foi representada pelo chefe do

⁹⁹ Ibidem, p.49.

¹⁰⁰ Processo de reclamação trabalhista, filme 26, fotograma 765 a 780. Arquivo do Tribunal da Justiça do Trabalho da Oitava Região, Belém (PA).

¹⁰¹ Os estivadores eram: José Alves de Albuquerque, Oscar Holanda Cavalcante, Saturnino Pedro Duarte, Francisco Domingos Gomes, Aristides Martins Lisboa, Joaquim Rodrigues de Moraes, Francisco Nunes de Moura, Manoel Navegantes Monteiro, Antônio Marques Vasques, Odorico Maximiano Pantoja, Alcindo Hermógenes Raposo, Martinho Gomes da Silva, Francisco Nunes dos Santos, Cristiano Santos, José Severiano Bezerra dos Santos e Antônio Santos de Souza.

escritório da empresa em Belém, Benedito José Carneiro de Amorim, acompanhado pelo advogado Aderbal Melo.

Em sua defesa, Benedito Amorim e Aderbal Melo afirmaram que a ICOMI não possuía embarcação alguma e que apenas tinha feito remessas de mercadorias ao Amapá, pagando o frete e todas as demais despesas ao respectivo armador e que a empresa “não havia contratado qualquer serviço de estiva com os reclamantes ou com o Sindicato dos Estivadores de Belém”. O presidente do sindicato, no entanto, afirmou que os serviços de estiva haviam sido pagos na Representação do Território Federal do Amapá, em Belém, e que os trabalhadores haviam sido contratados pelos capatazes Jorge Martins da Costa e Carmindo dos Ramos Reis. Dessa forma, a audiência chegou a um impasse devido à ausência dos capatazes cujos depoimentos foram considerados “indispensáveis ao esclarecimento do dissídio”.

Entretanto, na segunda audiência ocorrida exatamente uma semana depois, sem qualquer debate registrado no processo, a reclamada aceitou pagar a quantia de “hum mil e seiscentos cruzeiros, como liquidação total do pedido” e os reclamantes aceitaram abrir mão de cobrar pelos serviços prestados na lancha “Veiga Cabral”, de propriedade do governo territorial.

As informações que constam no processo não explicam por que os pagamentos dos serviços de estiva foram feitos na Representação do governo do Amapá em Belém e nem porque uma embarcação pertencente à frota territorial foi utilizada para transporte de material de uma empresa privada como a ICOMI. Contudo, lendo a coluna social em diversas edições do jornal *Amapá*, na seção reservada aos funcionários aniversariantes, tomamos conhecimento de que o representante do governo do Amapá em Belém e o chefe do escritório da ICOMI naquela cidade eram uma só pessoa: Benedito José Carneiro de Amorim. Um detalhe importante é que o jornal *Amapá* jamais fez qualquer referência a isso, durante todos os anos em que Amorim acumulou as duas funções.¹⁰²

É bastante improvável, portanto, que Amorim nada soubesse a respeito de pagamentos feitos na Representação do governo do qual era funcionário, por serviços prestados à empresa para a qual chefiava um escritório numa importante capital. Isso explicaria a rapidez com que ele aceitou o acordo e o reconhecimento da dívida, evitando, assim, o constrangimento de ser confrontado e desmentido pelas testemunhas e adiar o que deve ter lhe parecido inevitável.

Além disso, devido à ausência de ligação terrestre entre o Amapá e o resto do Brasil e o alto custo do transporte aéreo, era praticamente inescapável utilizar-se do porto de Belém como intermediário necessário em toda a logística de aquisição de material e o seu respectivo

¹⁰² ICOMI. *Op. cit.*, p.50.

encaminhamento para o Amapá. Por isso, iniciar uma briga com o Sindicato dos Estivadores de uma cidade cuja posição geográfica era tão estratégica para o projeto de exploração mineral no Amapá, literalmente não seria bom negócio.

De qualquer forma, no final do ano de 1949 todas as notícias referiam-se a Serra do Navio como uma comunidade já estabelecida e com um futuro promissor: legítima representante do progresso e desenvolvimento do Amapá, antes mesmo do término das prospecções realizadas pela ICOMI e a Bethlehem Steel. Um lugar onde finalmente os homens e mulheres amapaenses poderiam desenvolver todas as suas potencialidades, mesclando momentos de intensa dedicação ao trabalho com atividades de descontração, lazer e esporte, como se lê nesta notícia de 17 de dezembro:

Realizou-se na tarde do dia 8 do corrente, uma animada partida de voleibol entre funcionários da ICOMI dispostos em dois conjuntos: Navio Atlético Clube e Esporte Clube América. Depois de um jogo disputadíssimo saiu vencedor o esquadrão do América pela contagem de 5 partidas a zero. Os quadros jogaram com a seguinte escalação: AMÉRICA: Enarra, Nestor, Acapú, Baixinho, Walter, Júlio. NAVIO: Simeão, Iolando, Pantaleão, Queiróz, Acácio, Pinho.¹⁰³

A década de 1950 seria decisiva para a instalação do projeto de mineração industrial no Amapá. E, ao mesmo tempo em que a população continuava crescendo por conta de sucessivas levas de imigrantes atraídos pelos preparativos para o início da exploração do manganês e o conseqüente aumento na demanda por “braços”, passou a ser cada vez mais comum a presença de trabalhadores vinculados ao empreendimento minerador – os caboclo-operários – transitando por entre a paisagem social em diferentes espaços de norte a sul do Amapá. Acompanhá-los nos seus diversos ambientes de sociabilidade, trabalho e lazer constituirá o foco principal da nossa análise a seguir.

¹⁰³ Esportes em Serra do Navio. *Amapá*, 17/12/1949.

CAPÍTULO 2

CONFLITOS E SOCIABILIDADES EM UMA FRONTEIRA DE MINERAÇÃO INDUSTRIAL
(1950-1959)**Amigos, amigos, negócios à parte**

No dia 27 de outubro de 1951, Welmont Roc, 59 anos, natural da Guiana Francesa, prestava depoimento na 1ª delegacia de polícia de Macapá, acusando William Joseph Octave, 51 anos, súdito inglês, natural de Santa Lucia, de ter se apropriado de uma mala contendo vários objetos de seu exclusivo uso pessoal, em nome de uma dívida que Welmont não reconhecia.¹⁰⁴

Welmont não acusava a um estranho. Pelo contrário, ambos se conheciam há pelo menos 15 anos, desde o tempo em que se dedicavam à garimpagem de ouro na região do rio Oiapoque, mais especificamente, em um dos seus afluentes, o rio Maropí, “famoso eldorado dos crioulos das guianas no ano de 1936”.¹⁰⁵ Este parece ter sido um período de significativa incursão espontânea de estrangeiros nas terras do Amapá, o que acabou por gerar certa animosidade entre aqueles que cruzavam os limites entre as fronteiras e os brasileiros residentes no extremo norte do país. Um informante local, expressando sua própria insatisfação com o estado das coisas, afirmava que

os comerciantes que aqui se *estabelece* (sic) na maioria são estrangeiros, e esses estrangeiros que aqui *aparece*, com rara exceção, não *gosta* de brasileiros, procurando por todos os meios prejudicar-nos, se *alvorando* (sic) com seu dinheiro a donos da terra. Não tendo a quem recorrer para nossa defesa, temos que [nos] sujeitar a vivermos como escravos dentro de nossa terra.¹⁰⁶

De acordo com as descrições contidas no processo de 1951, Welmont e William se enquadravam perfeitamente no estereótipo dos famigerados “crioulos guianenses” (negros, garimpeiros e estrangeiros) amplamente divulgado na região há décadas. Dessa forma, ainda que a habitual tensão com os brasileiros possa não ter sido o principal motivo de aproximação entre eles, era de se esperar que se tornassem “amigos” – termo usado pelo próprio denunciante para definir sua relação com o indiciado – dada a atitude de pouca receptividade por parte dos brasileiros, nos conflituosos ambientes de garimpo pelo interior do Amapá.

Não obstante as semelhanças entre eles, a trajetória de cada um no Amapá seria bem diferente. Já em 1945, William Octave tornou-se também comerciante, negociando “mercadorias de

¹⁰⁴ Arquivo do Fórum do Tribunal de Justiça do Amapá (AFTJA). William Octave [réu], nº 565, caixa 170, 1951.

¹⁰⁵ GAMA, Alfredo. *Um rio a serviço de dois povos*. Belém, 1947. p.13.

¹⁰⁶ *Ibidem*, p. 30. (itálico no original).

primeira necessidade”, além de ferramentas para atividades de garimpo, tanto na capital quanto pelos interiores do território. Sabia assinar seu nome e aprendeu a “falar corretamente o português”. Possuía empregados e, apesar de alguns outros problemas com a Justiça,¹⁰⁷ pode-se dizer que não estava em situação tão ruim.

Welmont Roc, por outro lado, quase não mudou de *status* desde sua migração para o Amapá. Além de continuar a exercer suas atividades de garimpeiro, permanecia analfabeto e não havia aprendido sequer a falar português, o que sem dúvida restringia não apenas sua comunicação, mas também sua capacidade de inserção e mobilidade social. Um *Atestado de Miserabilidade* anexado ao processo afirmava que era “reconhecidamente pobre, vivendo exclusivamente dos pequenos proventos de sua profissão de braçal”.

Mesmo assim, podemos dizer que William era a exceção que confirmava a regra representada por Welmont, pois, no Amapá do início da década de 1950, muitos trabalhadores, estrangeiros ou não, ainda viviam de maneira muito semelhante aos seus pais e avós, vinculados a uma economia extrativista e sem maiores perspectivas de ascensão social. No caso dos garimpeiros, contudo, é provável que muitos estivessem em pior situação, tendo em vista o esgotamento de muitos veios auríferos, ou como diziam os críticos, devido ao atraso das técnicas empregadas e o conseqüente mau aproveitamento das riquezas minerais.

Dessa forma, no momento em que se iniciavam as pesquisas para a exploração do manganês em Serra do Navio, visando à implantação de uma indústria de mineração mecanizada e de alta tecnologia, o rio Amapari ainda possuía garimpos ativos, apesar de também já apresentarem sinais de decadência. Aliás, na ocasião em que Mário Cruz (notabilizado como o descobridor das jazidas de Serra do Navio) teve contato com o manganês, às margens do igarapé do Baixio, ele estava justamente transportando mercadorias para abastecer garimpeiros naquela região. De fato, em determinadas áreas remotas do Amapá, o abastecimento realizado pelos regatões estava longe de ser mera opção, sendo efetivamente a *única* maneira pela qual se obtinham provimentos. Em 1947, Alfredo Gama afirmava que

se o pobre garimpeiro resolve descer [sair do garimpo] para fazer suas compras nas vilas e cidades perto da foz do grande rio [Amazonas], então ele tem maior prejuízo: perde tempo, gasta frete de canoa e as mercadorias lá adquiridas são de preços elevadíssimos, mais do dobro do custo no comércio de Belém.¹⁰⁸

¹⁰⁷ Ver capítulo 1, pp. 37-38.

¹⁰⁸ GAMA, Alfredo. *Op. cit.*, p.25.

Assim, à medida que avançamos na leitura do processo judicial, percebemos que o desentendimento entre Welmont e William insere-se, exatamente, neste contexto específico de abastecimento de áreas longínquas e crise dos “garimpos românticos”, conforme os chamou a *Revista do Comércio*, no final da década de 1940.¹⁰⁹ Nesse sentido, aquilo que à primeira vista seria apenas mais um caso de apropriação indébita levado à Justiça, revela-se um instigante ponto de partida para o entendimento das relações sociais vigentes em regiões fronteiriças durante meados do século XX.

No seu depoimento, por meio de um intérprete,¹¹⁰ Welmont afirma que precisou deixar a mala com seu amigo antes de seguir para a localidade onde morava – a vila Jornal, no rio Amapari – e que foi surpreendido pela recusa de William em lhe entregar seus pertences. O depoimento de William, porém, esclarece a natureza da dívida de Welmont e explica porque o impediu de reaver sua mala.

Segundo William, ele e Welmont possuíam um acordo para vender mercadorias na vila Jornal. O primeiro fornecia os produtos a crédito e o segundo os revendia, obtendo uma porcentagem (10%) sobre o valor total do “movimento” apurado. Porém, ao ser chamado para acertar as contas, William recebeu de Welmont somente seis latas de querosene vazias, um maço de fósforos e um chapéu de carnaúba. Ao questionar Welmont e sua mulher sobre o que teria acontecido com as cento e trinta e nove gramas de ouro correspondentes ao valor de venda das mercadorias – ou, pelo menos, como elas tinham se tornado latas de querosene, fósforos e um chapéu de madeira – William afirmou não ter obtido uma “resposta satisfatória”.

Não há nada no processo que prove a versão de William sobre o débito de Welmont. Nenhum documento, recibo ou testemunha. Contudo, a referida mala não apenas foi encontrada na casa do indiciado, como ele próprio confessou não estar disposto a devolvê-la enquanto não ocorresse o devido ajuste de contas, e que para isso aceitava o valor das mercadorias “em espécie ou em valor atual de cada grama de ouro”.

Em segundo depoimento prestado quase um ano depois, dessa vez na companhia de um advogado, William mudou ligeiramente sua versão inicial e partiu para o ataque de forma mais

¹⁰⁹ Segundo o articulista da revista: “O nosso garimpeiro, em geral, é de espírito aventureiro, livre e semibárbaro, que jamais se escravizaria a um horário [...] Seria impossível, assim, imaginá-lo curvado sobre as máquinas, trabalhando por salário e sob uma organização industrial que lhe roubaria a fonte de emoção [...]. Contudo, por mais belo e pitoresco que seja esse aspecto romântico dos nossos garimpos, é necessário combatê-lo, dando-lhe uma estrutura econômica, incorporando-o ao processo normal do desenvolvimento econômico das nossas indústrias”. ALVES, Oswaldo. A mecanização dos garimpos. *Revista do Comércio*. Abril de 1948. Cf. *Amapá*, 7/8/1948.

¹¹⁰ Welmont designou como seu intérprete um cidadão inglês de nome Ernesto Picton, marceneiro de profissão. Entretanto, como William e Welmont se conheciam há tempos, pode-se dizer que o intérprete, na verdade, servia muito mais às autoridades que conduziam as investigações do que para acusado e indiciado. Isso é reforçado pelo termo de compromisso assinado por Picton, no qual ele se responsabilizava a traduzir “sem dolo nem malícia” as falas de Welmont apenas para o português.

veemente, buscando desqualificar tanto Welmont quanto Catarine. Depois de afirmar que conhecia o denunciante há muitos anos, afirma

que tem a alegar contra a vítima o fato de ser indivíduo de maus antecedentes, pois fugiu da região das minas do Oiapoque, depois de haver furtado uma ubá [embarcação] do japonês Suzani, para evitar que José dos Anjos, comerciante naquela região, contra ele tomasse providências legais, deveis (sic) que Wermont (sic) lhe enganara em transações comerciais; que conhece a testemunha Malac Catarine, amásia da vítima, e sabe que ela abandonou o marido para viver com Vermont; [repete a versão sobre o débito de Welmont] que Wermont ofereceu para pagar parte do débito uma mala contendo roupa de uso, proposta esta que também não foi aceita; [...] que a mala oferecida por Vermont estava depositada na casa do interrogado; [...] que em outubro do ano passado, vindo a esta cidade adquirir mercadorias para o consumo de trabalhadores empregados em uma exploração do ouro foi surpreendido ao saber que Vermont apresentara queixa contra si [...] pois se ele tivesse procurado, pedido a mala, esta lhe teria sido devolvida.

Ainda que estivesse sendo orientado por um advogado, William apresenta fatos e cita nomes de pessoas com as quais, provavelmente, tanto ele quanto Welmont conviveram no norte do Amapá. Embora não possamos ter certeza se os episódios narrados (a fuga de Welmont, a traição de Malac ao antigo marido) têm alguma procedência, é interessante notar como as noções de honra masculina e feminina são utilizadas na sua declaração.

Não havia como William negar que estava com a mala de Welmont, uma vez que foi a própria polícia quem a retirou da casa dele. Mas isto, segundo sua nova defesa, por si só não configurava crime. Afinal, ele a teria devolvido se tivesse sido solicitado. Pior, afirmava, era ser incriminado por um caloteiro contumaz e sua companheira adúltera, mancomunados no intuito de lhe “dificultar a vida”.

Depois de terem recuperado a mala, Welmont e Malac não foram mais encontrados para prestar novos esclarecimentos. William também desapareceu depois do segundo depoimento. Um Comissário do município de Mazagão afirmou que ele estaria morando na cidade de Almeirim, no estado do Pará. Após isso, o escrivão titular do caso morre em data indeterminada e o processo é abandonado, sendo retomado somente em 1957. Nesta data é feita uma nova tentativa de encontrar William por meio do seu advogado. Este, porém, também não estava mais residindo em Macapá. O processo é novamente deixado de lado até ser finalmente determinada a sua prescrição, na forma da lei, por “acúmulo de serviço”,¹¹¹ dezessete anos após o seu início.

¹¹¹ No Território Federal do Amapá, um único juiz acumulava os serviços de quatro comarcas, correspondentes às varas: cível, criminal, trabalhista, eleitoral, registro público, etc. Por conta disso, era comum a prescrição de processos e a extinção da punibilidade.

Mas, de volta às disputas em torno da mala, é praticamente certo que, para William, o domínio sobre os pertences de Welmont não era um fim em si próprio, senão, ele não os teria deixado intactos, isto é, trancados à chave, “estando esta em poder do proprietário”, conforme o auto de apreensão e termo de entrega anexados ao processo. Nesse caso, ele estaria mesmo utilizando-os como instrumento de coerção, ou seja, como uma garantia até que Welmont saldasse sua dívida.

Entretanto, levando-se em conta que o principal interesse de Welmont era, de fato, a mala, sua escolha em recorrer à Justiça evidenciou muito mais a busca por uma maneira eficiente de recuperar algo que talvez nenhum outro meio traria de volta, do que infligir alguma punição a William. Isso fica claro quando notamos a sua indiferença em relação à condenação ou absolvição do réu, representada pelo seu desinteresse em acompanhar o desfecho do processo. Além disso, se quisesse, Welmont poderia ter sido bem mais incisivo no seu depoimento, por exemplo, afirmando-se vítima de furto ou roubo, e não que ele próprio havia deixado a mala na casa do acusado.

Desse modo, o que nos parece é que o processo judicial foi a única maneira encontrada por Welmont para equilibrar uma disputa anterior com William. Uma vez alcançado esse objetivo – retirando de William o seu trunfo – Welmont perdeu completamente o interesse em relação ao resultado final da ação jurídica.

O litígio entre William e Welmont, portanto, diz respeito a diversos elementos característicos da sociedade amapaense entre final dos anos 1940 e 1950. Na medida em que se tratava de estrangeiros recorrendo à Justiça brasileira como instância normativa e decisória para seus conflitos particulares, podemos utilizar esta mesma disputa e seus respectivos discursos em busca de afirmação e legitimidade para analisar, digamos, os movimentos de migração interna (Oiapoque, Amapari, Mazagão, Almeirim) e transnacional (Guiana Francesa, Caribe, Brasil), bem como os limites e possibilidades de ascensão social disponíveis aos migrantes, nesta porção do país.

Além disso, dispomos de um excelente exemplo sobre como ocorriam práticas de comércio, formas de abastecimento e – se acreditarmos que uma das intenções de Welmont era fazer frente à coerção de William e ganhar tempo ou mesmo fugir do pagamento da sua dívida – estratégias de sobrevivência em áreas distantes e isoladas. A partir da construção das imagens que cada um faz de si e do outro ao longo do processo, temos acesso a noções sobre moral e ética vigentes entre essa população no período aqui analisado.

Contudo, o embate entre dois velhos amigos e garimpeiros também revela o ambiente de competitividade e de profunda transformação social e econômica pela qual passava o Amapá naquele

momento. Com as atenções governamentais cada vez mais voltadas para o grande projeto de mineração em vias de instalação, o incentivo à construção de estradas rodoviárias e da via férrea em detrimento dos rios, e o descrédito em relação às antigas formas de trabalho e reprodução social, o mundo no qual viviam Welmont e William estava mudando rapidamente e tornava cada vez mais difícil manter atividades tão tradicionais quanto a faiscagem de ouro e o regateio de mercadorias.

À medida que o contingente populacional aumentava, acrescido por indivíduos em busca de novas oportunidades, embalados pelas promessas de desenvolvimento, e claro, a instalação de um gigantesco empreendimento minerador, iam surgindo novos espaços de sociabilidade, trabalho e lazer, congregando diversos seguimentos populares e de trabalhadores vindos de várias partes do país.

Dessa forma, nomes como Doca da Fortaleza, Porto Platon e Porto Santana passaram a ganhar notoriedade na nova fisionomia social amapaense, destacando-se como ambientes pelos quais transitavam pessoas de todas as classes, desempenhando as mais diferentes funções ou, simplesmente, como ponto de encontro de amigos e desafetos, meretrizes e seus clientes, regatões, comerciantes e donos de botequins.

Nesses espaços, através dos processos judiciais, encontramos homens e mulheres no seu relacionamento cotidiano, muitos tendo chegado ao Amapá depois da criação do território federal, em 1943. Tais fontes nos fornecem informações detalhadas sobre as peculiaridades das pessoas que compunham essa população, seus diferentes matizes culturais e étnicos, suas paixões e seus conflitos, enfim, sua maneira de ser e agir.

Concupiscentes, valentões e botequins: o cotidiano popular em Macapá

Manoel Soares Silva e Francisca Rodrigues eram assíduos frequentadores dos bares e estabelecimentos comerciais situados nas imediações da Doca da Fortaleza, entre as ruas Cândido Mendes e São José, no ano de 1950. Manoel, 26 anos, agricultor e boêmio, era natural do Rio Grande do Norte e vivia no Amapá há quase seis anos, segundo informações prestadas por ele mesmo, após ter passado onze meses no Território Federal do Guaporé. Francisca, 22 anos, era paraense e apresentava-se como doméstica, apesar de aparentemente também prestar outros tipos de serviços, como veremos adiante.¹¹²

Na noite do dia três de julho do referido ano, aproximadamente às 21 horas, Manoel e Francisca teriam sido surpreendidos em plena “conjunção carnal” na esquina da barbearia

¹¹² AFTJA. Manoel Soares Silva e Francisca Rodrigues [réus], nº 717, caixa 221, 1952.

“Marítima”, de acordo com o depoimento de dois guardas territoriais que faziam ronda por aquela região. Segundo eles, a cena era tão obscena que os acusados sequer tiveram “tempo de compor suas vestes”.

De acordo com as declarações dos indiciados e dos agentes que efetuaram a prisão, podemos afirmar que Francisca e Manoel realmente estavam em algum tipo de encontro amoroso no momento do flagrante. Esta constatação, porém, não implica dizer que todos foram uníssonos na delegacia. Segundo Manoel, não teria havido cópula alguma, mas simples “atos banais de *bolinagem*”. Declarou-se, ainda, vítima de perseguição, alegando que um dos guardas, João Adelaide da Costa, teria “marcação” nele. Citou como exemplo, a ocasião em que João o prendeu por embriaguês, enquanto outro guarda de serviço no local queria apenas levá-lo para casa. Francisca, contudo, não negou que estava tendo relações sexuais em via pública, mas afirmou que a isso foi “impelida por Manoel, com quem antes andou bebericando”. O relatório do delegado Flávio de Carvalho Maroja ironizou a defesa de Manoel, mas revelou-se inclinado a aceitar o argumento de ingenuidade e vulnerabilidade proposto por Francisca em causa própria, mesmo esta tendo sido qualificada como “mundana” por Manoel e pelo guarda Sandoval Santos. Desse modo, afirmou que

O acusado tentou negar o crime que lhe é imputado declarando não ter chegado à cópula. Sua ignorância, porém, não o poderia alertar de que a prática de atos libidinosos também completam a figura delituosa do art. 233 do código penal. A coautora, com a fraqueza inerente do sexo, deu confissão espontânea, atribuindo ao acusado a responsabilidade.

Tudo, portanto, parecia caminhar para uma inescapável condenação de Manoel. Entretanto, no momento em que o processo deveria seguir para a apreciação do juiz, o promotor substituto verificou a ausência no inquérito do *auto de prisão em flagrante* e, por esse motivo, recomendou o retorno do processo ao delegado para que corrigisse essa omissão. Em 19 de julho de 1950 o processo voltou à Delegacia Auxiliar de Macapá e lá ficou paralisado até 9 de junho de 1952, “por falta do escrivão titular que os presidiu inicialmente”. Em 19 de novembro, um despacho escrito pelo delegado Julio Soares Feitosa afirmava que não havia sido encontrado nenhum auto de prisão relacionado ao caso e que desconhecia o motivo de tal falha. Quando finalmente o processo chegou às mãos do juiz Uriel Sales de Araújo, em dezembro de 1952, foi marcado o horário e a data para a audiência no Fórum: às nove horas do dia 16 de março de 1955!

Talvez o mais surpreendente seja que neste mesmo dia e hora – quase cinco anos depois do fato ocorrido – lá estavam presentes o mesmo juiz, Manoel Soares e um dos guardas territoriais, Sandoval Santos, sendo observadas duas ausências importantes: Francisca Rodrigues, que não fora

encontrada pelo oficial de Justiça, e João Adelaide da Costa, já falecido. Neste segundo interrogatório, orientado pelo seu advogado, Manoel procurou esvaziar o seu encontro de qualquer sentido erótico, apesar de estar com uma prostituta. Afirmou que na noite em que fora preso

estando embriagado, em companhia da mundana Francisca Rodrigues, foi surpreendido pelo guarda Sandoval Santos e seu colega de farda João Adelaide da Costa, os quais lhe deram voz de prisão, sem explicar o motivo; [...] que não é verdade essa alegação [de que estava copulando com Francisca em público] pois apenas estava abraçado com a mulher; que já uma vez foi processado nesta comarca, por lesões corporais leves, não sabendo qual foi o resultado do processo.

No dia 29 de março, é expedido novo edital citando Francisca a comparecer em juízo. Tudo em vão. O processo parou, novamente, até que em julho de 1957 foi encontrado em meio a tantos outros, abandonado tal qual o processo de William e Welmont, isto é, em virtude do falecimento do escrivão titular. Assim sendo, é o próprio juiz Uriel de Araújo quem resume a trajetória tortuosa e o previsível fim do inquérito:

considerando que o crime tratado nestes autos é punido com detenção de três meses a um ano, ou multa de mil cruzeiros, e foi praticado no dia três de julho de 1950, sendo recebida a denúncia somente em 10 de dezembro de 1952; considerando que desta última até o presente [1957] já decorreram mais de quatro anos [...] julgo extinta, por prescrita, a punibilidade do crime versado nestes autos.

O detalhamento do trâmite processual destes casos serve para exemplificar uma situação bastante comum em boa parte dos inquéritos encontrados durante esta pesquisa. A maioria deles teve efeito juridicamente nulo, sendo recorrente a demora nos encaminhamentos e a perda de prazos, inviabilizando o estabelecimento de sentenças. Na verdade, muitos processos jamais chegaram às mãos de um juiz.

A justificativa encontrada nos autos de que a quantidade de funcionários era insuficiente para atender a todas as comarcas e varas do território, indica que provavelmente havia algum tipo de seleção sobre quais casos mereceriam ser resolvidos mais ou menos prontamente. Não por acaso, a maior parte dos processos prescritos referiam-se a pessoas comuns envolvidas em disputas e situações cotidianas.

Dessa forma, embora o processo contra Manoel e Francisca se enquadre naquele perfil de inquéritos “deixados de lado” pela Justiça do Amapá, do ponto de vista da análise histórica tais documentos se revestem de um valor inestimável, tornando-se um poderoso instrumento capaz de revelar hábitos e costumes relacionados às vivências desses indivíduos pelos diversos ambientes populares de Macapá, em meados do século XX.

Capturados em um momento de calorosa afetividade, ambos podem ser considerados sujeitos representativos na medida em que – assim como a maioria da população residente no Amapá no início da década de 1950 – eram jovens, migrantes, solteiros, de cor parda, sendo que apenas Francisca tinha filhos.

A maneira como foram encontrados, em plena via pública, praticando “atos de libidinagem”, indiferentes aos transeuntes que devem tê-los observado, se por um lado demonstra a franca liberalidade dos seus agentes (Manoel afirmou que *apenas* estava bolinando Francisca), por outro expõe claramente a intenção do poder público em vigiar, normatizar, repreender e eliminar práticas dessa natureza (sexo e bolinagem, neste caso, são iguais perante a lei, sentenciou o delegado), ainda que o sistema policial e jurídico desse claros sinais de que não estava preparado para o vertiginoso aumento no número de denúncias e processos que se acumulavam e, muitas vezes, eram literalmente esquecidos.

Continuaremos seguindo os passos de Manoel Soares, desta vez, para analisar um caso de botequim ocorrido entre ele e um desafeto – Ardico Francisco Cabral, paraense de 20 anos, solteiro, braçal e analfabeto, residente à Doca da Fortaleza – no dia 8 de novembro de 1951. Trata-se do crime de lesão corporal leve pelo qual Manoel também foi preso em flagrante, mas nunca procurou saber o resultado do seu julgamento, conforme citação acima. Na delegacia, o guarda territorial Durval Alves de Melo, responsável pela prisão, afirmou que

se encontrava de serviço na Doca da Fortaleza quando, pelas onze e quinze horas, mais ou menos, viu dois indivíduos atracados em luta corporal, à porta do bar denominado “Marítimo”, sito à referida doca; incontinenti (sic) para ali dirigiu-se verificando então que um dos contendores, conhecido por “Ardico”, se encontrava ferido à faca, no abdômen, enquanto o acusado presente [Manoel] mantinha ainda a arma à mão; [...] que o ofendido apresentava-se visivelmente alcoolizado, estado em que também se encontrava o acusado.¹¹³

Na ocasião, Manoel já havia tomado “três aperitivos” pelas redondezas e se dirigia ao bar Marítimo na companhia de Luiz Pinheiro, irmão do proprietário daquele botequim. Luiz explicou em seu depoimento as circunstâncias do evento e disse que quando lá chegou

encontrou à porta do estabelecimento o indivíduo conhecido por “Ardico”, visivelmente alcoolizado; passando pelo mesmo, o depoente entrou no bar, ficando o acusado [Manoel] à porta, do lado de fora, falando com “Ardico”; que, no interior do botequim, soube, dito por seu irmão, que “Ardico” acabara de ser posto para fora do estabelecimento, por ter aplicado uma bofetada em Pedro Pinheiro, irmão de ambos; que, nesse momento, voltando à porta, o declarante presenciou quando “Ardico” dizia ao acusado que não se metesse consigo, de vez que já eram inimigos, e que se retirasse dali, adiantando mais que, se o acusado continuasse ali, “Ardico”

¹¹³ AFTJA. Manoel Soares Silva [réu], nº 564, caixa 221, 1951.

dar-lhe-ia muito; enquanto isso, o acusado pedia que “Ardico” não fizesse aquilo e o deixasse em paz, entretanto, “Ardico” continuava insistindo e provocando o acusado, até que vibrou um soco no rosto deste, que em represália sacou uma faca que trazia no bolso e vibrou-a contra “Ardico” por duas vezes, atingindo-o na segunda e ferindo-o no abdômen.

O proprietário do bar, Inácio Xavier de Paiva, prestou iguais informações e reproduziu a mesma seqüência de acontecimentos: a agressão ao seu irmão; a expulsão de Ardico para fora do botequim; as provocações e a agressão a Manoel, culminando com o revide deste, defendendo-se oportunamente com a faca.

Não parece de menor importância o fato de que Inácio, Luiz, Pedro e Manoel eram todos naturais do Rio Grande do Norte, com idade entre 23 e 28 anos. Por certo, devia haver algum tipo de amizade entre três migrantes tentando se estabelecer em um local tão distante da sua terra natal como o Amapá. Desse modo, a agressão a Pedro e depois a Manoel, deve ter disparado um mecanismo de solidariedade entre eles, o que explica a visível inclinação das testemunhas em favor de Manoel. De certa forma, é como se todos concordassem que Ardico “teve o que merecia”. Provavelmente, também foram os irmãos que pagaram a fiança de Manoel – estabelecida em duzentos cruzeiros – uma vez que o mesmo estava desempregado e a informação que consta nos autos é de que sua situação econômica era precária.

Ardico tentou justificar sua atitude dizendo que há tempos ele e “Arigó” (apelido de Manoel Soares) haviam brigado em outro bar chamado *Alegria*, localizado no bairro do Trem, mas, na ocasião, foi Manoel quem feriu a própria mão ao tentar arrancar uma faca com a qual Ardico se exibia. Não adiantou muito, pois, o juiz acatou a opinião das testemunhas de que Ardico foi o único responsável pelo ocorrido no bar Marítimo e que o acusado, portador de uma deficiência em uma das pernas, agiu em legítima defesa. Manoel foi absolvido e talvez por isso nunca tenha tomado conhecimento da sentença, pois, do contrário, não seria difícil encontrá-lo na mesma rua onde sempre era intimado: a Cândido Mendes, nos arredores da Doca da Fortaleza.

De qualquer forma, “valentões”, como Ardico, aparentemente não eram mais bem-vindos em determinados lugares, e o próprio governo do território desestimulava quaisquer atitudes que induzissem ao confronto ou, como neste caso, envolvessem exposições públicas de força e masculinidade, especialmente entre os populares. Em uma nota publicada no jornal *Amapá* em 15 de janeiro de 1949, lê-se o seguinte comentário:

É um erro supor que o filho é “homem” ou “superior” aos outros porque é valentão na briga, chefe nas brincadeiras de “bandidos”, sabe gírias e desaforos. Essa “superioridade”, elogiada pelos pais, fará do filho um indivíduo grosseiro,

sempre com a preocupação de dominar os outros pela violência – o que lhe creará (sic) um ambiente desagradável em qualquer lugar onde viva.¹¹⁴

Na nova sociedade que se pretendia fundar, dizia-se, não havia mais espaço para o desajuste social, “pessoas vingativas, criminosos, os egoístas, isto é, membros da sociedade que vivem fora dela e que a ela não se adaptam”.¹¹⁵ Buscava-se, principalmente, educar as novas gerações para que não reproduzissem o mesmo estilo de vida que supostamente havia predominado até então. Antes, porém, era preciso convencer os próprios pais de que tal comportamento não era mais socialmente aceitável a fim de que não estimulassem “as valentias nem as brincadeiras grosseiras” entre a juventude do território.

Juntamente com a ideia de reformação social e moral, havia a intenção de demonstrar que os trabalhadores não estavam mais vivendo em um período de desamparo e exploração desordenada. A nova ordem inaugurada a partir de 1944 e a perspectiva de crescimento econômico auto-sustentado pretendiam transmitir confiança no futuro do Amapá e fazia crer que o indivíduo comum teria o devido reconhecimento ao seu trabalho.

Não há dúvida de que todo o simbolismo criado em torno do empreendimento gerenciado pela empresa Indústria e Comércio de Minérios S.A (ICOMI) teve papel fundamental na afirmação dos ideais desenvolvimentistas do governo territorial, e o avanço nos trabalhos de prospecção parecia tornar tudo visivelmente tangível.¹¹⁶ Muitos pretendiam mudar de vida desempenhando qualquer tipo de tarefa na empresa. Entretanto, a maior parte desconhecia os riscos que advinham de um empreendimento desse porte.

Um caso emblemático está relacionado a um jovem que tinha a mesma origem e sobrenome dos irmãos do bar Marítimo, cenário da briga de Manoel Soares. Em outubro de 1950, o jornal *Amapá* divulgou elogiosa notícia acerca do seguro social que a ICOMI oferecia aos seus empregados. O semanário informava que

um braçal nordestino, Sebastião Pinheiro, foi admitido, não faz muito tempo, ao serviço de desmatamento que a Indústria e Comércio de Minérios S/A procede nas minas de manganês de que é concessionária na Serra do Navio. Acontece que o jovem trabalhador teve a infelicidade, poucas semanas depois de admitido, de, tocado pela fatalidade, perder a vida num acidente, quando se entregava aos seus labores naquela região. [...] Mas, felizmente, a empresa referida tem seus operários

¹¹⁴ O que espera os valentões. *Amapá*, 15/1/1949.

¹¹⁵ O preceito do dia: desajustados sociais. *Amapá*, 29/6/1946.

¹¹⁶ Sobre o desenvolvimentismo, especialmente na segunda metade dos anos 1950, ver BENEVIDES, Maria Victória. “O governo Kubitscheck: a esperança como fator de desenvolvimento”. In: GOMES, Angela de Castro (org.). *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas/CPDOC, 1991. BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. *O governo Kubitscheck: desenvolvimento econômico e estabilidade política (1956-1961)*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1976.

segurados contra acidentes no trabalho em uma importante companhia, o que os ampara contra um golpe total da fatalidade. [...] Este é um fato digno de nota, cuja divulgação se impõe e da bem do espírito progressista e humanitário da direção da ICOMI S/A, digna de todos os louvores pelas garantias de que cerca seus serventuários.¹¹⁷

Sebastião não seria o último a perder a vida nos serviços de desmatamento e construção da infraestrutura produtiva da ICOMI, como veremos adiante. No momento é importante enfatizar o quanto esse discurso oficial valorizava o esforço “progressista e humanitário” da empresa mineradora, procurando demonstrar (sem maiores detalhes) que o acidente do qual foi vítima Sebastião não passou de uma infeliz fatalidade, chegando a afirmar – com um sugestivo tom dramático – que teria sido muito pior “para um *pobre* pai e uma *desolada* mãe, caso a empresa em que trabalhasse o filho não tivesse coberto os riscos da atividade do jovem braçal”.¹¹⁸ Nestes termos, a morte de Sebastião é tratada como um previsível – ainda que lúgubre – efeito colateral da modernidade e sua tragédia pessoal é utilizada com exclusivos fins propagandísticos.

À medida que mais e mais depósitos de manganês eram descobertos por entre as clareiras abertas no interior da floresta, a ICOMI buscava administrar o crescimento populacional em torno do seu empreendimento, contando com o apoio do governo do Amapá no sentido de “civilizar” não apenas o local, mas principalmente as pessoas que para lá se deslocavam ininterruptamente.

Os investimentos públicos e privados feitos na região das minas pretendiam, segundo os discursos, criar uma sociedade fundamentada em padrões de comportamento que correspondessem aos anseios de moralidade e conduta “adequados”, tentando reprimir e modificar o estilo de vida considerado primitivo e decadente da população dispersa pelos rios e demais localidades amapaenses, além de evitar a “degenerescência” dos ambientes populares da capital.

Para isso, acreditava-se que o trabalho e a educação cumpririam papel de destaque nessa transformação. “Os braços e a inteligência do homem da região, cooperando com os técnicos, têm comprovado uma eficácia de relevo”,¹¹⁹ observou Chaffir Ferreira, gerente da empresa Mineração Geral do Brasil Ltda., em entrevista para o jornal *Folha do Norte*, de Belém do Pará, após visitar as jazidas do rio Amapari. Para ele, o caboclo da Amazônia, devidamente assistido, era um operário dos melhores e o Amapá estaria provando isso.

¹¹⁷ A importância do seguro social. *Amapá*, 28/10/1950.

¹¹⁸ *Ibidem*.

¹¹⁹ Trabalho técnico notável na Serra do Navio, em Amapá. *Folha do Norte*, 17/2/1951. Cf. *Amapá*, 23/2/1952.

Vejam, então, quais eram as reais condições de vida em Serra do Navio, no momento em que a ICOMI começava a promover suas pesquisas no intuito de determinar a viabilidade econômica do manganês amapaense.

Serra do Navio em primeiro movimento (1950-1953)

No começo dos anos 1950, Serra do Navio já abrigava uma quantidade significativa de habitantes (306) se comparada a outras vilas como Mazagão Velho (254) e Ferreira Gomes (236), muito mais antigas. Possuía, inclusive, sua própria unidade escolar, instalada e mantida pelo governo territorial (figura nº5). Na verdade, o crescimento demográfico em todo o Amapá havia sido bastante expressivo, destacando-se a capital, que iniciou aquela década contando 10.094 pessoas, ou seja, dez vezes mais do que em 1940.¹²⁰

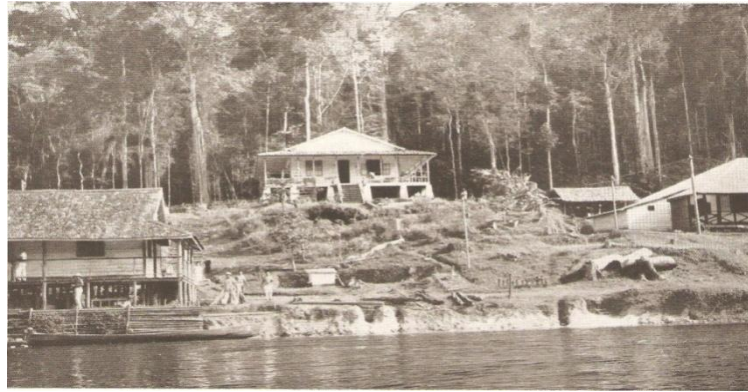


Figura nº 5 – Escola de Serra do Navio (ao centro) em 1951. À esquerda, na beira do rio, observa-se a movimentação de pessoas em torno do armazém da mina.

As notícias oficiais a respeito da comunidade que se formava às margens do Amapari eram sempre bastante entusiasmadas. Tão logo foi possível, passou-se a organizar os mesmos tipos de festividades cívicas que eram realizadas em Macapá. O *Amapá* de 1º de setembro de 1951 anunciava que

O Icomi Esporte Clube e a Escola Mista Rural, ambos da Serra do Navio, região onde estão localizadas as minas de manganês, vão, este ano, comemorar, com um largo programa esportivo, a data magna da nossa Independência, 7 de setembro. Assim é que constam do programa partidas de voleybol, ping-pong, dama, xadrez, futebol, remo, natação e cabo de guerra. Haverá ainda, às 8 horas do dia 7, o hasteamento do pavilhão Nacional ao som do Hino Brasileiro e uma palestra alusiva à data pela professora Raimunda Brito Campos. Seguir-se-á um imponente desfile e, após, será proferida uma oração à Terra, pela aluna Aldenora C. Leite. Números de recitativos também serão ouvidos, terminando com uma sessão cinematográfica seguida de festa dançante.¹²¹

¹²⁰ Serviço de Geografia e Estatística: censo demográfico. *Amapá*, 12/5/1951.

¹²¹ Brasilidade e civismo na Serra do Navio. *Amapá*, 1/7/1951.

Tratando-se de uma região isolada e, conseqüentemente, sem muitas opções de lazer e entretenimento, o incentivo à prática de esportes foi desde o início um recurso amplamente utilizado pela empresa para quebrar a monotonia entre seus funcionários, dado o ritmo constante e as dificuldades inerentes aos trabalhos de prospecção.

Assim sendo, o Icomi Esporte Clube (IEC), entidade responsável pela promoção de todas as atividades ligadas ao desporto, confraternizações e bailes, foi fundado em 18 de outubro de 1950 e sua diretoria era toda composta por pessoas da alta administração da empresa, com a exceção do presidente honorário e patrono, nada menos que o governador do território, Janary Nunes. Dos treze cargos efetivos, apenas dois eram ocupados por mulheres: a professora Raimunda Brito Campos, diretora social, e Martha Mendes Aleixo, 1ª secretária.¹²²

Como todos os operários analfabetos ou com baixa escolaridade eram obrigados a freqüentar a escola no período noturno e a criação da agremiação tornou-os compulsoriamente “associados” aos IEC, a Escola Mista Rural foi o espaço escolhido para a realização dos chamados jogos de salão, como o primeiro torneio de ping-pong. As programações ocorriam a partir do sábado à noite e aos domingos.

A utilização da escola para a prática de competições e jogos durou até o ano seguinte, quando foi inaugurada a sede própria do IEC.¹²³ Para celebrar a ocasião, houve a entrega de troféus aos vencedores de uma partida de futebol entre as equipes dos “solteiros” contra os “casados”, e da natação individual.

Apesar da prática de atividades esportivas, a maior parte dos empregados da empresa estava longe de ser constituída por atletas. Segundo o relatório final de prospecção apresentado ao governo do território, a população residente em Serra do Navio era “afligida por doenças comuns na região do baixo Amazonas: gripe, desarranjos estomacais, doenças venéreas, malária, problemas dentários e má-nutrição geral”.¹²⁴ Para fazer frente a esse quadro, a ICOMI havia instalado um posto médico e, em casos mais sérios, transferia seus funcionários para o hospital público de Macapá. Até mesmo o superintendente da mineradora no Amapá, Paul J. Bremer, não escapou de ser acometido por uma das enfermidades mais comuns naquele período, a malária.¹²⁵

¹²² O esporte em Serra do Navio. *Amapá*, 7/10/1950.

¹²³ O Icomi E. C. inaugurou sua sede própria na Serra do Navio. *Amapá*, 10/11/1951.

¹²⁴ Bethlehem Steel Company. *The Serra do Navio Manganese Deposits: a final report on exploration through october 1951*. [datilografado], 1951. p. 7.

¹²⁵ Enfermos. *Amapá*, 19/3/1949.

Havia certa preocupação em relação à arregimentação de mão-de-obra necessária para o período de construção da infraestrutura produtiva e, depois, para a operação da mina. Durante a fase de prospecção, a quantidade e as habilidades específicas dos trabalhadores locais acompanharam as exigências da companhia, até enquanto não houve maior demanda por qualificação técnica. Mas, à medida que os trabalhos foram se tornando mais complexos, a empresa considerou inevitável ter que procurar candidatos além dos limites do território, fosse por meio de convites pessoais ou continuando a fazer anúncios em jornais de Belém e outros Estados.

Devido à falta de ligação terrestre entre o Amapá e o restante do país, a ignorância de muitos sobre a sua exata localização e como chegar, e até certo temor em relação ao que se poderia encontrar em Serra do Navio (a selva, as doenças, enfim, o desconhecido), a empresa teve que montar sua própria logística de contratação e trânsito de funcionários, o que significava arcar com os elevados custos das passagens aéreas como uma forma de incentivo aos profissionais que vinham de fora. E isso não apenas para aqueles que viessem ocupar algum cargo na administração, engenheiros, geólogos ou demais graduados, mas também para operadores de tratores e escavadeiras, mecânicos de motores a diesel, eletricitas, etc.

A carência de profissionais especializados no Amapá era decorrência da falta de empreendimentos industriais de grande porte em todo território. Em Macapá havia pedreiros, carpinteiros e “uma quantidade de artesãos e oficinas compatível com uma cidade do seu tamanho”,¹²⁶ sendo que as atividades formais de maior vulto em produção e emprego – o serviço de navegação (SERRTA), a fazenda experimental no distrito de Fazendinha e a Olaria – eram administrados pelo governo. Além destes, poderíamos destacar uma pequena serraria na Ilha de Santana, em frente ao local onde seria construído Porto Santana (até então conhecido como Porto de Macapá).¹²⁷

Devido ao caráter fronteiriço do empreendimento e à inexistência de qualquer vilarejo próximo capaz de prover a hospedagem exigida, a ICOMI teve que disponibilizar moradias aos seus funcionários. No início, tratavam-se de casas construídas em madeira pela própria empresa, cujos materiais eram comprados em Macapá e transportados por via terrestre até Porto Platon, depois seguiam de barco pelo rio Araguari e Amapari até Serra do Navio. Embora fossem de aspecto rústico

¹²⁶ Bethlehem Steel Company. *Op. cit.*, p. 8.

¹²⁷ Um levantamento feito em 1949 atestou que Macapá possuía 24 indústrias registradas. No município de Amapá eram 3, no Oiapoque 2 e em Mazagão apenas 1. Segundo o governo, o mais importante estabelecimento industrial existente era a olaria, cuja produção naquele ano havia sido de 300.600 tijolos e 118.340 telhas, além de outras peças como capotes, mosaicos, etc. Cf. Brasil – aspectos econômicos regionais: Território do Amapá. *Amapá*, 2/6/1951.

se comparadas às casas de alvenaria construídas pelo governo na capital, certamente deviam impressionar os primeiros trabalhadores da região, acostumados a morar nos tradicionais *carbês*.

Segundo o geógrafo Antônio Teixeira Guerra que esteve na região manganífera nesse período, em 1950 a ICOMI contava com 64 casas de madeira no seu acampamento em Serra do Navio,¹²⁸ configurando uma espécie de vila operária, segundo relatório da Bethlehem Steel Company.¹²⁹



Figura nº 6 – As casas construídas pela ICOMI em Serra do Navio eram erguidas sobre estacas para evitar a umidade do solo e estavam de 8 a 10 metros acima do leito do rio. Fonte: GUERRA, Antônio Teixeira. *Op. cit.*, p. 226.

Apesar do discurso sobre civilidade e melhoria das condições de vida para todos, combinados ao controle e difícil acesso à área de mineração, durante alguns anos a ICOMI não conseguiu impedir que muitos indivíduos, e até mesmo famílias inteiras, se instalassem por conta própria na região dos depósitos de manganês. Era comum que muitas dessas pessoas não conseguissem um emprego imediatamente e, nesse caso, podiam solicitar ajuda àqueles que já estavam a mais tempo em Serra do Navio.

Sendo uma região bastante inóspita e sem indícios de ocupação humana recente,¹³⁰ o aumento populacional e a insuficiência dos investimentos em saneamento e urbanização – na amplitude exigida – favoreceram o pauperismo à margem dos acampamentos e casas erguidas pela mineradora, reproduzindo a precariedade de moradia e higiene tão veementemente censuradas pelos porta-vozes da modernização amapaense. Em compensação, essa população “excedente” formava

¹²⁸ GUERRA, Antônio Teixeira. *Estudo Geográfico do Território do Amapá*. Rio de Janeiro: IBGE, 1954, p. 297.

¹²⁹ Bethlehem Steel Company. *Op. cit.*, p. 39.

¹³⁰ Embora já não existissem aldeias indígenas na região dos depósitos manganíferos no período aqui analisado, em 1953 foram encontrados em Serra do Navio diversos utensílios de pedra e objetos de cerâmica datados em centenas de anos. O interessante é que os artefatos eram decorados com pó de manganês. Cf. Descoberta uma caverna na Serra do Navio. *Amapá*, 8/3/1953.

grupos que constituíam verdadeiras redes de solidariedade e apoio mútuo, oferecendo, por exemplo, abrigo a familiares ou amigos recém-chegados a Serra do Navio.

Antônio Ferreira dos Santos, paraense, 32 anos, trabalhador braçal e analfabeto, parece ter causado significativos constrangimentos ao grupo que o acolheu no momento em que chegou com sua família a Serra do Navio no ano de 1951.¹³¹ Antônio foi denunciado por um dos moradores devido a supostos maus tratos e espancamentos freqüentes contra sua esposa. Porém, a denúncia inicial ficou absolutamente esquecida quando sua enteada – de apenas doze anos – foi chamada pelo Comissário de polícia local, Clóvis de Moura, a fim de falar sobre o relacionamento que sua mãe tinha com Antônio, e revelou “ter sido, por duas vezes, ameaçada contra sua honra” pelo próprio padrasto. Ao invés de violência doméstica, Antônio acabou sendo indiciado por tentativa de estupro.

A mãe da vítima, em seu depoimento, afirmou que tinha “seu amásio como homem incapaz de um procedimento dessa natureza” e que apenas recentemente veio saber, “por comentários dos moradores da localidade onde reside”, que Antônio estaria constrangendo sua filha dessa maneira, mas que nunca havia presenciado nada. Questionada sobre as condições em que vivia com sua família em Serra do Navio, ela respondeu que sua casa possuía apenas um quarto, no qual dormiam todos juntos, ou seja, a depoente, Antônio, a menor de doze anos e outro menor de cinco anos, filho do casal.

De maneira geral, a esposa de Antônio tentou desqualificar as acusações contra ele, dizendo se tratarem de conversas maledicentes e infundadas de pessoas com as quais tinham pouco convívio, mas não soube explicar a real motivação de tais comentários. Contudo, uma das testemunhas, a doméstica Zulmira dos Santos Rabelo, não apenas confirmou todas as acusações, como demonstrou ser muito próxima à família. Disse que os conhecia

desde quando os mesmos chegaram a Serra do Navio, em dias do ano passado [1951], pois estiveram algum tempo hospedados na casa da respondente, que eles foram hóspedes da respondente cerca de cinco meses; que depois mudaram-se para outra casa, situada um pouco distante da da (sic) respondente, porém, ainda na localidade citada [...] que quando eles ainda residiam com a depoente, certa manhã, como na noite anterior, a menor havia chorado muito, a respondente interpelou-a sobre porque havia chorado tanto, à noite, obtendo de resposta da menor que esta fora convidada pelo seu padrasto Antônio Ferreira dos Santos para deitar-se com ele; [...] que esse fato a respondente relatou à algumas pessoas conhecidas, também moradoras da localidade referida.

Antônio negou tudo, mas um laudo médico acusou vestígios de libidinagem no órgão sexual da menor. Feito o relatório pelo delegado, o processo seguiu para a apreciação do juiz que marcou

¹³¹ AFTJA. Antônio Ferreira dos Santos [réu], nº 636, caixa 235, 1952.

uma audiência para fevereiro de 1954. Com um mês de atraso, ou seja, em março daquele ano, Antônio compareceu ao Fórum de Macapá e, sem nenhum advogado, declarou que

certa noite, quando residia em Serra do Navio, sua amásia sentiu uma dor no estômago e o interrogado deu-lhes umas massagens; que a filha de sua amásia ficou bastante aflita com o estado da sua genitora e por isso chorou bastante; que isso foi o suficiente para que uma vizinha espalhasse pela localidade que o interrogado tentara servir (sic) sexualmente da menor, o que não é verdade; que na data de hoje está completando três meses que se separou de sua amásia; que a última está vivendo maritalmente com outra pessoa e consentiu que sua filha se amigasse com Cezarino de tal, trabalhador braçal de Chico Meira, residente no rio Piassacá, afluente do rio Vila nova [...] que aprendeu assinar o nome no curso noturno de alfabetização da Serra do Navio; que presentemente se encontra trabalhando na extração de dormentes para a estrada de ferro [da ICOMI], por conta de Osório Uchôa, de quem recebe os salários diários de trinta cruzeiros.

Assim como sua ex-esposa, Antônio se defendeu dizendo que uma vizinhança intrometida e fofqueira andava espalhando mentiras, com base em um grande mal-entendido. Além disso, alegou que não fazia mais parte daquela família, pois estava solteiro, e denunciou a negligência de sua ex-mulher por ter “consentido” que sua filha se casasse mesmo sendo menor de idade. Por certo, Antônio esperava que tais acusações atenuassem sua culpa, atestada em laudo médico pericial. Mas, bastou para ele esperar a ação do tempo, pois, o acúmulo de processos resultou na extinção de punibilidade por prescrição, já que os autos ficaram esquecidos e sem nenhuma tramitação até novembro de 1962.

Afora as questões estritamente jurídicas relacionadas ao crime, este caso revela o quanto a população residente em Serra do Navio conseguiu se organizar em tão pouco tempo, e como funcionavam as relações entre os integrantes dessa comunidade. Dessa maneira, Antônio e sua família puderam contar com o auxílio de outros moradores quando chegaram à região das minas, porém, os seus desvios de comportamento logo foram motivo de desprezo e reprovação, e toda a família teve que partir.

Mesmo sem termos certeza se em algum momento Antônio trabalhou para a ICOMI no período em que morou em Serra do Navio, sabemos que ele ficou lá tempo suficiente para aprender a assinar o nome, através do curso noturno da Escola Mista Rural daquela localidade. Ainda que ele não tenha conseguido emprego naquela ocasião, a oportunidade para trabalhar no grande projeto minerador surgiu quando foi iniciada a construção da estrada de ferro, em fevereiro de 1954,¹³²

¹³² ICOMI. *História do aproveitamento das jazidas de manganês da Serra do Navio* [Rio de Janeiro], dezembro de 1983. 2 v. [datilografado], p. 110.

apenas um mês antes da sua audiência no Fórum. Recebendo trinta cruzeiros por dia,¹³³ Antônio ajudou a colocar alguns dos cerca de 400.000 dormentes¹³⁴ da *Estrada de Ferro do Amapá*, nome oficial da ferrovia que liga Serra do Navio a Porto Santana, na margem esquerda do rio Amazonas.

Após quase cinco anos desde o início dos trabalhos de pesquisa sobre o manganês, Serra do Navio tornou-se, portanto, o centro em torno do qual gravitavam as vidas não apenas daqueles diretamente ligados ao exercício da mineração. A escola, o comissariado de polícia e o posto médico da ICOMI – além dos empregos, é claro – eram alguns dos motivos que levavam muitas pessoas a procurar o acampamento da companhia em busca de instrução formal para si ou para seus filhos,¹³⁵ atendimento hospitalar ou alguma intervenção dos representantes da lei para os mais diversos casos.

Assim, quando o agricultor Raimundo Rodrigues dos Santos, um paraense de 42 anos, viu seu filho, de cinco anos de idade, ser atingido na perna esquerda por um tiro acidental oriundo do seu próprio rifle, ele correu até o posto da ICOMI onde foram feitos os primeiros socorros.¹³⁶ Mesmo não sendo considerado culpado, Raimundo esteve sob suspeita de estar utilizando armadilhas de caça que a companhia já havia proibido, principalmente porque a casa onde ele morava ficava próxima ao trajeto por onde passaria a futura linha férrea. Todas as outras testemunhas que participaram do socorro ao filho de Raimundo também foram reiteradamente questionadas e avisadas pela polícia sobre a proibição das tais armadilhas, deixando claro o quanto o poder público estava comprometido com o sucesso da mineração do manganês e a clara interferência que essa atividade vinha causando ao estilo de vida local.

Nesse sentido, o que se pretende afirmar é que a condição de importante centro dinâmico no interior do Território do Amapá inevitavelmente atribuía um caráter ambíguo a Serra do Navio. De um lado, tornava-a referência por disponibilizar de forma combinada serviços públicos e privados de saúde, educação e segurança. Por outro, embora ainda não limitasse totalmente o acesso e a circulação de pessoas, impunha a elas o que podia ou não ser feito, e deixava bem claro que os objetivos e finalidades do empreendimento detinham absoluta precedência sobre qualquer outro assunto que não estivesse intrinsecamente relacionado à exploração do manganês.

Entretanto, mesmo que a implantação do projeto tenha motivado a acelerada ocupação de toda uma área e inegavelmente exercesse influência no cotidiano das pessoas que habitavam o

¹³³ Este valor estava um pouco abaixo daquele pago a um trabalhador braçal empregado nas obras conduzidas pelo governo do território (Cr\$ 33,00) no ano de 1953. Cf. As novas tabelas para os operários. *Amapá*, 30/4/1953.

¹³⁴ ICOMI. *Op. cit.*, p. 112.

¹³⁵ Em uma foto publicada no jornal *Amapá* é possível contar cerca de quarenta crianças enfileiradas em frente à Escola Mista Rural. Cf. O Ensino na Serra do Navio. *Amapá*, 5/3/1953.

¹³⁶ AFTJA. Sindicância para apurar acidente casual com arma de fogo, nº 1258, caixa 243, 1953.

entorno da mina, esse era um movimento de mão dupla, ou seja, as atividades de mineração também estavam sujeitas a sofrerem interferências vindas dessa mesma população. Algumas vezes, isso ocorreu por meio de um entrelaçamento dramático entre os dilemas pessoais de indivíduos pertencentes àquela população e aqueles envolvidos no dia-a-dia dos trabalhos na região manganífera.

Dessa forma, logo que Francisco Adail de Lima, um cearense de 29 anos, chegou para trabalhar no almoxarifado da ICOMI, em Serra do Navio, por volta das sete horas da manhã do dia 26 de junho de 1953, ficou sabendo por meio de um “comentário geral” entre seus companheiros, que um indivíduo conhecido como “Martelo” tentara alvejar a própria esposa com um rifle e depois a esfaqueou usando um canivete, assim que ela desembarcou no porto da companhia, meia hora antes de Francisco chegar ao serviço. A cena presenciada por diversas testemunhas era o desfecho de uma briga motivada por um triângulo amoroso entre Petrolina Lemos Ramos, paraense, 33 anos, Raimundo Cortes Barbosa, paraense, 38 anos e Sebastião Duarte, também paraense de 23 anos.¹³⁷

Raimundo, vulgo Martelo, e Petrolina Ramos passavam por uma grave crise de relacionamento após vinte e um anos de união. Segundo Raimundo, ultimamente sua esposa não demonstrava mais interesse em viver com ele, pois sempre se queixava de “uma indisposição no corpo, como se fosse um aborrecimento da vida que levava”. Um mês antes da agressão em Serra do Navio, Petrolina pediu que Raimundo a levasse para ver o pai, residente na colônia agrícola de Matapí, e lá expressou ao seu genitor o interesse em se separar de Raimundo. Este foi chamado pelo sogro e, após uma conversa, Raimundo teria aceitado o divórcio, mas – talvez para pressionar Petrolina – disse que ficaria com o filho de oito anos do casal. Petrolina discordou e, aconselhada pelo pai, voltou para a casa de Raimundo. Embora a convivência não tenha melhorado, Raimundo deu a entender no seu depoimento que fez o que pôde para voltar “a viver em harmonia como há vinte anos”, mas

no dia vinte e cinco do corrente, encontrando-se sem dinheiro para as despesas, resolveu ir até Porto Grande, a fim de penhorar um forno de fazer farinha, mas ao chegar no caminho lembrou-se que técnicos da lavoura, pertencentes ao Banco da Amazônia iriam visitar o seu terreno a fim desse banco poder lhe fazer um empréstimo e como faltasse (sic) cinco dias para a mencionada visita, o declarante resolveu voltar para a sua casa; que ao lá chegar encontrou um rapaz que vive e trabalha em sua companhia juntamente com sua amasia, de nome Sebastião Duarte, deitado na rede com esta mantendo relação sexual, que o depoente enraivecido apanhou um pequeno pedaço de pau e deu uma pancada na cabeça de Sebastião [...] enquanto que Petrolina fugira em uma montaria [espécie de canoa] em companhia

¹³⁷ AFTJA. Raimundo Cortes Barbosa [réu], n° 826, caixa 281, 1953.

do seu filho menor que antes estava um pouco retirado fumando um cigarro que Petrolina lhe dera, para que não observasse o ato que estava praticando.

A certa altura da briga entre marido e amante, Sebastião correu para o mato. Raimundo, então, acendeu uma lamparina na sala de casa e se escondeu em um canto escuro, “com um cacete melhor que já havia arranjado”, para esperar Petrolina. Como esta não retornou, assim que amanheceu Raimundo decidiu ir prestar queixa do ocorrido ao comissário de polícia de Serra do Navio. Não sem antes passar na casa de um vizinho e pedir duas balas emprestadas com o pretexto de ir caçar (só não disse o quê, ou melhor, a quem).

Nesse ínterim, Petrolina passou a noite flutuando em uma canoa no rio Amapari, até avistar uma embarcação da ICOMI que seguia de Porto Platon para Serra do Navio, na qual viajava seu compadre Pedro Cândido Brandão, motorista da empresa. Dessa forma, Petrolina foi socorrida e levada para a área de mineração. Mas, infelizmente para ela, a embarcação em que seguia com seu compadre e aquela que conduzia Raimundo aportaram em Serra do Navio ao mesmo tempo. Neste instante – todas as testemunhas são unânimes em afirmar – ao ver Petrolina chegando, Raimundo correu na sua direção como o rifle em punho e, após ter dito algo, apertou o gatilho, porém, a arma não disparou.

Embora diversas pessoas tenham presenciado a cena protagonizada pelo casal, é interessante notar como cada uma reteve uma impressão bastante particular sobre o que se passou. Se é verdade que todos viram Raimundo apontar a arma e tentar, sem sucesso, efetuar o disparo, há uma significativa divergência em relação às palavras que foram ditas por ele antes disso. Pedro Brandão, que estava ao lado de Petrolina, disse ter ouvido Raimundo dizer: “isto é pra você nunca mais abusar de homem nenhum”. O próprio Raimundo afirmou ter dito: “isto é pra tu saberes respeitar a cara de homem”, já Petrolina afirmou ter ouvido simplesmente: “Ah, desgraçada!”. É claro que Raimundo pode ter dito todas essas expressões, ao invés de uma ou outra. Mesmo assim, isso não invalida o fato de que cada um dos observadores-participantes por algum motivo preferiu citar uma em particular, ou ainda, reelaborar o que acha que escutou ou disse, atribuindo um significado próprio aos acontecimentos.¹³⁸

Depois do tiro frustrado, Raimundo pareceu ter se acalmado e decidiu atender aos apelos de Pedro Brandão para que lhe entregasse a arma. Feito isso, Raimundo continuou no seu intento de ir falar com o Comissário de polícia, Clóvis de Moura. Mas, em determinado momento enquanto

¹³⁸ Sobre os gestos e seus diferentes significados em diversos contextos ver GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

conversavam no prédio do comissariado, Clóvis se afastou deixando Raimundo sozinho. Foi quando este avistou Petrolina, que também estava indo prestar queixa. Vendo novamente sua esposa, Raimundo “ficou com mais raiva” e avançou sobre Petrolina, desta vez, sem ninguém para contê-lo.

Ao ouvir os gritos do lado de fora, Clóvis retornou e deteve Raimundo, mas este já havia efetuado cinco estocadas em Petrolina com um canivete que trazia consigo. Preso em flagrante, Raimundo ficou na cadeia por mais de um mês, sem direito a fiança, até que ficou comprovado que os ferimentos em Petrolina “não haviam sido tão graves” e ele pôde aguardar seu julgamento em liberdade. Porém, assim como tantos outros, o processo parou e o crime prescreveu.

A longa descrição deste caso se fez necessária pelo amplo espectro de indícios e relações que ele estabelece com o contexto mais amplo daquela sociedade em formação, revelando as atitudes, os dramas e as expectativas de alguns dos seus personagens. Dessa maneira, a ideia de uma “sociedade em formação” nos arredores do empreendimento manganífero, de forma alguma implica dizer que as relações sociais que ali se mantinham eram primitivas, embrionárias ou simplórias. Mesmo porque, isso equivaleria a desconsiderar as experiências e todo o arcabouço cultural daqueles que começaram a ocupar a região, ou já estavam lá havia alguns anos.

Pelo contrário, essa presumível “simplicidade” que alguns acreditavam ser inerente aos caboclos amazônidas por conta da sua relação direta com um ambiente de floresta natural e suas respectivas formas de reprodução e trabalho (o extrativismo, a fabricação artesanal da farinha de mandioca, a caça, a pesca, etc.), não excluía – nem anulava – as complexidades intrínsecas aos relacionamentos afetivo-amorosos, a busca pelo aprimoramento da produção (Raimundo Barbosa pretendia obter um empréstimo no Banco da Amazônia), e muito menos a percepção sobre como saber se utilizar dos instrumentos e recursos que uma iniciativa econômica como Serra do Navio poderia proporcionar.

Disso poderia advir desde uma solicitação por atendimento médico de emergência, ainda que sob suspeição (Raimundo Santos e seu filho), passando por uma arriscada busca por proteção física e legal (Petrolina), até uma catastrófica seqüência de eventos e atos supostamente em defesa da própria honra (Raimundo Barbosa).

Sem dúvida, não fosse o acesso aos processos judiciais, dificilmente saberíamos algo sobre todas essas tramas e circunstâncias específicas. Contudo, ainda que os processos judiciais apresentem uma riqueza de detalhes raramente encontrada em outros tipos de fontes, devemos estar atentos para não abrimos mão da necessária crítica histórica que caracteriza nosso ofício.

Assim, para algumas situações é possível obter uma descrição quase irretocável sobre o que “efetivamente aconteceu”: A briga entre Raimundo e Sebastião, a fuga de Petrolina, a ameaça de tiro em Serra do Navio e, finalmente, o quase homicídio com um canivete. Por outro lado, a disputa pela verdade entre os contentores faz com que cada um defina um sentido e dê uma lógica peculiar aos acontecimentos, concatenando os fatos da maneira que lhes possa ser mais favorável.

Dessa forma, no depoimento que prestou após sair do hospital, Petrolina disse que não estava mantendo relações sexuais com Sebastião Duarte, mas admitiu que pretendia se separar de Raimundo por ele estar tendo um caso com uma mulher de nome “Venina de Tal”. Disse também que esteve separada de Raimundo por oito dias, tempo em que morou com seu pai, e que só aceitou voltar para casa por conselhos deste, apesar dos apelos do marido. Já Sebastião Duarte, no início do seu interrogatório também negou o sexo com Petrolina no dia da briga com Raimundo. Mas, alguns minutos depois acabou admitindo que, “por insistência de Petrolina, somente uma vez manteve relações sexuais com ela na casa onde residiam”.

Além disso, os próprios condutores do inquérito (delegado, escrivães, juízes, etc.), que são aqueles que oficialmente gravam e interpretam tudo o que está sendo dito, de maneira nenhuma deixam de interferir, conscientemente ou não, na forma e na qualidade do registro. Na transcrição do depoimento de Petrolina citado acima, por exemplo, vemos um sublinhado quase insuspeito, feito pelo escrivão ou delegado, nas palavras *insistência* e *casa*, indicando de maneira simples – mas suficientemente incisiva e incriminatória – as circunstâncias em que teria ocorrido o ato (ela, uma *mulher*, expressando acintosamente seu desejo sexual) e o local (na própria *casa* onde vivia com o marido).

Uma vez considerados esses limites e possibilidades aqui brevemente expostos – e evitando-se o radicalismo e o ceticismo pós-moderno que tendem a exagerar o caráter discursivo e parcial dos documentos e, por conseguinte, de todo o conhecimento histórico produzido a partir deles¹³⁹ – o que se deve enfatizar é que sem a ajuda das informações contidas nos processos judiciais, dificilmente poderíamos nos aproximar tanto das relações sociais vigentes nesse período e nem analisá-las no contexto específico de uma sociedade em acelerada transformação, uma vez que as fontes oficiais tanto da empresa, quanto do governo, são insistentemente elogiosas e passam a ideia de uma sociedade em vias de um progresso harmonioso, sem conflitos e sem contradições.

¹³⁹ Sobre as teses acerca da não referencialidade e não objetividade do conhecimento histórico, ver WHITE, Hayden. *Meta-história. A imaginação histórica do século XIX*. São Paulo: EDUSP, 1995. Para uma crítica desse pensamento, ver GINZBURG, Carlo. *Relações de força: história, retórica, prova*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. Do mesmo autor: *O fio e os rastros: verdadeiro falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

Ao invés disso, o que pretendemos demonstrar é que, mesmo aparentemente alheios ao que acontecia, governo e empresa estavam bastante atentos às implicações sociais “indesejáveis” que a instalação de um empreendimento nessas dimensões poderia causar, como o surgimento de núcleos de povoamento avulsos, o aumento da insalubridade e precariedade de moradia, a montagem de estabelecimentos de comércio e lazer considerados impróprios e corruptos, e finalmente, toda a degradação moral que o poder público já vinha tentando extirpar de algumas áreas da capital. Assim sendo, situações como as que foram analisadas até aqui, envolvendo a população de trabalhadores e demais residentes em Serra do Navio, fizeram com que os administradores da ICOMI atentassem para a necessidade de um controle mais rígido sobre a área de mineração. Contudo, antes precisavam comprovar a existência de manganês suficiente para justificar os seus investimentos.

Desse modo, assim que constatou a presença de dez milhões de toneladas de minério – o mínimo para que os depósitos fossem considerados economicamente viáveis – no final do ano de 1951, a empresa de Augusto Antunes celebrou a notícia oferecendo uma grande festa que reuniu apenas os funcionários do seu alto escalão, além dos principais ocupantes de cargos públicos no Amapá e algumas famílias de maior expressão econômica local. O evento ocorreu na alameda externa da Fortaleza de São José de Macapá.¹⁴⁰

A partir disso, a ICOMI e a Bethlehem Steel se empenharam em conseguir o financiamento necessário para dar início às obras de infraestrutura e exploração do manganês do Amapá. Depois de diversas negociações, o EXIMBANK dos Estados Unidos aceitou conceder um empréstimo de 67,5 milhões de dólares, caso o governo brasileiro se comprometesse em dar certas garantias. Uma delas era de que pelo menos 5,5 milhões de toneladas do minério seriam vendidas ao *Defense Materials Procurement Agency* (órgão federal dos EUA responsável pela compra e estocagem de matérias-primas estratégicas).¹⁴¹ Em despacho do dia 25 de fevereiro de 1953, o presidente Getúlio Vargas referendou oficialmente todas as exigências, com as quais já havia concordado em outubro do ano anterior, depois de elas terem sido analisadas pelo seu Ministro da Fazenda, Horácio Lafer. Em carta direcionada à ICOMI, Lafer congratulava-os

por essa deliberação do Presidente da República, que, visando, de um lado, fomentar as atividades mineradoras do País, oferece, por outro lado, ao Export and Import Bank of Washington uma demonstração de que o Governo está disposto a

¹⁴⁰ Constatados os primeiros 10 milhões de toneladas de manganês do rio Amapari. *Amapá*, 24/11/1951.

¹⁴¹ Para saber detalhes dos empréstimos e financiamentos feitos pela ICOMI ver DRUMMOND, José Augusto; PEREIRA, Mariângela de Araújo Povoas. *O Amapá nos tempos do Manganês*: um estudo sobre o desenvolvimento de um estado amazônico 1943-2000. Rio de Janeiro: Garamond, 2007, p.144-148.

receber os investimentos de capital estrangeiro no país, num clima de segurança e satisfação.¹⁴²

De fato, o segundo Governo Vargas se esforçou bastante no sentido de estreitar relações econômicas com os Estados Unidos, “dos quais pretendia obter empréstimos públicos e colaboração técnica para a industrialização brasileira”.¹⁴³ Para isso, foi criada a *Comissão Mista Brasil - Estados Unidos* (CMBEU), cuja principal finalidade era assegurar um acordo que previa assistência técnica estadunidense para o reequipamento econômico brasileiro e, em contrapartida, garantia ao governo dos Estados Unidos prioridade de acesso às nossas matérias-primas, dentre as quais, o manganês do Amapá.

Portanto, apesar de ser tão pouco estudado pela historiografia que trata deste período, nota-se que o projeto de mineração do manganês amapaense desempenhou um importante papel nos planos de desenvolvimento econômico e industrial do país na década de 1950, na medida em possibilitou o cumprimento de acordos importantes que viabilizaram grandes investimentos em infraestrutura, com a incursão de significativos capitais externos. Isso não passou despercebido pela imprensa da época, pois, conforme notícia publicada no jornal *O Estado de São Paulo*, reproduzida na edição do *Amapá* de 5 de agosto de 1950, o empréstimo estrangeiro à ICOMI sem dúvida facilitaria o influxo desses capitais ao Brasil.¹⁴⁴

Em valores brutos da época, a quantia oferecida pelo EXIMBANK ao empreendimento manganífero no Amapá (US\$ 67,5 milhões) era mais de um terço superior ao valor total de todos os empréstimos concedidos por aquela instituição e o Banco Mundial ao Brasil (US\$ 162,1 milhões), no encerramento dos trabalhos da CMBEU, em dezembro de 1953.¹⁴⁵

Dispondo dos recursos necessários, a ICOMI pôde elaborar seu plano de execução das obras de infraestrutura produtiva e social em Serra do Navio, Porto Platon e Porto Santana, incluindo a construção da estrada de ferro e as instalações portuárias nas duas últimas localidades.

Nessa fase do empreendimento a ICOMI já havia decidido pela construção das duas cidades que desempenhariam um papel-chave na organização diária não apenas dos trabalhos, mas de toda a vida social em torno da exploração e transporte do manganês, e que passariam a figurar em todas as

¹⁴² ICOMI. *Op. cit.*, p. 65.

¹⁴³ LEOPOLDI, Maria Antonieta P. O difícil caminho do meio: Estado, burguesia e industrialização no segundo governo Vargas (1951-1954). In: GOMES, Angela de Castro (org.). *Vargas e a crise dos anos 50*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994, p. 165.

¹⁴⁴ A exploração do manganês do Amapá. *Amapá*, 5/8/1950.

¹⁴⁵ LEOPOLDI, Maria Antonieta P. *Op. cit.*, p. 168.

notícias relacionadas ao projeto como símbolo do inquestionável avanço econômico e social do Amapá.

Concebidas como autênticas *company towns*, embora todos os documentos da ICOMI e a maioria dos estudos sobre o tema as tratem como vilas operárias,¹⁴⁶ a primeira delas recebeu o mesmo nome da região das minas – ou seja, *Serra do Navio* – por estar encravada próximo à área de mineração. Lá viviam todos aqueles diretamente envolvidos na extração do minério, juntamente com suas famílias. A segunda *company town* foi chamada de *Vila Amazonas*, por estar localizada nas imediações de Porto Santana, às margens do rio Amazonas, e nela residiriam basicamente os trabalhadores do porto e da ferrovia, também acompanhados de suas famílias.

Muito mais do que meros conjuntos de casas para seus funcionários, a ideia era de que as duas *company towns* fossem auto-suficientes e proovessem todas as instalações coletivas imprescindíveis ao convívio humano, como fica claro neste boletim do Departamento de Estado dos Estados Unidos, de março de 1953, sobre o empréstimo do EXIMBANK e as suas finalidades:

Para extrair o minério na escala prevista, serão necessárias amplas instalações, incluindo toda a infraestrutura de moradia e comunidade para os empregados, uma doca e instalações de carga em Porto Santana, próximo a Macapá, no rio Amazonas, a ferrovia da mina ao porto, e maquinário e equipamentos de mineração. [...] [para isso] cidades completas serão construídas, tanto na mina quanto no porto, para moradia de 500 empregados e suas famílias [a quantidade final de pessoas e casas foi muito maior]. Incluídos nos projetos estão escolas, playgrounds, hospital e todas as outras instalações necessárias para tornar a vida saudável e confortável nesse clima tropical.¹⁴⁷

Dessa maneira, a implantação de duas *company towns* apresentando padrões inéditos de moradia em toda a Amazônia, sem dúvida pretendia representar o sucesso e a legitimação de um plano de desenvolvimento baseado naquilo que se dizia ser o justo aproveitamento das riquezas e da mão-de-obra local. Obviamente, o que nunca foi dito por aqueles que tomavam as decisões é que a construção de Serra do Navio e da Vila Amazonas vinha ao encontro dos anseios privados e governamentais no sentido de obter o máximo de disciplina, normatização e rendimento possível entre as populações que viriam compor o empreendimento.

A preocupação com a formação de um caráter voltado para o trabalho regular e uma conduta moral “adequada” passou a ser motivo de preocupação na medida em que muitos trabalhadores das

¹⁴⁶ A respeito das diferenças entre *company towns* e vilas operárias ver: PAZ, Adalberto J. F. Capital, trabalho e moradia em complexos habitacionais de empresa: Serra do Navio e o Amapá na década de 1950. In: OLIVEIRA et.al. *Do lado de cá, fragmentos de História do Amapá*. Belém: Açai, 2011.

¹⁴⁷ *Department of State bulletin*. Volume XXVIII: numbers 706-731, January 5 – June 29, 1953, p. 140. Disponível em <http://www.archive.org/stream/departmentofstat2853unit#page/140/mode/2up>. Acessado em 14/11/2009. Ver também: Mangênês do Amapá. *Engenharia, Mineração e Metalurgia*, XVIII, 104. Janeiro-fevereiro 1953, p. 34.

minas começaram a circular pela capital do território, ostentando a condição de empregados do maior empreendimento privado de toda a história do Amapá, exaurindo seus rendimentos nos finais de semana pelos incontáveis botequins e com amantes ocasionais. Segundo Amiraldo Bezerra, nos anos 1950, Macapá

já tinha algumas casas de tolerância, cujas eram compostas mais de matéria-prima local, quase nada de fora. Algumas caboclas cheirosas que vinham do interior em busca da realização do sonho de viver na capital que surgia deslumbrante ao toque do maestro que era nosso grande governador. Algumas iam trabalhar nas residências oficiais [construídas nos anos 1940], onde residiam os doutores casados, que vinham servir ao governo local. Outras acabavam mesmo na prostituição. [...] Havia um local de dança [chamado Merengue] que era freqüentado por pessoas diversas, principalmente classe média baixa e assalariados, em cujo ambiente as mariposas [meretrizes] eram liberadas por suas patroas [cafetinas] a fim de se divertirem um pouco e conquistarem novos clientes. [...] *Cliente bom era o da ICOMI.* Nas baixadas da Serra do Navio e Porto Grande, todo último sábado do mês, aí sim, era casa cheia, o pessoal vinha com grana viva no bolso e tomava conta do pedaço.¹⁴⁸

Raimundo da Silva Cruz, paraense de 30 anos, casado, motorista e mecânico da ICOMI era um desses trabalhadores que gostavam de freqüentar as festas da capital e passar algumas noites em companhias das meretrizes que pudesse encontrar. Entretanto, nem sempre os planos de diversão nos períodos de folga do trabalho – as chamadas baixadas – ocorriam como desejado, de forma que em uma destas Raimundo Cruz acabou provocando uma briga, a qual por pouco não teve um desfecho trágico.¹⁴⁹

Na madrugada do dia 13 de novembro de 1952, depois de sair de um baile público ocorrido em um local chamado “Pacaembú”, Raimundo decidiu seguir com seus amigos para a casa de Leonor Pinheiro da Silva, uma meretriz que morava com outras cinco colegas de profissão (Terezinha, Evilásia, Maria Rosa, Herundina e Maria de tal) em uma casa coberta de palha, no bairro do Trem, em Macapá. Pouco depois de Raimundo chegar ao seu destino, Mário da Silva Melo, um paraense de 29 anos, casado e comerciante também chegou à referida casa, acompanhado de Terezinha. Os três se cruzaram na entrada da casa, mas, apesar de se conhecerem, não se detiveram em conversas.

Vendo que todos os seus amigos estavam acompanhados, Raimundo tentou negociar a pernoite com Evilásia, mas esta lhe dispensou sob o argumento de que não estava se sentindo bem. Contrariado, “Raimundo passou a dirigir insultos a Evilásia, terminando por ameaçar arrombar a porta do quarto desta”. Neste momento, Mário, que estava dormindo em um dos quartos da casa,

¹⁴⁸ BEZERRA, Amiraldo. *A margem esquerda do Amazonas*. Macapá. Fortaleza: Premium, 2008, p. 74.

¹⁴⁹ Mário da Silva Melo e Raimundo Silva Cruz [réus], nº 727, caixa 243, 1953.

saiu para ver “que zoadá era aquela” e chamou a atenção de Raimundo, que estava sendo acalmado por Leonor. Ofendido com a repreensão de Mário, Raimundo partiu em sua direção e lhe deu uma bofetada. Os dois passaram a brigar e, segundo Mário, uma arma que trazia consigo na cintura caiu ao chão e disparou acidentalmente, atingindo a parte superior da orelha direita de Raimundo. Mas, depois de ouvidas as testemunhas e feito o relatório pelo delegado, o processo ficou esquecido e prescreveu.

O caso de Raimundo Cruz e outros anteriormente citados por certo já haviam chamado a atenção da mineradora para a questão do estilo de vida irregular e boêmio de vários dos seus trabalhadores, fazendo com que a companhia tentasse organizar meios no intuito de viabilizar a afirmação de uma força de trabalho moralmente regulada, já a partir das próximas fases do seu empreendimento.

Dessa forma, após a confirmação da quantidade mínima de manganês e a autorização do empréstimo necessário, no dia 18 de janeiro de 1954 a ICOMI firmava contrato com a empresa Foley Brothers Inc., sediada em Nova York, para a edificação de todo o parque industrial da empresa no Amapá, estabelecendo prazos rígidos para o início e conclusão das obras, inclusive, oferecendo um prêmio caso fossem terminadas antes do prazo.¹⁵⁰ Os principais itens da infraestrutura eram as instalações portuárias, a estrada de ferro, as instalações da mina e, por último, as duas *company towns*.¹⁵¹

A partir de então, teve início uma nova etapa nos planos de exploração do manganês da Serra do Navio, denominada pela própria ICOMI de “período de construção”.¹⁵² Comparada à longa fase anterior das pesquisas, prospecções e busca de financiamento, o tempo gasto na constituição do aparato industrial seria bastante curto, ocupando os anos de 1954 a 1956.¹⁵³ Assim como ocorria desde o anúncio oficial da descoberta das jazidas de manganês em 1946, este momento também foi festejado como a afirmação de uma grande aventura desbravadora que proporcionaria a abertura e expansão de uma nova fronteira econômica no extremo norte do país.

Contudo, o que nunca foi objeto de pesquisa em nenhum dos estudos já realizados sobre o tema – e, claro, jamais foi mencionado em qualquer documento da empresa ou do governo territorial – é que neste curto período de menos de dois anos ocorreu um elevado número de acidentes fatais envolvendo os trabalhadores empregados na montagem daquele celebrado complexo minerador.

¹⁵⁰ ICOMI. *Op. cit.*, p. 70-73.

¹⁵¹ Sobre os valores e prazos de construção da infraestrutura da ICOMI no Amapá ver DRUMMOND, José Augusto; PEREIRA, Mariângela de Araújo Povoas. *Op. cit.*, p. 148-170.

¹⁵² ICOMI. *Op. cit.*, p. 73.

¹⁵³ As *company towns* de Serra do Navio e Vila Amazonas começaram a ser construídas somente depois que já estava assegurada toda a infraestrutura necessária ao embarque do minério, em 1957.

Além disso, por meio da pesquisa realizada nos arquivos do Fórum do Tribunal de Justiça do Amapá, constatou-se que o ano de 1954 também marca o surgimento das primeiras reclamações trabalhistas contra a ICOMI no território, representadas por dois processos que podem ser os mais antigos de que se tem notícia, e os únicos encontrados naquele arquivo, dentro do recorte cronológico do qual se ocupa este estudo.¹⁵⁴

Dessa maneira, as diversas formas de contratação e manutenção da mão-de-obra braçal e especializada, as reais condições de trabalho e os perigos relacionados ao início das obras de infraestrutura para a exploração do manganês serão algumas das questões a serem tratadas nos dois próximos subitens.

Contestando a empresa: os primeiros processos trabalhistas contra a ICOMI

Segundo Daniel Brito – que esteve em Serra do Navio no início dos anos 1990 e entrevistou vários trabalhadores que ele classificou como sendo remanescentes da “primeira geração”, isto é, aqueles que permanecerem vinculados ao empreendimento manganífero após o fim do período das obras – a ICOMI preferiu empregar nos serviços de extração e transporte do minério aqueles que já haviam adquirido experiência durante as fases anteriores do projeto.¹⁵⁵

De acordo com as conclusões daquele pesquisador, os trabalhadores que estiveram presentes à construção do complexo industrial da empresa tinham a perspectiva de permanecer empregados para poderem usufruir de uma série de bens e serviços coletivos que muitos desconheciam até aquele momento como escolas, hospital, supermercado, cinemas, clubes, etc., além da segurança representada pela manutenção do vínculo empregatício formal.¹⁵⁶ Entretanto, mesmo que a efetivação e promoção dos quadros mais antigos fizesse parte da política interna da empresa, muitos

¹⁵⁴ Em contraposição, foram encontradas mais de uma dezena de homologações de acordos para pagamento de acidentes de trabalho, que serão analisadas no capítulo seguinte. Existe pelo menos mais uma pesquisa que utilizou como fonte principal os processos trabalhistas movidos contra a ICOMI, porém, abrangendo um período bem mais recente, quando o projeto já caminhava para o esgotamento dos depósitos manganíferos e a saída da empresa do Amapá. C.f SILVA, Anderson Rodrigo Tavares. *Operários do manganês: o cotidiano do trabalho dos mineradores da ICOMI nas jazidas de Serra do Navio, Amapá (1974-1984)*. XXIV Simpósio Nacional de História. 2007.

¹⁵⁵ BRITO, Daniel Chaves de. *Extração mineral na Amazônia: A experiência da exploração de manganês em Serra do Navio no Amapá*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Pará. Belém, Julho de 1994, p. 68.

¹⁵⁶ Mike Savage propõe que a *insegurança estrutural* sentida por todos os trabalhadores, relacionada a diversos tipos de instabilidades (de emprego, de moradia, de auto-reprodução autônoma) e que vai além do eixo analítico trabalho-emprego, também seja levada em conta pelos estudiosos das relações de classe. Isso permitiria entender melhor, por exemplo, estratégias de ascensão profissional e mobilidade social. SAVAGE, Mike. Classe e História do Trabalho. In: BATALHA, C. H. M.; SILVA, F. T. da; FORTES, A. (orgs). *Culturas de Classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2004, p. 33.

trabalhadores sabiam que além da experiência e do tempo de serviço, o fator *disciplina* também era levado em conta.¹⁵⁷

Embora a ideia de que a maioria dos trabalhadores “desconhecia” ou não tinha absolutamente nenhum acesso a serviços de saúde, educação e entretenimento possa ser relativizada, uma vez que o próprio governo territorial vinha disponibilizando e continuava a expandir muitos destes serviços desde a década de 1940,¹⁵⁸ o status de “empregado da ICOMI” e todos os demais benefícios que adviessem dessa condição – dentro e fora das *company towns* – não deve ser menosprezado. E, para isso, tornou-se decisivamente necessário aprender as regras pelas quais a empresa selecionava, mantinha ou dispensava seus empregados.

Dessa forma, a avaliação feita pelos trabalhadores relacionando a permanência na empresa ao desenvolvimento de determinadas competências na execução de tarefas, mas também, à capacidade de se adequar aos padrões de comportamento exigidos demonstrou-se bastante apurada, e pode ser exemplificada pelo episódio narrado a seguir, no qual uma simples discussão entre um feitor e seu subordinado, durante um levantamento topográfico na Serra do Navio, resultou na imediata demissão do trabalhador “por justa causa”.¹⁵⁹

José Quintela do Carmo, paraense de 23 anos, trabalhava na ICOMI desde 1951, ou seja, era um dos que haviam conseguido manter o emprego na empresa, passando por toda a fase de prospecção e pesquisa e, até aquele ano de 1954, parecia caminhar firme em direção à estabilidade. Ele havia sido admitido como braçal, mas há algum tempo vinha desempenhando as funções de auxiliar de topógrafo. Era um serviço de grande importância, pois, combinado ao reconhecimento geológico e aos serviços de sondagem (que incluía perfurações para análise do material em laboratório), reunia informações para composição de um mapa geológico com o qual seria elaborado um *plano de lavra* que orientaria toda a atividade de mineração propriamente dita.¹⁶⁰

Mas, no dia 15 de dezembro de 1954, José decidiu confrontar seu feitor, Benedito Alves, com relação ao horário em que sua turma deveria largar o serviço. A topografia e a preparação das jazidas muitas vezes envolviam o desmatamento de uma área longínqua e a abertura de estradas de acesso e de transporte para o minério, e por conta disso, José argumentou que ao invés de saírem às dezesseis

¹⁵⁷ BRITO. *Op. cit.*, p. 69.

¹⁵⁸ Sobre o aumento no número de escolas e vagas no ensino público básico do Amapá na década de 1940, ver LOBATO, Sidney da Silva. *Educação na fronteira da modernização: a política educacional no Amapá (1944-1956)*. Belém: Paka-Tatu, 2009, p. 121-165.

¹⁵⁹ AFTJA. Reclamação trabalhista de José Quintela do Carmo contra Indústria e Comércio de Mineração S.A. Processo nº 590, caixa 137/8, 1954.

¹⁶⁰ ICOMI. *Op. cit.*, p. 82.

horas e quinze minutos – conforme estabelecido para o cumprimento das nove horas diárias de trabalho – todos fossem liberados as dezesseis e cinco, de maneira que o tempo necessário para caminhar de onde estavam até a estrada onde seriam apanhados e levados de volta ao acampamento também fosse contabilizado. Para José, o tempo gasto no deslocamento entre o “local de trabalho” e aquele onde aguardaria a condução deveria ser reconhecido como um tempo em que ele ainda estava “a serviço da empresa” e que, portanto, deveria contar como tempo normal de serviço.

Alguns colegas de serviço de José Quintela podem ter objetado se valeria à pena assumir o risco de uma demissão por causa de dez minutos, depois de ter trabalhado quase nove horas. Mas, a pergunta que ele provavelmente fez a si mesmo foi se não merecia ser pago por ter que caminhar exausto durante dez minutos através da selva, após ter trabalhado por quase nove horas para a empresa.

Assim, quando Benedito Alves chamou outro feitor para debaterem a questão sobre se deveriam ou não liberar as turmas, José também quis ser ouvido, mas foi rechaçado sob o argumento de que “o assunto não era com ele”. Nesse instante, José não se conteve e começou a ofender Benedito com “palavras de baixo calão” na frente de todos. Na audiência no Fórum de Macapá, Benedito ainda alegou que José o ameaçou com o facão em punho, apesar de este ser um instrumento necessário para a execução daquele tipo de trabalho e, portanto, José e todos os seus colegas portavam semelhante ferramenta.

Por fim, além de ter sido mantida a sua demissão por justa causa, José ainda teve que se contentar com bem menos do que achou que receberia, principalmente porque sua “promoção” de braçal para auxiliar de topógrafo não havia sido registrada na carteira de trabalho. Na verdade, o advogado da ICOMI alegou que esta função nem sequer existia nos quadros da empresa e apresentou o único documento legal que, segundo ele, havia entre a empresa e José Quintela: um contrato particular de locação de serviço a título provisório, válido pelo prazo de trinta dias, com início no dia onze de abril e término em dez de maio de 1951.

Dessa maneira, era relativamente comum obter ascensão dentro da hierarquia funcional da ICOMI, principalmente porque, com a exceção dos braçais, todos os outros cargos relacionados ao trabalho direto na mina envolviam um profissional (por formação ou por *saber fazer*)¹⁶¹ e o seu auxiliar. Este aprendia a desempenhar as tarefas pela própria observação e convivência e geralmente

¹⁶¹ BRITO. *Op. cit.*, p. 76.

substituía seus superiores imediatos, por exemplo, no caso de uma demissão.¹⁶² Tal ciclo era praticamente inevitável, uma vez que se tratava de uma mineração a céu aberto, com a utilização de máquinas industriais e procedimentos padronizados, isto é, sem que fosse necessário deter algum conhecimento especial sobre o ofício.¹⁶³ Entretanto, assim como aconteceu com José Quintela, a nova função poderia levar vários meses, ou anos, para ser formalmente registrada.¹⁶⁴

Mas, problemas de relacionamento entre funcionários não era exclusividade daqueles alocados nas hierarquias mais baixas da empresa. Joel Oliveira, um capataz de nivelamento empregado nas obras da ICOMI em Porto Platon, também sofreu as conseqüências de uma discussão com um colega de serviço.¹⁶⁵

A vinda de Joel ao Amapá representa bem a necessidade que a ICOMI teve de ir buscar mão-de-obra especializada em outras regiões do país. O convite para a sua contratação ocorreu por meio de um bilhete escrito à mão e assinado por Paul Leroy Geiger, um dos técnicos trazidos pela Foley Brothers ao território para a execução da infraestrutura de exploração do manganês.¹⁶⁶ O bilhete, anexado ao processo, era bastante direto quanto ao seu propósito:

Vitória, 4 de março de 1954

Ilmo Sr Joel Oliveira

Prezado Joel,

A finalidade desta é para lhe convidar para ir trabalhar comigo na ICOMI, no Território Federal do Amapá, ganhando Cr\$ 34,00 por hora. Caso você aceite o convite, venha se apresentar em Vitória, no Hotel Tabajara, até o dia 8 corrente.

Passagem por conta da companhia.

Paul Geiger.

Na época em que recebeu a proposta, Joel estava trabalhando no Departamento de Obras de Construção e Expansão da usina da Companhia Aços Especiais Itabira, sediada em Minas Gerais, onde havia ingressado em dezembro de 1950. Segundo declaração emitida pela própria Companhia

¹⁶²O aprendizado pela prática foi um procedimento comum em alguns tipos de indústria e freqüentemente era motivo de orgulho para os trabalhadores e parte integrante de uma cultura operária, inclusive nos grandes centros da industrialização brasileira. Para um estudo de caso em São Paulo no mesmo período aqui analisado ver FONTES, Paulo. *Trabalhadores e cidadãos: Nitro Química: a fábrica e as lutas operárias nos anos 50*. São Paulo: Annablume, 1997, p. 84-87.

¹⁶³ Em sua pesquisa sobre os trabalhadores das padarias de Belém em meados do século XX, Edilza Fontes constatou que o controle sobre o processo de produção artesanal dos pães era crucial para os padeiros, principalmente quando os seus ajudantes eram indicados pelos patrões. Manter alguns segredos como a quantidade exata dos ingredientes e outros detalhes impedia que os ajudantes substituíssem definitivamente, e a contento, os padeiros. Por isso, muitas vezes os aprendizes eram os próprios filhos dos padeiros. FONTES, Edilza. *O pão nosso de cada dia: trabalhadores, indústria da panificação e a legislação trabalhista em Belém (1940-1954)*. Belém: Paka-Tatu, 2002, p. 30-33.

¹⁶⁴ BRITO. *Op. cit.*, p. 75.

¹⁶⁵ AFIJA. Reclamação trabalhista de Joel Oliveira contra Indústria e Comércio de Mineração S.A. Processo nº 520, caixa 137/8, 1954.

¹⁶⁶ A lista com os nomes dos técnicos trazidos dos Estados Unidos pela Foley Brothers encontra-se em: ICOMI. *Op. cit.*, p. 72.

Itabira, Joel pediu uma licença no dia 9 de março de 1954 (um dia após o prazo final dado por Geiger), sob o pretexto de ir tratar de “assunto de interesse pessoal” e, ao que tudo indica, foi assumir o cargo no Amapá.

Porém, no dia 22 de julho do mesmo ano, Joel teve uma “desinteligência sobre o serviço com um cidadão americano” e pediu sua transferência para outro setor, no que foi atendido, mas com uma redução de salário para Cr\$ 24,00 por hora. Não há informações no processo que confirmem se o “cidadão americano” ao qual se refere a petição é o mesmo Paul Geiger que o havia convidado, embora muito provavelmente fosse algum dos técnicos da Foley Brothers.

Contudo, independentemente de qual tenha sido o motivo da discussão, ficou claro que Joel não pôde fazer frente ao seu oponente, e apesar de ter permanecido na ICOMI, teve um rebaixamento salarial de quase um terço. Dessa forma, a ideia de que “engenheiros e técnicos norte-americanos trabalharam lado a lado com colegas brasileiros e com várias centenas de operários brasileiros, especializados e braçais”,¹⁶⁷ não deve desconsiderar o fato de que certamente ocorreram conflitos e desentendimentos envolvendo questões de hierarquia e relações de forças desiguais entre as partes envolvidas neste empreendimento.

Assim, no dia 9 de agosto, Joel solicitou à Justiça que garantisse seu direito de receber o que havia sido convencionado entre ele e a empresa. Mas, menos de um mês depois, no dia 1º de setembro, e sem que nenhuma audiência tivesse ocorrido, seu advogado requereu a desistência do pleito, alegando que Joel não poderia permanecer no território até o resultado final da sua causa.

É difícil determinar ao certo o que motivou a desistência de Joel. As hipóteses são inúmeras e vão desde um acordo extrajudicial com a ICOMI até um possível retorno ao seu antigo emprego na Companhia Aços Especiais Itabira, o que pode tê-lo desestimulado a ficar esperando uma decisão jurídica incerta, e talvez, nem tão compensatória.

O que importa é que casos como os de José Quintela e Joel Oliveira demonstram o quanto a ICOMI impunha uma rígida normatização no interior dos seus domínios no Amapá (Serra do Navio, Porto Platon e Porto Santana), estabelecendo a ordem por meio da mais absoluta intransigência em relação ao tipo de comportamento esperado dos seus funcionários, mesmo àqueles trazidos de fora do território. E tudo isso encontrava amplo respaldo e legitimação política a partir das intenções do próprio governo territorial, igualmente empenhado na formação de indivíduos voltados para o trabalho regular e disciplinado, ou seja, homens e mulheres dotados de ambição, eficiência e conduta moral exemplares.

¹⁶⁷ DRUMMOND, José Augusto; PEREIRA, Mariângela de Araújo Povoas. *Op. cit.*, p. 149.

Entretanto, nem todos os trabalhadores envolvidos na instalação do projeto manganífero amapaense viveram o suficiente para vê-lo em pleno funcionamento, e pior, foram soterrados pela avalanche do discurso desenvolvimentista oficial e acabaram esquecidos sob os escombros que as pesquisas realizadas até aqui não conseguiram mover ou escavar. Dessa forma, através dos diversos inquéritos e processos realizados para investigar os acidentes ocorridos durante a construção de todo o aparato industrial da ICOMI no Amapá, pretendemos analisar as origens da mão-de-obra, condições de trabalho e as relações entre empresa, trabalhadores e autoridades públicas frente a esses desastres com ou sem vítimas fatais.

O progresso não vem para todos: vida e morte no projeto ICOMI no Amapá

A chegada da equipe da Foley Brothers ao Amapá marcou o início do período de construção, cujo plano de execução concentrou-se simultaneamente em três frentes: o porto às margens do rio Amazonas; uma base intermediária e último acesso por terra antes de Serra do Navio, localizada próximo à vila de Porto Grande, cerca de 110 km da capital; e as instalações da mina.

Desde a fase das pesquisas em Serra do Navio, a ICOMI recebia a maior parte dos seus produtos e equipamentos trazidos de outras regiões e países tendo como intermediário o porto de Belém. Mas, a partir do final de 1953, uma série de decisões favoráveis a demandas da empresa no Ministério da Fazenda e no Ministério das Relações Exteriores possibilitou que todos os procedimentos alfandegários para o desembarque e liberação das mercadorias fossem feitos diretamente em Porto Santana, e não mais no porto da capital paraense.¹⁶⁸

Sendo assim, resolvidas as questões burocráticas, faltavam apenas as instalações físicas propriamente ditas. Estas seriam compostas basicamente por um píer fixo construído sobre estacas metálicas e uma plataforma de concreto, um píer metálico flutuante (por causa do regime de marés), duas balanças automáticas, além de um pátio ferroviário de manobras, tanques para combustível, depósito de água, escritório, frigorífico, depósito de locomotivas, depósito para tintas e lubrificantes, carpintaria e uma oficina mecânica com cobertura em estrutura metálica.¹⁶⁹

Como vinha acontecendo desde a década de 1940, trabalhadores na sua maioria oriundos do norte e nordeste vieram em busca dos empregos gerados pelas obras em andamento. Júlio Ferreira Pinto, 28 anos, solteiro, paraense da cidade de Gurupá, era um desses operários e estava exercendo sua profissão de carpinteiro na cobertura da oficina mecânica de Porto Santana, no dia 26 de janeiro de 1955, quando por volta das dezessete horas e trinta e cinco minutos ele “perdeu o equilíbrio e caiu

¹⁶⁸ ICOMI. *Op. cit.*, p. 125.

¹⁶⁹ *Ibidem*, p.124.

ao solo, de uma altura aproximada de onze metros”.¹⁷⁰ Júlio foi socorrido no posto médico que a ICOMI mantinha naquele porto e em seguida levado ao hospital de Macapá. Contudo, em virtude de uma hemorragia interna e da gravidade dos ferimentos, Júlio morreu pouco depois de ser atendido pelo serviço de saúde da capital.

Assim como todos os outros colegas que trabalhavam nas instalações do porto, Júlio estava prestes a completar um ano de emprego no Amapá, e não tinha parentes no território. Foi seu pai – José Gonçalves Pinto, um carpinteiro com quem o filho provavelmente aprendeu o ofício – que veio do município paraense de Curuçá receber o espólio deixado por Júlio: cinco maletas, uma cadeira e uma “serra de volta”.

Embora o promotor público, Hildemar Pimentel Maia, tenha dito que o corrido tratou-se de um simples e “lamentável acidente de trabalho” e o juiz Uriel Sales tenha concordado que “não havia crime a punir”, decretando, em seguida, o arquivamento dos autos, não houve nenhum esforço em determinar as reais condições que levaram Júlio a cair do andaime e nem se havia algum equipamento de segurança capaz de impedir a sua queda. Todas as autoridades se contentaram com a explicação de que o operário levou um choque enquanto tentava apertar um parafuso utilizando um aparelho elétrico conhecido como “besouro”. Segundo esse ponto de vista, Júlio aceitou os riscos inerentes ao trabalho e ninguém mais merecia ser penalizado pela sua “desatenção”.

Pouco mais de quatro meses depois, no dia 5 de junho, ocorria outro acidente fatal em Porto Santana. Desta vez, a vítima foi um estivador contratado para descarregar um navio vindo dos Estados Unidos com equipamentos destinados à ICOMI.¹⁷¹ Ao contrário do visível menosprezo em torno do caso anterior, a morte de Francisco Pereira do Nascimento, 38 anos, cearense, parece ter incitado uma grande preocupação por parte daqueles responsáveis pela sua contratação, em afirmar “não ter havido negligência, imperícia ou imprudência de qualquer uma das partes” que pudessem ter causado a tragédia e que todas as exigências legais em relação ao pagamento do seguro e indenizações seriam devidamente cumpridas.

¹⁷⁰AFTJA. Sindicância policial para apurar o acidente que veio a causar a morte do operário Júlio Ferreira Pinto, nº1360SN, caixa 261, 1955.

¹⁷¹AFTJA. Sindicância acerca do acidente ocorrido em Porto de Santana, do qual resultou a morte do trabalhador braçal da empresa Moore-MacCormack (Navegação), Francisco Pereira do Nascimento, nº1102, caixa 283, 1955. Este foi o primeiro documento encontrado durante a pesquisa no qual os depoentes utilizam a expressão *Porto de Santana* (como ele é chamado atualmente) ao invés de Porto Santana. A partir dessa data o uso popular da preposição entre os termos passa a ser mais recorrente, até se impor definitivamente.

Desde 1948, a ICOMI utilizava os serviços de navegação do governo territorial (SERTTA), complementados pelas embarcações da empresa Moore-MacCormack Navegação S.A, além dos próprios regatões, como afirma o seu relatório final de prospecção:

Para movimentação de cargas a granel no Território, há diversas unidades do serviço de navegação territorial (SERTTA), a maior das quais é uma esplêndida barcaça de aço de 600 toneladas puxada por um rebocador moderno, e as numerosas e pequenas embarcações à vela independentes e auxiliares [os regatões] que dobram as vias navegáveis pelo interior do baixo Amazonas. As linhas territoriais e alguns independentes mantêm um estável, se não completamente regular itinerário de Belém a Macapá; irregularidades se devem às condições meteorológicas, as marés, os problemas portuários, etc. O projeto de exploração vem utilizando o serviço dos navios acima referidos, complementada pelo serviço intermitente de uma barcaça de 200 toneladas e rebocador fretado da Moore-MacCormack. Com todos estes, o projeto é capaz de acompanhar as necessidades de transporte para o abastecimento do outro lado do rio Amazonas, no momento.¹⁷²

Antes de ir trabalhar na estiva em Porto Santana, a serviço da Moore-MacCormack, Francisco trabalhou como ajudante de marceneiro na Fortaleza de São José de Macapá, segundo declarações da sua esposa, Djanira Cortes Ferreira, uma paraense de 37 anos com quem Francisco havia passado os últimos onze meses. Os dois dividiam uma casa em uma região da capital conhecida como “igarapé do Elesbão” e embora Djanira estivesse grávida de um filho de Francisco há dois meses, ela nunca soube os nomes dos pais dele, que ainda viviam no Ceará.

A proposta para Francisco se tornar estivador partiu de um empregado da Olaria Territorial chamado Raimundo Pereira Duarte, 32 anos, paraense, residente no território desde 1947.¹⁷³ A função de Raimundo naquela indústria era conseguir barro para a fabricação dos produtos no sistema de empreitada, ou seja, só recebia pagamento quando levava a matéria-prima. Seu nome consta na edição do jornal *Amapá* de janeiro de 1949, como um dos empregados que ajudaram a apagar o incêndio que destruiu inteiramente um pavilhão que abrigava um dos fornos de queima dos tijolos e das telhas.¹⁷⁴

Segundo o depoimento que prestou na delegacia, Raimundo foi procurado no início de 1955 pelo representante da Moore-MacCormack no Amapá, Cláudio Santana Lima, a fim de que fossem arregimentados alguns homens para trabalhar no descarregamento dos navios da empresa, toda vez que estes chegassem a Porto Santana. Como o seu vínculo com o governo territorial era absolutamente precário e intermitente, não houve problema algum em conciliar as duas atividades e

¹⁷² Bethlehem Steel Company. *Op. cit.*, p. 8.

¹⁷³ Ver Capítulo 1, p. 41.

¹⁷⁴ Destruído pelo fogo um dos pavilhões da Olaria Territorial. *Amapá*, 15/1/1949.

Raimundo passou a desempenhar o papel de capataz naquele porto, e por isso recebia “um pouco mais do que os demais trabalhadores, sabendo que estes recebem a importância de dez cruzeiros por hora, além das refeições, estadia e transporte por conta da mesma empresa”. Dessa forma, Francisco Nascimento foi um dos oitenta homens reunidos por Raimundo para a realização de tal serviço, de modo que Francisco já o vinha exercendo há cerca de quatro meses.

Assim, como de costume, logo que o navio *Mormaclarck* aportou em terras amapaenses, no dia 2 de junho, quinta-feira, Raimundo reuniu sua turma e juntos seguiram para Porto Santana. Começaram o serviço por volta das vinte horas e trabalharam até quase amanhecer, então deram um intervalo e retomaram o serviço ainda pela manhã, mantendo a mesma rotina nos dias seguintes. Entre os equipamentos trazidos pelo *Mormaclarck* estavam os trilhos destinados à construção da estrada de ferro, e a tarefa de Francisco naquele domingo, 5 de junho, era organizá-los em uma espécie de balsa, ou alvarenga, depois que eles eram retirados dos porões do navio. Mas, durante uma operação de descida, um feixe de seis trilhos bateu na borda da alvarenga e empurrou uma escada na qual estava Francisco, fazendo-o cair de costas sobre as peças que já estavam armazenadas no interior daquela embarcação. O exame cadavérico atestou “hemorragia interna devido à ruptura traumática do fígado”. Novamente, promotor público e juiz concordaram que não havia crime a punir e o caso foi arquivado.

A exemplo do que vinha ocorrendo em Serra do Navio, diversas pessoas passaram a morar nos arredores de Porto Santana e nas imediações do acampamento montado pela ICOMI naquele local, de maneira que a chegada dos navios transatlânticos era sinônimo de grande agitação para aquela pequena comunidade, tanto pelas oportunidades de trabalho na estiva, quanto pelas noites de folga e diversão dos tripulantes.

Então, no dia 5 de Agosto de 1955, mais um navio de bandeira estadunidense chamado *Mormacelm* ancorava em Porto Santana e, dessa vez, todos os procedimentos para liberação e desembarque da carga transcorreram dentro da normalidade. Assim, no dia 7, Thomas Victor Mabee, 29 anos, moço de convés, natural do Estado de New York; Ernest Lowery, 28 anos, cozinheiro, natural de Baltimore, e Alexander Pelock Jones, também cozinheiro e natural dos Estados Unidos, desceram a terra em busca de algum entretenimento, dirigindo-se a um local de Porto Santana denominado “Vila Toco”. Depois de algumas bebidas pelos bares que encontraram pelo caminho, os três resolveram sair em busca de meretrizes, batendo de porta em porta, perguntando e gesticulando aos moradores a respeito das ditas mulheres. Mas, em uma dessas casas a atitude dos tripulantes não

foi bem recebida e, depois de uma altercação entre um morador e os marinheiros, Alexander Jones tombou morto com uma facada certa no coração¹⁷⁵.

Na delegacia, as primeiras testemunhas confirmaram que foram surpreendidas em suas respectivas casas, por volta das vinte e três horas, pelos tais estrangeiros querendo saber se ali havia prostitutas, ao que Raimunda Pereira Pantoja, 25 anos, paraense, “respondeu que não era e que era senhora”, enquanto que sua vizinha, Rita Dias Pantoja, 42 anos, paraense, disse que “em sua casa não havia mulheres da classe que procuravam”. Orlando Cesar dos Reis, um paraense de 36 anos que estava empregado como carpinteiro nas obras da ICOMI em Porto Santana, e era hóspede de Rita na Vila Toco, afirmou ter dito a eles que “as meretrizes residiam para a beira do igarapé”.

Raimunda e Rita disseram ainda que receberam pedidos de desculpas dos marinheiros e ficaram observando enquanto eles se afastavam em direção à residência de João da Mata Furtado de Araújo, um lavrador amapaense de 42 anos. Nenhuma das testemunhas afirmou ter visto João esfaquear Alexander, mas Rita disse ter visto “uma correria para os lados da casa do seu vizinho, e quando um deles [estrangeiros] veio a cair bem em frente à porta da sua residência”, e que julgou que ele tinha sido ferido por João por ter distinguido a voz deste vociferando “que eles estavam acostumados a desrespeitar casa de família”. Em sua defesa, João alegou que

trabalha em lavoura e algumas vezes ajuda o comerciante conhecido como “Piau”, estabelecido com um botequim na localidade onde reside; que ontem, como fosse (sic) um dia de grande movimento, ajudou o dito comerciante até as vinte e uma horas, quando após ter parado em outro bar, retirou-se para a sua residência; que ao chegar em casa, deparou-se com dois indivíduos que estavam atacadados com a sua senhora; que meteu-se no meio dos dois, com quem foi obrigado a lutar e após um ponta-pé que o derrubou, lançou mão de uma faca, que encontrava-se em cima de uma pequena caixa e feriu um dos indivíduos, que saíram correndo da sua casa.

A esposa do réu, Maria Tavares dos Santos, 45 anos, amapaense, doméstica, relatou a mesma seqüência de eventos, desde o momento em que foi agarrada na cozinha de sua casa, até a chegada do marido, a briga entre este e os invasores, culminando com o golpe de faca e a queda de Alexander em frente à casa de Rita Pantoja. Dessa forma, segundo o advogado de João, este teria agido em legítima defesa para assegurar o seu direito à inviolabilidade do lar, pela integridade física e moral da sua esposa, além da sua própria honra de marido, e que Thomas Victor e Ernest Lowery deveriam ser réus ao invés de testemunhas no processo, já que havia provas suficientes “de que os marinheiros estavam acostumados a invadir o lar humilde, mas honesto dos que moram nas imediações do Porto de Santana”.

¹⁷⁵ AFTJA. João da Mata Furtado de Araújo [réu], nº 1079, caixa 261, 1955.

O argumento do advogado embasava-se nas afirmações de diversas esposas, maridos e familiares, todos moradores da Vila Toco, e que haviam sido importunados em suas residências sob as mesmas circunstâncias. Desse modo, Rosa Esperança Picanço, 25 anos, amapaense, doméstica, afirmou ao juiz que “os norte americanos tripulantes dos navios da mesma nacionalidade que fundeavam no Porto de Santana tinham por costume, quando desembarcavam, invadir as casas dos moradores da referida localidade”, e que no mês de julho de 1954 outros três marinheiros já haviam entrado sem licença em sua residência e levantado o mosqueteiro da rede de sua irmã, a qual gritou por socorro ao marido, que conseguiu convencê-los a sair “depois de muita relutância”. Francisco Ramos da Silva, 31 anos, um paraense empregado como pedreiro nas obras da ICOMI em Porto Santana, disse que na noite do dia 5 de agosto, foi acordado pela sua esposa dizendo que “havia uma pessoa no quarto, balançando o punho da sua rede” e ao se levantar viu um homem estranho dentro do quarto e outro na escada que dá acesso a casa. Francisco mandou que eles se retirassem e os indivíduos o obedeceram “pronunciando palavras que o depoente não entendeu, por terem sido ditas em língua estrangeira”. José Rodrigues Picanço, 22 anos, amapaense, servente no escritório da ICOMI em Porto Santana, disse que na madrugada do dia 5 para o dia 6 de agosto, por volta das três horas da madrugada, sua cunhada foi incomodada “por dois cidadãos de nacionalidade estrangeira” enquanto dormia em uma rede na sala da sua casa, e que ele lhes explicou que ali era uma casa de família, pedindo-lhes que se retirassem. Finalmente, Maria Soares dos Santos, 19 anos, paraense, doméstica, filha da esposa do réu, disse que na noite em que sua mãe foi atacada estava sozinha na própria casa – que ficava um pouco distante da casa de João – pois o seu marido sempre ia trabalhar na estiva quando os navios chegavam a Porto Santana, e que ao ouvir gritos achou que fossem “os tripulantes do navio Mormacelm, como costumava acontecer toda vez que chegavam esses transportes estrangeiros”. Com medo, Maria correu para o mato levando seus três filhos pequenos, e só no dia seguinte ficou sabendo do ocorrido envolvendo os marinheiros e o seu padrasto.

A facilidade com que as casas eram invadidas se devia principalmente à sua estrutura frágil e simples, quase sem divisões internas, erguidas basicamente com pedaços de palmeira paxiúba e coberta de palha de ubim ou açazeiro, conforme a figura abaixo:



Figura nº 7 – Aspecto frontal da casa de João Araújo. À esquerda, um homem marca o local onde caiu Alexander Pelock. À direita, um garoto aponta vestígios de sangue, ao lado da janela da cozinha.

Contudo, apesar das reiteradas afirmações de que casos parecidos como o que havia resultado na morte de Alexander Pelock ocorriam desde que navios estrangeiros começaram a chegar a Porto Santana, as autoridades policiais e judiciárias não endossaram a versão de legítima defesa. A principal dúvida era se Alexander tinha sido ferido dentro ou fora da residência de João Araújo, sendo que a conduta pregressa do acusado também pesava contra ele.

No seu relatório, o delegado Odon Passos de Carvalho apontou que não foram encontrados vestígios de sangue no assoalho da casa, apenas na área externa. Além disso, enfatizou que João estivera bebendo antes de ir para casa e, pior, era reincidente em atos de violência, pois já tinha esfaqueado outro indivíduo chamado Sebastião Reinaldo Nascimento, no ano de 1946, apesar de ter sido absolvido da acusação. O juiz Uriel Sales Araújo ressaltou que a ausência de rastro de sangue no local do suposto ataque à esposa de João enfraquecia a tese de “imediate repulsa do réu” e o fato de João ter fugido do local do crime denunciava uma presumível culpa, afinal, segundo ele, “quem não deve, não teme”.

João foi a julgamento no Tribunal do Júri¹⁷⁶ no dia 19 de setembro de 1956 e, contrariando as expectativas do delegado e do juiz, o réu foi absolvido por cinco votos a favor e dois contra, confirmando a tese da defesa de que João “repeliu injusta agressão em defesa de outrem e que os meios usados na repulsa eram necessários”. No dia 24 de setembro o promotor público Francisco Alfredo Viana recorreu ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal contra tal decisão. Mas a decisão foi mantida por este, afirmando estar “amplamente provado que o denunciado agiu em legítima

¹⁷⁶ Os jurados foram João Candido Soares Filho, Aristeu Ubirajara Coutinho, Francisco Maciel Borges, Oscar Santos, Ituassú Borges de Oliveira, Meton Jucá e Belarmino de Barros. A maioria deles era funcionário público. Cf. Edital de notificação de jurados sorteados. *Amapá*, 19/8/1956.

defesa de sua esposa”. A sentença final do dia 31 de janeiro de 1957 ainda orientava aos magistrados no Amapá de que

o crime deve ser encarado e compreendido no tempo e no espaço, não podendo ser medida a conduta do agente à luz de padrões de condutas normais e usuais nos grandes centros, nas grandes cidades.

Depois que os produtos e equipamentos eram descarregados em Porto Santana, eles seguiam em direção a qualquer lugar no território onde a ICOMI mantivesse algum acampamento, escritório ou frente de trabalho. Por conta disso, havia uma grande movimentação de cargas e pessoas a serviço da empresa indo e vindo através das estradas de terra e piçarra que ligavam Santana a Macapá e Porto Platon. No entanto, essa intensa circulação não necessariamente era acompanhada da devida segurança aos trabalhadores que transitavam pelas rodovias recém-abertas pelo governo territorial e que, por isso mesmo, raramente apresentavam algum tipo de pavimentação, asfalto ou iluminação ao longo da pista, as quais se tornavam ainda mais perigosas e escorregadias em períodos de chuva.

A despeito dessas circunstâncias, a condução dos veículos da mineradora muitas vezes era feita por indivíduos vindos de outras regiões do país, ou estrangeiros, ignorantes em relação às características específicas do terreno e das vias pelas quais teriam que trafegar. Este era o caso do alemão Hans Joachim Aumann, 41 anos, natural de Frankfurt, técnico de transportes e mecânico, encarregado dos transportes da ICOMI em Porto Platon e assistente do superintendente de transporte da empresa, Carl Louis Going, um dos estadunidenses trazidos pela Foley Brothers ao Amapá.¹⁷⁷

Na tarde do dia 2 de julho de 1954, Hans Aumann foi incumbido de transportar quarenta e um tambores de óleo diesel vazios de Porto Platon a Macapá, dispondo de sete trabalhadores braçais que o acompanharam a fim de realizar a carga e descarga dos tambores na carroceria de um caminhão prancha, com capacidade para doze toneladas. Aumann dirigiu todo o percurso até a capital onde fez a entrega, e lá recebeu mais vinte e quatro tambores vazios e quarenta e cinco cheios para serem levados a Porto Santana, tarefa que também foi cumprida, sempre com a ajuda dos mesmos trabalhadores. Após a entrega da carga em Santana, receberam nova ordem para levar mais vinte e cinco tambores cheios de óleo diesel para Porto Platon, só que dessa vez em um caminhão bem menor, com capacidade para apenas cinco toneladas. O motivo da troca de veículo era que o caminhão prancha deveria ficar em Santana para o desembarque do material que chegaria a bordo de um navio no dia seguinte.

¹⁷⁷ AFTJA. Hans Joachim Aumann [réu], nº 985, caixa 314, 1954.

A viagem de Aumann e seus auxiliares representa bem a amplitude do empreendimento manganífero na economia amapaense e uma parte da logística montada para distribuição de suprimentos por uma vasta área do território, desde o rio Amazonas até o interior da floresta. O problema é que a preocupação com o dinamismo na execução das tarefas demonstrou-se inversamente proporcional à atenção dispensada ao bem-estar dos trabalhadores envolvidos nessa operação. No caso em questão, isso fica evidente pelo fato de a carga de óleo diesel destinada a Porto Platon ter ocupado toda a carroceria do caminhão que fora disponibilizado, obrigando os trabalhadores a viajarem sobre os tambores, segurando-se como podiam, por sua própria conta e risco. O resultado foi que cerca de vinte e cinco quilômetros depois de terem saído de Porto Santana o caminhão em que viajavam capotou, e um dos tambores caiu sobre a cabeça de Raimundo Coelho Monteiro, 30 anos, paraense da cidade de Afuá, matando-o instantaneamente.

José Ramos da Silva, 19 anos, amapaense, um dos braçais que estavam acompanhando Hans Aumann, disse na delegacia que minutos antes de saírem de Porto Santana, às vinte e duas horas do dia 2, o alemão disse que o carro estava com os freios ruins e José e seus colegas “gracejaram” uns com os outros, dizendo que “todo mundo ia morrer, porque o carro iria capotar”. Depois do ocorrido, José ficou sob um dos tambores e fraturou a clavícula esquerda, Elísio Campos de Souza teve fratura exposta na perna direita, João Fernandes, 23 anos, amapaense, João Ramos da Silva, 23 anos e Augusto Façanha de Oliveira, 22 anos, ambos paraenses, tiveram ferimentos menos graves. Hans Aumann e Altevir Ferreira Soares, 26 anos, paraense, capataz da turma, saíram praticamente ilesos. Aumann afirmou apenas que “ficou abalado com a gravidade do acidente, por já ter sido ferido diversas vezes na guerra, quando era Tenente do exército alemão, tendo presenciado cenas horríveis que lhe deixaram profundamente impressionado”.

Mas, infelizmente, o acidente não chocou tanto assim as autoridades, pois o processo parou e o crime de homicídio culposo, pelo qual Aumann foi indiciado, prescreveu. Um fato curioso é que o réu foi à delegacia em março de 1955, solicitar de volta sua carteira de habilitação apreendida – a qual lhe permitia dirigir exclusivamente carros de passeio, jamais caminhões, portanto – no que foi atendido, sem maiores complicações e continuou a exercer suas funções como encarregado dos transportes em Porto Platon normalmente, recebendo a quantia mensal de Cr\$ 10.080,00.

Embora todas as testemunhas e o próprio delegado tenham concordado que o acidente foi provocado pela imprudência de Hans Aumann que estava dirigindo em alta velocidade e claramente perdeu o controle do veículo, as condições das estradas no Amapá da década de 1950 não ofereciam plenas condições que garantissem a integridade dos condutores e seus passageiros. De forma que

acidentes por derrapagens eram relativamente comuns, mesmo em pequenos trechos e nem sempre com vítimas fatais.

Um destes acidentes aconteceu no dia 10 de setembro de 1955, quando Hans Aumann ordenou ao jovem motorista João dos Santos Nascimento, 19 anos, paraense, que fosse com um caminhão “caçamba” de Porto Platon até a vila de Porto Grande, deixar em casa um dos seus colegas que já tinha concluído o turno de serviço. Ao chegar à referida vila, João foi abordado por outros funcionários da ICOMI que desejavam voltar com ele para Porto Platon, onde moravam e trabalhavam.¹⁷⁸

Por meio da lista de trabalhadores que solicitaram carona a João Nascimento, ficamos sabendo que a mineradora também empregava o serviço de menores nos seus acampamentos, como o auxiliar do salão de jogos, José Conceição de 15 anos e o auxiliar do salão de boliche, Ivan Santos de 15 anos. Entretanto, ao que tudo indica essa “contratação” ocorria de maneira informal, pois José Conceição afirmou não ter número de “chapa” – uma inscrição pessoal que o funcionário recebia ao ser admitido – o que equivale dizer que ele não possuía registro oficial como empregado na empresa. Entre os trabalhadores adultos estavam Evaldo Leão, 19, garçom; João Silva, 26, copeiro; Antenor Santos, 33, cozinheiro e Lourival Farias, 26, braçal. Além destes, seguiram viagem mais dois menores que não estavam a serviço e nem eram filhos de empregados da empresa: Waldir da Silva, 14 e José Ramos, 11. Sobre estes, João disse ao delegado que era uma espécie de traquinagem infantil corriqueira pular nas carrocerias dos automóveis “toda vez que um carro vai a Porto Grande, sendo difícil aos motoristas impedi-los”.

Desse modo, apesar da curta distância de aproximadamente dois quilômetros entre as duas localidades e a velocidade razoavelmente reduzida de quarenta e cinco quilômetros por hora, a caçamba escorregou na lama provocada pela chuva, na última curva antes de chegar ao acampamento de Porto Platon, virando para a esquerda e para a direita até tombar de lado na beira da estrada. Na delegacia João disse que não pôde agarrar mais firme o volante, pois “teve que se segurar para não cair da boléia, devido à viatura não ter sua porta esquerda, do lado do motorista, em virtude de um acidente que antes sofrera”. A maioria dos feridos sofreu contusões e escoriações sem maior gravidade. O processo seguiu para a apreciação do juiz, mas os autos prescreveram e extinguiu-se sua punibilidade.

¹⁷⁸ AFTJA. João dos Santos Nascimento [réu], nº 1082, caixa 283, 1955.

Segundo o jornalista e deputado Carlos Lacerda que esteve em Porto Platon no primeiro semestre de 1955, este era o maior acampamento que a ICOMI possuía no Amapá naquele ano. Em artigo originalmente publicado no jornal *Tribuna da Imprensa*, e transcrito pela revista *Engenbaria, Mineração e Metalurgia*, ele afirma que

ali, em papelão prensado, pré-fabricadas, estão as casas dos técnicos e trabalhadores e suas famílias. Lá encontrareis as louras cabeças dos guris americanos e os meninos cor de chocolate e canela, cujos pais vêm de todas as bandas da Amazônia e do nordeste para a grande obra. Água potável em todos os alojamentos. A piscina de água clorada, a dois passos da “jungle” inextricável, rasgada de meio a meio pela rodovia balizada pelas árvores que parecem pilares de catedrais e por plantas daquelas com as quais o Sr. Roberto Burle Marx renovou a paisagem urbana do Rio de Janeiro.¹⁷⁹

Lacerda estava bastante impressionado com o andamento das obras de infraestrutura, as quais, para ele, estavam assentando “os alicerces de uma inédita civilização equatorial” e provava o quanto poderia ser feito pelo desenvolvimento de uma região “fronteiriça em todos os sentidos” a partir da aliança entre o capital e a técnica nacionais e estadunidenses. Segundo os dados apresentados pelo jornalista, em junho de 1955 setenta por cento da terraplanagem e noventa por cento dos desmatamentos previstos para o trajeto da ferrovia já tinham sido concluídos e doze por cento dos dormentes tinham sido postos. As obras de Porto Santana também estavam bem adiantadas, sendo que o píer de concreto estava em plena utilização e cerca de oitenta por cento do serviço de esgoto estava pronto. No seu artigo ele também observa o emprego de máquinas pesadas como os caminhões do tipo “Euclid”, descritos como capazes de realizar o trabalho de oito ou mais caminhões comuns e que, até aquele momento, eram usados apenas na região sul do país.

O que Lacerda não sabia, ou talvez não tenha pretendido mencionar nos seus comentários a respeito de todo o “prodígio do esforço humano”¹⁸⁰ que vinha ocorrendo no Amapá, é que alguns meses antes da sua chegada ao território, o mau uso ou simples imperícia na condução desses caminhões, e falhas na supervisão dos serviços, tinham custado pelo menos duas vidas, durante os serviços de terraplanagem para a estrada de ferro.

O primeiro acidente ocorreu no dia 10 de janeiro de 1955, dentro de um “corte” – denominação dada a um caminho cavado através de um morro, cujas laterais formam um “v” da parte mais alta até o local por onde passariam os trilhos – aberto no trajeto entre Porto Platon e o

¹⁷⁹ O manganês do Amapá visto pelo jornalista Carlos Lacerda. *Engenbaria, Mineração e Metalurgia*, XXII, 128. Agosto 1955, p.79-82.

¹⁸⁰ LACERDA, Carlos. Prodígio do esforço humano. *Tribuna da Imprensa*, 26/6/1955.

leito do rio Cupixi. Por volta das dezesseis horas, o tratorista Raimundo Deoclécio Pinheiro, 29 anos, paraense, sabendo assinar o nome (portanto, não totalmente alfabetizado), empregado na ICOMI desde vinte e dois de março de 1954, estava trabalhando sob a supervisão de Jerry Patterson, 24 anos, natural do Estado da Califórnia – Estados Unidos, engenheiro civil, enquanto operava um Euclid naquele trecho das obras. O trabalho de Raimundo com esta máquina era realizar o corte, carregar a terra e jogá-la em um aterro, depois, dar a volta e reiniciar o procedimento.¹⁸¹

Além de Raimundo, outros seis Euclid também realizavam o mesmo trabalho. O nível do corte era determinado pessoalmente por Jerry Patterson auxiliado pelo braçal Irandyr de Brito Monteiro, 19 anos, amapaense, ambos trabalhando no interior do corte, mais precisamente no espaço entre as rampas laterais e o percurso das máquinas. O serviço de Irandyr era cavar próximo às rampas e enterrar uma estaca no local indicado. Patterson afirmou na delegacia que achou que não havia perigo em trabalhar no meio de tantas máquinas pesadas, pois, o espaço dentro do corte era de oito metros e quarenta centímetros de largura, sendo que a perícia constatou que a máquina na sua parte mais larga media três metros e cinquenta centímetros. Mesmo assim, Patterson afirmou que, em um dado momento,

alertado pelo seu sub-consciente, olhou casualmente para trás, e viu que um Euclid aproximava-se, isto há pouca distância; que, instintivamente o declarante correu, safando-se, não podendo afirmar se gritou ou não para Irandyr, que cavava a rampa, que tudo correu em momentos, isto é, o declarante viu a máquina que vinha sobre si quando ela estava já bem perto; que, Irandyr não teve tempo de safar-se, pois estava trabalhando de costas para o centro do corte e, como já disse, as máquinas estavam passando pelo centro; que ao ver do declarante, a responsabilidade do acidente cabe ao condutor do Euclid; [...] que, “pagão” [apelido de Raimundo Pinheiro] já havia passado antes por Irandyr; que, assim, “pagão” deveria ter continuado a conduzir sua máquina para descarregar adiante, no aterro, pelo centro do corte, e não junto à rampa; [...] que, pagão era o melhor operador da turma do declarante, muito cuidadoso e competente, achando que a ocorrência foi fruto de uma desatenção momentânea, fruto do trabalho cansativo que executava, com uma máquina pesada.

Conforme se vê, logo de início Patterson tentou se justificar dizendo que ele próprio teria sido atingido pela máquina, não fosse uma “premonição” que tivera segundos antes do Euclid alcançá-lo. Em contrapartida, Irandyr jamais deve ter imaginado que precisaria contar com semelhantes habilidades paranormais, ou qualquer outra aptidão sobrenatural, a não ser confiar no profissionalismo e nas orientações do seu chefe, de tal maneira que trabalhava de costas para as gigantescas máquinas que passavam a poucos metros dali. Patterson ainda se contradisse abertamente, pois não soube dizer ao certo se a morte de Irandyr ocorrera devido à má condução de

¹⁸¹ AFTJA. Raimundo Deoclécio Pinheiro [réu], nº 1034, caixa 283, 1955.

Raimundo, “o melhor operador da turma”, ou à sobrecarga de serviço (embora Patterson pudesse determinar intervalos, substituir trabalhadores, diminuir os turnos, etc.).

O que se pode deduzir, portanto, é que apesar de ser um profissional graduado, membro de uma seleta equipe trazida por uma empreiteira internacional e, dessa forma, encarregado não apenas da boa execução das obras, mas também da segurança dos seus subordinados, Patterson não atentou o suficiente para os riscos ocasionais relacionados à execução daquele tipo de serviço, utilizando-se de maquinário moderno, mas ainda assim perigoso, principalmente por ser de uso inédito na região e, por conseguinte, ainda experimental para os seus trabalhadores. Contudo, apesar do inquérito policial ter indiciado Raimundo Pinheiro por homicídio culposo, não sabemos qual teria sido a opinião da justiça sobre o caso, pois o processo prescreveu.

O segundo acidente envolvendo caminhões do tipo Euclid ocorreu no dia seguinte àquele que vitimou Irandyr Monteiro, ou seja, no dia 11 de janeiro de 1955, e na mesma frente de trabalho, deixando claro que a morte de um operário, por si só, não justificaria atrasos no cronograma de obras – a não ser momentaneamente, pelas inescapáveis exigências de perícia e investigação. A principal diferença foi que, desta vez, a vítima seria um dos técnicos da Foley Brothers, Georg William Yost.¹⁸²

Naquele dia, por volta das onze horas, estavam sendo feitos os últimos procedimentos para a finalização daquele trecho, com a utilização das mesmas máquinas que haviam sido empregadas durante todo o serviço. Por conta disso, o engenheiro civil Juan Hans Frendenthal, 32 anos, natural de Berlim-Alemanha, que estava coordenando os trabalhos junto com Georg Yost, ordenou que os operadores dos Euclid fizessem o procedimento contrário ao que vinham realizando, ou seja, ao invés de seguir raspando por dentro do corte, carregar a terra, depositá-la no aterro e fazer o contorno por um desvio, Frendenthal pediu para que eles voltassem de marcha à ré, a fim de raspar o corte do final para o começo.

Inácio Silva Reis, 31 anos, maranhense, operador de máquinas pesadas, preparava-se para entrar no desvio, quando avistou Frendenthal gesticulando para que ele voltasse. Inácio, então, começou a recuar para dentro do corte, “fazendo-o bem devagar, mesmo porque recuava bem ao lado de um trator e tinha que tomar cuidado para não batê-lo”. O motorista do trator, Damásio Alexandrino de Almeida, 29 anos, baiano, confirmou que Inácio realmente “tinha a atenção presa ao trator do declarante, manobrando com cuidado para não bater no mesmo”. Naquele momento, a cerca de cem metros dali, o mecânico de máquinas pesadas José Ferreira de Oliveira, 23 anos,

¹⁸² AFTJA. Inácio Silva Reis [réu], nº 1105, caixa 283, 1955.

pernambucano, e seu colega também mecânico Manoel João Lima, 38 anos, paraibano, se preparavam para subir na sua caminhonete de serviço, depois de terem consertado uma “Patrol”, quando subitamente olharam na direção dos veículos que realizavam a manobra, e ficaram estarecidos ao ver o exato instante em que “Mister Yost ia lentamente passando para debaixo do ‘scraper’ de um Euclid que vinha dando marcha à ré, e que Mister Yost fazia esforços para se livrar, inutilmente, pois o ‘scraper’ ia passando sobre si”.

Apesar de Inácio e Damásio estarem prestando atenção um ao outro, e por isso nenhum dos dois notou a presença de George Yost ali tão próximo, dificilmente Inácio teria visto seu chefe atrás da sua máquina, pois, segundo o depoimento de todas as testemunhas, o “scraper” era um equipamento que, ao ser acoplado ao Euclid, bloqueava totalmente a visão traseira do operador, motivo pelo qual, o próprio Frendenthal admitiu que, nessas circunstâncias, “é do regulamento o operador só manobrar sua máquina mediante ordem”.

Durante as investigações que tentavam apurar as responsabilidades pelo acidente, além da trocas de acusações é possível entrever a ascensão de conflitos e descontentamentos no interior da hierarquia funcional da ICOMI. Desse modo, o capataz da turma que trabalhava aquele dia, Anedino Veloso de Almeida, 22 anos, natural de Minas Gerais, afirmou na delegacia que creditava parte da culpa pela morte de Yost ao temperamento e à “afobação de Frendenthal, homem irascível, que dá ordens com demasiada energia, tanto que os operadores de sua turma vinham pedindo transferência”. De qualquer forma, talvez motivados pelos antecedentes de Inácio Reis, o qual, segundo Frendenthal era “pessoa sem vícios, apegado à família, a qual sempre se lembra, educado, consciencioso e competente”, tanto promotor público quanto juiz concordaram que não havia crime a punir e a acusação de homicídio culposo foi arquivada.

Todos os outros inquéritos policiais a seguir, instaurados para apurar as circunstâncias dos acidentes nas diversas frentes de trabalho, também foram arquivados por recomendação dos promotores públicos e deferimento dos juízes. Mesmo nos casos em que as investigações, depoimentos e relatórios finais dos delegados apontavam irresponsabilidades ou falhas por parte das equipes de engenheiros, técnicos e capatazes.

Um destes episódios, em que a ausência de supervisão e orientação técnica adequada mais uma vez acarretou a morte de um trabalhador, ocorreu durante a montagem de uma torre telegráfica na região dos depósitos manganíferos de Terezinha, em Serra do Navio. Segundo a ICOMI, tornou-se imperativo ao empreendimento construir torres telegráficas interligando a sede da empresa em Belo Horizonte aos seus escritórios no Rio de Janeiro e em Belém. Da mesma forma, no Amapá foram

criadas estações de rádio em Macapá, Porto Platon e Serra do Navio. Estas instalações promoviam a comunicação entre “os órgãos de direção da empresa no sul do país, a gerência geral em Macapá e os vários setores de trabalho implantados numa extensão de 200 quilômetros, desde a zona portuária até a região das minas”.¹⁸³

Segundo o capataz geral¹⁸⁴ Luiz Gonzaga de Oliveira, 40 anos, paraense, a torre telegráfica de Terezinha começou a ser construída por ele e sua equipe no dia 18 de maio de 1955, dez meses após concluírem a torre de Porto Platon.¹⁸⁵ Passados um ano e três meses, desde o seu ingresso como “capataz de segunda classe” na ICOMI, recebendo Cr\$ 12,00 por hora, Luiz tinha obtido alguma ascensão profissional e financeira, passando a ganhar Cr\$ 20,00 por hora, além de ter conquistado confiança e autonomia dos seus superiores. Tanto que, no dia 10 daquele mês, Luiz recebeu ordens do engenheiro e técnico de construção Juan Gomes, 52 anos, estadunidense, para que seguisse com a mesma turma de cinco homens que já tinha erguido a estação de Porto Platon, a fim de procederem à construção de outra torre em Terezinha. A obra foi rápida e sem transtornos, de modo que tudo ficou pronto em dois dias, ou seja, no dia vinte de maio.

Entretanto, a montagem da estrutura era apenas uma etapa do serviço, pois ainda se fazia necessário nivelar a torre. Mas isto já não era da alçada de Luiz e sim da equipe do topógrafo Adolwando Malheiros Marques, 22 anos, natural do Estado do Pará. Segundo Luiz, Adolwando se propôs a realizar o nivelamento no mesmo dia vinte, mas foi impedido por uma forte chuva que o obrigou a ter que esperar o dia seguinte. Nesse ínterim, Luiz precisou voltar com sua equipe a Porto Platon, atendendo a um chamado de Juan Gomes, motivo pelo qual Adolwando e seus homens foram deixados trabalhando sozinhos em Terezinha.

Adolwando trabalhava na ICOMI há dois anos e sete meses e, assim como outros trabalhadores, exercia suas funções em qualquer lugar onde a empresa ordenava. Segundo um relatório escrito por ele para a ICOMI, naquele 21 de maio ele e seu pessoal começaram logo cedo à execução do serviço de nivelamento, cujo principal objetivo

era endireitar a torre e colocá-la em posição perpendicular. Os serviços transcorreram bem e de acordo com as ordens recebidas, requerendo várias horas de trabalho ininterrupto. Justamente quando a torre estava mais ou menos no alinhamento desejado e se podia passar por ela com os aparelhos [de transmissão], ouvimos uns estalidos que ninguém sabia de onde vinham e nem o que

¹⁸³ ICOMI. *Op. cit.*, p.188-189.

¹⁸⁴ Apesar da nomenclatura do cargo, Luiz não coordenava *todas* as equipes de trabalhadores da ICOMI, apenas era hierarquicamente superior aos demais capatazes que o acompanhavam em determinadas tarefas.

¹⁸⁵ AFTJA. Sindicância em torno do desastre ocorrido na torre telegráfica da localidade de Terezinha, nº 1361SN, caixa 261, 1955.

significavam. Até que pudemos verificar que na altura da metade da torre [que media 62 m] havia um parafuso solto.

O topógrafo, então, solicitou dois voluntários para que subissem na torre e consertassem-na, tendo se apresentado o auxiliar de topógrafo Manoel dos Santos Quaresma, 21 anos e o braçal Júlio Moraes Corrêa, 19 anos. Porém, como já estava próximo da hora do almoço, Adolwando liberou a turma para que fossem comer e descansar. Passado o intervalo, todos voltaram e Manoel e Júlio começaram a escalada, aproximadamente às treze horas e trinta minutos. Uma hora depois, Adolwando também subiu na torre, para verificar de perto o trabalho que estava sendo feito. Manoel, que também escreveu um relatório para a empresa, afirmou que em determinado momento, quando estavam os três simultaneamente sobre a torre,

por volta das 2:30 da tarde, Eu [Manoel], o Sr. Marques e Júlio ouvimos uns estalidos, que não sabíamos de onde provinham. Continuamos, porém, o trabalho sem nenhuma demonstração de receio, visto estarmos munidos de cinto de segurança. Alguns minutos mais tarde a torre desviou-se um pouco do prumo, como se uma das espias tivesse cedido. Isto não veio também interromper o serviço a que estávamos entregues. Estávamos uns trinta metros do solo executando essa tarefa, quando num dado momento a torre desmoronou.

Adolwando, Manoel e Júlio caíram juntos com os estilhaços da torre que havia se partido em quatro pedaços, e em seus respectivos relatórios o topógrafo e seu auxiliar disseram que não se lembravam de terem se chocado contra o solo, pois perderam os sentidos ainda em queda. Mas, José Teodoro Chagas, 29 anos, paraense feitor de segunda classe, e todos os demais trabalhadores que estavam observando o serviço de reparo da torre, viram impotentes toda aquela impressionante cena, inclusive o momento em que uma cantoneira de ferro desprende-se da torre e atingiu Júlio, atravessando-lhe o tórax “indo sair nas costas”.

Enquanto isso, Luiz Gonzaga ainda estava esperando no porto de Terezinha pela condução que o levaria até Porto Platon, quando foi informado por um tratorista de nome “Farias” sobre o desabamento da torre e a morte de Júlio Moraes. Nesse instante, Luiz disse ter ficado “bastante nervoso, que não se achou com coragem de ir até o local verificar a ocorrência e ajudar no que fosse preciso, indo na mesma ocasião para o alojamento em Terezinha a fim de aguardar qualquer ordem superior”. Por volta das dez e quinze da manhã do dia vinte e dois, Luiz recebeu as referidas ordens: voltar a Porto Platon “para prosseguir no seu trabalho rotineiro nesta localidade”, como se nada tivesse acontecido.

Quando questionado a respeito da sua ausência no local durante a construção da torre em Terezinha, Juan Gomes disse que estava em Belém, “visto ter levado sua esposa para aquela cidade, a

fim de providenciar a sua viagem aos Estados Unidos” e que tinha plena confiança na capacidade da sua equipe em montagem de torres, principalmente porque já tinham erguido uma torre bem maior, no caso, a de Porto Platon. Em segundo depoimento, porém, Gomes disse que havia dado ordens estritas a Luiz para construir, mas não para nivelar a torre, e nem delegou poderes para “que este autorizasse a qualquer outra pessoa a fazer o serviço”, pelo contrário, Gomes teria determinado que o nivelamento fosse feito somente após o seu regresso da capital paraense. Luiz, por sua vez, disse que “não deu propriamente ordem direta a Adolwando nem o autorizou categoricamente a fazer o serviço” e que apenas perguntou a ele se era capaz de realizar o serviço e que recebeu resposta afirmativa.

Neste “jogo de empurra”, em que cada um responsabilizou aquele situado em posição hierarquicamente inferior, não demorou muito para que os engenheiros-chefes e administradores da ICOMI anuissem que a verdadeira culpa tinha sido daqueles que subiram na estrutura e a derrubaram com o seu próprio peso. Contudo, apesar de ninguém ter sido responsabilizado pela justiça, parece difícil deixar de considerar as palavras escritas pelo delegado Otelo Martins Leôncio em seu relatório, segundo o qual:

Depois de apurarmos detalhadamente o fato em tela, chegamos à conclusão, embora não sejamos técnicos no assunto, nem nos cabe julgar o caso, que a causa principal do desastre, apesar de termos provas suficientes, foi na montagem da torre, pois se esta estivesse rigorosamente montada, embora partindo-se um parafuso da mesma e com o peso de três homens, não se partiria, principalmente na altura em que quebrou-se, ou seja, a uns dez metros acima da base. A nosso ver, a direção técnica de construções da ICOMI, em Porto Platon, é a maior responsável pelo desastre em questão, de vez que entregou o serviço da construção da torre telegráfica em Terezinha ao senhor Luiz Gonzaga de Oliveira, simples capataz de turmas de serviço em geral.

A própria reação de pânico e desorientação do capataz Luiz Gonzaga ao receber a notícia do acidente demonstrou que ele não dimensionava os riscos inerentes àquele trabalho, da mesma forma que a ausência de superiores técnicos no local denunciava a falta de compromisso da construtora Foley em relação à segurança dos seus trabalhadores.

Desde o final da década de 1940, a execução de obras de infraestrutura e pesquisas geológicas através da densa floresta amapaense tornaram a derrubada de árvores um dos mais ativos e permanentes serviços, principalmente durante os anos iniciais do empreendimento manganífero. Para isso empregavam-se vários meios – desde o machado e facão até o uso de dinamites e tratores – que variavam conforme o tamanho da área e a finalidade do desmatamento. Entretanto, independente da tecnologia utilizada, nem sempre a integridade física dos trabalhadores esteve resguardada.

Desse modo, no dia 31 de outubro de 1955, o capataz Marcelino de Sousa Marques, 38 anos, paraense, trabalhava com um grupo de braçais no desmatamento de um caminho para a estrada de ferro, situado a cerca de oitocentos metros ao sul da ponte Chivet.¹⁸⁶ A tarefa da turma chefiada por Marcelino, era dar espaço para os tratores terminarem o serviço de abertura da via.¹⁸⁷

Não existem informações sobre quantos braçais estavam trabalhando ou como exatamente eram procedidos os serviços. Marcelino apenas contou à polícia que em determinado momento uma árvore estava sendo cortada a golpes de machado até chegar ao ponto de ser derrubada, e que os trabalhadores gritaram em direção a João Pereira dos Santos, 18 anos, quando perceberem que ela cairia sobre ele. Mas, segundo Matias Ferreira Guedes, 22 anos, paraense, o tronco acabou atingindo João, “que teve morte horrível e instantânea”.

Em 2 de julho de 1956, outro acidente envolvendo os trabalhos de desmatamento voltou a vitimar outro trabalhador.¹⁸⁸ Desta vez, na região de Terezinha e com a utilização de dinamites, por tratarem-se de árvores de grande porte. O chefe da equipe era um dos técnicos estadunidenses pertencentes à Foley Brothers, Floyd Andrew Whitson que, no entanto, não foi chamado a prestar depoimento sobre o incidente, apesar de ter sido mencionado pelos trabalhadores.

Aproximadamente às nove horas da manhã daquele dia, a maior parte do serviço já estava feito. Basicamente, tinha-se que colocar e detonar uma pequena “banana” de dinamite na base dos troncos, a fim de que fosse aberto um buraco no qual seria depositada uma quantidade maior de explosivo que finalmente derrubaria a árvore. Assim, após prepararem as cargas, o paraense Raimundo Oliveira da Silva, 21 anos, avisou ao seu conterrâneo Orivaldo Coelho da Silva, 19, de que ele poderia seguir em frente, pois o local onde estavam trabalhando já estava pronto, e então ambos se afastaram.

Porém, segundo Raimundo, Orivaldo da Silva retornou ao local onde estavam e, “sem motivo justificado, encostou a ponta do fio na bateria, dando-se terrível arrebatamento, seguido de enorme camada de fumaça, causando verdadeiro pânico e surpresa a todos”. Nenhum dos depoimentos esclareceu o motivo que teria levado Orivaldo a detonar a carga bem antes da hora prevista – que era ao meio dia. De qualquer forma, as autoridades concordaram com o argumento de

¹⁸⁶ Uma das cinco pontes construídas sobre rios que cruzam o trajeto da estrada de ferro. Além da Chivet (36,32m), existem as pontes sobre o rio Frechal (36,62m), Cupixi (113,02), Cachorrinho (48,82m) e Amapari (218,20m). Cf. ICOMI. *Op. cit.*, p. 113.

¹⁸⁷ AFTJA. Inquérito policial referente à morte por acidente de trabalho de João Pereira dos Santos, nº 1018SN, caixa 267, 1955.

¹⁸⁸ AFTJA. Inquérito policial acerca da morte por acidente de Orivaldo Coelho da Silva, nº 1220SN, caixa 238, 1956.

que a morte de Orivaldo tinha sido uma fatalidade e que não havia riscos maiores para os trabalhadores envolvidos naquele tipo de trabalho.

Mas o que causou maior espanto às autoridades e administradores da ICOMI foi a descoberta de que Orivaldo Coelho da Silva, na verdade se chamava Casemiro Palmerim dos Santos. Ao que parece, Casemiro já tinha trabalhado para a ICOMI em uma das suas frentes de trabalho, tendo sido admitido no dia 7 de janeiro de 1955 e demitido por justa causa no dia 7 de janeiro de 1956. Impossibilitado de voltar a trabalhar na empresa, dadas as circunstâncias da sua saída (que não são explicitadas no processo), Casemiro criou o pseudônimo de “Orivaldo” para si e também mudou os nomes dos seus pais. Dessa forma conseguiu ser readmitido em 15 de março de 1956 e não consta que algum dos seus colegas de serviço desconfiasse ou soubesse algo sobre a sua falsa identidade, pois todos o chamavam apenas pelo pseudônimo. Também não há nenhuma pista no processo que indique tratar-se de uma prática relativamente comum, se Casemiro foi aconselhado por alguém ou se tudo foi ideia apenas dele próprio. O certo é que a “esperteza” de Casemiro e o seu inegável interesse em continuar sendo empregado da ICOMI acabou lhe custando a vida.¹⁸⁹

Talvez o mais impressionante em todos esses casos de acidentes fatais – além, é claro, da própria circunstância terrível de algumas mortes – seja a absoluta falta de qualquer tipo de menção ou reminiscência em relação a qualquer uma delas. Na *História do aproveitamento das jazidas de manganês da Serra do Navio*, obra escrita pela própria ICOMI com a clara finalidade de instituir um relato oficial (e, portanto, “verdadeiro”) sobre seu empreendimento, a empresa agradece aos técnicos e engenheiros estadunidenses da Foley Brothers pelo sucesso e rapidez das obras, e entre os nomes daqueles que “deram sua valiosa colaboração à execução do projeto”¹⁹⁰ encontra-se o de Georg Yost, sem qualquer referência ao fato de que ele jamais voltou aos Estados Unidos, nem mesmo um simples e respeitoso *in memoriam*. Na ficha funcional de Raimundo Coelho Monteiro – morto no acidente em que Hans Aumann dirigia de Porto Santana a Porto Platon – entregue pela ICOMI à polícia para ser anexada aos autos, não há qualquer menção ao seu óbito. Em um campo específico do formulário, lê-se apenas: “demitido em 5/7/1954”, apesar de Raimundo ter *falecido* três dias antes –

¹⁸⁹ O último processo instaurado para apurar acidente com vítima fatal envolvendo trabalhadores durante a fase de construção da infraestrutura industrial e produtiva da ICOMI ocorreu justamente em julho de 1956 quando, segundo a própria mineradora, a Foley Brothers concluiu a execução integral dos serviços, “em condições absolutamente satisfatórias”. Cf. ICOMI. *Op. cit.*, p. 72-73. Trata-se da morte de Oswaldo Lobato, um garçom da companhia que foi atropelado na estrada de ferro por um pequeno carro chamado “trole”, usado para transportar mantimentos, ferramentas e operários para as suas respectivas frentes de trabalho. Cf. AFTJA. Sindicância em torno de um desastre na estrada de ferro, nº 1196SN, caixa 209, 1956.

¹⁹⁰ ICOMI. *Op. cit.*, p. 72.

e não simplesmente dispensado, como a tal ficha nos induziria a pensar, caso a encontrássemos arquivada em qualquer outro lugar que não fosse um inquérito desta natureza.

O que se percebe, portanto, é que não houve apenas negligência e esquecimento em relação à história de vida e morte de todos esses trabalhadores. Muito pelo contrário, a maneira como a maioria das fontes oficiais apresenta as suas informações deixa claro que a ICOMI e seus correligionários sempre mantiveram constantes e incansáveis esforços para construir e manter um discurso que trata tão somente do triunfo do progresso e da técnica sobre uma região selvagem e sua população indômita. Um relato totalmente depurado de todos os momentos de conflito, dor e sofrimento, e que – como todas as apologias em torno de empreendimentos que se pretendem incólumes – segue sempre associando os seus interesses particulares ao bem-estar coletivo, à civilidade e à modernidade.

Dessa forma, pode-se dizer que toda a placidez encontrada nos documentos da empresa, e toda a maravilhosa paisagem descrita nos elogiosos textos produzidos pelos jornais, relatórios e artigos em geral, não poderiam ter sido sustentados por tantas décadas, não fosse através de um consciente e deliberado processo de silenciamento e omissão, o qual é seriamente perturbado pela flagrante violência e brutalidade revelada em cada página dos vários inquéritos policiais aqui analisados. Afinal, se nos detivéssemos apenas naquilo que a própria companhia produziu sobre si mesma e naquilo que o governo territorial dizia que ela representava, não iríamos muito além do otimismo ingênuo e da retórica ufanista.

Porém, concomitantemente a essa dupla cruzada pela expansão de uma nova fronteira econômica e a formação de mão-de-obra treinada e disciplinada sob os parâmetros do capital industrial, os trabalhadores continuavam a desafiar toda a instrumentalização normatizadora imposta a eles, usando seus momentos de folga para se divertir pelos diversos espaços populares nos arredores da capital e dos próprios acampamentos montados pela companhia, freqüentando as zonas de meretrício, bebendo, dançando, brigando, enfim, reproduzindo o mesmo tipo de entretenimento e lazer que a companhia pretendia eliminar definitivamente entre seus empregados, tão logo estivessem asseguradas as condições necessárias à exploração do manganês e o investimento na construção das *company towns* se tornasse economicamente justificável.

Desse modo, na última parte deste capítulo, acompanharemos os trabalhadores pelos seus ambientes de descanso e divertimento, na segunda metade da década de 1950, ou seja, no período imediatamente anterior e posterior ao início da exploração de manganês e também da construção das *company towns* de Serra do Navio e Vila Amazonas, buscando entender principalmente o tipo de

relacionamento que se estabelecia entre os operário-braçais, fora do ambiente de trabalho, e entre estes e o restante da população, em especial, os casos de relacionamento afetivo-amorosos entre trabalhadores da ICOMI e meretrizes, um absoluto contraponto ao tipo de “família padrão” que a empresa passará a exigir dos seus empregados, para que possam viver em qualquer uma das cidades da companhia.

Sociabilidade e lazer operário no Amapá na segunda metade dos anos 1950

No dia 13 de fevereiro de 1955, o operador de máquinas pesadas da ICOMI, Corinto de Prado Rodrigues, 21 anos, paraense, estava com uns amigos em uma festa que ocorria no interior da Fortaleza de São José de Macapá. Era domingo, e muitas outras pessoas também se encontravam naquele local, inclusive um indivíduo que mantinha velha inimizade com Corinto, chamado José dos Santos Pereira, de 30 anos, mais conhecido como “Caboclinho”, um açougueiro paraense que trabalhava no Mercado Central da capital, localizado bem em frente à Fortaleza.¹⁹¹

A festa era uma “matinal dançante” e, por isso, terminou por volta das quatorze horas. Após isso, Corinto e seus companheiros seguiram para um dos botequins que ficavam em umas das alas daquele Mercado. Imediatamente depois, José também saiu da festa, mas desacompanhado e, segundo ele, buscando manter certa distância entre ele e Corinto, evitando se encontrarem.

Em determinado momento, porém, José foi chamado por um dos que estavam no grupo que acompanhava Corinto, o paraense Osmar da Silva Borges, 32 anos, também funcionário da ICOMI, para que Caboclinho se juntasse ao grupo a fim de tomar umas cervejas. Todavia, José se negou a fazê-lo, “alegando não ser amigo de Corinto”. Mesmo assim, dada a insistência de Osmar, José aceitou o convite e seguiram para o botequim. Desse modo, apesar de Corinto ter dito na delegacia que Caboclinho o seguiu de perto, desde a saída da festa, Osmar confirmou que realmente chamou José para se integrar ao grupo, mas desconhecia que existisse uma “antiga rixa” entre eles, desde quando Corinto agrediu José, “em uma festa de arraial no bairro do Trem”, em Macapá.

Dessa forma, durante alguns minutos parecia ter havido uma trégua entre os dois rivais. Entretanto, talvez movido por receio e cautela, Corinto se aproximou de Caboclinho e tomou dele um punhal que trazia na cintura, dizendo que iria entregar aquela arma “a qualquer policial que se encontrasse de serviço” na Doca da Fortaleza. Enquanto Corinto caminhava em direção à 2ª Delegacia Auxiliar de Macapá, Caboclinho foi até o estabelecimento do comerciante Abdias Francisco da Silva, 39 anos, cearense, e se armou com outra faca. Nesse momento, segundo Corinto, quando “caminhava nas proximidades da ponte da referida doca, foi traiçoeiramente agredido por

¹⁹¹ AFTJA. José dos Santos Pereira [réu], n° 1021, caixa 267, 1955.

‘Caboclinho’, que lhe vibrou três golpes pelas costas”. Por outro lado, José disse que, de fato, foi pegar “sua faca de trabalho” apenas por precaução e que, “já ia em direção à sua residência quando Corinto, que ainda se encontrava com o punhal que lhe havia tomado” tentou feri-lo, obrigando-o a lançar mão da faca para se defender, embora o laudo médico tenha atestado que as lesões em Corinto foram todas produzidas nas suas costas.

Apesar das controvérsias, o próprio Caboclinho afirmou que realmente era intenção de Corinto entregar a faca para alguma autoridade policial e que o operador de máquinas pesadas teria sido dissuadido por seus colegas, “pois não havia motivo para isso”. A princípio, portanto, não era intenção de Corinto brigar ou agredir caboclinho – mesmo que já o tivesse feito antes – o que não quer dizer que não pretendia prejudicá-lo, tendo em vista sua intenção de entregar a faca à polícia. Por sua vez, a polícia precisava estabelecer as circunstâncias do ocorrido, e para isso teve que interpelar as testemunhas a respeito da conduta pregressa dos envolvidos, obtendo como resposta de Osmar a reveladora afirmação de que

nada podia adiantar sobre a conduta de “Caboclinho”, podendo, entretanto, afirmar ser Corinto Prado Rodrigues, cidadão de bons costumes, isto em virtude de ser funcionário da ICOMI e trabalhar no serviço de pessoal e lidar quase que diariamente com as fichas dos funcionários da referida companhia.

Desse modo, ficamos oportunamente sabendo que a ICOMI mantinha constante vigilância sobre o comportamento dos seus funcionários – dentro, e talvez até fora do ambiente de trabalho – e que isto acarretava uma série de registros, de acesso limitado, que deveriam servir como parâmetro avaliativo para os mais diversos fins, inclusive, investigações em inquéritos. Osmar poderia ter dito o que pensava a respeito de Corinto, com base no que ele próprio sabia dele, mas preferiu dizer que conhecia a ficha dele *na empresa*, e que lá não havia nada que o desabonasse, e que isso deveria indicar que era cidadão trabalhador, cumpridor dos seus deveres e respeitador das normas sociais. Não sabemos, porém, qual seria a decisão final do juiz, pois os autos cessaram o seu trâmite e a acusação prescreveu, assim como todos outros processos a seguir.

Ainda não existem estudos que tratem especificamente sobre a experiência de convívio entre pessoas advindas de tantas regiões diferentes, nacionais e estrangeiras, no Território Federal do Amapá nas décadas de 1940 e 1950, apesar do vertiginoso aumento populacional ocorrido principalmente em Macapá, por conta da imigração. Sabe-se, porém, que inevitavelmente algumas situações de conflito deram vazão a ressentimentos entre os nativos e os migrantes. Como em uma briga ocorrida durante uma festa de casamento em janeiro de 1953, onde o motorista José Lourival de Souza Monteiro, 21 anos, amapaense, agrediu outro motorista, natural do Estado do Amazonas,

João de Castro Sussuarana, 29 anos, sob o argumento de que João “andava falando dos filhos da terra”.¹⁹²

Embora não saibamos que tipo de crítica ou comentário em relação aos amapaenses foi censurado por José, ao ponto de fazê-lo ir tirar satisfações e até brigar com João, um caso ocorrido no dia 23 de maio de 1955, nos fornece valiosas pistas acerca do que poderia ser considerado ofensivo aos filhos da terra. Trata-se da briga envolvendo o dono de uma das mais bem sucedidas farmácias de Macapá naqueles anos, o comerciante Francisco Serrano, 49 anos, amazonense; seu filho, Luiz Serrano 17 anos, paraense; e o escriturário da ICOMI, José Octávio da Frota, 35 anos, amazonense.¹⁹³

Segundo pai e filho, por volta das 17 horas daquele dia, era a segunda vez que José Frota vinha até a Farmácia Serrano comprar produtos. Dois dias antes, ele visitara o estabelecimento em busca de um “porta escova”, o qual não comprou por que teria dito que “era um crime” cobrar dezoito cruzeiros por um artigo que valia no máximo dez. O motivo do seu retorno, acompanhado de um enfermeiro da ICOMI chamado Benedito Macedo Moraes, 41 anos, foi a intenção de comprar um medicamento chamado “Stovarsol”, além de dez comprimidos de “Metoquina”. Mas, quando a atendente Maria Hortência da Silva Guimarães, 18 anos, paraense trouxe o remédio e José percebeu que a embalagem do Stovarsol estava rasgada, Hortência afirmou que ele novamente protestou em voz alta dizendo que “era crime vender um medicamento já com prazo de pureza vencido, adulterado, pois havia sido retirado do mesmo a etiqueta que marca o vencimento”, e completou dizendo que era “um roubo cobrar quinze cruzeiros por um medicamento que marcava na etiqueta nove cruzeiros e sessenta centavos”.

José foi ameaçado de expulsão por Francisco que pretendia sair detrás do balcão para brigar, mas foi impedido por Benedito. Francisco então foi para o interior da farmácia e ligou para a polícia. Nesse momento, Luiz pretendeu cumprir a intenção do pai e expulsar José, sendo que desta vez, Benedito não conseguiu impedir a troca de socos e ponta-pés.

Não temos como saber se foi apenas uma estratégia para tentar complicar ainda mais José Frota perante as autoridades amapaenses e justificar a atitude agressiva do seu filho, mas Francisco Serrano afirmou na delegacia que, quando foi ligar para a polícia, ouviu José gritando “que o declarante e sua família eram um bando de ladrões, e que ele não pensasse que aqui só existiam índios”. Quase no final do seu depoimento, Francisco retomou o comentário, afirmando que “a

¹⁹² AFTJA. José Lourival de Souza Monteiro [réu], nº 728, caixa 249, 1953.

¹⁹³ AFTJA. José Octávio da Frota e Luiz Serrano [réus], nº 1055, caixa 267, 1955.

assertiva de José Frota, de dizer que ‘esta era uma terra de índios’, irritou alguns presentes, naturais do território”.

Certamente, ao dizer que seu oponente pedira para não ser comparado aos demais “índios” que habitavam o Amapá, Francisco acusava o menosprezo de José (que estava no território há apenas seis meses) não somente pelos índios, mas principalmente com relação aos amapaenses. Francisco pretendia demonstrar que José se achava melhor e mais esperto do que aqueles que compunham uma população de silvícolas, e que, apesar de estar entre eles, não era inferior e nem ignorante como eles. Mas, o paradoxo era que, segundo Francisco, os próprios amapaenses não queriam ser comparados aos índios, o que significa que “os naturais do território” supostamente também se achavam melhores do que os indígenas.

Dessa forma, a questão central não é se José Frota disse ou não tais frases. O que importa é que, o fato de Francisco habilmente fazer uso desse jogo de expressões e significados indica que as transformações econômicas e sociais que vinham ocorrendo no Território do Amapá e a constante difusão de uma ideologia desenvolvimentista relacionada a elas, cada vez mais afirmavam a crença em um determinado tipo de progresso, baseado nos sofismas de um evolucionismo social que pressupõe a hegemonia das sociedades urbano-industriais sobre o mundo rural-extrativista, e na inferioridade dos povos caracterizados por um estilo de vida tradicional ou de “baixa sofisticação tecnológica”.

Contudo, o início da fase de exportação do minério de Serra do Navio, cujo primeiro carregamento com destino aos Estados Unidos ocorreu no dia 10 de janeiro de 1957,¹⁹⁴ significou um momento decisivo de incorporação, mas também de dispensa para muitos trabalhadores do período de construção. Estes trabalhadores desvinculados do empreendimento manganífero muitas vezes permaneciam no Amapá, sobrevivendo de ocupações temporárias e sem maiores perspectivas em curto prazo.

Um destes ex-operários se envolveu em uma briga generalizada em uma festa nos arredores de Porto Santana, na madrugada do dia 8 de março de 1958. Tratava-se de Manoel Pinheiro de Jesus, 27 anos, paraense, que tinha sido tratorista durante a construção da estrada de ferro, mas depois da sua conclusão encontrava-se “desempregado, trabalhando em todo e qualquer serviço que encontra”.¹⁹⁵ Segundo o assistente de mecânico do serviço portuário em Santana, Carlos Marques da

¹⁹⁴ Em 19 de novembro de 1956, foi feito um embarque experimental, de 62 toneladas de minério, carregadas no navio ‘SS LOIDE HAITP’, com destino ao Porto de Santos. O primeiro embarque oficial ocorreu através do navio ‘ARETIS’, que carregou 9.051 toneladas, com destino a Baltimore, nos Estados Unidos. Cf. ICOMI. *Op. cit.*, p. 124.

¹⁹⁵ AFTJA. Manoel Pinheiro de Jesus, Osmar Alves Barbosa e Carlos Roberto Fonseca [réus], nº 1271, caixa 311, 1958.

Silva, 31 anos, paraense, Manoel de Jesus era um “alcoólatra inveterado” e que, por ter sido recentemente operado de hérnia, “não devia embriagar-se e principalmente tomar parte em desordens”.

Embora Manoel tenha dito que era “bastante conhecido naquela região”, nenhuma das testemunhas comentou se ele sempre tivera aquele tipo de comportamento – o que poderia ter prejudicado sua imagem junto à empresa – ou se passou a agir assim depois da sua saída da mineradora. O que se sabe é que, naquele dia, Manoel literalmente acabou com a festa, a qual, segundo Terezinho de Amorim Campos, 46 anos, padeiro e organizador do baile dançante, “estava repleta de pessoas, na maioria homens, quase todos trabalhadores da ICOMI”. Primeiro,

Manoel quis bater em uma dama que consigo não quis dançar devido estar o mesmo já bastante alcoolizado, no que foi obstado nas suas intenções por seu irmão cazuzinha; [depois] Manoel não aceitou as ponderações de seu irmão e com ele empenhou-se em luta corporal, no meio da sala; que, acalmados os ânimos, Manoel sabendo que as mulheres estavam escondidas no quarto do declarante [Terezinho], deu forte cabeçada na porta do dito compartimento pondo-a abaixo; que, dito indivíduo não conseguiu entrar onde as mulheres estavam por ter sido impedido por várias pessoas ali presentes; que, voltando ao meio da sala completamente transtornado pela ação do álcool, Manoel continuou a querer agredir a todos os presentes, tirando a camisa e agindo com se tivesse enlouquecido.

Ao observarmos a lista de testemunhas convocadas a depor, percebe-se que a maioria dos que estavam na festa realmente eram funcionários da ICOMI. Contam-se entre eles dois eletricitas (também indiciados no inquérito), um auxiliar técnico de engenharia, um assistente de engenheiro e um assistente de mecânico. Mas, se a briga começou com as peripécias de Manoel, parece que outros também tinham as suas contas a acertar, pois, segundo o chefe do serviço de vigilância da ICOMI em Porto Santana, Jesus Ferreira Jomar, 37 anos, acreano, assim que chegou a casa onde ocorria a festa, “originou-se uma confusão no meio da sala, transformando-se logo em séria desordem generalizada, impossível de ser dominada, pois até mulheres eram vistas com sapatos e chinelos na mão, brigando ou defendendo pessoas que lhes interessavam”, já o assistente de mecânico, Carlos Marques da Costa, 31 anos, paraense, disse que tentou ver o que estava acontecendo em uma das salas da casa, mas “não conseguiu porque quase todos os presentes estavam empenhados em luta corporal, formando-se pequenos grupos tanto no interior quanto fora da casa”.

A prática de realizar festas em casas também ocorria entre funcionários da companhia, principalmente no período entre o início da exportação do manganês e a construção das *company towns*. Raimundo Magalhães da Silva veio de Belém para o Amapá no final do ano de 1957, aos 19

anos, e no dia 6 de outubro de 1958 ingressou na ICOMI como auxiliar de topógrafo – apesar de ser registrado formalmente como braçal – indo desempenhar suas funções em Serra do Navio. Naquele tempo, segundo ele, o maior problema era a adaptação e a falta de qualquer tipo de entretenimento:

Lá [em Serra do Navio] existiam pessoas de vários níveis, pessoas de várias localidades e essa adaptação, [breve pausa] é uma clareira aberta em plena selva amazônica, e essa adaptação, quem sai de um centro como São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, de uma cidade, de uma capital, pra entrar em uma clareira em plena selva é complicado! Lá não tinha cinema, clube, não tinha diversão nenhuma, só trabalho. É trabalho! Pegava 7 da manhã, largava 11 horas, almoçava, voltava meio-dia, largava às 17 horas (ou muitos até 18, fazia extra), depois voltava pro acampamento, não tinha televisão, aqui acolá o cara escutava um rádio, se tinha rádio, senão nem rádio escutava. Então, essa mudança, pra quem não tava acostumado, era cruel. Era cruel porque você saía de uma capital, como eu que vim de Belém, pra entrar num lugar daquele, olhava pro um lado, olhava pro outro, queria sair e não conseguia sair, não tinha pra onde, não tinha o que fazer. [...] A companhia queria um funcionário qualificado para o trabalho e com condições [de adaptação] social. [...] Algumas pessoas não conseguiam se encaixar e quando não se encaixava ela [a ICOMI] demitia, porque nós tínhamos que ser um bom profissional e ter qualificação social, porque ali era uma sociedade com pessoas de vários níveis diferentes. [...]. Festas nós mesmo organizávamos, “vamos fazer uma festa”, aí o pessoal que já tinha ganhado casa, alguns funcionários que tinham família já tinham conseguido casa, e a gente tinha um rapaz próximo da gente que a gente tinha a oportunidade de chegar com ele, aí dizia: “Girafa, empresta a tua casa pra gente fazer uma festa”, mas antes eu quero te chamar a atenção, que a coisa não tinha a chamada “mulher”, tinha uma mulher que o apelido dela era (que deus perdoe os pecados dela) Maria Buraco! Só era uma mulher que tinha e era disputada! Era irmã de um cidadão que trabalhava no CCH [uma das áreas da Serra do Navio] como garçom. Então, o maior problema nosso era com quem dançar.¹⁹⁶

O isolamento em Serra do Navio sem dúvida era muito maior do que em Porto Santana ou Porto Platon, e o maior exemplo disso é que até hoje a região da mina não foi integrada a nenhuma outra aglomeração urbana maior, como aconteceu com a Vila Amazonas. Além disso, Há dois outros pontos a enfatizar. Em primeiro lugar, Raimundo chamou a atenção para o fato de que, à medida que as casas foram ficando prontas, a companhia deu preferência de entrega aos funcionários que tinham família. Mais adiante, em sua entrevista, ele esclarece que não bastava apenas “viver junto”, tinha que ser casado no civil e ter um comportamento adequado. “Ela [a ICOMI] nos educou e, no todo, nós nos educamos uns aos outros, através da administração”, afirma, “principalmente através de portarias fixadas nos quadros de aviso, intituladas N.P., que eram as *Normas de Procedimento*, uma espécie de lei”,¹⁹⁷ e que não se confundiam com outros informes ou comunicados da empresa. Em segundo lugar, dada a rigidez das regras em relação aos relacionamentos afetivos no interior dos domínios da

¹⁹⁶ Depoimento de Raimundo Magalhães da Silva cedido ao autor em 2 de fevereiro de 2010.

¹⁹⁷ Ibidem.

empresa e a significativa escassez de candidatas a parceiras,¹⁹⁸ tudo agravado pela crescente restrição de acesso e circulação impostos pela mineradora, tornava relativamente comum os casos de disputas passionais envolvendo trabalhadores da companhia, fora dos ambientes em que esta exercia algum controle.

Dessa forma, no dia 25 de abril de 1956, Raimundo Brito Pereira, 18 anos, braçal, paraense, tinha ido até uma casa localizada na “Vila Encerado”, nas proximidades de Porto Platon, segundo ele, para conversar e jogar baralho “com seu amigo Adamor e suas irmãs Risoleta e Antônia”,¹⁹⁹ após o fim do seu expediente naquele acampamento da ICOMI. Logo após, também chegou à dita residência, Manoel Epifânio de Souza, 21 anos, cozinheiro em Porto Platon, cearense, e juntou-se ao demais que ali estavam. A certa altura do jogo e da conversa, Manoel falou que queria ter um momento em particular com Raimundo, e para isso se afastaram um pouco. Quando estavam sozinhos, a alguma distância dos outros, Manoel sacou uma faca e tentou atingir o pescoço de Raimundo que se abaixou, mas não o suficiente, pois foi atingido na cabeça. Imediatamente Manoel foi dominado pelos anfitriões, que lhe tomaram a arma da agressão.

Quando interrogado sobre o motivo que o teria levado a agredir um colega de empresa, Manoel disse que não se lembrava de nada, pois havia bebido “uma dose de cachaça, aliás, de uma garrafa que levava consigo” e que só soube do ocorrido no posto policial de Porto Grande, e que “lhe causou grande surpresa, visto ter cometido uma falta dessa natureza contra um rapaz que sempre manteve boa camaradagem, sem nunca ter havido qualquer desentendimento com ele”. Entretanto, diante da insistência do Comissário sobre se Manoel realmente não tinha nenhum ressentimento em relação a Raimundo, o cozinheiro disse que “certa vez, Raimundo disse que estava gostando de uma mulher que o declarante havia abandonado, porém, não era pra lhe trair, tendo este respondido que estava certo, de vez que a referida mulher não mais o pertencia”.

O fato é que a tal mulher a quem Manoel se referia era um das irmãs que estavam na casa naquele dia, Risoleta Costa Neves, uma jovem paraense de 19 anos. Portanto, tornou-se difícil para Manoel explicar uma suposta agressão gratuita contra um conhecido de longa data, mesmo dizendo que a faca com a qual acertara Raimundo era a mesma “com a qual corta carne e cebolas, e sempre a conduz quando sai do serviço”.²⁰⁰ Percebe-se ainda a tentativa de Manoel em demonstrar

¹⁹⁸ Em janeiro de 1953, uma edição do jornal Amapá informava que era uma característica comum a todos os Territórios Federais o elevado número de homens em relação ao de mulheres. Cf. Escassez de mulheres nos Territórios brasileiros. *Amapá*, 10/1/1953.

¹⁹⁹ AFTJA. Manoel Epifânio de Souza [réu], nº 1159, caixa 209, 1956.

²⁰⁰ Natalie Zemon Davis analisou diversos pedidos de perdão (*letters de cachet*) feitos ao rei francês no século XVI, por homicidas que também buscavam omitir sua intenção premeditada alegando estarem de posse de seus respectivos

desprendimento em relação à Risoleta e sua vida amorosa, tentando afastar de si a suspeita de motivação passional. Mas, no dia da sua audiência com o juiz, Manoel não se conteve e confessou que tudo “teve origem na circunstância de Raimundo Brito Pereira fazer pouco [zombar] do acusado porque vivia com a mulher de nome Risoleta Neves”.

Devido ao afastamento de alguns dos acampamentos da ICOMI em relação às maiores concentrações populacionais no território, era comum que os trabalhadores viessem até Macapá, ou aos locais mais próximos onde havia maior quantidade de pessoas, como Porto Grande e Porto Santana, para desfrutar dos seus momentos de folga e finais de semana, se possível, na companhia de alguma meretriz.

Às vezes, poderia ocorrer de dois trabalhadores “compartilharem” o mesmo apreço por uma determinada mulher. O problema era quando um chegava após o outro, e cada um queria ter o seu momento particular, com a mesma meretriz. Foi o que aconteceu naquele domingo, 10 de fevereiro de 1957, quando o braçal Pedro da Silva Dias, 25 anos, paraense, largou o serviço em Terezinha e decidiu ir até a “baixa do Elesbão”, no bairro do Trem, em Macapá, encontrar com Raimunda Amaral Oliveira, 17 anos de idade, paraense, residente naquele local. Assim como Pedro, outro braçal de Terezinha, Luiz Alves Rodrigues, 21 anos, cearense, também teve a mesma ideia de ir se divertir na baixa do Elesbão e fazer uma visita a Raimunda Oliveira.²⁰¹

Ao que tudo indica, Raimunda morava em uma região onde havia várias outras prostitutas, mesmo assim, Pedro e Luiz pareciam ter preferência especial por ela. Uma vizinha de Raimunda e sua colega de profissão, Maria Ferreira dos Santos, 21 anos, paraense, afirmou na delegacia que Raimunda tinha

dois “xodós”: Pedro da Silva Dias e Luiz de tal, conhecido por “Arigó” ou “Ceará”; que, no domingo último, dez, Pedro chegou por primeiro ao quarto de Raimunda Amaral, um tanto alcoolizado, fazendo com que esta o levasse para a sua rede, com quem ficou deitada; que, logo depois, chegou Luiz de tal, também freqüentador de Raimunda Amaral, dirigindo-se para o seu quarto, onde encontrou Pedro, ficando [Luiz] enciumado, e convidando este [Pedro] para beber, convite que foi recusado; que Luiz não ficou satisfeito com a recusa, atracando-se um ao outro, medindo forças; que Luiz apanhou um remo para bater em Pedro; [...] que, Luiz, seu conhecido de algum tempo, é um indivíduo mau, andando sempre armado de faca.

Francisca Brito da Conceição, 20 anos, paraense, meretriz e colega de quarto de Raimunda, disse que ao pegar o remo, Luiz “bateu com violência na cabeça de Pedro, produzindo-lhe um

instrumentos de trabalho na ocasião do crime. Cf. DAVIS, Natalie Zemon. *Histórias de perdão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

²⁰¹ AFTJA. Luiz Alves Rodrigues [réu], s/n, caixa 209, 1957.

extenso ferimento na testa, do qual passou a verter muito sangue”. Em seu depoimento, Luiz negou que tenha acertado Pedro com um remo – apesar das testemunhas e do ferimento de 10 centímetros atestado em laudo médico – e informou que “Pedro já voltou ao trabalho, mas foi suspenso por haver faltado ao serviço na segunda-feira”.

No meio da confusão, Raimunda Oliveira correu para a rua e, quando voltou ao quarto, encontrou somente Pedro, todo ensangüentado, sendo que Luiz já havia fugido. Portanto, embora tenha sido o pivô da briga, Raimunda não foi agredida. Infelizmente, não obstante a riqueza de informações contidas nos inquéritos policiais e devido à inexistência de estudos específicos sobre o universo da prostituição no Amapá nesse período, podemos apenas deduzir que Raimunda Oliveira tinha qualidades que despertavam um interesse incomum nos homens com os quais se relacionava, pois, conforme será exposto mais adiante, Raimunda voltou a se envolver em outro caso de crime passionai praticado por um funcionário da ICOMI. Mas, desta vez, como vítima.

Ainda em 1957, na vila de Porto Grande, os paraenses Pedro Lima, 21 anos e José Ribeiro da Rocha, 23 anos, ambos braçais em Porto Platon, foram indiciados por agredirem o comerciante ambulante Raimundo Coelho Leite, 23 anos, também natural do Estado do Pará.²⁰² O motivo teria sido o fato de Raimundo ter se divertido em uma festa ao lado da meretriz de nome Maria José da Silva Araújo – conhecida como “Maria Piolho” – 18 anos, paraense, a qual vivia com Pedro Lima a cerca de sete meses.

Segundo Maria, na noite do dia 21 de dezembro, ela e algumas amigas estavam se divertindo no “Bar Guarani”, em cuja festa também estavam Raimundo Leite e Pedro Lima, com o qual ela estava brigada, devido aos ataques de ciúme dele. Sentindo-se desimpedida, Maria dançou a noite toda com Raimundo que a acompanhou até a sua casa ao final do baile. Contudo, pouco antes de chegarem à casa de Maria, Raimundo disse que não entraria “porque era um homem casado e tinha duas mulheres”.

Mas, no meio do caminho de volta, Raimundo foi abordado por Pedro e seu amigo José Ribeiro. Como não estava muito distante, apesar da relativa escuridão, Maria viu quando José acertou Raimundo com um “pedaço de pau”, jogando-o ao chão, e depois fugiu com Pedro na direção do acampamento de Porto Platon. Além da pancada na cabeça, Raimundo também recebeu um golpe de faca razoavelmente profundo na barriga, desferido pelo amásio de Maria Piolho.

Pedro não negou o desentendimento com Raimundo, mas disse que foi este quem o provocou com palavras e gestos ameaçadores e que sacou a faca apenas para amedrontá-lo, mas

²⁰² AFTJA. Pedro Lima e José Ribeiro da Rocha [réus], n° 1260, caixa 210, 1957.

“devido à agressividade com que se atirava contra o declarante a aludida arma o feriu levemente na barriga”. Depois disso, Pedro disse que foi para Porto Platon onde dormiu, tomou café pela manhã, lavou sua roupa suja às margens do rio Araguari e, por volta das quatorze horas, foi até a casa de Maria Piolho, com quem se reconciliou das desavenças que tiveram. Disse também que “estava a princípio decidido não confessar sua falta, porém, após ser interrogado várias vezes pela mesma autoridade e diante da sua insistência, bem assim, do tratamento que lhe tem sido dispensado, resolveu dizer a verdade”.

O depoimento tão contrito de Pedro parece ter comovido, ou pelo menos, confundido o Comissário Abílio de Souza Lima, o qual afirmou em seu relatório que já não tinha mais certeza se o ciúme do acusado havia sido o verdadeiro motivo da agressão. Ainda mais porque Raimundo tinha um histórico de “irregular conduta, principalmente quando se encontra em estado de embriaguês alcoólica”, transformando-se em um “verdadeiro desordeiro”. Desse modo, segundo ele, apenas a “evidente capacidade intelectual, formidável perícia criminológica e justa decisão” do Poder Judiciário poderiam arbitrar sobre o caso, o que jamais aconteceu.

Voltemos agora a acompanhar os passos da meretriz Raimunda Oliveira. Investigando as declarações de seus amantes, vizinhas e colegas de profissão, tudo nos leva a crer que, à semelhança das prostitutas que viviam no Rio de Janeiro no início do século XX, Raimunda também despertava fascínio entre os trabalhadores amapaenses na década de 1950, e relutava em assumir “o estereótipo da mulher possuída e dependente”.²⁰³

Da mesma forma, como já foi exposto, seus atributos e sua postura despertavam reações extremadas, motivadas pelo desejo, admiração e ciúme. Conseqüentemente, atiçavam o interesse daqueles que pretendiam submeter Raimunda, tomando-a exclusivamente para si, sob o difundido argumento de “tirá-la da vida que levava”, ainda que ela mesma não demonstrasse nenhum interesse em largar o meretrício.

Assim, em outubro de 1958, vinte meses depois da confusão entre os dois operário-braçais de Terezinha dentro do seu quarto, Raimunda Oliveira estava com 19 anos e tinha aprendido a ler e escrever, um grande progresso em relação ao primeiro processo, no qual mal sabia assinar o próprio nome, como se pode ver pela sua letra trêmula e insegura em oposição ao bom desenho das palavras

²⁰³ CHALHOUB. Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. 2ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2001, p. 245.

no depoimento de um ano e meio depois.²⁰⁴ Não obstante, continuava o que fazia a cerca de três anos, segundo ela mesma, “comerciando seu corpo, freqüentando as festas populares, conduzindo homens para o seu quarto”. Entretanto, desde o mês de agosto daquele ano,

conheceu o rapaz Osvaldo Soares da Silva, mais conhecido por Vavá, o qual passou a freqüentar seu quarto com mais assiduidade, chegando ao ponto de tornar-se “habitué”; que, dessa assiduidade, Osvaldo começou a manifestar ciúmes, porém, como o mesmo, que é empregado da ICOMI, ganhasse pouco, quase nada lhe dava, o que obrigava a depoente a procurar outros homens na rua; que, por diversas vezes Osvaldo espancou a depoente, chegando ao ponto, em dia que não pode precisar, do mês de setembro último, a fazer diversos ferimentos com a ponta de sua faca por todo o corpo da declarante que, por sua vez não participou à polícia em virtude do mesmo a ameaçar de morte.

Ao dizer que Osvaldo ganhava pouco e, por isso, não poderia sustentá-la como prometia, certamente Raimunda pretendia indicar às autoridades que ela não deveria ser censurada por ser “obrigada” a procurar outros homens, já que Osvaldo “quase nada lhe dava”. Desse modo, Raimunda utilizava a seu favor os próprios valores e expectativas existentes em torno dos papéis masculino e feminino, conforme estabelecido através de um modelo de família patriarcal, segundo o qual caberia ao homem arcar integralmente com o ônus material e financeiro necessário à sobrevivência de sua esposa e filhos. As afirmações de Raimunda, portanto, visavam deslegitimar a pretensa dominação de Osvaldo sobre ela, ao mesmo tempo em que justificavam sua profissão não como absoluta vontade individual – o que seria condenável segundo os padrões vigentes – mas como uma cruel imposição do meio social.²⁰⁵

Mas, segundo Crisântema Ferreira, 32 anos, doméstica – cuja casa era dividida ao meio, sendo a parte da frente sua residência e a parte dos fundos dividida em três quartos, todos alugados para meretrizes – apesar do pouco tempo em que era senhoria de Raimunda (cerca de um mês), pôde notar que ela não tinha qualquer interesse especial por Osvaldo, pois “além de procurar impedir a sua vida de meretriz, não lhe dava coisa alguma” e que o aceitava em seu quarto somente sob coação. Lea Nery Farias, 18 anos, paraense, meretriz e moradora no quarto ao lado de Raimunda, foi além e disse que “Osvaldo vivia perseguindo Raimunda para se amancebarem, porém, esta o repelia, aceitando-o, entretanto, em seu quarto, como aceitaria qualquer outro homem”. Finalmente, Ilza

²⁰⁴ AFTJA. Osvaldo Soares da Silva [réu], nº 1256SN, caixa 295, 1958. Neste inquérito, Raimunda foi qualificada como “alfabetizada”, sendo que, em todos os processos aqui analisados, existe uma clara distinção entre alfabetizados e aqueles que sabiam apenas “assinar-se”, tal como Raimunda fora enquadrada anteriormente.

²⁰⁵ A respeito das relações entre o universo da prostituição e as autoridades jurídicas e policiais cariocas, entre a última década do século XIX e as primeiras do XX, utilizando basicamente inquéritos policiais, documentos da Inspetoria Geral e processos de lenocínios localizados no Arquivo Nacional, ver SCHETTINI, Cristiana. *“Que tenhas teu corpo”*: uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

Fernandes de Matos, 18 anos, paraense, meretriz e também vizinha de Raimunda, declarou que esta “afirmou à depoente e outras colegas que não queria nada com Osvaldo, porém este a perseguia constantemente, proibindo Raimunda de falar a outros homens”.

Então, em uma tarde do dia 18 de outubro, Raimunda estava num bar perto da sua casa, quando Osvaldo Silva, 26 anos, paraense, carpinteiro da ICOMI em Porto Santana, chegou já bastante alcoolizado. Evitando-o, Raimunda comprou uma carteira de cigarros e correu para o seu quarto. Porém, foi seguida por Osvaldo que invadiu o seu quarto e trancou a porta, passando a insultá-la. Raimunda pediu para que ele fosse embora, mas ele a ameaçou com uma faca, mas guardou-a quando percebeu que Raimunda poderia gritar e chamar a atenção de outros. Enfurecido, Osvaldo começou a espancar Raimunda e, depois de atirá-la sobre a cama,

apanhou uma garrafa de querosene que estava ao lado e após despejá-la na parte superior de seu corpo, ateou-lhe fogo; que vendo suas vestes em chamas, a depoente começou a gritar por socorro, porém, como a porta estava trancada e Osvaldo assistindo do lado, o socorro não chegou a tempo; que a muito custo a porta do quarto foi arrombada; [...] que, enquanto durou o fogo em suas vestes e, conseqüentemente, em seu corpo, Osvaldo permaneceu como simples espectador, assistindo sua agonia.

Quando Crisântema, Lea e outra mulher chamada Sinéia, conseguiram entrar no quarto, “Raimunda estava de pé, amparando-se a uma parede, completamente despida, pois sua roupa havia sido queimada, estando sua epiderme largando os pedaços”. Osvaldo fugiu, mas foi capturado quase duas semanas depois. Ficou preso preventivamente por dezessete dias, mas o juiz acatou habeas-corpus do advogado sob o argumento de que os ferimentos em Raimunda não tinham sido tão graves. Em sua decisão, o juiz Jarbas de Amorim Cavalcanti concordava que, pelo fato de Raimunda ter ficado “apenas” 20 dias internada, a acusação de tentativa de homicídio deveria ser revista para lesão corporal leve, assegurando-se ao acusado todas as prerrogativas previstas em lei. De uma forma ou de outra, Osvaldo ficou livre, pois jamais foi a julgamento.

Dessa forma, a década de 1950 chegava ao fim com o grande empreendimento minerador da ICOMI e, por conseguinte do Amapá, em pleno funcionamento, após mais de uma década de pesquisas, montagem da infraestrutura produtiva e, por último, a construção das *company towns* de Serra do Navio e Vila Amazonas, sendo a primeira inaugurada oficialmente em 1959 e a segunda em 1961,²⁰⁶ embora as casas e alojamentos coletivos fossem entregues aos trabalhadores à medida que iam ficando prontos, sob as rígidas condições já mencionadas, acrescidas de outras que serão explanadas posteriormente.

²⁰⁶ ICOMI. *Op. cit.*, p. 140.

Assim, as peculiaridades da vida e do trabalho cotidiano em um complexo habitacional de empresa no interior da floresta amazônica, durante a primeira metade da década de 1960, será o objeto de nossa análise a seguir.

CAPÍTULO 3

UMA CIDADE OPERÁRIA NO INTERIOR DA FLORESTA (1960-1964)

Construindo a “cidade perfeita”: Serra do Navio e a ideia de *company town*

Em outubro de 1955, a Indústria e Comércio de Minérios S.A. – ICOMI, empresa concessionária dos direitos de exploração do minério de manganês no Território Federal do Amapá, convidou diversos escritórios de arquitetura a apresentarem propostas para a construção de dois núcleos habitacionais independentes situados entre o rio Amazonas e uma densa porção de floresta tropical.²⁰⁷ Concluídas entre o final da década de 1950 e início de 1960, as *company towns* de Serra do Navio e Vila Amazonas foram cuidadosamente concebidas de modo a fazer frente ao desafio de reunir e estabelecer uma quantidade significativa de pessoas de diferentes nacionalidades e origens culturais, por meio de uma impressionante infraestrutura social e urbanística.

Se, por um lado, tal infraestrutura era manifestamente utilizada pela empresa como forma de atrair profissionais graduados e qualificados para uma região tida como selvagem, por outro, esse mesmo aparato pretendia cumprir a função de “ajustar” e normatizar a imensa maioria de trabalhadores locais não-especializados dentro dos padrões de produtividade e ritmos de trabalho da moderna economia capitalista industrial, buscando incutir-lhes ideais “adequados” de comportamento, alimentação, lazer, direitos e obrigações baseados em um modelo de família estável e legalmente constituída, aliado ao sentimento de civismo e pertencimento à comunidade.

No Brasil, a prática de imobilização da mão-de-obra através da associação entre fábrica e moradia, conforme definido por José Sérgio Leite Lopes,²⁰⁸ muitas vezes restringiu-se à construção de vilas operárias nas regiões centro-sul e nordeste do país, na esteira do acelerado processo de industrialização ocorrido a partir da década de 1920. Destacando-se na historiografia como um recurso de controle e circunscrição de um proletariado cada vez mais insurgente e organizado, os diversos tipos de conjuntos residenciais operários erguidos com algum tipo de planejamento junto às fábricas eram exaltados pelo discurso empresarial como uma prova do seu esforço em melhorar as condições de vida dos seus empregados, embora não houvesse necessariamente um consenso sobre

²⁰⁷ RIBEIRO, Benjamin Adiron. *Vila Serra do Navio: comunidade urbana na serra amazônica: um projeto do arq. Oswaldo Bratke*. São Paulo: Pini, 1992, p. 21.

²⁰⁸ LOPES, José Sérgio Leite. *O Vapor do Diabo: o trabalho dos operários do açúcar*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978. Do mesmo autor: “Fábrica e Vila operária: considerações sobre uma forma de servidão burguesa”. In: LOPES, José Sérgio Leite (et tal.) *Mudança Social no Nordeste: a reprodução da subordinação*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

tal atitude.²⁰⁹ Na esfera pública, complexos habitacionais destinados às classes trabalhadoras eram anunciados como um resultado concreto do esforço saneador e higienista dos governos diante do vertiginoso e caótico crescimento das cidades, em especial, dos bairros operários, tidos como imundos e insalubres, e por isso mesmo, fonte de degeneração física e moral das massas suburbanas.²¹⁰

Entretanto, conforme apontou Rosélia Piquet, a partir de estudos de casos sobre Volta Redonda, Telêmaco Borba, Ouro Branco, Aracruz e Carajás,²¹¹ as *company towns* também cumpriram um importante papel no desenvolvimento da indústria e da ocupação territorial brasileira, não obstante a maioria das análises estabelecer pouca relação entre o surgimento desses complexos urbanísticos privados e o contexto histórico no qual se inserem. Além disso, embora mantivesse estreita afinidade com as intenções patronais de controle que norteavam a criação das vilas operárias, a construção de uma *company town* muitas vezes se tornava um imperativo aos empresários devido à própria localização dos seus empreendimentos em regiões de fronteira econômica, onde havia pouca ou nenhuma infraestrutura necessária ao assentamento dos trabalhadores. Não por acaso, grande parte das cidades pertencentes a empresas estava ligada à mineração, pois, ao contrário das indústrias convencionais que podem se deslocar em busca de mão-de-obra mais barata e legislação fiscal e trabalhista mais favorável e flexível, mineradoras precisam se instalar o mais próximo possível da região onde se encontra o minério.

Desse modo, pode-se dizer que as *company towns* não são um meio de produção propriamente dito, mas parte importante de uma infraestrutura que torna a produção possível, conforme definiu J. D. Porteus.²¹² Ainda segundo este autor, é possível estabelecer um determinado conjunto de características que podem ser encontradas em vários núcleos urbanísticos empresariais situados em

²⁰⁹ Em 1919, os empresários têxteis do setor de algodão do Rio de Janeiro que haviam ajudado a fundar a primeira entidade de classe empresarial sem nenhuma interferência do estado, o Centro Industrial do Brasil (CIB), resolveram abandoná-la por conta de divergências com o seu presidente, o empresário Jorge Street – dono da vila operária Maria Zélia, em São Paulo, tida como a primeira do país – por tê-lo considerado “muito ‘progressista’ nas negociações com os operários” em greve naquele ano. Cf. LEOPOLDI, Maria Antonieta Parahyba. *Política e interesses na industrialização brasileira: as associações industriais, a política econômica e o Estado*. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p. 73.

²¹⁰ A respeito das vilas operárias como um instrumento de controle sobre o operariado, ver RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. Sobre o enaltecimento e as “vantagens” das empresas com vila operária, ver LIMA, Marcos Alberto Horta. *Os industriais paulistas nos anos 20: aspectos da sua articulação política*. Dissertação de mestrado, IFCH – Unicamp, Campinas, 1992, pp. 29-36. HARDMAN, Francisco Foot. *Nem pátria, nem patrão: vida operária e cultura anarquista no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1983, pp. 59-64. Acerca do discurso público sobre vilas operárias e o higienismo, ver DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. *A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo (1920-1934)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

²¹¹ PIQUET, Rosélia. *Cidade-empresa: presença na paisagem urbana brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

²¹² PORTEUS, J.D. *The nature of the company town*: Transactions of Institute of British Geographers, nº 51 (nov., 1970), pp. 127-142.

áreas de pioneirismo econômico da Ásia a América, desde o final do século XVIII. Dentre as principais, poderíamos destacar a frequência desse tipo de complexo residencial operário relacionado a atividades econômicas em larga escala, instalados em territórios esparsamente povoados, envolvendo o emprego de consideráveis recursos financeiros, utilizando-se de mão-de-obra recrutada em outras regiões e incorporando técnicas avançadas em seu processo produtivo.²¹³

Mas, independentemente da maior ou menor correspondência com qualquer uma das peculiaridades expostas acima, as *company towns* traziam consigo a ambição por parte dos seus patrocinadores de que o cuidadoso planejamento e edificação de uma cidade particular, mesmo estando significativamente isolada de outros assentamentos populacionais e rigidamente controlada em seus aspectos mais habituais e cotidianos, significaria o fim dos conflitos entre patrões e empregados. Nesse sentido, o exemplo da *company town* pertencente à Pullman's Palace Car Company – erguida nos arredores de Chicago, Estados Unidos, no início da década de 1880 – é duplamente paradigmático, pois, apesar de ter sido totalmente concebida de modo a criar uma comunidade na qual se pretendia que todos os trabalhadores desenvolvessem “hábitos de respeitabilidade”, valorizando as “boas maneiras, limpeza e asseio da aparência, laboriosidade e sobriedade, e o auto-perfeioamento através da educação e da poupança”,²¹⁴ não foi possível evitar uma acirrada greve ocorrida em 1894, cujo estopim foi a recusa de George Pullman em negociar a redução dos aluguéis pagos pelos trabalhadores diante da redução dos seus salários.

Assim, por meio da introdução de técnicas de administração advindas do Taylorismo, associadas ao movimento conhecido como *Welfare Capitalism* (capitalismo de bem-estar social), pretendeu-se criar uma ordem industrial mais sistemática e “cientificamente” conduzida, substituindo antigas práticas de controle pessoal e paternalista – das quais a cidade de Pullman se tornou um célebre ícone internacional – por programas sociais elaborados por especialistas com formação específica e dirigidos à classe trabalhadora, o que incluía aumento de salários, gratificações, disponibilização de moradia, planos de saúde, pensões e a fundação de associações recreativas e esportivas.²¹⁵ Muitas dessas medidas foram adotadas pelo que Margaret Crawford chamou de “novas” *company towns*, surgidas no início do século XX.²¹⁶

²¹³ Ibidem, p. 128.

²¹⁴ BUDER, Stanley. *Pullman: an experiment in industrial order and community planning, 1880-1930*. New York: Oxford University Press, 1967, p. 61.

²¹⁵ Segundo Mirta Lobato, apesar do movimento comunista argentino ter combatido duramente a introdução da “organização científica” em vários setores produtivos do país na década de 1930, a influência das ideias de Lênin e o posicionamento de alguns militantes demonstra que muitos apostavam na humanização das relações capitalistas por meio

A partir daí, administradores, arquitetos e paisagistas passaram a desenvolver projetos de cidades operárias que fossem além da simples tradução das necessidades técnicas e sociais de um método particular de produção. A busca pela paz industrial e harmonia social fez com que a importância e o interesse pelos cenários cuidadosamente construídos das *company towns* aumentassem, priorizando layouts que pudessem sintetizar “arquitetura, paisagem e planejamento em imagens coerentes que corporificassem ilusões de unidade social e integração”,²¹⁷ principalmente em períodos de crise. Durante a Primeira Guerra Mundial, até mesmo as agências do governo estadunidense passaram a financiar a construção de complexos urbanísticos para trabalhadores, tendo em vista o crescente déficit imobiliário, altas taxas de rotatividade no trabalho e a ameaça de greves.

Contudo, para muitas empresas não se tratava apenas de alojar o trabalhador e fixá-lo a qualquer custo na cadeia de produção. Alguns tipos de trabalhos, como a mineração de subsolo, por exemplo, sofriam séria resistência demonstrada pela excessiva rotatividade dos operários nos empregos, devido, entre outras coisas, ao constante risco de acidente, e até morte, relacionado ao exercício das tarefas. Situações como esta criavam um movimento pendular de trabalhadores que permaneciam em suas ocupações industriais somente durante os momentos de folga da sua atividade principal – na maioria das vezes, a agricultura –, ou então, até que possuíssem recursos suficientes para se manter por certo tempo quando resolvessem partir em busca de melhores oportunidades.²¹⁸

Portanto, em circunstâncias em que não havia nenhum tipo de impedimento aos trabalhadores, estes ficavam livres para escolher onde e como trabalhar (ou simplesmente, não trabalhar, ao menos por algum tempo), de forma que a disputa pela mão-de-obra necessária aos empreendimentos em um mundo pós-emancipação e com diversas frentes de expansão econômica se tornava uma circunstância muitas vezes incontornável. No caso do Amapá, mesmo em meados do século XX, a carência de trabalhadores com alguma qualificação freqüentemente forçava a busca de profissionais em áreas próximas, principalmente Belém, ficando a cargo da empresa os custos com o transporte, e ainda assim, a tentativa nem sempre lograva êxito.

do sistema de trabalho estandardizado. Cf. LOBATO, Mirta Zaida. *La vida en las fábricas: trabajo, protesta y política en una comunidad obrera*, Berisso (1904-1970). Buenos Aires: Prometeo Libros/Entrepasados, 2001, pp. 224-229.

²¹⁶ CRAWFORD, Margaret. *The “New” Company Town*. Perspecta, vol. 30, Settlement Patterns, 1999, pp. 48-57.

²¹⁷ Ibidem, p. 49.

²¹⁸ Marshall C. Eakin destaca as dificuldades que a mineradora inglesa St. John d’el Rey Mining Company, responsável pela exploração de ouro na mina de Morro Velho, localizada nas imediações do município de Nova Lima, Minas Gerais, teve em arregimentar mão-de-obra entre os moradores da região. Até a década de 1880, a companhia dispunha de escravos, porém, com o fim da escravidão e a ascensão da produção cafeeira paulista e da construção civil em Belo Horizonte, a companhia enfrentou sérios problemas para recrutar trabalhadores, mesmo oferecendo salários significativamente elevados e enviando aliciadores para outras cidades. Cf. EAKIN, Marshall. *British enterprise in Brazil: The St. John d’el Rey Mining Company and the Morro Velho gold mine, 1830-1960*. Durham and London: Duke University Press, 1989, pp. 206-207.

É o que revela o processo trabalhista movido pelo encanador Raimundo Nonato Souza Diniz contra a ICOMI, reivindicando o pagamento de aviso prévio, salário retido e horas extras proporcionais à data da sua saída da mineradora. A reclamação foi feita no Tribunal da Justiça do Trabalho da 8ª região, com sede na capital paraense, o que motivou a empresa a alegar incompetência daquele tribunal para julgar a causa de um trabalhador que exercia suas funções em um território federal. Raimundo, porém, afirmou que embora tivesse assinado contrato de experiência com a empresa em Macapá, a proposta de emprego, ou “ajuste”, havia ocorrido em Belém. Ao que tudo indica, Raimundo foi tão assertivo em seus argumentos que não restou alternativa ao representante do escritório da ICOMI no Pará, Benedito José Carneiro de Amorim, senão admitir que

devido à falta de mão-de-obra na cidade de Macapá a reclamada é obrigada a procurar trabalhadores fora daquela cidade, que por causa disso, trabalhadores de Belém são enviados para o território do Amapá, por conta da reclamada, a fim de verem (sic) se servem para o serviço, que durante a experiência a reclamada paga o transporte do interessado, que acredita que o reclamante tenha viajado para Macapá por conta da companhia no dia cinco de fevereiro, que como o teste de habilitação é feito com certa urgência, acredita que o reclamante tenha sido admitido no mesmo dia cinco de fevereiro.²¹⁹

O processo não explicita as razões da saída de Raimundo da ICOMI, mas diante do “silêncio” de Benedito Amorim sobre o assunto e a sua atitude em propor um acordo no qual pagou o valor correspondente aos últimos quinze dias de trabalho do encanador, pode-se deduzir que Raimundo simplesmente não quis mais permanecer na empresa, ou não se enquadrava no perfil exigido pela mineradora. Qualquer uma dessas hipóteses ganha força se levarmos em conta que Raimundo era solteiro, o que lhe permitia um importante e decisivo grau de mobilidade e escolha entre o que ele desejava para si e o que a ICOMI exigiu dele.

Dessa maneira, criar uma população operária estável a partir de um contingente humano esparsamente distribuído, relativamente nômade ou pendular e orientado por diferentes padrões de sociabilidade e trabalho – em geral, diametralmente opostos à rigidez da normatização e produtividade industrial –, significava estabelecer novas referências que pudessem corresponder às expectativas da grande empresa capitalista moderna. Para muitos empreendedores ansiosos em evitar os constrangimentos impostos por um proletariado volátil, migrante e arreado a determinadas condições de trabalho, o investimento na construção de uma *company town* não raro vinha acompanhado do incentivo aos seus empregados para que formassem famílias de acordo com o modelo típico da classe média presente nos países centrais da economia mundial, nas quais o homem

²¹⁹ Tribunal da Justiça do Trabalho da 8ª Região. Reclamação trabalhista de Raimundo Nonato Souza Diniz contra Indústria e Comércio de Mineração S.A. Processo nº 848 de 29.07.1959. Belém (PA).

desempenhava a tarefa de chefe e provedor, assistido na criação dos filhos pela esposa dona-de-casa e principal responsável pela manutenção da “estabilidade” doméstica em vários sentidos, desde a limpeza das residências até a sua auto-imagem elegante, polida e submissa.²²⁰

Na medida em que estava operando um empreendimento previsto para durar nada menos do que cinquenta anos, a ICOMI precisava contar com uma mão-de-obra estável e, na medida do possível, satisfeita o suficiente para que não fosse posto em risco o substancial investimento feito no Amapá. Sendo assim, era do interesse da mineradora contratar um profissional que pudesse dar forma a um tipo de infraestrutura urbana que fosse o mais completa possível e, ao mesmo tempo, correspondesse a todas as suas expectativas de constituir uma harmoniosa comunidade operária. O arquiteto escolhido pela empresa, Oswaldo Arthur Bratke, confessadamente não possuía nenhuma experiência em projetos daquela magnitude, mas se destacava por ser um dos profissionais mais ativos na cidade de São Paulo desde a década de 1930, além de gozar de significativo respeito entre críticos e demais colegas da área.²²¹

Adepto de um pragmatismo que alguns consideravam excessivo, Bratke possuía um método de trabalho que consistia basicamente em “estudar cuidadosamente cada caso que lhe fosse confiado, levantando todas as informações pertinentes; examinando, também, outros empreendimentos similares já executados, para, só então, propor alguma coisa”.²²² Foi a sua atitude em propor projetos caracterizados muito mais pela funcionalidade do que pelo exótico-decorativo, afirmam os estudiosos da sua obra, o fator diferencial na sua escolha pela mineradora. No entanto, embora alguns autores tenham atribuído a escolha de Bratke a uma espécie de “empatia imediata” ocorrida entre ele e o presidente da ICOMI, o engenheiro Augusto de Azevedo Antunes, o fato é que ambos já se conheciam havia pelo menos três anos, quando Antunes encomendara ao arquiteto paulista o projeto de uma sede para o Aero Clube de Macapá, em junho de 1952.²²³

²²⁰ Sobre a importância dos papéis atribuídos aos gêneros na formação da classe trabalhadora envolvendo uma company town ligada à mineração na América do Sul, ver KLUBOCK, Thomas Miller. *Contested communities: class, gender, and politics in Chile's El Teniente copper mine, 1904-1951*. Durham and London: Duke University Press, 1998. Do mesmo autor: “Morality and good habits: the construction of gender and class in Chilean copper miner, 1904-1951”. In: FRENCH, John D. and JAMES. Daniel. *The gendered worlds of Latin American women workers: from household and factory to the union hall and ballot box*. Durham and London: Duke University Press, 1997, pp. 232-263.

²²¹ CAMARGO, Mônica Junqueira de. *Princípios de arquitetura moderna na obra de Oswaldo Arthur Bratke*. Tese de Doutorado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, Setembro de 2000, p.67.

²²² RIBEIRO, Benjamin Adiron. *Op. cit.*, p. 19.

²²³ Segundo o jornal Amapá: “constitui a melhor notícia sabermos que o Dr. Augusto Antunes, presidente da ICOMI e um dos muitos subscritores das ações do Aero Clube de Macapá, em carta recente endereçada ao Sr. Homero Platon, tesoureiro da sociedade, comunicou haver sido o referido projeto confiado ao arquiteto Bratke, um dos escritórios de maior renome em São Paulo.” Cf. O projeto da futura sede do Aero Clube de Macapá. *Amapá*, 14/6/1952.

Tal como havia proposto no momento da concorrência, logo após a celebração do contrato com a ICOMI,²²⁴ Bratke foi conhecer outros exemplos de complexos habitacionais pertencentes a companhias mineradoras e petrolíferas na América do Sul e Caribe, inclusive alguns de propriedade da Bethlehem Steel, sócia minoritária da ICOMI no empreendimento em Serra do Navio. Contudo, nenhum dos assentamentos operários de empresas privadas visitadas pelo arquiteto lhe pareceram adequados e, ao que tudo indica, serviram-lhe muito mais como referência do que não devia ser feito, tamanha fora a má impressão que lhe causaram. Após visitar El Pau, na Venezuela, Bratke concluiu que “ninguém fazia cidade”.²²⁵ Em geral, segundo ele, abriam-se ruas centrais em torno das quais se instalavam estabelecimentos comerciais para suprir o abastecimento necessário e que, no tocante às moradias, “as casas dos chefes eram muito boas, as demais muito precárias”.²²⁶

Após retornar de sua expedição de reconhecimento e levantamento de dados, munido de diversos relatórios publicados pelas companhias por ele visitadas e importantes anotações sobre o dia-a-dia e os problemas relacionados a esses núcleos habitacionais, Bratke se deteve por vários meses em organizar tabelas a partir de informações fornecidas pela ICOMI acerca das características físicas dos locais previstos para a construção das duas cidades e algumas estimativas em torno das suas futuras populações.

A partir da análise de uma das tabelas montadas pelo arquiteto (figura nº 8), podemos notar que a companhia inicialmente não previa a contratação de mulheres, uma vez que o número destas é sempre igual ao total de homens casados em todas as categorias de funcionários (braçais, intermediários, *staff*,²²⁷ etc.), ou seja, todas elas eram esposas de empregados da empresa.

Certamente, em um primeiro momento a ICOMI buscou restringir ao máximo a presença de mulheres solteiras na distante e isolada área de mineração em Serra do Navio, temendo os efeitos de um convívio mais próximo entre elas e a população de jovens operários, tomando como base os inúmeros casos de relacionamentos amorosos e sexuais “ilícitos” – neste caso, todos aqueles de caráter ocasional e considerados promíscuo, além dos extraconjugais, especialmente com meretrizes –, envolvendo funcionários da empresa, de Porto Santana a Terezinha.

²²⁴ Assinado em 24 de outubro de 1955. Cf. RIBEIRO, Benjamin Adiron. *Op. cit.*, p. 21.

²²⁵ SEGAWA, Hugo; DOURADO, Guilherme Mazza. *Oswaldo Arthur Bratke*. São Paulo: ProEditores, 1997, p. 242.

²²⁶ *Ibidem*.

²²⁷ A ICOMI adotava a palavra *staff* como uma espécie de categoria profissional na qual se inseriam os altos funcionários da administração que residiam nas cidades da empresa, além de médicos, engenheiros, geólogos, etc., sendo que, Oswaldo Bratke já a empregava com esse sentido nas suas anotações sobre os projetos de Serra do Navio e Vila Amazonas. Cf. RIBEIRO, Benjamin Adiron. *Op. cit.*, p. 67. De qualquer forma, o uso da palavra *staff* como referência aos funcionários graduados e residentes em uma área restrita e específica nas *company towns* era amplamente difundido entre todos os empregados da mineradora.

ICOMI															SNV																			
POPULAÇÃO SNV P/ CARACT. TIPO · EST. CIVIL · SEXO · FILHOS · IDADE																																		
CARACT.			FAZE INICIAL										FAZE FINAL																					
CATEG.	TIPO	T.F.	UNID.	HOMENS		MULH.	FILHOS	IDADE						HOMENS		MULH.	FILHOS	IDADE						UNID.										
				CAS.	SOLT.			0-2	3-6	7-10	11-14	15-17	18-	CAS.	SOLT.			0-2	3-6	7-10	11-14	15-17	18-											
	DDS	1	24		24										24															24				
	DD	4,5	30	30		30	75							48		48	120													48				
	sub total			30	24									48	24																			
	sub total			54		30	75	14	13	13	12	10	13	72		48	120	23	21	19	17	16	24											
	CCS	1	14			14									22															22				
	CCH	1	16			16									16															16				
	CC	4	24	24		24	48							38		38	76													38				
	BB	4	1	1		1	2							1		1	2													1				
	sub total			25	30									39	38																			
	sub total			55		25	50	10	9	8	7	6	10	77		39	78	15	14	12	12	10	15											
	AS	1	48			48									48															48				
	AH	1	20			20									20															20				
	A	5	64	64		64	192							114		114	342													114				
	sub total			64	68									114	68																			
	sub total			132		64	192	36	35	31	28	25	37	182		114	342	65	60	54	50	46	67											
	BCS	3	48			144									144															144				
	B	5	130	130		130	390							190		190	570													190				
	C	3	86	86		86	86							126		126	126													126				
	sub total			216	144									316	144																			
	sub total			360		216	476	90	84	76	70	63	93	460		316	696	132	123	110	103	92	136											
TOTAIS																																		
J e S STAFF				55	54		55	125							87	62		87	198															
				109											149																			
INTER. e OP.				260	212		280	668							480	212		480	1038															
SUB TOTAL				601	335	793	150	141	127	116	104	153		791	547	1236	245	216	194	179	161	241												
TOTAIS G						1729											2544																	
PEÇAS A SEREM MOBILIADAS OU EQUIPADAS																																		
TIPO	UNID.	DORM.	QCR	S.J	S.E	J.I	T	COZ	COP	LAV	ROUF	B°	DOR	B°	T	S.E	ROUF	SOLTEIROS										RESERV.						
				prin	out.																													
DDS	24												24	6																				
DD	30	30	60	30	30	30		30		30		30																						18
CCS	14												14	14		14	1	1															8	
CCH	16												16	16																			14	
CC	24	24	48	24	24	24	24	24		24	24	24																						
BB	1	1	2	2	1	1	1	1	1	1	1	1	2																					
AS	48												48	1																				
AH	20												20	1																				
A	64	64	128		64		64	64		64	64	64																					50	
BCS	3/48												3/48	2		1	2																	
B	130	130	260		130		130	130		130	130	130																					60	
C	86	86	86		86		86	86		86	86	86																					40	

Figura nº 8 – População estimada de Serra do Navio, dividida por categoria, estado civil, sexo e filhos, conforme tabela montada por Oswaldo Bratke. Fonte: SEGAWA, Hugo; DOURADO, Guilherme Mazza. *Op. cit.*, p. 243.

Contudo, já no início da década de 1960, a empresa começou a contratar mulheres solteiras para trabalhar em determinadas funções, como o magistério, e no hospital. Mesmo assim, elas ocupavam alojamentos exclusivos, separados de outros grupos de habitações e bastante afastadas dos alojamentos destinados aos homens solteiros (figura nº 9). Sobre este assunto, o próprio Bratke escreveu que “a localização dos alojamentos de solteiros em relação às residências de família assume importância de caráter moral, em localidades de rotina monótona”.²²⁸

Dessa forma, havia a preocupação de que os solteiros ocupassem o seu tempo livre sem qualquer interferência com as demais atividades da vila, isto é, que evitassem circular desnecessariamente. Por isso, seus alojamentos eram equipados com amplos terraços cobertos, salas de estar, refeitórios, além de disporem de um clube esportivo (o Manganês Esporte Clube) e outro

²²⁸ RIBEIRO, Benjamin Adiron. *Op. cit.*, p. 46.

recreativo, o CCH (Conjunto da Casa de Hóspedes), este de acesso restrito ao *staff*: funcionários da administração, médicos, superintendentes, engenheiros. Até mesmo os acessos aos centros de interesse comum, como praça e zonas de trabalho, foram deliberadamente projetados por Bratke no sentido de evitar que os solteiros tivessem que transitar entre os grupos de residências familiares ou vice-versa.²²⁹



Figura nº 9 – Planta Geral de Serra do Navio. Fonte: RIBEIRO, Benjamin Adiron. *Op. cit.*, p. 47.

O fato de a companhia restringir a interação dos solteiros no interior das *company towns* não equivale a afirmar que a ocorrência de namoros e uniões civis era absolutamente proibida. Na verdade, a empresa até os incentivava de certa forma e em determinadas circunstâncias. A “permissão” em alguns casos, contudo, não impediu o surgimento de outros tipos de relacionamentos menos consonantes com os interesses da companhia, ainda que estivessem previstas penalidades aos transgressores pegos em “delito”, conforme analisaremos adiante. De qualquer forma, muitas professoras e enfermeiras acabaram casando com funcionários da ICOMI e seus filhos se tornaram os primeiros amapaenses nascidos no interior das áreas urbanas privadas mantidas pela mineradora. No caso de Serra do Navio, pode-se dizer que alguns desses descendentes foram gerados a partir da formação de autênticas “famílias serranas”, conforme terminologia empregada pela própria ICOMI.

Ainda de acordo com a sua proposta de trabalho, Bratke observou com bastante atenção o modo de vida das populações que viviam nas imediações de Serra do Navio, efetuando registros por meio de anotações e desenhos minuciosamente detalhados. Segundo ele,

²²⁹ SEGAWA, Hugo; DOURADO, Guilherme Mazza. *Op. cit.*, p. 284.

o homem das regiões e vizinhanças exercia suas atividades em função dos cursos d'água, sua única estrada. Vivia da exploração dos produtos nativos das florestas, ou da pesca, em regime nômade e da maneira mais primitiva possível. [...] A criação do Território [do Amapá] provocou a imigração de ilhas e Estados vizinhos, de populações com características similares.²³⁰

Bratke notou que as habitações caboclas possuíam quase sempre três divisões: a varanda, onde se penduravam as redes, um cômodo fechado que servia de dormitório ao casal e outro aberto onde se realizavam as refeições. Inexistiam instalações sanitárias. A alimentação – feita à base de jabá (carne-seca) e farinha de mandioca –, era preparada em fogões de barro instalados sobre uma armação de madeira. Os homens normalmente andavam descalços, vestindo calça, camisa sem mangas e protegiam a cabeça com um chapéu de aba larga e as mulheres trajavam vestidos, saias e blusas feitas de tecidos rústicos.²³¹

Um dos exemplos de que as visitas, desenhos e fotos decorrentes das observações de Bratke junto à população ribeirinha do Amapá foram seriamente levados em consideração na elaboração dos seus projetos de cidades para a ICOMI foi a discussão sobre a utilização ou não de redes para dormir. O arquiteto notou que este elemento estava profundamente estabelecido entre os utensílios de uso cotidiano das populações caboclas, de tal modo que o próprio governador do território, Janary Gentil Nunes, achava que se deveriam usar redes inclusive nos hospitais da companhia. Bratke, contudo, deliberadamente optou pelo emprego das camas, “não só pelo conforto”, afirmou, “mas pela importância que se dá à cama na escala de valores das pessoas”.²³²

Comentários desse tipo se destacam entre o disperso e fragmentado material de trabalho que o arquiteto reteve acerca dos mais de 1500 projetos desenvolvidos ao longo da sua carreira.²³³ No caso específico do Amapá, suas explanações revelam o quanto Oswaldo Bratke estava comprometido com os princípios desenvolvimentistas e civilizatórios que orientavam a concepção de duas *company towns*, cujos padrões inéditos de moradia operária em boa parte da América latina pretendiam não apenas fixar mão-de-obra, mas principalmente fundar uma sociedade baseada na plena harmonia entre capital, trabalho, disciplina e produtividade.

Nesse sentido, o arquiteto pensou em uma maneira de fazer com que as famílias de operários da região também se acostumassem a utilizar instalações sanitárias integradas às residências. Para

²³⁰ 1º Relatório Justificativo 955 – Início das Obras *apud* RIBEIRO, Benjamin Adiron. *Op. cit.*, p. 40.

²³¹ SEGAWA, Hugo; DOURADO, Guilherme Mazza. *Op. cit.*, p. 273.

²³² *Ibidem*, pp. 255-256.

²³³ Boa parte deles, incluindo os projetos originais das *company towns* de Serra do Navio e Vila Amazonas, fazem parte do acervo da biblioteca da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP. Sou grato à Prof.^a Dr.^a Mônica Junqueira por essa informação.

isso, Bratke desenvolveu um banheiro com dois batentes, sendo um aberto e com acesso exclusivamente por fora da residência e outro fechado e embutido na alvenaria, permitindo a passagem pelo interior da casa. Este último, porém, só seria liberado depois que a empresa julgasse que os operário-caboclos já estavam suficientemente educados quanto à necessária manutenção e asseio dos banheiros.

Sobre este aspecto, Zenira Vieira da Silva esclarece que, de fato, os banheiros em Serra do Navio refletiam diretamente a divisão informal da *company town* em três “vilas”, ou subáreas, (primária, intermediária e *staff*) criadas pela mineradora, de acordo com a hierarquia funcional dos seus empregados. Segundo Zenira, assim que as residências começaram a ficar prontas na região das minas de manganês, seu pai, o guarda sanitaria Ambrósio Lúcio da Costa, recebeu uma casa na chamada “vila primária”, onde vivia a maior parte dos trabalhadores braçais, operadores de equipamento, serventes da escola, vigilantes, motoristas, etc.. Mas, quando Ambrósio da Costa viu os banheiros criados por Bratke para aquele segmento de trabalhadores, reclamou das condições e disse que “não traria sua família para viver naquela situação”, pois, além do acesso ao lavatório pelo interior da casa estar vedado, não existia vaso sanitário, apenas um buraco no centro do piso sobre o qual era necessário agachar-se com as pernas abertas.²³⁴

A solução encontrada pelo pai de Zenira foi recorrer a Hermelino Herbster Gusmão, um dos chefes dos programas de saúde da ICOMI, com quem Ambrósio da Costa teria trabalhado no extinto Serviço de Malária do Nordeste, no Ceará. De acordo com Zenira, o próprio Hermelino autorizou um aumento de salário para que o guarda sanitaria e sua família pudessem se enquadrar na “faixa de remuneração” exigida para ocupar uma casa na “vila intermediária”, local em Serra do Navio onde moravam os encarregados, auxiliares de escritório e demais trabalhadores com alguma qualificação. Os demais operários tiveram que esperar ainda alguns anos até que fossem instalados vasos sanitários nas casas do setor primário.

Para a ICOMI, no entanto, havia oficialmente dois setores em Serra do Navio: um para os dirigentes e outro para os operários, embora existissem unidades habitacionais com características diferentes dentro de cada setor, segundo a empresa, “para atender aos mais variados casos”.²³⁵ A justificativa para essa separação era, principalmente, as diferentes origens dos empregados da companhia, bem como a tentativa de evitar o que a empresa definiu como um possível

²³⁴ Entrevista de Zenira Vieira da Silva, cedida ao autor em 2 de março de 2010.

²³⁵ ICOMI. *História do aproveitamento das jazidas de manganês da Serra do Navio* [Rio de Janeiro], dezembro de 1983. 2 v. [datilografado], p. 141.

“comprometimento da vida comunitária”. Na verdade, a empresa se preocupou deliberadamente em manter afastados os dois grupos e, como o próprio Oswaldo Bratke afirmou,

dividindo-se [as *company towns*] em duas zonas, fica facilitada aquela solução. A imensa maioria dos operários é constituída por naturais da região ou então de regiões vizinhas, com os mesmos problemas, mesmas condições e as mesmas aspirações. Um grupo homogêneo, bem diverso daquele outro [o pessoal categorizado], oriundo das mais diversas regiões. Ocupando mais de oitenta por cento das casas, forma por si só uma comunidade independente. Junto ao centro de gravidade desse grupo é que deverão se localizar os prédios de atividade comuns, como comércio, escola, clube, etc.²³⁶

Além das casas, outra circunstância imposta pelo caráter fronteiro da mineração no Amapá foi a oferta de mobília e demais equipamentos de uso doméstico, uma vez que os operários locais dificilmente poderiam comprá-los imediatamente, enquanto os funcionários graduados não demonstravam interesse em arcar com as despesas de transporte dos seus utensílios para uma região à qual não sabiam se iriam se adaptar, ou por terem assinado contrato para prestação de serviço por um período muito curto.

Desse modo, o arquiteto projetou móveis específicos que pudessem ser construídos em oficinas montadas pela própria companhia no interior das *company towns*, buscando a melhor relação possível entre as condições e custos do território, visando igualmente a reposição das peças e a diversidade dos modelos, evitando, assim, potencializar a monotonia causada pelo isolamento e padronização das cidades. A maior dificuldade neste ponto foi a carência de trabalhadores habilitados para o serviço de fabricação e montagem dos móveis. Segundo Oswaldo Bratke, a ICOMI teve que treinar quase toda a mão-de-obra empregada nas suas oficinas, em cada uma das seções de carpintaria, marcenaria, serralheria, pintura e estofamento²³⁷, das quais resultaram centenas de cadeiras, sofás, mesas, camas e luminárias. Mas, como nem tudo poderia ser produzido no território, cerca de quinhentos armários foram trazidos do Paraná, fogões e geladeiras vieram do Rio Grande do Sul e os talheres de São Paulo.²³⁸

Indenizações por Acidente de trabalho: um perfil dos trabalhadores na década de 1960

Os carpinteiros treinados pela mineradora provavelmente foram alguns dos primeiros trabalhadores da companhia a terem acordos relativos a acidentes de trabalho homologados pelo Tribunal de Justiça do Amapá, a partir de 1960. O pagamento das indenizações era feito através da

²³⁶ SEGAWA, Hugo; DOURADO, Guilherme Mazza. *Op. cit.*, p. 279.

²³⁷ RIBEIRO, Benjamin Adiron. *Op. cit.*, p. 57.

²³⁸ SEGAWA, Hugo; DOURADO, Guilherme Mazza. *Op. cit.*, p. 256.

contribuição dos empregados da ICOMI ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transporte e Cargas – IAPETC,²³⁹ cuja agência foi inaugurada em Macapá em abril de 1953.²⁴⁰ Embora os processos de homologação não forneçam maiores detalhes sobre as circunstâncias em que ocorreram os acidentes, o levantamento dos dados funcionais dos empregados para efeito de cálculo da indenização possibilita saber o respectivo valor dos seus salários, ao menos, nominalmente. Dessa forma, os carpinteiros Oscar Rodrigues da Silva, casado, 35 anos,²⁴¹ e Clóvis de Jesus Freire, casado, 26 anos,²⁴² recebiam diária de Cr\$ 203,50 cada um, enquanto seu colega de serviço, Benedito Vitorino dos Santos, solteiro, 29 anos, recebia apenas Cr\$ 112,00,²⁴³ mesmo salário do braçal José Lopes da Costa, solteiro de 21 anos, indenizado por ter quebrado o braço enquanto consertava uma máquina “espalhadeira de piçarra” em Porto Platon.²⁴⁴

Assim, é possível afirmar que a ICOMI estabelecia uma política de diferenciação salarial não apenas entre categorias de trabalhadores, mas dentro da mesma função também, a partir de critérios como estado civil, experiência, tempo de serviço, produtividade e disciplina. Contudo, havia outras variáveis, pois, a semelhança de salário entre o braçal José da Costa e o carpinteiro Benedito dos Santos sugere a possibilidade de que Benedito fosse um ex-braçal recém-iniciado no ofício da carpintaria quando se acidentou, razão pela qual, deliberadamente, não havia sido formalizada sua nova condição profissional pela mineradora.

O caso de Benedito certamente não era único entre os empregados da ICOMI advindos de uma ampla população local sem treinamento ou formação profissional anterior. Mas, ainda que situações de acidente e conflitos trabalhistas revelassem dramaticamente a controversa política de “promoção” e remanejamento de trabalhadores da empresa, a maioria dos operários que haviam iniciado sua carreira como braçais se mostrava bastante orgulhosa em ter transposto sua posição inicial, ressaltando as dificuldades de viver diuturnamente em um complexo residencial de empresa. Com base na tabela a seguir, é possível analisar outros detalhes sobre a mão-de-obra empregada pela ICOMI na década de 1960.

²³⁹ Autarquia criada pelo governo federal em 30 de agosto de 1946, através do Decreto-Lei nº 9.683.

²⁴⁰ Segundo notícia de primeira página do jornal *Amapá*, a instalação do IAPETC no território teria sido obra do esforço pessoal do governador Janary Nunes, o qual afirmou em seu discurso estar seguindo a obra de amparo aos trabalhadores iniciada por Getúlio Vargas. Cf. *Amapá*, 26/4/1953.

²⁴¹ Arquivo do Fórum do Tribunal de Justiça do Amapá (AFTJA). Homologação de acordo para pagamento de acidente de trabalho, nº 1375, caixa 262/3, 1960.

²⁴² AFTJA. Homologação de acordo para pagamento de acidente de trabalho, nº 1381, caixa 262/3, 1960.

²⁴³ AFTJA. Homologação de acordo para pagamento de acidente de trabalho, nº 1374, caixa 262/3, 1960.

²⁴⁴ AFTJA. Homologação de acordo para pagamento de acidente de trabalho, nº 1376, caixa 262/3, 1960.

Tabela nº 3 – Relação de funcionários da ICOMI indenizados por acidentes de trabalho (1960-1963).²⁴⁵

Ano	Funcionário	Ocupação	Idade	Estado civil	Cor	Diária (em Cr\$)
1960	Carmito dos Santos Pinheiro ²⁴⁶	Ajudante de soldador	20	Solteiro	Pardo	121,60
1960	José Bandeira da Silva ²⁴⁷	Mecânico	27	Solteiro	Branco	352,00
1960	Juvenil Pereira de Sena ²⁴⁸	Mecânico	35	Casado	Pardo	190,00
1960	José Ferreira da Silva ²⁴⁹	Açougueiro	50	Casado	Pardo	96,00
1960	Georg Kudrjawzew ²⁵⁰	Engenheiro	28	Solteiro	Branco	300,00
1960	Manoel Gonçalves Ramos ²⁵¹	Operador de casa de força	35	Casado	Parda	288,00
1962	John Noel ²⁵²	Maquinista	36	Solteiro	Preta	480,00
1962	Severino de Azevedo ²⁵³	Jardineiro	53	Casado	Branco	272,00
1963	Edgar Antônio dos Santos ²⁵⁴	Auxiliar de operador de Escavadeira	30	Casado	Pardo	480,00
1963	Antônio Ferreira Filho ²⁵⁵	Operador de Equipamento	25	Solteiro	Pardo	480,00

Conforme os dados, todos os funcionários entre 20 e 28 anos eram solteiros. Por outro lado, à exceção do maquinista, todos os empregados com mais de 30 anos eram casados. Aliás, o maquinista John Noel destaca-se também por ser o único operário negro da amostra, na qual prevalecem trabalhadores de cor parda. Noel era um imigrante inglês que chegou ao Amapá provavelmente na década de 1940 e, apesar de não ser possível seguir os detalhes da sua trajetória de vida até a empresa ICOMI, suas origens e seu ingresso nos quadros da mineradora assemelham-se ao de muitos outros casos analisados ao longo desta pesquisa, pois a primeira vez que encontramos seu nome citado entre os arquivos do Judiciário amapaense foi em um processo de 1952, no qual ele serviu como testemunha de defesa a um concidadão, acusado de estelionato.²⁵⁶ Na época, John Noel trabalhava como carpinteiro e transitava pelos bares e estabelecimentos comerciais da Doca da Fortaleza, em Macapá.

²⁴⁵ Esta tabela representa apenas uma amostra aleatória estabelecida com base nos processos de acordos para pagamento de indenizações encontrados no Arquivo do Fórum do Tribunal de Justiça do Amapá.

²⁴⁶ AFTJA. Homologação de acordo para pagamento de acidente de trabalho, nº 1382, caixa 262/3, 1960.

²⁴⁷ AFTJA. Homologação de acordo para pagamento de acidente de trabalho, nº 1317, caixa 262/3, 1960.

²⁴⁸ AFTJA. Homologação de acordo para pagamento de acidente de trabalho, nº 1383, caixa 262/3, 1960.

²⁴⁹ AFTJA. Homologação de acordo para pagamento de acidente de trabalho, nº 1311, caixa 262/3, 1960.

²⁵⁰ AFTJA. Homologação de acordo para pagamento de acidente de trabalho, nº 1372, caixa 262/3, 1960.

²⁵¹ AFTJA. Homologação de acordo para pagamento de acidente de trabalho, nº 1373, caixa 262/3, 1960.

²⁵² AFTJA. Homologação de acordo para pagamento de acidente de trabalho, nº 1513, caixa 267/9, 1962.

²⁵³ AFTJA. Homologação de acordo para pagamento de acidente de trabalho, nº 1693, caixa 267/9, 1962.

²⁵⁴ AFTJA. Homologação de acordo para pagamento de acidente de trabalho, nº 1733, caixa 257/8, 1963.

²⁵⁵ AFTJA. Homologação de acordo para pagamento de acidente de trabalho, nº 1739, caixa 257/8, 1963.

²⁵⁶ AFTJA. Kenneth Paul Davis [réu], nº 317, caixa 133/4, 1952.

De volta à tabela, encontramos uma diferença salarial de nada menos que oitenta e cinco por cento entre dois mecânicos, o que comprova o argumento de que a ICOMI pagava de forma diferente trabalhadores que desempenhavam o mesmo tipo de tarefa, com base em uma espécie de “plano de carreira” sem critérios muito claros. No topo das profissões operárias com maiores salários estavam os operadores de máquinas pesadas. Na comparação com os demais funcionários, um operador poderia ganhar até mais que um engenheiro, o que justificava o esforço de muitos trabalhadores em ascender aos cargos que envolviam o trabalho com o maquinário. Dessa maneira, o desejo de ser mais bem remunerado pode ser o verdadeiro motivo da rápida adaptação dos trabalhadores de origem amazônica às modernas e tecnologicamente avançadas condições de trabalho em Serra do Navio, tal como observado por Hermelino Herbster Gusmão:

Em curto tempo esses caboclos ribeirinhos viram-se recebendo mais que o salário mínimo local e treinados para operar pesados e modernos equipamentos industriais. Enquanto passavam por esse drástico processo de ajustamento e evolução profissional, esses nativos da Amazônia revelaram extraordinária capacidade de se adaptar a radicais mudanças sociais e profissionais.²⁵⁷

De fato, ainda em meados da década de 1950, a ICOMI criou cursos profissionalizantes para algumas categorias de trabalhadores como carpinteiros, marceneiros e mecânicos. Contudo, muitos dos operadores de máquinas pesadas aprenderam a manejá-las de maneira informal enquanto eram ajudantes. Mesmo sem permissão expressa ou habilitação técnica certificada, os auxiliares aproveitavam-se dos momentos de folga do operador para aprender por meio da prática. Dessa forma, segundo um ex-operário de nome Feliciano, ele próprio foi um dos que aprendeu

lá na ICOMI mesmo, mas por curiosidade, olhando, [...] você começa de ajudante, com um operador, né, [aí] o operador vai almoçar, ele [o ajudante] fica lubrificando a máquina, aí ele fica movimentando, pois durante aquela hora que passa, o operador almoçando, ele lubrifica rápido e faz aquela operação, né, e com isso ele vai começando a operar a máquina, um abelhudo, sabe, vai mexendo.[...] Aí, se for fazer um teste daqueles que o chefe manda, ele [o ajudante] já sabe fazer alguma coisa. Eu dei sorte pra pegar a máquina, com pouco tempo eu tava lá, o operador da máquina foi demitido, aí eu fiz um teste e passei, sem ter direito ainda... quer dizer, um preparozinho. Foi mais por curiosidade mesmo. E, se eu não fosse movimentar [a máquina], eu não tinha pegado uma vaga de operador, tinham colocado outro no meu lugar.²⁵⁸

Além do orgulho em aprender seu ofício “por conta própria”, podemos notar a presença de outros elementos que atestam a afirmação de valores e relações tipicamente capitalistas e industriais

²⁵⁷ GUSMÃO, Hermelino Herbster. *Programa de saúde integrado ao complexo da infra-estrutura social: 25 anos de Amazônia: 1961-1985*. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública/USP, 1990, p. 10-11.

²⁵⁸ Entrevista com o Sr. Feliciano. In: BRITO, Daniel Chaves de. *Entrevistas com empregados e ex-empregados da ICOMI*. Dossiê com transcrições e notas. Macapá e Serra do Navio, 1991 [manuscrito].

entre uma população que até pouco tempo estava alheia a esses padrões de sociabilidade. Cada vez mais estavam presentes noções como a de ascensão material por meio do esforço individual e aperfeiçoamento profissional, a valorização do mérito particular, a aprovação ou reprovação do conhecimento adquirido por meio de avaliações e testes, a hierarquização dos diferentes tipos de conhecimentos e habilidades – implicando uma inferioridade da formação prática em relação à instrução formal, daí a oposição presente na fala do operário: “passei, sem ter direito ainda” – e a apurada percepção sobre inconstância, dinamismo e velocidade das mudanças que geravam oportunidades, mas também criavam o oportunismo e a competitividade.

Um processo de janeiro de 1962 revela que a ICOMI realmente aceitava que trabalhadores operassem máquinas de diversos tipos (tratores, caminhões, escavadeiras, etc.), sem formação técnica específica, ao menos por certo tempo. Foi o caso do motorista Manoel Américo de Souza, um paraense de 28 anos, casado, residente na Vila Amazonas, indiciado pelo atropelamento que resultou na morte de Gilsse Nazareth Pôrto Batista, uma amapaense de apenas 5 anos de idade.²⁵⁹

Questionado sobre a sua trajetória na companhia, Manoel informou na Inspetoria de Trânsito Público que havia sido admitido na mineradora em outubro de 1956 para trabalhar como tratorista nas obras do complexo industrial da ICOMI em Serra do Navio, onde permaneceu por pouco mais de um ano, e que somente em 1958 foi a Belém para fazer um curso de motorista profissional. Manoel ainda permaneceu por mais três anos em Serra do Navio, até ser transferido para a Vila Amazonas, onde estava trabalhando desde o final de 1961. Gilsse Batista não era filha de nenhum funcionário da mineradora, mas foi atropelada em frente ao Hospital da ICOMI em Porto Santana, quando estava indo buscar uma chupeta para o seu irmão menor que estava internado. Ela morreu nos braços de uma atendente do Hospital, Silvina Neri Araújo, uma paraense de 21 anos, solteira e residente na Vila Amazonas.

Em fevereiro de 1962, Manoel teve sua prisão preventiva decretada, mas o réu não foi encontrado. O processo parou até 1965, quando foi feita nova tentativa de detenção, sem sucesso. Finalmente, em fevereiro de 1966, Manoel foi capturado em Porto Platon e detido para julgamento. A testemunha Silvina Araújo foi novamente convocada a depor – à época ela havia casado, muito provavelmente com um funcionário da ICOMI, pois estava morando em Serra do Navio e foi qualificada como dona-de-casa –, mas não acrescentou nada às suas declarações. O tempo, contudo, foi favorável a Manoel de Souza, pois, ao contrário do posicionamento do juiz Jarbas Cavalcanti, que

²⁵⁹ AFTJA. Manoel Américo de Souza [réu], nº 1461, caixa 154, 1962.

tinha acusado o motorista de negligência, o novo juiz que assumira o caso, Germano Bonow Filho, considerou que não havia provas suficientes para condená-lo e o absolveu, em 9 de agosto de 1966.

Trabalhar e morar na empresa

Zenira Vieira da Silva lembra que, ao chegarem a Serra do Navio, sua mãe e seu pai receberam uma cartilha na qual constavam as regras e condições de convívio elaboradas pela ICOMI especificamente direcionadas às famílias de operários.²⁶⁰ Segundo tais normas, cabia, sobretudo à sua mãe, Sebastiana Vieira da Silva, a manutenção e limpeza da residência, além das demais funções corriqueiras atribuídas a uma dona-de-casa, de maneira que seu pai, Ambrósio Lúcio da Costa, deveria ocupar-se tão somente em cumprir suas obrigações com o trabalho e, assim, prover o sustento da família.

Alguns itens da cartilha não eram apenas “orientações”. Para a esposa, a responsabilidade pela higiene e conservação da casa, por exemplo, estava muito além da intenção em agradar o marido e proporcionar um ambiente saudável a todos, pois a ICOMI realizava inspeções, sem aviso prévio, em qualquer uma das casas das vilas primária e intermediária, a fim de verificar a maneira como a família estava vivendo. Essas visitas eram feitas periodicamente pela equipe de inspeção sanitária da empresa, mas eventualmente ocorriam sempre que a *company town* recebia autoridades políticas ou grupos de estudantes, especialmente da área de saúde, vindos de diferentes regiões do país. Em caso de uma avaliação negativa da residência, a mulher era chamada em particular e repreendida sobre as falhas encontradas. Se o problema persistisse, então, o homem seria advertido pelo seu supervisor direto sobre as possíveis medidas a serem tomadas. Finalmente, nas situações em que nenhum aviso produzisse o efeito esperado, a companhia poderia demitir o funcionário e despejá-lo com toda a sua família.

Segundo a lógica da empresa, cada um dos aspectos relacionados ao cotidiano de trabalho e lazer dos operários solteiros e das famílias operárias – que se formaram ou que passaram a viver em Serra do Navio – deveria ser conduzido de maneira a fazê-los cumprir suas rotinas de forma constante e ininterrupta, atribuindo-lhes papéis sociais e responsabilidades econômicas, tornando-os, enfim, elementos úteis e produtivos aos desígnios da mineradora.²⁶¹

²⁶⁰ Entrevista de Zenira Vieira da Silva.

²⁶¹ Segundo Foucault, “o corpo só se torna útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso”. Cf. FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: o nascimento da prisão*. 34ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2007, p. 26.

Assim, as crianças deveriam estar na escola às seis e meia da manhã, e lá permaneciam até o final da tarde. Os mineiros saíam das suas casas e se dirigiam até as esquinas onde eram apanhados por caminhões por volta das seis horas e quarenta e cinco minutos, para que pudessem iniciar os trabalhos pontualmente às sete horas, quando soava um estridente apito na área de mineração. Não havia tempo adicional de espera, nem condução reserva para os retardatários. A jornada de trabalho era dividida em turnos de oito horas cada: aqueles que iniciavam o serviço pela manhã eram deixados em casa às onze horas, para o almoço. Nesse momento, a comida já deveria estar pronta e posta sobre a mesa pela esposa, pois ao meio dia o operário retornaria para a mina, até o final do turno, às dezesseis horas, ou mais, se houvesse hora extra.

À noite, o limite estipulado para circulação de pessoas no interior de Serra do Navio era até as vinte e duas horas, havendo certa tolerância para aqueles que estavam assistindo algum filme no cinema da companhia, de acordo com o término da sessão. A partir daí, a vigilância começava as rondas para inibir aqueles que porventura tentassem ultrapassar a imposição do horário, especialmente os casais de namorados, sobre os quais existia uma atenção especial. Havia grande preocupação de que o isolamento e a monotonia incentivassem a profusão do que era considerado “prática sexual ilícita” dentro da *company town*, o que incluía toda relação fora do arquétipo da família legalmente reconhecida.

Nesse sentido, os homens solteiros eram o alvo privilegiado da vigilância noturna em Serra do Navio. Nas entradas dos seus alojamentos sempre havia alguém observando atentamente para evitar o ingresso de mulheres, conforme determinação expressa da mineradora. Sem dúvida, poderíamos encontrar aqui uma série de características analisadas por Margareth Rago em relação às vilas operárias no início do século XX, através das quais o empresariado começava a introduzir meios mais sutis de domesticação e controle do operariado, em substituição às antigas formas baseadas em repressão, ameaça e punições em geral. Entretanto, apesar de a autora afirmar que o rígido código de conduta estabelecido por meio dos complexos residenciais das empresas perseguia “o trabalhador em todos os espaços de sociabilidade, do trabalho e lazer [...] eliminando todos os intervalos que separam vida e trabalho”,²⁶² no caso do Amapá, o depoimento de um ex-mineiro nos informa como era possível aos operários solteiros, por exemplo, driblar a fiscalização sobre eles e criar um espaço próprio, *entre o trabalho e a vida*, em Serra do Navio:

²⁶² RAGO, Margareth. *Op. cit.*, p. 177.

Bom, a Companhia sempre foi muito rígida com a questão do controle né [...] em termos das pessoas solteiras é: ou ele se casava logo ou então se fosse pego com qualquer mulher na rua era demitido. [porém] muitas vezes o camarada arranjava menina daquelas umas domésticas que tinha muita [...] quase 400 domésticas na Serra do Navio [...]. Quando era de noite, elas saíam pra praça, saíam pra ir ao cinema né [...] e desse namoro o caboco (sic) conseguia dobrar e levar ela pro alojamento [...] quando não, iam pra dentro do mato, às vezes o vigia ia atrás, [ainda assim] levavam e não queriam nem saber²⁶³.

Fica claro, portanto, que ao invés do que muitos autores sugerem, o trabalhador em Serra do Navio percebia o controle a que estava submetido. Do mesmo modo, não obstante todas as formas de normatização acionadas pela ICOMI, os trabalhadores eram capazes de criar estratégias de subversão através dos próprios instrumentos de controle da sua vida social, pois, se as regras vigentes impunham que as empregadas domésticas e os operários *deveriam* tão somente ir ao cinema ou ir à praça, o tempo destinado a esse lazer institucionalizado e direcionado pela empresa, além das instalações criadas para circunscrevê-los e posicioná-los na planta da cidade-empresa, era utilizado pelos trabalhadores da maneira que mais lhes aprazia, neste caso, para encontros amorosos proibidos.²⁶⁴

A austeridade das regras aplicadas em Serra do Navio, porém, contrastava com o amplo e significativo espaço de atuação e movimentação disponível aos funcionários da ICOMI na sua outra *company town*: a Vila Amazonas. Talvez por conta da sua proximidade com Macapá e pela gradual, mas constante, ocupação espontânea que vinha ocorrendo ao redor de Porto Santana, a companhia sabia que seria praticamente impossível impedir seus funcionários de transitar livremente por ambientes muito além dos seus domínios, principalmente durante os momentos de folga e lazer dos operários. A ampliação dos espaços de sociabilidade e a inevitável “fuga” dos limites impostos pela companhia potencializavam também a ocorrência de conflitos envolvendo disputas de cunho afetivo entre os funcionários da mineradora.

Dessa forma, na madrugada do dia 17 de setembro de 1961, o motorista Benedito da Silva Leite, um amapaense natural de Mazagão, casado, 27 anos, desferiu três golpes de faca contra o mecânico Paulo José Monteiro Xavier, paraense, solteiro, 26 anos, alegando ter sido ameaçado

²⁶³ Entrevista com Sr. Deusdenho. In: BRITO, Daniel Chaves de. *Entrevistas com empregados e ex-empregados da ICOMI*. Dossiê com transcrições e notas. Macapá e Serra do Navio, 1991 [manuscrito].

²⁶⁴ A preocupação com a formação moral dos trabalhadores por meio de restrições ao comportamento sexual e o incentivo à união civil não era exatamente uma novidade e nem um privilégio de empresas que utilizavam o trabalho livre assalariado. Os mesmos objetivos também eram almejados pela mineradora Saint John d’el Rey Mining Company, que oferecia gratificações aos seus escravos para que casassem e tivessem filhos legítimos, além de criticar gestações entre escravos solteiras, motivo pelo qual a empresa as trancava toda noite em um local sugestivamente chamado “Convento”. Cf. EAKIN, Marshall C. *Op. cit.*, pp. 197-203.

fisicamente e estar defendendo sua honra de graves ofensas.²⁶⁵ Ambos eram funcionários da ICOMI e moravam no alojamento para trabalhadores solteiros na Vila Amazonas. Embora a agressão tivesse ocorrido após uma discussão entre os dois funcionários em frente ao restaurante da empresa, tudo leva a crer que a diferença entre eles começou várias horas antes, durante uma festa em um bairro chamado Olaria, não muito distante de Porto Santana.

Na mesma noite, estava ocorrendo uma festa no clube situado na área da Vila Amazonas destinada aos funcionários do *staff*, mas tendo em vista a segregação hierárquica entre os empregados da ICOMI, Benedito Leite, Paulo Xavier e outros operários preferiram se divertir em outro local que, tradicionalmente, realizava festas aos sábados e domingos, cuja entrada individual custava cinquenta cruzeiros por pessoa. Benedito e Paulo se conheciam, mas não eram amigos, nem haviam chegado juntos à festa. Na verdade, a única coisa em comum entre eles naquela noite foi uma mulher, ex-namorada de Benedito, com a qual Paulo dançou algumas músicas. Itamar Monteiro de Souza, uma jovem paraense de 18 anos que trabalhava como doméstica na Vila Amazonas, disse a Paulo enquanto dançavam que ela e Benedito estavam separados “por ter sido por ele espancada certa noite à saída do cinema” da companhia. Na delegacia, Itamar disse que viu Benedito chegar e ir embora da festa no bairro Olaria, mas não falou com ele em nenhum momento.

Duas horas após a saída de Benedito, Paulo também foi embora, acompanhado de seu amigo, Plácido Alves de Araújo, paraense, solteiro, 34 anos, soldador. No meio do caminho, Plácido encontrou-se com seu irmão, o motorista de ônibus Clodoaldo Araújo, que estava indo buscar os músicos que se apresentavam na festa do *staff* na Vila Amazonas, para levá-los de volta a Macapá. Ao saber disso, Plácido e Paulo decidiram pegar uma carona com Clodoaldo até a capital, a fim de esticar um pouco mais a diversão da madrugada. Clodoaldo concordou em levá-los e pediu que ficassem esperando por ele em um abrigo de passageiros na frente do restaurante da empresa.

Naquele momento, por volta da meia-noite, Benedito disse estar dormindo quando foi “despertado pela algazarra feita por outros rapazes ali residentes, que àquela hora regressavam da farra” e, aproveitando o ensejo, foi fazer um favor a um amigo que lhe pedira para substituí-lo no serviço de vigilância. Depois de se arrumar e sair, Benedito afirmou ter coincidentemente cruzado com Paulo e Plácido na parada de ônibus, e que ouviu Paulo dizer em voz alta: “olha esse pedaço de puto, corno velho safado, namorador de putas, cadê que eu faço isso?”. Plácido, mesmo confessando estar muito embriagado na ocasião, disse ter ouvido Paulo dizer para Benedito: “tu mesmo és leso, como deixas que tua mulher ande com outro, como passou há pouco?” Por sua vez, Paulo confessou

²⁶⁵ AFTJA. Benedito da Silva Leite [réu], nº 1447, caixa 170, 1961.

ter dito em tom provocativo: “não sei por que existem certos lesos que namoram com essas caboclas, espancam-lhes e por fim andam atrás delas”. Benedito foi tirar satisfação sobre os comentários, e da discussão entre os dois resultaram as facadas em Paulo, que foi atendido primeiro no hospital em Macapá, e depois levado a Serra do Navio, onde havia mais recursos. Paulo não morreu, mesmo assim Benedito não foi encontrado pela justiça para ser julgado. Após mais algumas tentativas de achá-lo sem nenhum resultado, o processo prescreveu e foi arquivado.

Tudo, então, poderia ser considerado apenas mais um caso de agressão motivado por ciúme, tal como costumava ocorrer já na década de 1950, entre trabalhadores da ICOMI no Amapá. No entanto, as críticas de Paulo a Benedito – ou “Sete Cabaços”, como era conhecido na empresa – parecem apontar na direção de uma mudança de mentalidade acerca daqueles que costumavam se relacionar intimamente com prostitutas. Chama a atenção, por exemplo, o próprio Benedito ter se declarado ofendido por acusações tais como a de ser “namorador de putas”. Da mesma forma, embora Paulo não tenha reafirmado suas ofensas nos mesmos termos usados por Benedito, assumiu que o criticou por andar com “essas caboclas [meretrizes?]”, às quais espanca, sem nunca deixar de procurá-las. Para os fins desta análise, porém, a confirmação de que Itamar andava ou não com outros homens em troca de dinheiro não é a questão central, e sim perceber a mudança de posição dos trabalhadores em relação ao que poderia ser considerado um relacionamento honesto, a partir da noção de virilidade e honra masculina, em detrimento daqueles que, apesar de ainda bastante comuns, começavam a passar por um processo de reprovação e marginalização social.

Na tentativa de limitar ao máximo a convivência entre as empregadas domésticas – geralmente contratadas por funcionários do *staff* – e os operários, a mineradora determinou que elas não poderiam frequentar as festas promovidas no Manganês Esporte Clube (MEC), localizado na região das vilas primária e intermediária em Serra do Navio. A única exceção era para aquelas que já gozavam da confiança de seus patrões e dos administradores da companhia, mas ainda assim, elas deveriam ser cadastradas e recebiam uma carteira que lhes permitia o acesso ao clube.

Eventualmente, o MEC e o Conjunto da Casa de Hóspedes (CCH) realizavam festas para as quais era cobrada a reserva de mesa aos funcionários. Contudo, a mineradora mantinha o direito de cancelar a reserva, caso houvesse alguma desconfiança ou denúncia de que a família do funcionário estaria acompanhada de pessoas tidas como “impróprias” ao convívio com os trabalhadores. Foi o que aconteceu ao mineiro Antônio Cláudio, quando tentou conseguir uma mesa em uma festa no CCH, por ocasião da visita da sua noiva, uma cunhada e duas amigas. Mas, quando Cláudio tentou pagar a reserva, disseram-lhe que não podiam mais fechar o negócio, pois sua mesa estava

“embroncada”. Ao questionar o motivo do embargo, os realizadores da festa disseram que haviam recebido a informação de que “as moças não eram recomendáveis para entrar”. Segundo Cláudio, tudo mudou depois que ele exigiu maiores explicações sobre o impedimento e informou que uma das mulheres sob suspeita era sua noiva, residente em Macapá.²⁶⁶

Lazer operário em uma *company town* amazônica

Ao contrário do “Icomi Esporte Clube” e do “Manganês Olímpico Clube”,²⁶⁷ primeiras associações esportivas e recreativas fundadas em Serra do Navio, o Manganês Esporte Clube era administrado basicamente por operários. Esta era uma experiência absolutamente nova na companhia, uma vez que, desde o final da década de 1940, tais associações eram administradas exclusivamente por membros do alto-escalão da empresa, incluindo um cargo honorário para o governador do território, Janary Nunes. As mudanças no nome da agremiação e a entrega dos cargos diretivos do MEC aos próprios operários podem ter sido resultado de uma avaliação negativa da mineradora acerca do modelo gerencial imposto por mais de uma década a esse tipo de associação. Certamente, a empresa pretendia obter maior adesão dos seus funcionários às atividades desportistas e de entretenimento organizados no âmbito da *company town*, buscando fortalecer os vínculos institucionais e afetivos com a sua mão-de-obra, o que não significa que os trabalhadores fossem incapazes de se apropriar desse espaço “cedido” pela mineradora e utilizá-lo para o desenvolvimento de atividades nas quais eles pudessem criar “um espaço próprio de sociabilidade”.²⁶⁸

Desse modo, uma contribuição em forma de mensalidade arrecadada entre os funcionários interessados em se tornarem sócios do MEC gerava um montante que permitia certa autonomia econômica frente à ICOMI, apesar de a empresa também investir na manutenção do clube. Raimundo Magalhães, um dos primeiros operários a compor a diretoria do MEC, na qual permaneceu por vários anos, se orgulha em dizer que a partir do dinheiro das mensalidades e dos repasses da mineradora era possível realizar festas trazendo bandas até mesmo do vizinho estado do Pará (cita como exemplo: As Musas, The Kings, Invasores) e times de futebol profissionais para jogar em Serra do Navio (Remo, Figueirense, Ceará Sporting Club, entre outros).²⁶⁹

²⁶⁶ Entrevista com o Sr. Antônio Cláudio. In: BRITO, Daniel Chaves de. *Entrevistas com empregados e ex-empregados da ICOMI*. Dossiê com transcrições e notas. Macapá e Serra do Navio, 1991 [manuscrito].

²⁶⁷ Fundado em Macapá o Manganês Olímpico Clube. *Amapá*, 3/1/1953.

²⁶⁸ GOMES, Flávio; NEGRO, Antônio Luigi. *Além das senzalas e fábricas: uma história social do trabalho*. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v.18, n.1, 2006, p. 224.

²⁶⁹ Entrevista de Raimundo Magalhães da Silva.

Os lucros auferidos com essas atividades eram reinvestidos no clube e ajudavam a ampliar a independência do MEC e das suas iniciativas diante da companhia. Dessa forma, mesmo que a ideia de criar um quadro de sócios e garantir sustentabilidade econômica ao clube possa ter surgido do interesse da ICOMI em desvencilhar-se do ônus financeiro vinculado às atividades do MEC, do ponto de vista dos operários o pagamento da mensalidade instituíra uma clara noção de direitos e autogestão que ultrapassavam os anseios da mineradora em obter uma espécie de reciprocidade mecânica do tipo “dádiva e gratidão”.

Um dos principais momentos de interatividade e lazer operário organizado pela administração do Manganês Esporte Clube era o Campeonato Serrano de Futebol. A maioria das equipes formadas para essa competição era composta por membros de um mesmo setor ou ofício, como o time dos funcionários da manutenção, os mecânicos, os operadores de máquinas, etc. Embora a intenção maior fosse a descontração e o entretenimento, tudo era arranjado de maneira muito semelhante aos campeonatos profissionais: os times deveriam possuir uniforme, comissão técnica e ficha de identificação individual dos jogadores. Os jogos eram arbitrados por juízes e bandeirinhas, e a organização do campeonato concedia medalhas aos destaques da competição. O time vencedor ostentaria o tão cobiçado troféu de campeão do Campeonato Serrano até o ano seguinte. Não havia premiações em dinheiro e nenhum jogador recebia qualquer pagamento a mais para competir. Assim, a importância do futebol, segundo um ex-operário, estava na diversão, pois, apesar dos laços de amizade e companheirismo que tornavam Serra do Navio uma verdadeira comunidade operária, sem o esforço pelo que ele definiu como “luta pelo lazer” por parte dos trabalhadores, toda a infraestrutura da *company town* – incluindo o MEC – permaneceria tão somente o que era: “uma área privada”.²⁷⁰ Tornar o espaço privado também um espaço operário era um dos desafios aos que viviam em Serra do Navio.

Além do futebol, havia outros momentos de entretenimento bastante apreciados e aguardados durante o ano em Serra do Navio. Tratava-se dos bailes temáticos e comemorativos que ocorriam segundo um calendário de datas representativas para a comunidade e a companhia, todos organizados no Manganês Esporte Clube. Eram eventos que reuniam não apenas os funcionários da mineradora, mas também amigos e familiares não residentes em Serra do Navio, os quais podiam participar das festas na condição de convidados, desde que não demonstrassem “má conduta” e o funcionário se responsabilizasse pelas atitudes e eventuais problemas causados por seus hóspedes.

²⁷⁰ Entrevista com o Sr. Sabá. In: BRITO, Daniel Chaves de. *Entrevistas com empregados e ex-empregados da ICOMI*. Dossiê com transcrições e notas. Macapá e Serra do Navio, 1991 [manuscrito].

No mês de maio ocorriam dois grandes e importantes bailes. O primeiro deles, o Baile das Flores, era uma espécie de confraternização geral da mineradora, ocasião em que era escolhida a “Rainha das Flores”, na maioria das vezes, filhas de funcionários ou professoras pré-selecionadas e que deveriam obrigatoriamente ser solteiras. O segundo baile – este carregado de valor e gestos simbólicos por parte da empresa – ocorria no dia 8 e comemorava a fundação da ICOMI, criada em 1942. Nesta data, além de um grande baile, havia a outorga de honras e benefícios aos funcionários em Serra do Navio. A professora Áurea Mello Fortes, por exemplo, lembra que ela e seus colegas da escola primária recebiam um salário extra, às vezes superior ao salário normal, conforme avaliação da direção do educandário.²⁷¹

Contudo, para os operários que viveram em Serra do Navio na primeira metade da década de 1960, uma das lembranças mais recorrentes remete não a uma festa específica, mas a um momento bastante peculiar inserido no baile em comemoração ao aniversário da ICOMI. Neste dia, a mineradora preparava uma cerimônia na qual todos os funcionários que completavam dez anos de emprego – e que, portanto, de acordo com o artigo 492, capítulo VII da Consolidação das Leis do Trabalho de 1943, adquiriam o direito à estabilidade – eram chamados à frente de todos para receber um relógio de pulso.²⁷²

Não há dúvida de que, através deste gesto de outorga, transformado em ato solene, a empresa pretendia deliberadamente colocar-se na condição de concessionária de um direito que, na verdade, estava absolutamente alheio à sua vontade. Mais do que isso, a inusitada celebração da conquista da estabilidade empregatícia por parte da mineradora, embora estivesse na contramão dos ataques empresariais a esse direito em diversas regiões do país,²⁷³ por certo representava um esforço no sentido de estabelecer uma relação mais direta – e inegavelmente cooptativa – entre a companhia e seus empregados. Desse modo, ao invés de adotar uma postura de enfrentamento e hostilidade característica de um patronato que, desde a década de 1930, questionava a ação interventora do Estado nos seus “negócios privados”,²⁷⁴ a ICOMI decidiu utilizar as determinações das leis trabalhistas – resultado direto da regulação estatal entre capital e trabalho – a seu favor.

²⁷¹ FORTES, Áurea Mello. *Serra do Navio*. Taubaté: Center Gráfica, 2001, p. 50.

²⁷² Sobre a importância e o simbolismo do relógio para as sociedades em vias de industrialização, especialmente a Inglaterra no século XVIII, ver THOMPSON, E. P. “Tempo, disciplina de trabalho e o capitalismo industrial”. In: *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 279.

²⁷³ LOPES, José Sérgio Leite. *A tecelagem dos conflitos de classe nas cidades das chaminés*. São Paulo: Unb/Marco Zero, 1988, p. 552. CORRÊA, Larissa. *Trabalhadores têxteis e metalúrgicos a caminho da Justiça do Trabalho: leis e direitos na cidade de São Paulo – 1953 a 1964*. Dissertação de Mestrado (Unicamp). Campinas, SP: 2007, pp. 203-205.

²⁷⁴ GOMES, Angela Maria de Castro. *Burguesia e trabalho*. Política e legislação trabalhista no Brasil (1917-1937). Rio de Janeiro: Campus, 1979, p. 237. Da mesma autora: *Cidadania e direitos do trabalho*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002, p. 26.

As donas-de-casa também eram homenageadas em uma cerimônia à parte, organizada pela ICOMI. Era o momento do reconhecimento público de todo o esforço e da responsabilidade atribuída a elas na manutenção e administração dos lares. Aproximadamente uma semana antes do evento, as esposas recebiam uma carta-convite avisando que haviam sido escolhidas para receber um prêmio em virtude da excelente conservação e limpeza das casas em que viviam com suas famílias. A intenção da mineradora era proporcionar uma recompensa material simbólica às esposas e donas-de-casa exemplares – geralmente utensílios domésticos como liquidificadores, batedeiras de bolo, conjuntos de panelas, etc. –, laureando-as com o “prestígio” em ter sua casa escolhida como a mais bem conservada de Serra do Navio.

O último baile do ano destinado à comunidade operária era organizado pelo Manganês Esporte Clube, em parceria com a ICOMI. Tratava-se da Festa de Santa Bárbara – padroeira dos mineiros – celebrada no início de dezembro. Convites eram enviados a todos os departamentos da mineradora no Amapá, e cada operário tinha direito a uma determinada quantidade de comida e bebida a ser consumida sem ônus. Os trabalhadores pagavam a reserva da mesa no clube e também podiam trazer convidados para participar da festividade. Muitos mineiros da “primeira geração” lembram que durante a década de 1960 o baile era antecedido por uma procissão, após a qual era celebrada uma missa e, ao término desta, o padre espargia água benta em alguns dos veículos envolvidos no trabalho da mineração.

Dessa forma, a alternância entre momentos de lazer operário – aqueles nos quais os próprios trabalhadores se organizavam de acordo com os seus interesses de entretenimento e sociabilidade – e de lazer *para* os operários, ou seja, momentos festivos e de confraternização institucionalizados pela ICOMI no intuito de obter adesão e harmonia necessárias ao bom funcionamento do seu empreendimento fronteiriço, pode ter sido a forma mais eficiente para manter o equilíbrio entre as exigências de produtividade e formação de um tipo de trabalhador específico por parte da mineradora e as contrariedades intrínsecas a uma iniciativa econômica em área isolada, com diferentes tipos de mão-de-obra, habitando um complexo habitacional autônomo, privado e rigidamente controlado.

Contudo, apesar de possuir uma infraestrutura social bastante sofisticada, aliada a significativos recursos materiais e demais vantagens – inclusive salariais – capazes de garantir aos seus empregados um padrão de vida superior ao de muitas capitais brasileiras, a ICOMI não conseguiu evitar o que ela definiu como um “especial tipo de comportamento reivindicatório”, principalmente entre seus funcionários graduados. Segundo a mineradora, por terem vindo de regiões mais

desenvolvidas, o pessoal técnico e administrativo que possuía instrução universitária possuía “tendência de superestimar seu desempenho e uma alta sensibilidade em relação a qualquer ingerência na esfera dos seus interesses pessoais e seu bem-estar”.²⁷⁵ Assim, através da tentativa da ICOMI de ironizar a atitude daqueles que não se adequavam resignadamente aos seus padrões, obtivemos um testemunho involuntário sobre aquilo que a empresa não pretendia reconhecer abertamente,²⁷⁶ isto é, o fato de que protestos por maiores salários e contra a interferência da mineradora no dia-a-dia dos seus funcionários começavam a ganhar força.

Organização sindical no Amapá (1963-1964)

Do mesmo modo que diversos aspectos da relação entre a ICOMI e seus empregados começavam a passar por um processo de desgaste e censuras internas, a década de 1960 marcou o surgimento das primeiras ofensivas vindas da opinião pública amapaense contra o projeto de exploração de manganês em Serra do Navio. O principal veículo das críticas era o jornal *Folha do Povo*, que também fazia forte oposição aos governos territorial e da capital. Em contrapartida, no jornal *A Voz Católica*, ligado à Prelazia de Macapá, publicavam-se artigos que buscavam alertar a população contra os malefícios das chamadas “ideias revolucionárias”, colocando ainda sob suspeição diversas medidas implementadas pelo governo de João Goulart.²⁷⁷

Mas, um aspecto decorrente do dinamismo populacional e econômico causado pela exportação do manganês do Amapá jamais foi notado em nenhum estudo relacionado ao período entre a criação do território e o golpe civil-militar de 1964. Trata-se do significativo número de sindicatos formados entre meados da década de 1950 e início de 1960, muitos dos quais ligados a atividades que foram diretamente impulsionadas pelas diversas frentes de trabalho da ICOMI, como o Sindicato dos Estivadores e Trabalhadores em Estivas de Minérios do Território Federal do Amapá, presidido desde a sua fundação por Raimundo Pereira Duarte. A trajetória de Raimundo demonstra a amplitude das transformações ocorridas no Amapá após a década de 1940, pois, embora nunca tenha sido empregado da ICOMI, sua vida – até onde podemos acompanhá-la – foi decisivamente influenciada pelas atividades econômicas da mineradora, desde quando foi convidado pelo representante da empresa de navegação Moore-MacCormack (responsável pelo transporte das

²⁷⁵ ICOMI. *O manganês do Amapá*. Rio de Janeiro. 1971, p.32.

²⁷⁶ Sobre o uso dos testemunhos e a tarefa do historiador em fazê-los informar “o que nunca pretenderam dizer”, ver BLOCH, Marc. *Apologia da história* ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2001, p. 78.

²⁷⁷ Como se fabrica a opinião pública esquerdista. *A Voz Católica*. 16/2/1964.

mercadorias e equipamentos destinados à ICOMI) para que arregimentasse alguns homens para a realização de serviços de estiva em Porto Santana.

Dessa maneira, no início da década de 1960, diversos sindicatos de trabalhadores ligados a atividades industriais já haviam fundado a Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Território do Amapá (FTIA) e contavam com importante apoio do governo Territorial na administração do Tenente-Coronel Terêncio Furtado de Mendonça Porto, cuja nomeação para o cargo foi o resultado de uma negociação direta entre o presidente João Goulart e o novo deputado federal eleito pela aliança entre o Partido Social Progressista (PSP) e o Partido Democrático Cristão (PDC) no Amapá em 1962 - ninguém menos que o ex-governador Janary Gentil Nunes.²⁷⁸

Contudo, ao contrário da maioria dos seus anos à frente do governo territorial, Janary Nunes e seus correligionários não dispunham de um espaço político tão amplo e tranqüilo, principalmente por causa da implacável oposição feita por representantes do PTB no Amapá e o já citado jornal *Folha do Povo*. Em relação ao movimento sindical, apesar da carência de estudos específicos sobre o tema no Amapá, uma rápida visão poderia levar a crer que grande parte dos sindicatos no território adotou uma postura que, a princípio, seria classificada como “cupulista”, levando-se em conta a aproximação das suas lideranças com o Estado e a pouca atividade grevista do período. Mas, tal como já demonstraram diversos estudos sobre a capacidade organizativa dos trabalhadores – mesmo diante de uma atitude fortemente cooptativa por parte do poder oficial –, as relações entre governos, sindicatos e classes trabalhadoras entre os anos de 1930 e 1964 são bem mais complexas do que os esquemas interpretativos que operam com a ideia central da “subordinação da classe operária ao estado” fazem parecer.²⁷⁹

Desse modo, no Amapá, assim como em outras partes do país, os trabalhadores souberam se utilizar da estreita relação com os governantes locais e nacionais em benefício próprio, ao mesmo tempo em que prestaram auxílio aos donos do poder, nas diversas vezes em que foram solicitados. Mesmo assim, nem sempre esse “pacto” funcionou, de forma que houve momentos em que o Estado precisou negociar com os trabalhadores no sentido de evitar a deflagração de greves, mesmo em empresas privadas como a ICOMI.

²⁷⁸ SANTOS, Fernando Rodrigues dos. *História do Amapá: da autonomia territorial ao fim do janarismo – 1943 a 1970*. Belém: Grafinorte Indústria e Comércio, 2006, p. 145.

²⁷⁹ Sobre a discussão acerca da tese da heteronomia da classe operária e a sua crítica, ver SILVA, Fernando Teixeira da. *A carga e a culpa. Os operários das docas de Santos: direitos e culturas de solidariedade – 1937 - 1968*. São Paulo-Santos: Hucitec/Prefeitura de Santos, 1995, pp. 184-190.

Foi o que ocorreu em junho de 1963, quando o empreiteiro Walter Pereira do Carmo foi a Brasília denunciar o governador Terêncio Porto de estar “desenvolvendo uma série de perseguições e vinganças políticas” no Amapá, em consonância com os interesses do deputado Janary Nunes, “fazendo policiamento ostensivo na capital e no interior, enquanto, por outro lado, a população amapaense está também se armando, para responder, com violência, as perseguições do governador”.²⁸⁰ Três dias depois das declarações de Walter Pereira serem publicadas em jornais de circulação nacional, o próprio governador solicitou ao comandante da Divisão de Segurança e Guarda em Macapá, o tenente Uadih Charone, que instaurasse “rigoroso inquérito policial” para apurar o caso.²⁸¹

A lista de testemunhas chamadas a depor inclui pessoas dos mais diferentes matizes sociais, políticos, econômicos e religiosos, sendo que quase todos possuíam alguma ligação direta ou indireta com Terêncio Porto e Janary Nunes. Dentre elas estavam o prefeito de Macapá, Mário Luiz Barata, o bispo da capital, Dom Aristides Piróvano, um pastor evangélico, um representante da Associação Espírita Amapaense, um Major do Exército, um advogado, um funcionário público (presidente do PSP em Macapá) e o expressivo número de seis presidentes de sindicatos de trabalhadores, além do presidente da Associação Comercial e Industrial do Amapá.²⁸²

Na Divisão de Segurança não houve nenhuma discordância entre os depoentes de que as declarações de Walter Pereira – que era filiado ao PTB – visavam unicamente “criar um ambiente de terror e desprestígio do atual governo junto à sua Excelência o senhor presidente da república e atuais ministros com fins escusos”. Entretanto, Ildomar Peres Nunes, secretário e presidente em exercício da Federação dos Trabalhadores da Indústria, reconheceu que “há poucos dias” a polícia de fato estivera de prontidão em todo o território, em virtude de uma ameaça de greve dos trabalhadores da ICOMI, a qual foi evitada por conta da intervenção do próprio Terêncio Porto junto à mineradora, em favor das reivindicações do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Extrativas do Território.²⁸³ Dois meses antes, porém, o governador havia sido condenado pelo Tribunal de

²⁸⁰ Perigo de conflito armado no Amapá. *A Gazeta*. São Paulo, 15/6/1963.

²⁸¹ AFIJA. Walter Pereira do Carmo [réu], nº 944SN, caixa 270, 1963.

²⁸² Os presidentes eram: Antônio Lameira Pontes (Sindicato das Indústrias Urbanas do Território Federal do Amapá), Eurico Alves de Souza (Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Panificação e Confeitaria do Amapá), Ildomar Peres Nunes (Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Amapá), Calixto de Moraes Acácio (Sindicato dos Marceneiros do Amapá), Antônio Alexandre Gomes (Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Construção Civil do Amapá) e Marcelino Ribeiro da Silva (Sindicato dos Mecânicos e Metalúrgicos e Materiais Elétricos do Território Federal do Amapá). O Sr. José Maria Frota, representante do segmento espírita amapaense, também era delegado do Sindicato dos Conferentes e Consertadores de Carga e Descarga nos Portos do Estado do Pará e Território Federal do Amapá.

²⁸³ Fundado pelos operários da ICOMI em agosto de 1957.

Justiça do Amapá a pagar um aumento de salário a 30 funcionários do Serviço de Navegação do Território (SERTTA), conforme mandado de segurança impetrado pelos mesmos.²⁸⁴

O governo territorial, então, resolveu apoiar a ascensão de pessoas do seu interesse aos cargos de liderança no movimento sindical amapaense, financiando viagens e concedendo “gratificações” a sindicalistas, conforme denunciou a *Folha do Povo*, no dia 15 de março de 1964.²⁸⁵ Mas, a tentativa mais ousada do poder público para conseguir controlar os sindicatos no território baseava-se na realização de dois propósitos: conquistar a presidência da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Amapá (FTIA) e instalar uma direção do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) no território. Essas informações constam em um processo movido pela Divisão de Segurança e Guarda de Macapá contra o presidente do Sindicato dos Estivadores, Raimundo Duarte, acusado de cometer “crime de atividades subversivas”.²⁸⁶

A denúncia contra Raimundo havia sido motivada pela informação de que, no início de abril, logo após o golpe civil-militar, o tesoureiro do Sindicato dos Estivadores, Lázaro de Melo Araújo, teria retirado revistas e jornais da sede da entidade supondo que os mesmos “poderiam comprometer o presidente”, conforme teria comentado com dois estivadores às proximidades da ponte da Rua Cândido Mendes, na Doca da Fortaleza. Contudo, à medida que diversos presidentes de sindicatos eram chamados a depor, a denúncia original foi sendo substituída por acusações que prestam importantes esclarecimentos sobre a articulação política local e os diversos interesses e disputas envolvendo governo, sindicatos e a FTIA, nos meses imediatamente anteriores à tomada de poder pelos militares.

Segundo as declarações dos depoentes, o sindicato presidido por Raimundo Duarte era o único não filiado à FTIA, situação que parecia incomodar profundamente muitos dos presidentes que compunham a entidade. Calixto Moraes, por exemplo, disse que Raimundo “sempre se mostrou independente, considerando-se um líder sindical, além de fazer questão de dizer que possuía independência financeira”, enquanto Eurico Alves de Souza afirmou que o estivador “sempre agia isoladamente dos demais sindicatos, não comparecendo à Federação, embora desenvolvesse intensa atividade sindical”. O afastamento de Raimundo da FTIA, porém, contrastava com a íntima relação de amizade que mantinha com o presidente da entidade, Altino Naziaseno dos Santos, o qual já havia

²⁸⁴ AFTJA. Hélio Pereira Lima e outros [impetrantes], nº 1731, caixa 259/261, 1963.

²⁸⁵ Segundo o jornal, pelo menos quatro sindicalistas receberam as tais “gratificações” através da prefeitura de Macapá: Antônio Gomes (Cr\$ 40.500,00), Eloi Oliveira (Cr\$ 40.400,00), Calixto Moraes Acácio (Cr\$ 51.000,00) e Eurico Alves de Souza (Cr\$ 34.000,00). Cf. PMM – império do afilhadismo – prefeito endossa irregularidades. *Folha do Povo*, 15/3/1964.

²⁸⁶ AFTJA. Raimundo Pereira Duarte [réu], nº 1588, caixa 279, 1964.

sido presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Extrativas do Território até 1961 e era um dos líderes do PTB no Amapá. Segundo as testemunhas, Raimundo por várias vezes prestou auxílio em dinheiro para que Altino viajasse a Brasília e ao estado da Guanabara.

Assim, o “isolamento” de Raimundo Duarte em relação à FTIA – não obstante sua estreita aproximação com o presidente da entidade –, além do notável desprezo presente nas declarações dos demais presidentes sobre o estivador, apontam para a existência de importantes diferenças e reservas entre Raimundo e os membros da Federação. Entretanto, isso não significa que o estivador se mantivesse alheio às discussões locais e nacionais, pois uma devassa promovida no Sindicato dos Estivadores, durante outro processo por atividades subversivas envolvendo vários sindicalistas, constatou que Raimundo tinha enviado um ofício em 27 de novembro de 1963 ao deputado federal João Herculano denunciando “humilhações e perseguições aos elementos do PTB local, por parte do governador do território”, e outro ofício no dia seguinte ao presidente João Goulart “em que reitera reivindicações para o Diretório Regional” do partido. Também enviou ofícios de solidariedade em 1º de abril ao presidente deposto e ao deputado Leonel Brizola. Esses documentos fizeram o promotor público de Macapá, João Telles, afirmar que Raimundo não era um elemento comunista, mas possuía “grande influência no meio sindical”.²⁸⁷

Dessa forma, a situação político-sindical no Amapá às vésperas do golpe caracterizava-se pelo controle que o PTB exercia sobre a FTIA, principal entidade de trabalhadores até então existente no território, mas essa hegemonia começava a ser ameaçada pelas investidas cada vez mais frequentes de elementos vinculados ao PSP e PDC, desde a eleição de Janary Nunes como deputado federal. Os vínculos de amizade e de correlação partidária explicam como era possível a Raimundo Duarte manter estreitas relações com o presidente da FTIA, sem jamais ter participado das reuniões da entidade. Por outro lado, tal afastamento pode ser creditado à desconfiança do estivador frente à proximidade que alguns presidentes de sindicatos começavam a estabelecer com o grupo político de Terêncio Porto. Este, por sua vez, buscava legitimar-se através das declarações favoráveis dos sindicalistas à sua administração, as quais eram registradas e remetidas ao presidente João Goulart, toda vez que Porto era atacado por adversários, conforme reconheceu Eurico Alves de Souza. Após o golpe, o próprio governador mandou prender na Fortaleza de São José de Macapá muitos dos presidentes de sindicatos que outrora ele chamara em sua defesa.

Talvez um dos motivos para essa atitude por parte do governador tenha sido o seu fracasso em obter a presidência da FTIA e de criar uma direção do CGT no Amapá, duas conquistas que ele

²⁸⁷ Ibidem.

deve ter considerado como certas. Os primeiros sinais de desgaste entre a FTIA e o grupo político de Terêncio Porto ocorreu no início de 1963, quando o governo do território teria custeado as passagens de um arquivista da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e mais dois assessores da presidência da república sob o argumento de que era preciso realizar uma devassa na FTIA, a fim de apurar irregularidades na gestão de Altino Naziaseno. Tal acusação e a firmeza com que Altino reagiu às denúncias e “desacatou os visitantes presentes” na reunião da FTIA convocada para discutir o fato, aparentemente uniu os presidentes de sindicatos contra as arbitrariedades de Terêncio Porto. A presença de Uiracy Gentil Nunes, irmão do deputado Janary Nunes, na reunião da FTIA também despertou séria desconfiança entre os presidentes. Segundo Calixto Moraes Acácio, “a essa altura o governo do território dava cobertura suficiente para que fosse cassado, ou melhor, destituído o senhor Altino Naziaseno da presidência da Federação”.

A grande oportunidade do governo territorial veio alguns meses depois quando Altino Naziaseno, por razão não explicada no processo contra Raimundo Duarte, se afastou da presidência da FTIA, assumindo suas funções o secretário Ildomar Peres Nunes. Nessa época, um ex-presidente do Sindicato dos Rodoviários chamado Raimundo Araújo Oliveira aliou-se a Uiracy Gentil Nunes, segundo declarações do próprio Raimundo, sob o pretexto de que Uiracy precisava de ajuda para realizar o “processo de desfiliação de alguns sindicatos da FTIA”.

Aos poucos, porém, conforme declarações dos sindicalistas, Raimundo Oliveira teria conseguido se aproximar de Ildomar e, aproveitando-se da inexperiência do presidente em exercício, convenceu-o a convocar uma reunião para discutir a organização da CGT no território, com base em uma documentação que Raimundo Oliveira teria trazido de Belém. A opinião de Jorge Fernandes Ribeiro, presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Panificação e Confeitaria do Amapá, sobre o ex-rodoviário representa bem o ponto de vista dos demais presidentes ligado à FTIA, pois, para ele, “Raimundo Araújo tinha por escopo assaltar a liderança sindical no território, visto manter ligações com o Comando Geral dos Trabalhadores em Belém”. Além disso, Raimundo tinha “cobertura oficial”, devido andar sempre acompanhado de Osvaldo Colares, alto funcionário da prefeitura de Macapá, e Uiracy Nunes.

Segundo Fernando Teixeira da Silva, o Comando Geral dos Trabalhadores caracterizava-se por ser uma entidade “para-estatal” que congregava trabalhadores de diversas categorias, ao contrário das Confederações e Federações que funcionavam em uma estrutura vertical e restrita aos

empregados de um mesmo ramo de atividade.²⁸⁸ Embora o CGT fosse ilegal, de acordo com as normas do sindicalismo corporativista vigente, os estudos que enfatizaram a ideia da heteronomia operária afirmam que ele teria sido um importante instrumento de aproximação entre os trabalhadores e o Estado, com especial destaque no governo de João Goulart. No Amapá, contudo, os flagrantes interesses de controle sobre o movimento sindical por parte do governo de Terêncio Porto afastaram qualquer possibilidade de os sindicatos aceitarem atuar lado a lado com uma entidade sindical paralela – e, para eles, bastante suspeita – como o CGT. Desse modo, os presidentes rejeitaram a organização de uma direção do CGT no território, sob o argumento de que “o mesmo não se adaptava ao movimento sindical local”.

A crítica amapaense ao projeto ICOMI

O ano de 1964 começou com uma série de críticas ao empreendimento manganífero de Serra do Navio. Na sua primeira edição de fevereiro, o jornal *Folha do Povo* ironizava o lançamento da revista oficial da mineradora de Augusto Antunes, a *ICOMI Notícias*, e chamava a atenção para a necessidade de uma revisão do contrato entre a empresa e o governo:

Chega-nos às mãos ICOMI Notícias. Revista rica dos pés à cabeça (não há trocadilho), do papel à redação [...]. ICOMI Notícias serve para dizer que a empresa vende manganês. Que tem vendido muito: 5,6 milhões de toneladas até fins de 1962. Em referência aos royalties, lê-se também que o total atingiu, dezembro do ano passado, algo em torno de 2 bilhões e meio de cruzeiros, entregues ao Território. A revista relata ainda suas atividades sociais, culturais, esportivas, ilustradas com fotografias de aniversários, conferências, desfiles, clubes, etc. Não encontrei alusão alguma à dívida dos bilhões sonogados, do imposto de Indústria e Profissões. Creio que devem ter esquecido, ou a empresa julga o assunto um caso liquidado.²⁸⁹

O jornal segue afirmando que é vergonhoso ver “um governo parado, anestesiado, graciosamente entorpecido, sem escutar a voz do povo, sem atender ao apelo da imprensa”. Segundo o semanário, a ICOMI estava promovendo um “rombo” na economia amapaense, eliminando as possibilidades de progresso que deveriam existir com a exploração do minério, e que os 5% de royalties pagos ao território era um valor “maltrapilho”.

Na edição do dia 23 de fevereiro, os protestos do jornal *Folha do Povo* se tornaram ainda mais contundentes. O jornal denunciou que a mineradora vinha promovendo demissões e que o governo continuava omissivo. A oposição entre as condições de vida dentro das *company towns* e no restante do

²⁸⁸ SILVA, Fernando Teixeira da. *Op. cit.*, p. 186.

²⁸⁹ FILHO, Isnard Brandão. *O Assunto é ICOMI*. *Folha do Povo*, 9/2/1964.

território também foi enfatizada, alertando para o fato de que “fora das fronteiras da ICOMI, campeia a miséria social”.²⁹⁰ Dessa forma, reiterava-se que a única maneira de distribuir a riqueza gerada pelo manganês era revisando o contrato de exploração, além de elevar o Amapá à condição de estado da federação imediatamente, pois, assim, o povo amapaense ficaria livre de todo o “afilhadismo político”, desfrutando dos benefícios de uma democracia legítima.

Em meados de março, o lançamento da segunda edição da *ICOMI Notícias* voltou a ser objeto de atenção da *Folha do Povo*. Ostentando “slogans de mentira flagrante”, nas palavras do semanário, a revista estampava fotos e comentários sobre a doação de um aparelho de raio-x e duzentos lençóis para o Hospital Geral de Macapá. Para o jornal, entretanto, tamanho “exibicionismo” advinha de uma espécie de “complexo de culpa” entre os gestores da mineradora, por saberem das imensas vantagens que obtiveram através de um “contrato escandaloso que deu ao Amapá a migalha dos cinco por cento”. O correto a fazer pelo território, portanto, seria a “revisão do contrato. Não clareiras de civilização icomianas. Não esmolos à sua gente.”²⁹¹

A resposta às críticas do jornal *Folha do Povo* foi publicada no dia 23 de março no *Jornal do Dia*, editado na capital paraense, no qual constava em primeira página: “Decreto em Belém: Encampação da ICOMI”.²⁹² Segundo a matéria, após a criação da Superintendência da Reforma Agrária (SUPRA) e da encampação das refinarias de petróleo particulares, o ministro da justiça de Jango, Abelardo Jurema, estava preparando as minutas dos decretos de encampação do Banco de Crédito da Amazônia e da empresa de Augusto Antunes, os quais seriam assinados pelo presidente em um comício que se realizaria na primeira quinzena de abril em Belém. O jornal concluía que este seria o “término da exploração que a ICOMI exerce no Amapá, há mais de dez anos, extraíndo de uma das maiores minas de manganês existente no Brasil, a matéria-prima do aço que sustém a indústria norte-americana”.

Assim, o semanário amapaense também noticiou a intenção do presidente em matéria de capa, sob o título: “ICOMI será encampada: vitoriosa a campanha deste jornal”.²⁹³ Dessa maneira, a *Folha do Povo* dizia-se recompensada pela ressonância das suas críticas e que a assinatura do decreto marcaria a libertação econômica e social do país. Considerando o assunto ICOMI uma “etapa vencida”, o jornal afirmava que iria se concentrar a partir daquele momento em continuar

²⁹⁰ Idem. *Folha do povo*, 23/2/1964.

²⁹¹ Idem. *Folha do Povo*, 15/3/1964.

²⁹² *Jornal do Dia*, 23/3/1964.

²⁹³ *Folha do Povo*, 29/3/1964.

denunciando as péssimas condições de vida e trabalho na porção sul do território, nas terras da região do rio Jari, administradas por empresários portugueses.²⁹⁴

Dois dias depois, porém, a situação política no país mudou drasticamente. Dezenove anos após o golpe civil-militar de 31 de março, a ICOMI lembrou a posse do General Humberto de Alencar Castelo Branco como “um momento histórico que se desdobraria em muitos outros, [e que] reconduziu a nação aos seus melhores caminhos”. Para a empresa, em especial, “significou o alijamento definitivo da grande ameaça que sofrera”.²⁹⁵

Embora seja inegável que a ICOMI começava a enfrentar o crescimento de reivindicações coletivas e organizadas por parte dos seus trabalhadores no início da década de 1960, o apoio recebido pelo governo militar sem dúvida desequilibrou a disputa em favor da mineradora, por vários anos. Muitos ex-funcionários recordam que esse foi um momento em que muitas lideranças foram perseguidas e outros “a onça comeu”, expressão utilizada entre os mineiros para se referir aos empregados demitidos. Nas décadas seguintes, porém, a empresa voltaria a ser sacudida por greves que colocariam em xeque o seu projeto de formação de um trabalhador amazônida ideal,²⁹⁶ assim como a sociedade amapaense voltaria a exigir o cumprimento das promessas de desenvolvimento baseado na exploração do manganês de Serra do Navio. De uma forma ou de outra, a relação entre a ICOMI, seus trabalhadores e a sociedade amapaense permaneceriam indissociáveis ainda por muitos anos, tal como vinha ocorrendo desde a década de 1940.

²⁹⁴ LINS, Cristóvão. *Jari: setenta anos de história*. Rio de Janeiro: Dataforma, 1991, pp. 83-114.

²⁹⁵ ICOMI. *História do aproveitamento das jazidas de manganês da Serra do Navio* [Rio de Janeiro], dezembro de 1983. 2 v. [datilografado], p. 213.

²⁹⁶ “Eu me lembro que em 1974, mais ou menos, houve um levante pela greve aqui na ICOMI [...] houve uma assembléia e o pessoal se mobilizou para fazer uma greve”. Cf. Entrevista com Sr. Deusdenho. In: BRITO, Daniel Chaves de. *Entrevistas com empregados e ex-empregados da ICOMI*. *Op. cit.* “Ninguém acreditava que os funcionários da ICOMI parassem para fazer greve para reivindicar melhores salários, e em março deste ano [1989], dia 13 de março, nós fizemos uma paralisação que durou 6 dias, e nós conquistamos com essa paralisação 10% de aumento real, em pleno ‘Brasil Novo’, quando o governo tava tomando posse, a gente tava paralisando para reivindicar salário. Em Serra do Navio, nas minas, realmente a paralisação foi 100 %”. Cf. Entrevista com Sr. José Maria. In: BRITO, Daniel Chaves de. *Entrevistas com empregados e ex-empregados da ICOMI*. *Op. cit.*

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na medida em que se configurou como uma resultante dos interesses do setor público e do capital nacional e internacional, a exploração das minas de manganês do Amapá na década de 1940 demonstra claramente que a política dos “grandes projetos” de mineração já era concebida oficialmente como um instrumento legítimo de desenvolvimento para a região norte do país, muito antes da ascensão ao poder dos governos militares na década de 1960. Da mesma forma, as crescentes denúncias ao empreendimento da ICOMI vindas da própria sociedade amapaense já apontavam os limites dessa proposta econômica, tida como superficial e pouco redistributiva.

Desde a instalação até o encerramento das atividades da ICOMI em Serra do Navio, no ano de 1997, ocorreram muitos debates sobre os benefícios e danos causados pela empresa ao Amapá. Mais recentemente, a ênfase das críticas recaiu sobre os prejuízos ambientais causados pelas décadas de extração do manganês, sendo que, em 1999, uma Comissão Parlamentar de Inquérito, instalada na Assembléia Legislativa do Amapá, constatou que a ICOMI seria responsável pelos elevados níveis de contaminação por arsênio e bário nos “mananciais superficiais que abastecem o sistema público de água da capital e do município de Santana”,²⁹⁷ como resultado do seu processo de mineração industrial.

Ao longo dos anos, portanto, existiram muitas expectativas e frustrações em torno do potencial econômico do manganês amapaense e toda a infraestrutura montada pela mineradora. Arquitetos e *designers* estudam até hoje os projetos arquitetônicos das *company towns* da ICOMI como uma importante expressão do estilo modernista de meados do século XX, ressaltando a capacidade que Oswaldo Bratke teve em desenhar duas cidades perfeitamente integradas ao ambiente e clima amazônico, enfrentando todos os desafios impostos pelo caráter fronteiriço do empreendimento. Jornais, relatórios governamentais e demais observadores das décadas de 1940 e 1950 exaltavam as promessas de civilização e desenvolvimento que adviriam a partir da exploração dos depósitos manganíferos. Para estes, não havia nenhuma dúvida de que o Amapá seria o “elemento de primeira grandeza no processo de enriquecimento material e espiritual da Amazônia”.²⁹⁸

²⁹⁷MONTEIRO, Clélio Roberto. “Recomendações de ordem técnica da comissão parlamentar de inquérito que apura o processo de desmonte da ICOMI”. In: Assembléia Legislativa do Estado do Amapá. *Relatório final da CPI da ICOMI*. Macapá: ALEA, 1999, p.4.

²⁹⁸TOCANTINS, Leandro. *Amazônia: fundamentos de paisagem e história* – palestra pronunciada em Serra do Navio, Território do Amapá, em janeiro de 1964. Rio de Janeiro: SPVEA. 1965, p. 5.

Mas os anos 1960 viram surgir uma opinião pública amapaense cada vez mais insatisfeita com as relações entre mineradora, Estado e sociedade. Para muitos, a empresa lucrava demais com um recurso natural esgotável, o que exigiria maior participação do território sobre os lucros obtidos com a sua venda, antes que o manganês acabasse. Desse modo, a luta pela revisão do contrato de exploração durante algum tempo uniu-se ao desejo de elevação do território à condição de Estado. Mas, a queda do presidente João Goulart liquidou as últimas esperanças de desenvolvimento ancoradas em um aproveitamento “eficiente e justo” do manganês, tal como haviam sido embaladas por duas décadas.

Mesmo assim, para vários operários aposentados que passaram vinte ou trinta anos em Serra do Navio, é impossível falar da experiência de morar e trabalhar em uma cidade isolada no meio da selva amazônica sem um elevado grau de empatia com o local onde a maioria viveu, casou e teve filhos. A história desse gigantesco empreendimento minerador se confunde com as suas próprias trajetórias de vida e, por isso, ao falarem sobre as dificuldades e os desafios inerentes à sua condição *sui generis* de caboclo-mineiros, a maioria prefere enfatizar a capacidade que cada um teve para superar todas as privações, controle e demais exigências, buscando contrabalançá-las com os momentos de lazer ao lado dos companheiros de trabalho e da família.

Da mesma forma, muitos se orgulham em terem se erguido na década de 1980 contra o que julgaram ser intolerável, por exemplo, quando a ICOMI começou a realizar cortes em “benefícios” que a maior parte dos operários já considerava ser um “direito” irretocável. Entretanto, também é verdade que muitos foram – e continuaram sendo – declaradamente contrários ao enfrentamento com a mineradora, fosse por temerem represálias, ou porque realmente acreditavam que a mineradora era a “melhor e mais justa empresa privada do Amapá”.

Desse modo, a busca pelas origens do empreendimento também ajuda a esclarecer as angústias e decepções que a sociedade amapaense atual sente em relação ao projeto ICOMI e, quem sabe, possa contribuir para que outras propostas de análise – e de desenvolvimento social – possam surgir.

FONTES

- **Periódicos**

Amapá. Edições de 1945 a 1956.

A Gazeta. São Paulo, 15/6/1963.

A Voz Católica. 16/2/1964.

Folha do Povo. Edições: 9 e 23 de fevereiro e 15, 23 e 29 de março de 1964.

ICOMI Notícias. Edições da década de 1960.

- **Leis e decretos**

Decreto-Lei nº 9.683 de 30 de agosto de 1946.

Decreto 9.858 de 13 de setembro de 1946.

Decreto 24.156 de 4 de dezembro de 1947.

Decreto 28.162 de 31 de maio de 1950.

Decreto nº. 0007 de 1º de maio de 1992

Consolidação das Leis do Trabalho – CLT

- **Arquivo do Fórum do Tribunal de Justiça do Amapá** (em ordem de data crescente)

Manoel Soares Silva [réu], nº 564, caixa 221, 1951.

William Octave [réu], nº 565, caixa 170, 1951.

Kenneth Paul Davis [réu], nº 317, caixa 133/4, 1952.

Manoel Soares Silva e Francisca Rodrigues [réus], nº 717, caixa 221, 1952.

Antônio Ferreira dos Santos [réu], nº 636, caixa 235, 1952.

Sindicância para apurar acidente casual com arma de fogo, nº 1258, caixa 243, 1953.

Raimundo Cortes Barbosa [réu], nº 826, caixa 281, 1953.

José Lourival de Souza Monteiro [réu], nº 728, caixa 249, 1953.

Reclamação trabalhista de José Quintela do Carmo contra Indústria e Comércio de Mineração S.A. Processo nº 590, caixa 137/8, 1954.

Reclamação trabalhista de Joel Oliveira contra Indústria e Comércio de Mineração S.A. Processo nº 520, caixa 137/8, 1954.

Hans Joachim Aumann [réu], nº 985, caixa 314, 1954.

José dos Santos Pereira [réu], nº 1021, caixa 267, 1955.

José Octávio da Frota e Luiz Serrano [réus], nº 1055, caixa 267, 1955.

Sindicância policial para apurar o acidente que veio a causar a morte do operário Júlio Ferreira Pinto, nº1360SN, caixa 261, 1955.

Sindicância acerca do acidente ocorrido em Porto de Santana, do qual resultou a morte do trabalhador braçal da empresa Moore-MacCormack (Navegação), Francisco Pereira do Nascimento, nº1102, caixa 283, 1955.

João da Mata Furtado de Araújo [réu], nº 1079, caixa 261, 1955.

João dos Santos Nascimento [réu], nº 1082, caixa 283, 1955.

Raimundo Deoclécio Pinheiro [réu], nº 1034, caixa 283, 1955.

Inácio Silva Reis [réu], nº 1105, caixa 283, 1955.

Sindicância em torno do desastre ocorrido na torre telegráfica da localidade de Terezinha, nº 1361SN, caixa 261, 1955.

Inquérito policial referente à morte por acidente de trabalho de João Pereira dos Santos, nº 1018SN, caixa 267, 1955.

Inquérito policial acerca da morte por acidente de Orivaldo Coelho da Silva, nº 1220SN, caixa 238, 1956.

Sindicância em torno de um desastre na estrada de ferro, nº 1196SN, caixa 209, 1956.

Manoel Epifânio de Souza [réu], nº 1159, caixa 209, 1956.

Luiz Alves Rodrigues [réu], s/n, caixa 209, 1957.

Pedro Lima e José Ribeiro da Rocha [réus], nº 1260, caixa 210, 1957.

Manoel Pinheiro de Jesus, Osmar Alves Barbosa e Carlos Roberto Fonseca [réus], nº 1271, caixa 311, 1958.

Oswaldo Soares da Silva [réu], nº 1256SN, caixa 295, 1958.

Homologação de acordo para pagamento de acidente de trabalho, nº 1375, caixa 262/3, 1960.

Homologação de acordo para pagamento de acidente de trabalho, nº 1381, caixa 262/3, 1960.

Homologação de acordo para pagamento de acidente de trabalho, nº 1374, caixa 262/3, 1960.

Homologação de acordo para pagamento de acidente de trabalho, nº 1376, caixa 262/3, 1960.

Homologação de acordo para pagamento de acidente de trabalho, nº 1382, caixa 262/3, 1960.

Homologação de acordo para pagamento de acidente de trabalho, nº 1317, caixa 262/3, 1960.

Homologação de acordo para pagamento de acidente de trabalho, nº 1383, caixa 262/3, 1960.

Homologação de acordo para pagamento de acidente de trabalho, nº 1311, caixa 262/3, 1960.

Homologação de acordo para pagamento de acidente de trabalho, nº 1372, caixa 262/3, 1960.

Homologação de acordo para pagamento de acidente de trabalho, nº 1373, caixa 262/3, 1960.

Benedito da Silva Leite [réu], nº 1447, caixa 170, 1961.

Homologação de acordo para pagamento de acidente de trabalho, nº 1513, caixa 267/9, 1962.

Homologação de acordo para pagamento de acidente de trabalho, nº 1693, caixa 267/9, 1962.

Manoel Américo de Souza [réu], nº 1461, caixa 154, 1962.

Homologação de acordo para pagamento de acidente de trabalho, nº 1733, caixa 257/8, 1963.

Homologação de acordo para pagamento de acidente de trabalho, nº 1739, caixa 257/8, 1963.

Walter Pereira do Carmo [réu], nº 944SN, caixa 270, 1963.

Hélio Pereira Lima e outros [impetrantes], nº 1731, caixa 259/261, 1963.

Raimundo Pereira Duarte [réu], nº 1588, caixa 279, 1964.

- **Entrevistas**

Claudete Santana Silva dos Santos

Maria Benjamin Gomes

Raimundo Magalhães da Silva

Zenira Vieira da Silva

BRITO, Daniel Chaves de. *Entrevistas com empregados e ex-empregados da ICOMI*. Dossiê com transcrições e notas. Macapá e Serra do Navio, 1991 [manuscrito].

- **Memória**

FORTES, Áurea Mello. *Serra do Navio*. Taubaté: Center Gráfica, 2001.

- **Arquivo do Tribunal da Justiça do Trabalho da Oitava Região, Belém (PA).**

Processo de reclamação trabalhista, filme 26, fotograma 765 a 780.

Reclamação trabalhista de Raimundo Nonato Souza Diniz contra Indústria e Comércio de Mineração S.A. Processo nº 848 de 29.07.1959.

- **Bibliotecas**

Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp

Biblioteca do Instituto de Geociências da Unicamp

Biblioteca central da Universidade Federal do Pará

Biblioteca central da Universidade Federal do Amapá

Biblioteca da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP

BIBLIOGRAFIA

ALVIM, Rosilene; LOPES, José Sérgio Leite. Famílias operárias, famílias de operárias. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n.14, ano 5, out. de 1990.

Assembléia Legislativa do Estado do Amapá. *Relatório final da CPI da ICOMI*. Macapá: ALEA, 1999.

BASTOS, A. de Miranda. *Uma excursão ao Amapá*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947.

BATALHA, C. H. M.; SILVA, F. T. da; FORTES, A. (orgs). *Culturas de Classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2004.

BATALHA, Cláudio H. M. “Historiografia da classe operária no Brasil: trajetórias e tendências”. In: FREITAS, Marcos Cesar de (org.). *Historiografia brasileira e perspectiva*. São Paulo. Contexto/USF, 1998.

BATALHA, Cláudio H. M.. “Thompson diante de Marx”. In: BOITO JR., Armando; TOLEDO, Caio Navarro de; RANIERI, Jesus; TRÓPIA, Patrícia Vieira (orgs.). *A obra teórica de Marx: atualidades, problemas e interpretações*. São Paulo: Xamã, 2000.

BATALHA, Cláudio H. M.. *Desafios atuais da história do Trabalho*. Anos 90, Porto Alegre, v. 13, n. 23/24, p.87-104, jan./dez. 2006.

BECKER, Berta K. *Amazônia*. 3ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1994.

BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. *O governo Kubitscheck: desenvolvimento econômico e estabilidade política (1956-1961)*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1976.

BENEVIDES, Maria Victória. “O governo Kubitscheck: a esperança como fator de desenvolvimento”. In: GOMES, Angela de Castro (org.). *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas/CPDOC, 1991.

BENEVIDES, Marijeso de Alencar. *Os novos territórios federais*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.

Bethelehem Steel Company. *The Serra do Navio Manganese Deposits: a final report on exploration through october 1951*. [datilografado], 1951.

BEZERRA, Amiraldo. *A margem esquerda do Amazonas*. Macapá. Fortaleza: Premius, 2008.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1995.

BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2001.

BOLETIM GEOGRÁFICO. *Território Federal do Amapá: instalado o governo dessa nova unidade política*. Rio de Janeiro: IBGE, Ano I, n. 11, fev. 1944.

BOLETIM GEOGRÁFICO. *Viagem de inspeção à zona sudoeste do Território*. Rio de Janeiro: IBGE, Ano II, n. 17, ago. 1944.

BOLETIM GEOGRÁFICO. *Desbravamento do Rio Jari*. Rio de Janeiro: IBGE, Ano II, n. 23, fev. 1945.

BOLETIM GEOGRÁFICO. *Declarações do Sr. Artur de Miranda Bastos sobre as jazidas de ferro do Território*. Rio de Janeiro: IBGE, Ano II, n. 24, mar. 1945.

BONFIM, Sócrates. *Reflexões em torno da valorização da Amazônia*. Mimeo. 1951.

BOURDIEU, Pierre. *O campo econômico: a dimensão simbólica da dominação*. Campinas: Papirus, 2000.

BRITO, Daniel Chaves de. *Extração mineral na Amazônia: A experiência da exploração de manganês em Serra do Navio no Amapá*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Pará. Belém, Julho de 1994.

BRITO, Daniel Chaves de. *A modernização da superfície: estado e desenvolvimento na Amazônia*. Belém: UFPA/NAEA, 2001.

BRITO, Edson Machado de. *Do sentido aos significados do presídio de Clevelândia do Norte: repressão, resistência e a disputa política no debate da imprensa*. Dissertação de mestrado em história. PUC/SP. 2008.

BUDER, Stanley. *Pullman: an experiment in industrial order and community planning, 1880-1930*. New York: Oxford University Press, 1967.

BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

CAMARGO, Mônica Junqueira de. *Princípios de arquitetura moderna na obra de Oswaldo Arthur Bratke*. Tese de Doutorado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, Setembro de 2000.

CAMARGO, Mônica Junqueira de. *Vila Amazonas e Vila Serra do Navio: por que tombar?* 2º Seminário DOCOMO N-NE. Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

CAMBRAIA, Paulo Marcelo da Costa. *Na ilharga da fortaleza, logo ali na beira, lá tem o regatão: os significados dos regatões na vida do Amapá (1945-1970)*. Belém: Açáí, 2008.

CAMBRAIA, Paulo Marcelo da Costa. “Os governos territoriais do Amapá e a substituição dos rios por estradas: hidrografia, cultura e progresso”. In: OLIVEIRA, Augusto, et al. *Amazônia, Amapá, escritos de História*. Belém: Paka-Tatu, 2009.

CARDOSO, Francinete do Socorro Santos. *Entre conflitos, negociações e representações: o contestado franco-brasileiro na última década do século XIX*. Belém: Associação de Universidades Amazônicas/Universidade Federal do Pará/Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 2008.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. *Ideologia e desenvolvimento: Brasil JK–JQ*. São Paulo: Paz e Terra, 1977.

CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da Honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)* Campinas-SP: Editora da Unicamp/ CECULT, 2000.

CHAKRABARTY, Dipesh. *Provincializing Europe: postcolonial thought and historical difference*. Princeton and Oxford: Princeton University Press, 2007.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. 2ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

CHALHOUB, Sidney; SILVA, Fernando Teixeira da. *Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia desde os anos 1980*. Cadernos AEL, vol.14, n.26, 2009.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL, 1987.

CHAUÍ, Marilena. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. 11ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

CHAUÍ, Marilena. “Apontamentos para uma crítica da Ação Integralista Brasileira”. In: CHAUÍ, M de S.; FRANCO, M. S. C. *Ideologia e mobilização popular*. São Paulo: CEDEC; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

CHAVES, Marcelo Antônio. *Da periferia ao centro da(o) capital: perfil dos trabalhadores do primeiro complexo cimenteiro do Brasil. São Paulo, 1925-1945*. Dissertação de mestrado, IFCH – Unicamp, Campinas, 2005.

COELHO, Mauro Cezar. *De caboclo a brasileiro: Estado e nacionalidade no Território Federal do Amapá*. Saeculum, João Pessoa, v. 10. 2004.

COELHO, Mauro Cesar. Às margens da nacionalidade na fronteira da nação (a reconstrução da nacionalidade no Território Federal do Amapá). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 161 (408), 273-295, jul/set, 2000.

CORREIA, Larissa. *Trabalhadores têxteis e metalúrgicos a caminho da Justiça do Trabalho: leis e direitos na cidade de São Paulo – 1953 a 1964*. Dissertação de Mestrado (Unicamp). Campinas, SP: 2007.

CRAWFORD, Margaret. *The “New” Company Town: Perspecta*, vol. 30, Settlement Patterns, 1999.

CREW, David. “Class and community. Local research on working-class history in four countries”. In: TENFELDE, Kaus (ed.). *Arbeiter und arbeitervbewegung in vergleich. Historisele Zeitschrift*. Vol. 15, 1986.

CRULS, Gastão. *A Amazônia que eu vi. Óbidos – Tumucumaque*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1945.

CUNHA, Álvaro da. *Quem explorou quem no contrato de manganês do Amapá*. Macapá: RUMO, 1962.

CUNHA JR. Alarico José da; GENSCHOW, Fernando A. *Amapá: um estudo para colonização*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Imigração e Colonização, 1958.

D’ARAÚJO, Maria Celina. Amazônia e desenvolvimento à luz das políticas governamentais: a experiência dos anos 50. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo: N. 19, ano 7, jun. de 1992.

DAVIS, Natalie Zemon. *Histórias de perdão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. *A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo (1920-1934)*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1987.

DRUMMOND, José Augusto; PEREIRA, Mariângela de Araújo Povoas. *O Amapá nos tempos do Manganês: um estudo sobre o desenvolvimento de um estado amazônico 1943-2000*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

DRUMMOND. José Augusto. Investimentos privados, bens públicos e qualidade de vida numa frente de mineração tropical: o caso da mina de manganês de Serra do Navio (Amapá). *História, Ciências e Saúde – Manguinhos*, V (3), Julho – Outubro 1998.

EAKIN, Marshall. *British enterprise in Brazil: The St. John d’el Rey Mining Company and the Morro Velho gold mine, 1830-1960*. Durham and London: Duke University Press, 1989.

FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FERREIRA, Jorge. *Trabalhadores do Brasil: o imaginário popular*: Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1997.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (org.). *Usos e abusos da História oral*: Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1996.

FILHO, Walter Fraga. *Migrações, itinerários e esperanças de mobilidade social no recôncavo baiano após a abolição*. Cadernos AEL, vol.14, n.26, 2009.

FONTES, Paulo. *Trabalhadores e cidadãos: Nitro Química: a fábrica e as lutas operárias nos anos 50*. São Paulo: Annablume, 1997.

FONTES, Paulo. *Comunidade operária, migração nordestina e lutas sociais: São Miguel Paulista (1946-1966)*. Tese de Doutorado. IFCH, Unicamp, Campinas, 2002.

FONTES, Edilza. *O pão nosso de cada dia: trabalhadores, indústria da panificação e a legislação trabalhista em Belém (1940-1954)*. Belém: Paka-Tatu, 2002.

FORTES, Alexandre, et. al. *Na luta por direitos: estudos recentes em história social do trabalho*. Campinas-SP. Editora da Unicamp, 1999.

FORTES, Alexandre. *Nós do quarto distrito: a classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas*. Caxias do Sul: Educus; Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: o nascimento da prisão*. 34ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

FOUCAULT, Michel. “A vida dos homens infames”. In: *O que é um autor?* Lisboa, Vega, 1992.

GAMA, Alfredo. *Um rio a serviço de dois povos*. Belém, 1947.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

SOUZA, Henrique Capper Alves de. “Aspectos atuais do comércio internacional do manganês”. In: *Minérios de manganês: situação no Brasil e no mundo*. Separata do número 28 do Boletim Geologia e Metalurgia. São Paulo: Escola Politécnica da USP, 1961.

GINZBURG, Carlo. *Relações de força: história, retórica, prova*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros: verdadeiro falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. São Paulo: Vértice, 1988.

GOMES, Angela de Castro. Questão social e historiografia no Brasil do pós-1980: notas para um debate. *Estudos Históricos*, nº 34, julho-dezembro, 2004.

GOMES, Angela de Castro. *Burguesia e trabalho*. Política e legislação trabalhista no Brasil (1917-1937). Rio de Janeiro: Campus, 1979.

GOMES, Angela de Castro. *Cidadania e direitos do trabalho*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GOMES, Angela de Castro (org.). *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas/CPDOC, 1991.

GOMES, Flávio dos Santos. “Fronteiras e mocambos: o protesto negro na guiana brasileira”. In: Idem (org.). *Nas Terras do Cabo Norte: Fronteiras, colonização e escravidão na guiana brasileira*. Belém: Editora Universitária/UFPA, 1999.

GOMES, Flávio dos Santos; NEGRO, Antônio Luigi. *Além das senzalas e fábricas: uma história social do trabalho*. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v.18, n.1, 2006.

GUERRA, Antônio Teixeira. *Estudo Geográfico do Território do Amapá*. Rio de Janeiro: IBGE, 1954.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *Cidades da mineração: memórias e práticas culturais: Mato Grosso na primeira metade do século XX*. Cuiabá: EdUFMT, 2006.

GUSMÃO, Hermelino Herbster. *Programa de saúde integrado ao complexo da infra-estrutura social: 25 anos de Amazônia: 1961-1985*. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública/USP, 1990.

GUTMAN, Herbert. *Power and culture. Essays on the American working class*. Nova York, New Press, 1987.

HALL, Michael. “História oral: os riscos da inocência”. In: Departamento do Patrimônio Histórico de São Paulo. *O direito à memória. Patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo, DPH- Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo, 1998.

HALL, Michael. “Prefácio”. In: FORTES, Alexandre, et. al. *Na luta por direitos: estudos recentes em história social do trabalho*. Campinas-SP. Editora da Unicamp, 1999.

HALL, Michael; PINHEIRO, Paulo Sérgio. *A classe operária no Brasil*. São Paulo Alfa - Omega, v1. 1981.

HARDMAN, Francisco Foot. *Nem pátria, nem patrão: vida operária e cultura anarquista no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

HARDMAN, Francisco Foot. *Trem fantasma: a ferrovia Madeira-Mamoré e a modernidade na Selva*. 2ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

HARDMAN, Francisco Foot; LEONARDI, Victor. *História da Indústria e do trabalho no Brasil: das origens aos anos vinte*. São Paulo: Global, 1982.

HAUPT, Georges. “Por que a História do movimento operário?” In: *Revista Brasileira de História*. Rio de Janeiro: Marco Zero, nº10, 1985.

- HOBBSAWM, Eric. *Os trabalhadores: estudos sobre a história do operariado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- HOBBSAWM, Eric. *Mundos do Trabalho*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- HOBBSAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- HURLEY, Henrique Jorge. Visões do Oyapoc. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia*. Salvador, volume 56, 1930.
- IBGE. Tipos e aspectos do Brasil: seringueiros. *Revista Brasileira de Geografia*, Abril-Junho de 1942.
- IBGE. Tipos e aspectos do Brasil: castanhais. *Revista Brasileira de Geografia*, Julho-setembro de 1943.
- ICOMI. *História do aproveitamento das jazidas de manganês da Serra do Navio* [Rio de Janeiro], dezembro de 1983. 2 v. [datilografado].
- ICOMI. *O manganês do Amapá*. Rio de Janeiro. 1965.
- ICOMI. *O manganês do Amapá*. Rio de Janeiro. 1971.
- ICOMI. *O manganês do Amapá*. Rio de Janeiro. 1973.
- ICOMI. *Sistema de abastecimento de água de Serra do Navio*: Serra do Navio, s/d [mimeografado].
- ICOMI – Divisão de saúde. *Relatório anual*. Território Federal do Amapá, 1976.
- ICOMI – Divisão de Saúde. *Boletim de captura de insetos*. Serra do Navio, s/d. [mimeografado].
- ICOMI – Divisão de Saúde. *Estação de tratamento de esgotos de Serra do Navio*: instruções de operação: Serra do Navio, s/d. [mimeografado].
- JACCARD, Pierre. *História social do trabalho: da origem até aos dias atuais*. Lisboa: Livros Horizonte, 1960.
- JAMES, Daniel. “O que há de novo, o que há de velho? Os parâmetros emergentes da história do trabalho latino-americana”. In: ARAÚJO, Angela M.C. *Trabalho, cultura e cidadania*. São Paulo: Scritta, 1997.
- JAMES, Daniel. “Contos narrados nas fronteiras: a história de *doña* Maria, história oral e questões de gênero”. In: BATALHA, C. H. M.; SILVA, F. T. da; FORTES, A. (orgs). *Culturas de Classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2004.
- KLUBOCK, Thomas Miller. *Contested communities: class, gender, and politics in Chile’s El Teniente copper mine, 1904-1951*. Durham and London: Duke University Press, 1998.
- KLUBOCK, Thomas Miller. “Morality and good habits: the construction of gender and class in Chilean copper miner, 1904-1951”. In: FRENCH, John D. and JAMES, Daniel. *The gendered worlds of*

Latin American women workers: from household and factory to the union hall and ballot box. Durham and London: Duke University Press, 1997.

LACERDA, Carlos. O manganês do Amapá visto pelo jornalista Carlos Lacerda. *Engenharia, Mineração e Metalurgia*. Vol. XXII, 128. Agosto de 1955.

LACOMBE, Francisco José Masset et al. *Mineração no Brasil: Augusto Antunes, o homem que realizava*. Rio de Janeiro: Léo Christiano Editorial, 2006.

LARA, Silvia Hunold; MENDONÇA, Joseli Maria Nunes (orgs.). *Direitos e Justiça no Brasil*. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2006.

LEAL, Aluizio Nunes. *Amazônia: aspecto político da questão mineral*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Pará. Belém, 1988.

LEAL, Maura. *A (onto)gênese da nação nas margens do território nacional: o projeto janarista territorial para o Amapá (1944-1956)*. Dissertação de mestrado em história. PUC/SP. 2007.

LEAL, Maura. “A mística do Amapá: a invenção do cidadão amapaense-brasileiro”. In: OLIVEIRA, Augusto, et al. *Amazônia, Amapá, escritos de História*. Belém: Paka-Tatu, 2009.

LENHARO, Alcir. *Colonização e trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1985.

LEOPOLDI, Maria Antonieta P. O difícil caminho do meio: Estado, burguesia e industrialização no segundo governo Vargas (1951-1954). In: GOMES, Angela de Castro (org.). *Vargas e a crise dos anos 50*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

LEOPOLDI, Maria Antonieta P. *Política e interesses na industrialização brasileira: as associações industriais, a política econômica e o Estado*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

LEOPOLDI, Maria Antonieta P. “Crescendo em meio à incerteza: a política econômica do governo JK (1956-1960)”. In: GOMES, Angela de Castro (org.). *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas/CPDOC, 1991.

LIMA, Marcos Alberto Horta. *Os industriais paulistas nos anos 20: aspectos da sua articulação política*. Dissertação de mestrado, IFCH – Unicamp, Campinas, 1992.

LINEBAUGH, Peter. “crime e industrialização: a Grã-Bretanha no século XVIII”. In: PINHEIRO, Paulo Sérgio (org.). *Crime, violência e poder*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

LINS, Cristóvão. *Jarí: setenta anos de história*. Rio de Janeiro: Dataforma, 1991.

LOBATO, Mirta Zaida. *La vida en las fábricas: trabajo, protesta y política en una comunidad obrera, Berisso (1904-1970)*. Buenos Aires: Prometeo Libros/Entrepasados, 2001.

LOBATO, Sidney da Silva. *Educação na fronteira da modernização: a política educacional no Amapá (1944-1956)*. Belém: Paka-Tatu, 2009.

- LOBATO, Sidney da Silva. “Lições de história da Amazônia: a obra de Arthur Cezar Ferreira Reis”. In: *Amazônia, Amapá, escritos de História*. Belém: Paka-Tatu, 2009.
- LOPES, José Sérgio Leite. *O Vapor do Diabo: o trabalho dos operários do açúcar*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
- LOPES, José Sérgio Leite. “Fábrica e Vila operária: considerações sobre uma forma de servidão burguesa”. In: LOPES, José Sérgio Leite (et tal.) *Mudança Social no Nordeste: a reprodução da subordinação*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- LOPES, José Sérgio Leite. *A tecelagem dos conflitos de classe nas cidades das chaminés*. São Paulo: Unb/Marco Zero, 1988.
- MARSON, Adalberto. “O taylorismo e seus artifícios”. In: ARAÚJO, Angela M. C (org). *Trabalho, cultura e cidadania*. São Paulo: Scritta, 1997.
- MARX, Karl. *Escritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. *História oral: como fazer, como pensar*. São Paulo: Contexto, 2007.
- MELLO, Alcino Teixeira de. *Nordestinos na Amazônia*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Imigração e Colonização/Departamento de Imprensa Nacional, 1956.
- MIKESELL. Raymond F. “Bethlehem’s joint venture in Brazilian manganese”. In: MIKESELL. Raymond F. and others. *Foreign investment in the petroleum and mineral industries: case studies of investor-host country relations*. Baltimore: The John Hopkins Press for resources for the future, 1971.
- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. *Código de minas e legislação correlativa*. Boletim da Divisão de Fomento da Produção Mineral, Avulso nº 83. Rio de Janeiro: Departamento Nacional de Produção Mineral, 1958.
- MINISTÉRIO DO INTERIOR – Governo do Território Federal do Amapá. *Relatório anual – exercício de 1967 (administração do Governo do General Ivanhoé Gonçalves Martins)*. [Macapá] [1967].
- MONTEIRO. Maurílio de Abreu. A ICOMI no Amapá: meio século de exploração mineral. *Novos Cadernos NAEA*. N. 2, v. 6, p. 113 -168, dez. 2003.
- NEGRO, Antônio Luigi. *Paternalismo, populismo e história social*. Cadernos AEL, vol.11, n.20/21, 2004.
- NUNES, Janary. *Relatório das atividades do Governo do Território Federal do Amapá em 1944*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.
- NUNES, Janary. (org.). *Confiança no Amapá: impressões sobre o Território*. Rio de Janeiro: Cia Brasileira de Artes Gráficas, 1962.
- NUNES, Pereira. *O Sabiré e o Marabaixo: tradições da Amazônia*. Recife: Editora Massangana, 1989.

OBSERVATÓRIO SOCIAL. *A ICOMI no Amapá*: relatório geral de observação. Florianópolis, mar. 2003.

OLIVEIRA, Augusto, et al. *Amazônia, Amapá, escritos de História*. Belém: Paka-Tatu, 2009.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. “O caboclo e o brabo. Notas sobre duas modalidades de força de trabalho na expansão da fronteira amazônica no século XIX”. In: *Encontros com a civilização brasileira*. V. 11, 1979.

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista/o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi; MÔNICA, Pimenta Velloso; GOMES, Angela Maria de Castro (orgs). *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

PAIVA, Glycon de; PARK, Charles F.; DORR II, John Van. “Depósitos de manganês do distrito da Serra do Navio, Território Federal do Amapá”. *Boletim da Divisão de Fomento da Produção Mineral*, nº85. Rio de Janeiro: Departamento Nacional de Produção Mineral, 1950.

PAOLI, Maria Célia. “Os trabalhadores urbanos nas falas dos outros”. In: LOPES, José Sérgio Leite (org.). *Cultura & identidade operária: aspectos da cultura da classe trabalhadora*. Rio de Janeiro. UERJ/Museu Nacional/Marco Zero, s/d.

PAOLI, M.C.; SADER, E.; TELLES, V. Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico (notas de uma pesquisa). *Revista Brasileira de História*, n.6, 129-149, set. 1983.

PARK, Charles F.; DORR II, John Van; GUILD, P. W.; BARBOSA, A. L. M. *Notes on the manganese ores of Brazil*. Economic Geology and the Bulletin of the Society of Economic Geologists. Lancaster: The Economy geology Publishing Co, n.1, vol. 46, jan-feb. 1951.

PAZ, Adalberto J. F. “Capital, trabalho e moradia em complexos habitacionais de empresa: Serra do Navio e o Amapá na década de 1950”. In: OLIVEIRA et.al. *Do lado de cá, fragmentos de História do Amapá*. Belém: Açai, 2011. (No prelo).

PERROT, Michelle. *Os Excluídos da História*. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. “Cruzando fronteiras: as pesquisas regionais e a história operária brasileira”. In: ARAÚJO, Angela M. C. (org.). *Trabalho, cultura e cidadania*. São Paulo: Scritta, 1997.

PINTO, Mário da Silva. “Minérios de manganês no Brasil – suprimento interno e exposição”. In: *Minérios de manganês: situação no Brasil e no mundo*. Separata do número 28 do Boletim Geologia e Metalurgia. São Paulo: Escola Politécnica da USP, 1961.

PIQUET, Rosélia. *Cidade-empresa: presença na paisagem urbana brasileira*: Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

PORTEUS, J.D. *The nature of the company town*. Transactions of Institute of British Geographers, nº 51 (nov., 1970).

PORTO, Jadson Luís Rebelo. *Amapá: principais transformações econômicas e institucionais – 1943 a 2000*. Macapá: SETEC, 2003.

QUEIROZ, Jonas Marçal; COELHO, Mauro Cesar. *Amazônia: modernização e conflito (séculos XVIII e XIX)*. Belém: UFPA/NAEA; Macapá: UNIFAP, 2001.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RAMALHO, José Ricardo. *Estado-patrão e luta operária: o caso FNM*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

REIS, Artur Cezar Ferreira. *Território Federal do Amapá: Perfil Histórico*. Rio de Janeiro: Departamento de imprensa nacional, 1949.

REIS, João José. *A greve negra de 1857 na Bahia*. Revista USP, n. 18, 1993.

REIS, Olegário Pereira. *A crise do manganês amapaense – o dilema das economias produtoras-exportadoras de matérias-primas*. Belém, SUDAM, 1968 [mimeografado].

Revista de Engenharia, Mineração e Metalurgia, XVIII, 104, Janeiro-fevereiro 1953.

Revista de Engenharia, Mineração e Metalurgia, XXII, 128, Agosto 1955.

RIBEIRO, Benjamin Adiron. *Vila Serra do Navio: comunidade urbana na serra amazônica: um projeto do arq. Oswaldo Bratke*. São Paulo: Pini, 1992.

ROMANI, Carlo. *Clevelândia, Oiapoque – aqui começa o Brasil! Trânsitos e confinamentos na fronteira com a Guiana Francesa (1900-1927)*. Tese de doutorado, IFCH – Unicamp, Campinas, 2003.

SANTOS, Dorival da Costa dos. *O regime ditatorial militar no Amapá: terror, resistência e subordinação (1964-1974)*. Dissertação de mestrado, IFCH – Unicamp, Campinas, 2001.

SANTOS, Fernando Rodrigues dos. *História do Amapá: da autonomia territorial ao fim do janarismo – 1943 a 1970*. Belém: Grafinoorte Indústria e Comércio, 2006.

SAVAGE, Mike. “Classe e História do Trabalho”. In: BATALHA, C. H. M.; SILVA, F. T. da; FORTES, A. (orgs). *Culturas de Classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2004.

SCHETTINI, Cristiana. *“Que tenhas teu corpo”*: uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

SCHMIDT, Benito Bisso (org.). *Trabalho, justiça e direitos no Brasil: pesquisa histórica e preservação das fontes*. São Leopoldo: Oikos, 2010.

SCOTT, James C. *The moral economy of peasant: rebellion and subsistence in Southeast Asia*. New Haven. Yale University Press, 1976.

SEGAWA, Hugo; DOURADO, Guilherme Mazza. *Oswaldo Arthur Bratke*. São Paulo: ProEditores, 1997.

SILVA, Antônio Furtado da. *Plano de Aproveitamento dos minérios de manganês do Amapá*. Serviço de Informações do Território Federal do Amapá, [1947] mimeografado.

SILVA, Anderson Rodrigo Tavares. *Operários do manganês: o cotidiano do trabalho dos mineradores da ICOMI nas jazidas de Serra do Navio, Amapá (1974-1984)*. XXIV Simpósio Nacional de História. 2007.

SILVA, Fernando Teixeira da. *Operários sem patrões: os trabalhadores da cidade de Santos no entreguerras*. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2003.

SILVA, Fernando Teixeira da. “Valentia e cultura de trabalho na estiva de Santos”. In: BATALHA, C. H. M.; SILVA, F. T. da; FORTES, A. (orgs). *Culturas de Classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2004.

SILVA, Fernando Teixeira da. *A carga e a culpa*. Os operários das docas de Santos: direitos e culturas de solidariedade – 1937 - 1968. São Paulo-Santos: Hucitec/Prefeitura de Santos, 1995.

SILVA, Fernando Teixeira da; COSTA, Hélio da. “Trabalhadores urbanos e populismo: um balanço dos estudos recentes”. In: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

SILVA, Moacir M. F. Os Territórios Federais (novo capítulo da geografia das fronteiras do Brasil). *Boletim Geográfico*. Rio de Janeiro: IBGE, Ano I, n. 10, jan. 1944.

SOARES, Lúcio de Castro. Contribuição ao estudo da ocupação humana do Território do Amapá. *Boletim da Seção Regional do Rio de Janeiro da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, ano II, nº 2 e 3, s/d.

THOMPSON, E. P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 3 v.

THOMPSON, E. P. “Tempo, disciplina de trabalho e o capitalismo industrial”. In: *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, E. P. *Senhores e caçadores: a origem da lei Negra*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, E. P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2001.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TOCANTINS, Leandro. *Amazônia: fundamentos de paisagem e história* – palestra pronunciada em Serra do Navio, Território do Amapá, em janeiro de 1964. Rio de Janeiro: SPVEA. 1965.

TRINDADE JR. Saint-Clair Cordeiro; ROCHA, Gilberto de Miranda (org.). *Cidade e empresa na Amazônia: gestão do território e desenvolvimento local*. Belém: Paka-Tatu, 2002.

URECH, Eduoard. *Esboço do plano de industrialização do Território Federal do Amapá – Primeiro volume: minérios e siderurgia*. Rio de Janeiro, irmãos Di Giorgio, 1955.

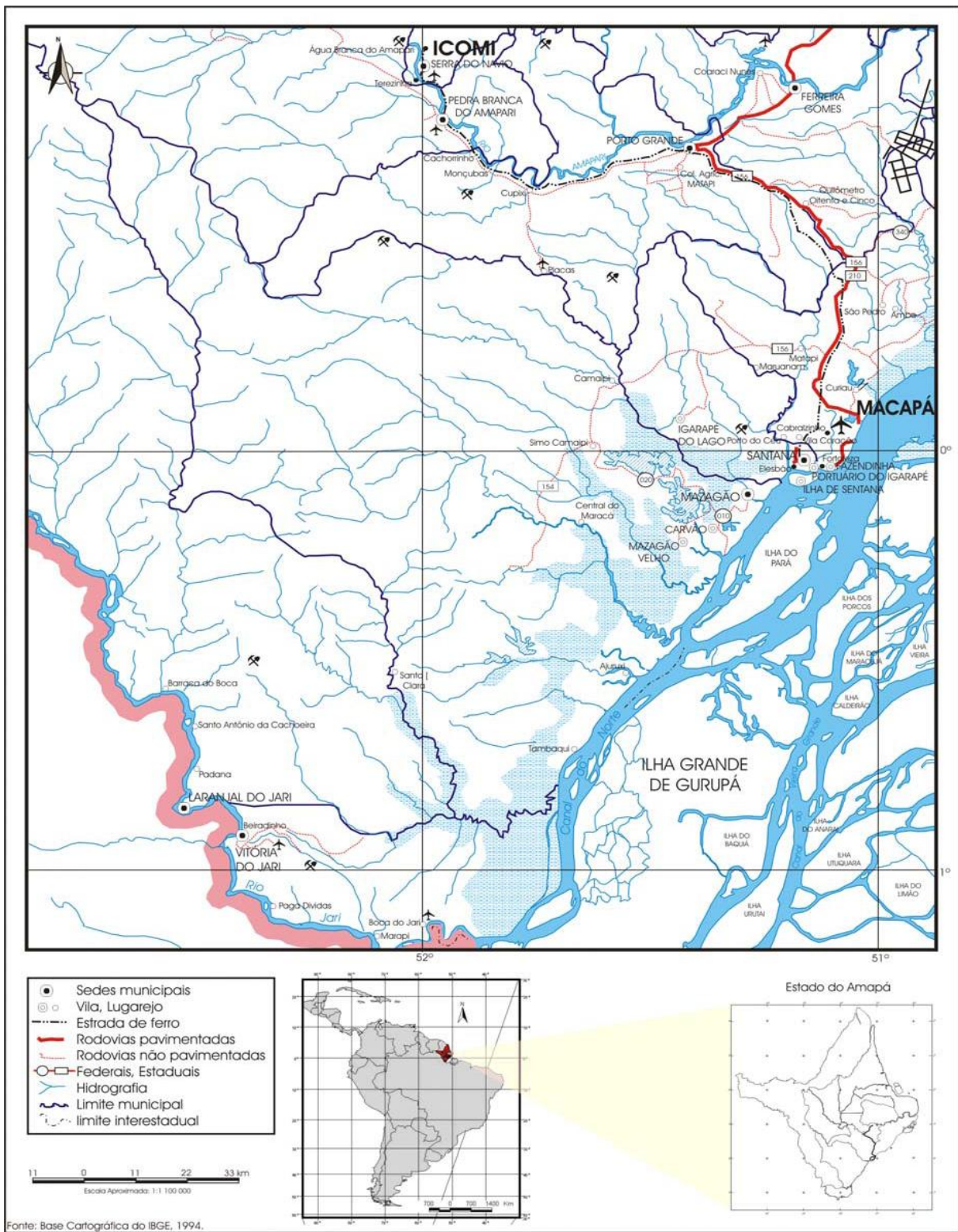
VAN DER LINDEN, Marcel. *Workers of the world: essays toward a global labor history*. Leiden and Boston: Brill 2008.

VARGAS, Getúlio. O discurso do rio Amazonas. In: *Operação Amazônia (Discursos)*. Belém: SUDAM, 1968.

WEINSTEIN, Bárbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. São Paulo: HUCITEC-EDUSP, 1993.

WEINSTEIN, Bárbara. *(Re)formação da classe trabalhadora no Brasil (1920-1964)*. São Paulo: Cortez/CDAPH-IFAN/Universidade de São Francisco, 2000.

WHITE, Hayden. *Meta-história. A imaginação histórica do século XIX*. São Paulo: EDUSP, 1995.



Mapa com a localização de Serra do Navio, da estrada de ferro e do porto de Santana/AP. Fonte: OBSERVATÓRIO SOCIAL. *A ICOMI no Amapá*: relatório geral de observação. Florianópolis, mar. 2003, p. 8.